

ISSN 0100-199X

**ANPOCS** **bib**

Revista Brasileira de Informação Bibliográfica  
em Ciências Sociais

**42**

---

**Neste número:**

Evolução, História e Subjetividade Coletiva  
Sociologia do Trabalho e Reestruturação Produtiva  
Sociologia das Revoluções Modernas  
Positivismo e Positivistas

---

RELUME  DUMARÁ

**BIB** — Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no País. O **BIB** é editado sob orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em Ciências Sociais de várias instituições do País.

*Editor*

Charles Pessanha

*Conselho Editorial*

Charles Pessanha (UFRJ e IUPERJ)

Delma Pessanha Neves (UFF)

Guita Grin Debert (Unicamp)

Gildo Marçal Brandão (USP)

Lilia Moritz Schwarcz (USP)

Maria Inês Paulillo (UFSC)

Miguel Chaia (PUC-SP)

Paulo Henrique Martins (UFPE)

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS

Universidade de São Paulo – USP.

Av. Prof. Luciano Gualberto, n. 315, sala 116

05508.900

São Paulo, SP

Tel.: (011) 818-4664

Fax: (011) 818-5043

Direitos reservados para esta edição

RELUME-DUMARÁ / ANPOCS

*Publicação e Comercialização*

DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202

22011-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (021) 542-0248

Fax: (021) 275-0294

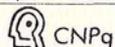
*Editoração*

MMFREIRE – Editoração e Arte

REVISTA FINANCIADA COM RECURSOS DO

Programa de Apoio a Publicações Científicas

MCT



CNPq



FINEP

Impresso no Brasil

**Sumário**

<b>Antônio Luis Paixão, Intelectual e Amigo</b>	<b>3</b>
Alba Zaluar Antonio Augusto Prates Claudio Beato Filho Ronaldo Noronha	
<b>Evolução, História e Subjetividade Coletiva</b>	<b>7</b>
José Maurício Domingues	
<b>A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica</b>	<b>41</b>
Marcia de Paula Leite Roque Aparecido da Silva	
<b>Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana</b>	<b>59</b>
Marco A. C. Cepik	
<b>De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro</b>	<b>109</b>
Angela Alonso	
<b>Teses e Dissertações em Ciências Sociais</b>	<b>135</b>

**Colaboram neste número:**

*Alba Zaluar* é professora do Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — IMS/UERJ.

*Angela Alonso* é pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap.

*Antonio Augusto Prates* é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

*Claudio Beato Filho* é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

*José Maurício Domingues* é professor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ.

*Marcia de Paula Leite* é professora da Universidade de Campinas — Unicamp.

*Marco A. C. Cepik* é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

*Ronaldo Noronha* é professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG.

*Roque Aparecido da Silva* é coordenador da Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores da Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas — ICEM para a América Latina.

## Antônio Luis Paixão, Intelectual e Amigo

*Alba Zaluar  
Antonio Augusto Prates  
Claudio Beato Filho  
Ronaldo Noronha*

Hoje não vamos falar de violência, nem de criminalidade nem de polícia. Vamos falar da reciprocidade, da amizade, da interlocução que se deve mais ao prazer de instigar o pensamento do que ao duelo de floretes das vaidades acadêmicas. Vamos falar do Paixão, interlocutor e amigo de tantos nós.

Mas como dizer o que foi parte do nosso cotidiano tantos anos, que nem sabíamos direito como era? Como falar do que se fazia, se praticava, se aproveitava sem se dar conta da sua importância, do seu sentido, dos seus resultados? Não que esse exercício de dizer o que não precisava do dito seja o da violência simbólica, conceito que tanto Paixão quanto nós estamos longe de aceitar nos seus pressupostos e conseqüências teóricas, mas ele conduz a um estranhamento do que já nos parecia com o que um dado inabalável de nossas trocas intelectuais, uma conquista de nossas parcerias, um ponto de encontro certo nos nossos circuitos de braceletes-ideias e colares-argumentos. A súbita falta desse ponto, desse dado, desse fato, dessa conquista que era a pessoa do Paixão nos obriga a pensar sobre os significados e os sutis e singelos mecanismos da ação contínua de sua amizade sobre nós.

A sutileza, irmã da inteligência, mas não tão arrogante quanto ela, era aquele jeito inimitável de dizer coisas inesperadas, inovadoras, surpreendentes, juntando pedaços de evidências, contornando ou minando (nunca destruindo) meias, velhas, surradas verdades como quem conta um "causo" muitas vezes

engraçado, tecendo as mais elaboradas teorias sociológicas sobre o tema em questão como quem borda um simples pano, cuja utilidade só se enxerga muito depois. Sua capacidade de transformar em "vida cotidiana" as mais complexas e sofisticadas deduções sociológicas, fruto de um trabalho sistemático de reflexão e pesquisa, foi a marca registrada de sua trajetória intelectual que, por isso, tinha a originalidade como uma de suas principais características. A singeleza vinha desse talento para reunir as mais recentes teorias dos mais diversos cientistas sociais num esquema aparentemente simples, porque compreensível por todos, que fazia de Paixão o interlocutor privilegiado de todos aqueles que abordaram os mesmos temas e perguntas que o deixavam a devorar livros e varar dias e noites com seus solitários acompanhantes: o cigarro e o copo.

Não que ele fosse um neurótico do trabalho, a humilhar-nos com sua inalcançável capacidade de trabalhar duro. Muito pelo contrário. Participante convicto da cultura da boêmia, uma das mais notáveis e criativas surgidas entre nós, Paixão era imbatível nos papos de botequim, tão desprezados pelos sérios adeptos do pensamento burocratizado, confundido com o moderno e o produtivo. Suas risadas e suas tiradas ainda ecoam aqui, neste lugar, e dentro de nós. Certamente o clube da esbórnia, uma das mais fascinantes organizações da ANPOCS não será mais o mesmo. Está faltando um.

Por isto mesmo, tínhamos a impressão de que não havia descontinuidade entre as con-

versas descontraídas, na presença de variadas platéias, e as interpretações sociológicas de alta qualidade que estivesse produzindo. Ele, singelamente, passava de uma esfera a outra com a naturalidade de quem domina a linguagem e o assunto. A familiaridade com a teoria sociológica e a paixão pelas coisas banais do dia-a-dia acompanhavam-no não como dois mundos separados, mas como dimensões integradas da mesma realidade, feito do qual só pesquisadores privilegiados como ele foram capazes.

No início dos anos sessenta, ainda secundarista, Paixão foi comunista do Partidão, como muitos de nós. Depois, já na Universidade de Minas Gerais, desempenhou um papel central na criação e implementação de uma das experiências mais bem-sucedidas de curso de Ciências Sociais na época: o curso paralelo, criado e implementado pelos alunos e alguns dos melhores professores da UFMG, à revelia da burocracia universitária. Esse curso acabou sendo reconhecido, após um semestre de funcionamento, pela Congregação da FAFICH. No final da década de sessenta, já formado, Paixão participou ativamente tanto do “desbunde” da sua geração, quanto dos setores teóricos mais radicais da AP. No início dos anos setenta, deixou o Mestrado em Ciência Política na UFMG e foi fazer o Doutorado em Sociologia na University of New York at Stone Brook. A tese não chegou a ser defendida, mesmo depois de haver revalidado em 1983 todos os seus créditos no IUPERJ, onde deveria defendê-la em breve, pois estava com ela praticamente concluída uma semana antes de morrer.

Durante esse percurso acadêmico, Paixão nunca abandonou o estilo de vida pluralista e cosmopolita, que fazia dele centro de um grande círculo de amigos que incluía personagens e figuras — colegas, burocratas, secretárias, alunos, familiares, “nativos” de suas pesquisas, oficiais da PM de MG, frequentadores dos bares por onde andava etc. Com eles, conversava sobre suas pesquisas, as fofocas sociais e políticas, assim como suas últimas leituras sociológicas, sempre naquele

tom irônico e descontraído que marcava seus encontros. Do mesmo modo, Paixão tornou-se um elo entre pesquisadores de várias áreas do mundo acadêmico de várias regiões do país e até do mundo devido ao caráter cosmopolita e plural do seu trabalho e da sua própria personalidade.

Seus amigos sabem que ninguém estava livre de suas piadas. Se ela era boa, não havia amizade nem reverência intelectual que privasse o Paixão e seu público de uma grande risada à custa do alheio. Ninguém ficava tampouco ao largo de suas agudas críticas intelectuais. Só que não dava para ficar ofendido ou raivoso. Tudo era dito com tanta delicadeza e precisão ou com tanta graça que a crítica virava proveito. Amigos, amigos; resenhas, pareceres, avaliações e piadas à parte. Estranho que uma pessoa que valorizava tanto a amizade e a troca, fosse tão pouco corporativo e clientelista, segundo os velhos padrões brasileiros. Será que com suas atitudes Paixão não estava apontando, na sua forma sutil, a necessidade de rever as velhas, viciadas e surradas idéias sobre a amizade no Brasil?

Brasileiro, mineiro, alemão, torcedor do Atlético, cidadão do mundo, não necessariamente nessa ordem, dependendo muito das circunstâncias e situação, Paixão era daqueles descendentes dos europeus do Norte que se identificava com os estigmatizados pela preguiça, pela mistura de raças, pelo perene compromisso com a alegria e a diversão. Isto com a seriedade, a dedicação e a generosidade que sempre marcaram tudo que ele fez.

E como fez. Dizem as más línguas que se metia a estudar qualquer coisa. Dizem as boas línguas que era capaz de estudar os mais variados assuntos, descobrindo interesses inusitados na criação de gado, na história da Inquisição de Minas, nos processos judiciais, nos B.O.s, nas estatísticas policiais, no cotidiano de uma delegacia, nos menores de rua, nos programas da nossa malfadada e sem rumo política social. Não é para qualquer um.

Seu pensamento tem duas características marcantes: o pioneirismo, com sua força carismática que impressionava os que dele real-

mente se aproximavam, e sua sólida formação na sociologia das organizações. Em 1975, Paixão já falava de interacionismo simbólico, etnometodologia e de microssociologia num campo intelectual no qual a hegemonia da sociologia estrutural marxista era inquestionável. No início dos anos 80 já tratava das questões de cidadania, justiça e do Estado na dimensão microssocial da violência e da criminalidade nas prisões, quartéis e ruas, quando o paradigma era de tratá-las na dimensão macrossocial apenas. Isto exigia dele coragem intelectual, que exerceu sem bravatas. O outro fulcro que marcava a diversidade dos assuntos que abordou era a sua preocupação com o nível intermediário, nem micro nem macro, com as instituições e as organizações que são produtos da ação humana, mas que, no seu funcionamento, adquirem uma lógica em uso de suas representações rotineiras e de suas práticas cotidianas.

Difícil selecionar o que se destaca mais entre tudo que escreveu. Aliás para o grande e generoso conversador que era, sempre disposto a discutir pontos difíceis, pesquisas enroladas, teorias polêmicas com colegas e professores, alunos seus e alunos dos outros, Paixão muito escreveu. São notas de aulas, inúmeros artigos que, reunidos, comporiam mais de um livro, e a tese finalmente terminada, que ficaram a reclamar um paciente trabalho de edição dos seus mais próximos colaboradores na UFMG. Aguardaremos todos ansiosos, um modo de fazer com que ele não nos deixe assim tão de repente, sem nem avisar que estava indo, deixando aquela conversa pelo meio, aquela idéia trocada truncada, a pergunta no ar, a rede esgarçada, o circuito interrompido, o projeto desfeito. Tão generoso, nem deixou o hiato entre o que dava e o que recebia diminuir mais um pouco. Não deu tempo de retribuir. Fica para a próxima, para esse trabalho de um a exigir esforço de vários em tornar público o que foi largando em escritos esparsos.

Destacáramos, naquilo que mais marcou vários de seus parceiros intelectuais, três abordagens e uma postura política sobre a violên-

cia e a criminalidade no Brasil, temas dos quais surgiram nossa amizade e parceria intelectual.

A primeira foi sua pesquisa baseada numa série histórica de estatísticas sobre a violência em Minas, um dos primeiros textos sociológicos sérios sobre um assunto considerado então como menor. Paixão foi, sem dúvida, o pioneiro não só do tema, como da abordagem, ainda na década de 70. Nela, pela primeira vez, ouvimos as dúvidas acerca da associação entre pobreza e criminalidade violenta, associação essa inteligentemente interpretada por ele como mais uma profecia autocumprida. Embora desse aos dados um tratamento estatístico sofisticado, não se tratava apenas de números, mas da necessidade de entender as políticas institucionais que davam origem a eles, ou seja, como os números são construídos pelas classes estatísticas utilizadas e pelos resultados de uma repressão policial concentrada em alguns setores da população pobre.

A segunda foi o seu estudo do cotidiano de uma delegacia de polícia que resultou num dos textos mais instigantes sobre esta instituição no Brasil: o profundo hiato entre as disposições escritas — a lei e as normas burocráticas — e a lógica em uso de seus agentes. Esse texto, muito usado e pouco citado, espalhou as técnicas da etnografia entre os sociólogos brasileiros que estudavam quase tudo apenas através dos números. E é uma das etnografias mais interessantes produzidas entre nós porque não apela para a “análise do discurso” de algumas entrevistas, o que se tornou um verdadeiro vício entre cientistas sociais brasileiros, fascinados pela teoria da representação, sem conhecê-la muito bem. Paixão, embora não fosse admirador de Bourdieu, conseguiu, nesse texto, articular a teoria dos significados com a teoria da ação, um dos maiores desafios da Sociologia na virada do século XXI.

A terceira foi sua inventiva abordagem do fluxo nos processos judiciais que ele iniciou pelos B.O.s e R.O.s, ou seja, os Boletins de Ocorrência da Polícia Militar e os Registros de Ocorrência da Polícia Civil. Hoje usado em

quase todos os estudos sobre o sistema de Justiça no Brasil, essa abordagem deve muito à contribuição de Paixão ao incorporar no fluxo os seus momentos iniciais, anteriores à fase do inquérito policial e do processo judicial, cujos ritualismos e lógicas perversas ficaram ainda mais claros.

Por fim, Paixão sempre procurou nos persuadir, com a sua convincente argumentação que reunia dados e teoria recém-saídas do forno, além de irresistíveis piadas sobre nossa posição de intelectuais não-orgânicos, da importância, do caráter imprescindível da Polícia numa sociedade democrática, com todos os paradoxos e desafios que essa presença traz. Membro do Conselho Político do PT de Belo Horizonte, fato desconhecido de muitos colegas porque ele nunca exibiu sua carteirinha de esquerda, ele não fazia concessões à

demagogia ou aos ícones do esquerdismo de plantão. Não fazia retórica indignada, mas dava aulas para os policiais mineiros, enquanto nos convencia de que tínhamos de vencer nossos medos, vergonhas e preconceitos e fazer o mesmo em nossos respectivos estados. Talvez pelo seu trabalho junto à Fundação João Pinheiro, o Estado de Minas Gerais possa exibir hoje, sem ser o mais rico da região, as mais baixas taxas de crimes violentos, especialmente de homicídios, no Sudeste do Brasil.

Bem, mais não diremos. Já nos expusemos demasiadamente ao risco de ouvir a sua risada inconfundível no lugar virtual ou na realidade imaginária onde se encontra, risada provocada pelo que aqui foi dito.

— “Mas, queridos colegas, um obituário na ANPOCS!”

É, Paixão merecia mais uma ode à vida.

### **Introdução**

Um problema espinhoso para todas as teorias sociológicas tem sido o de como lidar com processos de desenvolvimento histórico e, mais especificamente, como interpretar, teórica e empiricamente, a evolução da espécie humana e a das formações sociais em que ela se organiza. Isso é verdadeiro para os clássicos da disciplina e se repete contemporaneamente.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise da literatura sociológica que hoje trata diretamente desse tema. Podemos dividi-la em três grandes correntes: o neofuncionalismo, tendo à frente Alexander, articulada por estudiosos nos Estados Unidos, sobretudo (com Smelser e Colomy, entre outros), na Alemanha (com Münch e, de forma peculiar, com Luhmann), mas também em Israel (com Eisenstadt); o que, na falta de expressão mais significativa, é possível chamar de "historismo" inglês, com Gellner, Giddens e Mann (com Runciman cumprindo aí papel excêntrico); e o estruturalismo genético, que, florescendo na Alemanha, desdobrou-se a partir da reflexão de Habermas, tomando, contudo, inflexão alternativa, cada vez mais distante de suas teses originais, com Eder. Processo evolutivo e história, necessidade e contingência, subjetividades coletivas e criatividade social serão os eixos sobre os quais nossa discussão se assentará.

### **O Funcionalismo e a Diferenciação da Sociedade**

Abordagens funcionalistas têm consistentemente demonstrado preferência por teo-

rias da evolução nas quais a analogia com a Biologia e a idéia de diferenciação da sociedade cumprem papel decisivo. Spencer ([1860]1969a e [1873]1969b), Durkheim (1893), Simmel (1890) e em parte Weber ([1915]1922-1923) — com a postulação da diferenciação das esferas de valor na modernidade — são antecessores de peso na formulação desse ponto de vista. Mas o neofuncionalismo contemporâneo se apóia, sobretudo, na obra tardia de Parsons, da qual Alexander (1983) é o intérprete mais destacado.<sup>1</sup>

Após haver desenvolvido o arcabouço geral de uma "teoria da ação", crescentemente dominada pelo funcionalismo (veja Domingues, 1995a, cap. 5), Parsons, que num primeiro momento criticara autores que, como Spencer, se inclinavam na direção da teoria da evolução e da história, termina sua obra abrindo-se exatamente a esse tipo de perspectiva. Aplicando o "esquema AGIL" que caracteriza sua terceira e derradeira fase, radicalmente funcionalista (e onde ele define os quatro requisitos fundamentais para a reprodução dos sistemas sociais), ele propôs uma interpretação da evolução humana em que os conceitos de *adaptação* e *diferenciação* tornavam-se centrais. Parsons enxergava a evolução social como "integral ao mundo orgânico" — sua aliança com a Biologia era, assim, explícita. Como a evolução orgânica, a evolução social partiria das formas mais simples para as mais complexas, desdobrando-se unilinearmente. A variação que se encontra nesse processo único deveria ser estudada comparativamente, uma vez que os "meios" culturais, psicológicos, biológicos e físicos que servem de am-

biente para a sociedade apresentam diferenças (Parsons, 1966, pp. 2-3 e 20). O sistema cultural, superior em informação e, portanto, colocado no topo da hierarquia cibernética que Parsons definiu para os elementos do esquema AGIL, controlaria o processo evolutivo — os padrões culturais, de forma análoga aos genes biológicos, capazes, assim, de “difusão”, comandariam esse processo (Parsons, [1964] 1967, p. 493, e 1966, pp. 113-4). A contingência histórica foi excluída de sua abordagem: Parsons (1966, p. 4) interessava-se pela teorização sistemática da evolução, que deveria ser claramente separada de uma perspectiva histórico-interpretativa.

O mecanismo fundamental da evolução seria traduzido pelo conceito de *adaptação generalizada*, a qual, ao longo da história, se veria ampliada (Parsons, [1964]1967, pp. 490 e 493, e 1966, pp. 20-1). Ela implica a capacidade do organismo de lidar ativamente com seu meio, controlando fatores ambientais e diminuindo áreas de incerteza. Por seu turno, contribuindo decisivamente para essa expansão da capacidade adaptativa, a *diferenciação social* — gerada pela fissão de unidades e subsistemas, em geral produzindo dois novos elementos — seria outro mecanismo básico do processo evolutivo. Essa diferenciação coloca, todavia, novos problemas de *integração*, dada a complexificação societal, problemas que se resolvem, em particular, pela inclusão crescente de novas unidades, mecanismos e estruturas no sistema. Segundo Parsons, isso compele a um processo de “generalização de valor” que especifique, para cada unidade, a sua função, que lhe dê orientação e empreste legitimidade ao sistema inclusivo. As inovações culturais — cujos mecanismos de produção não lhe despertaram a curiosidade — passariam, ademais, por um processo de seleção, que garantiria ou não a sobrevivência do novo padrão civilizacional (Parsons, 1966, pp. 21ss, e [1970]1977, p. 114). Por trás dessas idéias cintilava a noção — desenvolvida a partir de Parsons ([1951]1979), e mais especificamente em relação à evolução social, em Parsons ([1964]1967),<sup>2</sup> e à qual ele continua-

mente faz referência — de “requisitos funcionais” dos sistemas sociais, ou seja, as condições para seu funcionamento sem problemas maiores ou crises.

As teorias da “modernização” que floresceram nos anos 60 e assolaram em particular a América “Latina” (cf. Germani, 1965; Lipset e Solari, 1967) compartilhavam essa perspectiva; mesmo porque, para Parsons (1971, p. 114), embora não terminada e aceitando-se a possibilidade de uma sociedade “pós-moderna”, o cume da modernidade achava-se na sociedade norte-americana. Essas teorias, contudo, bebiam mais nas “variáveis de orientação” que Parsons ([1951]1979, pp. 58-67 e 180-200) delineara em escritos anteriores como parte de sua teoria geral da ação, opondo comportamentos modernos a outros, supostamente tradicionais. Previa-se, com isso, uma ocidentalização completa do mundo. Mas, embora desenvolvimentos posteriores dessas teorias as tenham sofisticado, elas acabaram por ser abandonadas, não obstante as transições no Leste Europeu haverem dado ensejo, recentemente, a um “neomodernismo” (veja Morse, 1982; Robertson, 1992, cap. 2; Domingues, 1992, 1993 e 1995d; Alexander, 1995).

Reconhecendo os problemas do funcionalismo, uma nova geração de sociólogos, liderados por Alexander, juntamente com autores que foram alunos e contemporâneos de Parsons, têm buscado dar solução a seus principais impasses, abrindo a teoria para a contingência histórica e as lutas sociais.<sup>3</sup> Para Alexander (1990, pp. 7-11), a *mudança social* — complexa, multifacetada e contingente — não pode ser reduzida à *diferenciação social*. Essa, entretanto, figura proeminente no neofuncionalismo e, ainda de acordo com Alexander, é “bastante bem entendida”:

“Instituições gradualmente tornam-se mais especializadas. O controle familiar sobre a organização social diminui. Processos políticos tornam-se menos rígidos e dirigidos pelas recompensas da patriarquia, e a divisão do trabalho é organizada mais de acordo com critérios econômicos que por referência à idade e ao sexo. A participação na comunidade se estende para além

da etnicidade, para critérios territoriais e políticos. A religião torna-se mais generalizada e abstrata, mais separada institucionalmente de outras esferas e em tensão com elas. A generalização cultural rompe, enfim, inteiramente os laços com a religião. As leis naturais são reconhecidas nos mundos moral e físico e, no processo, a religião renuncia não apenas a seu controle hierárquico sobre a vida cultural, mas também a sua preeminência institucional” (Alexander, 1990, p. 1).

A diferenciação não se constitui em um “mecanismo de equilíbrio” automático. Conquanto esse conceito seja imprescindível para a compreensão da modernidade, em seus aspectos múltiplos e ambigüidades, é mister que a dialética da ciência — mediante o confronto entre teorias gerais da mudança e entre as teorias parciais que delas se desdobram — medre também nesse campo (Alexander, 1990, pp. 2, 5 e 11-2). Embora a postura de Alexander não seja a única no neofuncionalismo (autores como Lechner [1990] são muito mais ortodoxos), ele leva essa corrente a uma abertura máxima para a história efetiva das formações sociais, flexibilizando e matizando a idéia de modernização, ao frisar que “estruturas institucionais como a democracia, a lei, o mercado, são requisitos funcionais para que se alcance certas competências sociais e se adquira certos recursos [...]”, sem consistir, no entanto, em “inevitabilidades históricas”, “resultados lineares” ou “panacéias para os problemas de subsistemas ou grupos não-econômicos”. Se a diferenciação social e cultural se apresenta como um “padrão ideal-típico”, suas realizações específicas dependem das “aspirações normativas, posição estratégica, história e poderes de grupos sociais particulares”, podendo produzir tanto deslocamentos quanto soluções, assim como “convulsão numa enorme escala” (Alexander, 1995, p. 100).

É deste modo que, enquanto autores alemães como Münch e Luhmann têm buscado um nível de generalidade e formalização comparável àquele almejado por Parsons, nos Estados Unidos o movimento tem sido, num certo sentido, inverso. Antes que desenvolver uma teoria mais geral — se bem que muitos

aspectos, temas e conceitos da teoria da evolução de Parsons sejam retrabalhados —, é na direção de estudos com maior fundamentação empírica e historicamente orientados que os autores que compõem esse grupo se têm movido (Colomy, 1990b, p. 491). Se a adaptação automática era questão central para Parsons, a nova teoria da diferenciação destaca em seu argumento o choque entre *coletividades*, levando ao que Colomy (1985, p. 135, e 1990a, pp. 152-3) caracteriza como “abordagem voluntarista estrutural”, com referência em “grupos estratégicos” e na “diferenciação desigual” (conceitos de algum modo inspirados pelo marxismo). Nesse quadro, os neofuncionalistas estudam o impacto do mercado mundial, da geopolítica e de relações transculturais sobre as sociedades esquimós; relacionam a diferenciação na política norte-americana a desvios diante desse desenvolvimento e a lutas em torno à legitimação da ordem; discutem a formação “primordial” de solidariedades em grupos nacionais e problemas de integração posterior de outros grupos, como os negros; estudam os embates em torno à constituição da sociedade civil e dos sistemas de ensino (cf. Alexander e Colomy, 1990). Esse tipo de orientação faz-se presente inclusive no trabalho de Smelser, funcionalista histórico que, utilizando o esquema AGIL e localizando tensões funcionais, em combinação com a análise das motivações individuais (sobretudo Smelser, 1959), mais recentemente ocupou-se também do papel das elites no processo educacional e político (Smelser, 1990). Contudo, não raramente o uso do vocabulário da diferenciação no neofuncionalismo é ou muito ortodoxo ou quase ornamental.

Nessas coordenadas, o trabalho de Eisenstadt insinua-se como o mais interessante e teoricamente bem articulado. Em parte, corrigindo perspectiva desenvolvida em trabalhos anteriores (Eisenstadt, 1963 e 1964), de modo a incorporar processos empíricos de mudança e a questão da contingência, este autor distingue entre “níveis de diferenciação estrutural” e “atividades de elite”, o que implica levar em conta, em particular, a articula-

ção das fronteiras de coletividades, a regulamentação do poder e a construção de sentido e de confiança. Assim, a diferenciação pode ocorrer — ou deixar de ocorrer — não por causa de uma maior complexidade social, mas em função da orientação cultural da elite em suas relações com os diversos grupos sociais (Eisenstadt, 1990, p. 24). Com isso *ele claramente distingue complexidade de diferenciação*, que é então vista como *contingente*; isso possibilita, especialmente — embora ele mesmo não articule essa reflexão —, pensar que níveis variados de complexidade podem ser atravessados tanto por processos de *diferenciação* quanto de *desdiferenciação*. Orientações culturais, distribuição de recursos e tipos de elite — chamados de “empreendedores institucionais” — são fundamentais em seu argumento (Eisenstadt, 1990, p. 25). A própria “modernidade” adquire, com isso, um caráter plural, constituindo-se em “civilização” mundial, ainda que se tenha originado na Europa (Eisenstadt, 1987 e 1993).

Adaptação, seleção, diferenciação e integração são conceitos que recebiam o estatuto de variáveis independentes no esquema causal-explicativo de Parsons. Eisenstadt radicaliza uma tendência que se discerne no neofuncionalismo em geral: agora, é às *elites* que se atribui a posição de *variável independente* — os processos de diferenciação ocorrem, ou não, em função de seus projetos e atividades. Isso significa, de fato, que *uma explicação meramente estrutural é posta de lado*. Todavia, não é clara a articulação propriamente causal do novo esquema, uma vez que a dureza da formulação parsoniana é abandonada sem que uma reconceitualização se faça completa. Mas, apesar das limitações propriamente teóricas desse tipo de abordagem, ela evidencia que não faz sentido adotar uma contraposição simples entre estrutura e ação, o que de fato vai em direção contrária à proposição de Alexander (1982, pp. 68-70 e 123), que suposta mas equivocadamente seguiria os passos de Parsons, deixando de lado, porém, seu conceito de “ator coletivo” (veja Parsons, [1951]1979, especialmente p. 4; Domingues

1995a, caps. 1 e 5). Ainda que essa conceitualização do papel das elites — em si já limitada (cf. Eder, 1993, p. 31, nota 33), posto que outras coletividades, como classes e movimentos sociais, também deveriam receber atenção — emergja até certo ponto incidentalmente, incapaz de se auto-reconhecer inteiramente, ela abre espaço para que pensemos a evolução da espécie concedendo centralidade à questão da *subjetividade coletiva*. É isso que Mouzelis (1995, cap. 4) (utilizando-se da concepção geral de Domingues, 1995a, em combinação com o neofuncionalismo) procura avançar, articulando diferenciação e coletividades. O oposto, contudo, é verdadeiro no que diz respeito à produção alemã de Münch e Luhmann.

Combinando a fenomenologia com a teoria geral dos sistemas e a cibernética, Luhmann (1990, p. 414) insere a evolução no centro de seu argumento, definindo a diferenciação como seu eixo, do qual tudo o mais deriva. Mesmo o surgimento diferencial do tempo, com uma diferenciação entre “estrutura” e “processo”, deriva da lógica sistêmica.<sup>4</sup> Mas, de modo semelhante à Biologia e a Parsons, ele sugere que as variações na história são aleatórias e que, em geral, são eliminadas — apenas algumas vingam. A passagem de uma forma societária a outra implicaria desvios e erros, e a capacidade de suportá-los. A evolução combina, portanto, esse acaso da emergência de variações com a sua utilização ordenada pelos próprios sistemas auto-referenciais e autônomos, em sua própria reprodução. A “autopoiesis” da sociedade é diretamente dependente desse mecanismo duplo (Luhmann, 1982a e [1984]1987).

Luhmann abre, pois, grande espaço para a contingência histórica e para a reflexividade social. Contudo, como ele quer se ver (em oposição, na verdade, a Parsons, malgrado sua própria opinião, que aí veria uma continuidade radicalizada) livre de qualquer vestígio de subjetividade (Luhmann, 1975), acaba por ater-se exclusivamente a sistemas sociais reificados. Isso se verifica especialmente em relação à “sociedade”, hoje mundial, que termina por ser a única a portar os processos de

evolução social, uma vez que consiste no único tipo de sistema — em oposição a interações e organizações — que efetivamente “aprende” do ponto de vista evolutivo (Luhmann, 1971 e 1975). Deste modo, ele enfatiza a contingência renunciando à possibilidade de lidar com o impacto de coletividades no desenrolar da história. Ademais, a contingência subordina-se a processos de diferenciação — ao que parece, necessários e iniludíveis —, na medida em que diferenciação implica maior complexidade, que por seu turno requer nova diferenciação, capaz de emprestar maior autonomia aos subsistemas, e daí por diante (Luhmann, 1982a, [1984]1987, 1987 e 1990).

Detenhamo-nos, contudo, no que Luhmann (1982a, pp. 229-54, e 1990, p. 423) entende como diferenciação social. Ele articula o conceito em várias dimensões. De particular interesse é sua distinção entre diferenciação por segmentação, por estratificação e funcional. Enquanto a primeira multiplica subsistemas semelhantes, as duas últimas produzem sistemas distintos; mas, se a diferenciação por estratificação é hierárquica, baseada em diferenças de poder, riqueza etc., na diferenciação funcional os subsistemas se tratam como iguais, mesmo se existe hierarquia entre eles, o que aumenta a flexibilidade do sistema. Adicione-se a isso uma diferenciação entre centro e periferia. Apesar de haver aí um viés ideológico óbvio, que percebe a modernidade como diferenciada em termos meramente funcionais, a caracterização ampla dos tipos de diferenciação desloca uma suposta homogeneidade dessa noção. Com isso Luhmann quer afastar também a idéia de que passamos de um estado de homogeneidade básica a outro, mais avançado, de heterogeneidade e incoerência; se bem que a complexidade da sociedade seja crescente, pode-se abrir mão da hierarquia sem perder a institucionalização de valores, que, em contrapartida, não elimina conflitos sociais. Interessa, sobretudo, entender como sistemas operam a *redução da complexidade* de seu meio e se adaptam a ele, o que se realiza através de processos de escolha de caráter binário

(sim/não) de potencialidades que permanecem latentes na estrutura social, permitindo que o “horizonte” do sistema se encolha e sua capacidade de direção se preserve.

Por sua vez, Münch reedita, radicalizando-o, o esquema AGIL parsoniano, que combina com uma leitura dura e ocidentocêntrica de Weber, de forma a compreender a modernidade, conquanto, de modo geral, postule que a diferenciação não é suave, nem ordenada (integrada), nem completa, não sendo, todavia, conducente à irracionalidade (Münch, 1984 e 1990). O acento no surgimento da diferenciação como fruto de conseqüências não-intencionais, do contato com estranhos, que ocorrem “por acaso” (Münch, 1990, p. 463), não consegue evitar que sua imersão no esquema AGIL suprima o espaço da ação em geral e o das coletividades em particular.<sup>5</sup>

Qual o saldo desses desenvolvimentos dentro do neofuncionalismo? De modo geral, pode-se sugerir que eles descortinam perspectivas às quais não são capazes de dar conseqüência. Há, em primeiro lugar, uma perda de consistência em relação à obra de Parsons, com a exceção de Luhmann, que navega em outra direção. No quadro estreito de sua teorização, Parsons conseguira definir um esquema teórico claro e coerente, embora nele o papel da subjetividade fosse bastante reduzido. Suas variáveis — adaptação, diferenciação, variação e seleção — eram bem definidas, assim como o era sua referência à Biologia. Ademais, ele distintamente abraçava um tipo de teleologia segundo a qual o que dava direção ao processo histórico era a *forma* — complexificação e diferenciação crescentes — antes que o conteúdo, a despeito de sua apologia dos Estados Unidos como consumação da sociedade moderna. O neofuncionalismo dispôs da maioria daquelas variáveis — assim como da idéia de “equivalentes funcionais”, crucial para o funcionalismo clássico —, retendo basicamente a diferenciação, embora sem querer deixar de lado a direcionalidade da evolução. Para os neofuncionalistas em geral (exceção feita a Eisenstadt), um suposto e genericamente verificável processo de

complexificação é diretamente identificado com a diferenciação da sociedade — sem que haja argumentação para sustentar esse passo. Na verdade, não existem elementos explicativos definidos no novo esquema.<sup>6</sup> Por outro lado, eles corretamente introduzem coletividades em seu arcabouço explicativo. Todavia, não especificam seu estatuto na teoria geral da ação e, muito menos, dentro de sua teoria da evolução. Nesse sentido, elas até certo ponto conservam a posição de “categorias residuais” — ou seja, são aventadas para lidar com problemas empíricos inevitáveis, sem articulação teórica plena (veja Parsons, [1937]1949, pp. 16ss). Na nova teoria funcionalista, não são mais apenas categorias “negativas”, mas tampouco se mostram capazes de completar a passagem para o estatuto de “categorias positivas”, claramente articuladas em termos teóricos. Em particular, não se esclarece se a diferenciação e a complexificação são dependentes de sua ação ou se aquela teleologia da forma continua a operar por cima do movimento promovido por coletividades na história, o qual perderia, assim, qualquer relevância teórica mais profunda. Na medida em que se caracteriza a diferenciação como “tendência-mestra” (Colomy, 1985, pp. 132-3; 1990a, p. 120, e 1990b, pp. 466-7), ainda que não unívoca, parece difícil escapar dessa última posição.

Não obstante, a tensão que nessa corrente se patenteia entre explicações evolutivas funcional-estruturalistas e outras que enfatizam o papel das coletividades — variavelmente (des)centradas — é altamente salutar e instrutiva. Na medida em que se renuncia à teleologia, a complexificação da sociedade, ainda que hoje manifesta, pode ser vista como resultado apenas possível, sem inexorabilidade evolutiva. Acresce que essa complexificação é atravessada por processos de *diferenciação* e de *desdiferenciação*. Não é aqui o lugar de buscar exemplos exaustivos de processos de desdiferenciação; a menção à simplificação das estruturas familiares e, sobretudo, à uma tendência perversiva à indiferenciação de papéis femininos e masculinos no mundo con-

temporâneo ajuda a sinalizar esses processos. O próprio tema da democracia, como Tocqueville percucientemente assinalou em *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), enraíza-se num processo de igualização desdiferenciadora dos indivíduos — conquanto classes sociais e outras formas de hierarquia não devam ser subestimadas como estruturas de diferenciação por estratificação. A contingência do processo histórico demanda, então, novas variáveis explicativas e independentes. As coletividades de que são tão ciosos os neofuncionalistas precisam ser, portanto, colocadas no centro da trama, pois são elas que tecem os processos históricos. Em particular, a *criatividade da ação*, em sua *dimensão coletiva*, e processos de *inovação* podem ser, enfim, destacados, o que se acha ainda bloqueado no quadro analítico do neofuncionalismo, malgrado o avanço que, até certo ponto, suas idéias representam.

### O Historismo Inglês

Os autores ingleses e o húngaro radicado na Inglaterra, recentemente falecido, Ernest Gellner, que examinaremos agora, formam, em comparação com os neofuncionalistas, uma corrente bem mais descentrada e heterogênea.<sup>7</sup> Compartilham, contudo, uma perspectiva que acentua a contingência da ação e da história, recusando — porém com resultados contraditórios — generalizações e afirmações evolucionistas. Uma influência capital sobre esses autores é, sem dúvida, Weber — não em sua perspectiva sobre a diferenciação de esferas sociais, mas como historiador-sociólogo que enfatiza a especificidade e irreduzibilidade das sociedades, assim como o tema da multicausalidade. O trabalho inicial do próprio Gellner exerceu, outrossim, considerável impacto sobre seus pares mais jovens.

De um ângulo claramente liberal, Gellner (1964, pp. 3-10) recusou, entretanto, o que batizou de concepção “episódica” da história — segundo a qual a sociedade transita de um estágio ruim para um bom, como no caso dos mitos do contrato social — e o evolucionismo — para o qual a direção da história, vista em

termos de continuidade básica, é mais importante que o ponto de chegada concreto. Nesse movimento, detecta-se a influência de Popper, com *A Sociedade Aberta e seus Inimigos* (1945) e *A Miséria do Historicismo* (1944-45) — conquanto Gellner (por exemplo, 1988b) tenha sistematicamente criticado o cripto-evolucionismo do último Popper, que colocou as tentativas adaptativas da “ameba” no mesmo plano e em continuidade com o esforço melhorista dos seres humanos. A despeito de julgar o evolucionismo praticamente morto nos anos 60, Gellner (1964, pp. 11-32) procedeu a uma crítica detalhada do que denominou de “teorias do crescimento mundial”, as quais, estabelecendo uma sucessão de estágios, desvelariam melhorias crescentes por meio de uma enteléquia unidirecional. Para começar, além de revelar equívocos de caráter fatural e moral (este, ao identificar poder e valor), estas teorias não fornecem explicação para a mudança social, uma vez que não caracterizam os mecanismos através dos quais esta se processa. Ele avançou, então, uma terceira concepção da história — a “neoepisódica”. As vantagens dessa abordagem seriam não extrapolar para o passado e o futuro o ritmo e a direção de crescimento do presente, mostrando-se capaz de lidar com a complexidade social sem cair nas falácias de uma grande e total história, nem concentrar-se num único episódio. Na verdade, à parte a revolução neolítica e a revolução industrial — que consiste na “grande transição” para um tipo único, peculiar, de sociedade, introduzindo uma radical solução de continuidade na história humana —, a Sociologia deveria discutir a *estabilidade*, antes que a mudança social (Gellner, 1964, pp. 40-6). Não obstante, é com a mudança que Gellner vai se preocupar. Muitos dos elementos presentes em seus primeiros escritos foram posteriormente reelaborados e tomaram, em parte, nova direção.

De fato, Gellner retoma a busca de um “[...] esboço tosco da transformação das três grandes esferas da atividade humana, cognição, produção, coerção, através de estágios cruciais da divisão do trabalho” (Gellner,

1988b, p. 213).<sup>8</sup> Ele descarta da moral e da expressividade, comprometido — é cabível sugerir — com o que Habermas, como veremos, chamou de lógica “sistêmica-instrumental”. Ele agora se move, no entanto, mais decididamente na direção de uma perspectiva histórico-filosófica, dedutiva, que se pretende, em contrapartida, tributária dos fatos (Gellner, 1988b, pp. 11ss). O que o leva a postular uma seqüência de três estágios na evolução da humanidade: o dos caçadores-coletores, o da “agrária” e o da “indústria”, separados pelas revoluções neolítica e industrial (Gellner, 1988b, pp. 20ss). Isso nos dá, na verdade e bastante literalmente, um modelo que pouco difere dos já consagrados, que ele mesmo criticara em passagens anteriores — a fase “agrária”, por exemplo, é simultaneamente período de trevas, em que a sociedade vive de acordo com valores gerais antes que instrumentais, e início da dominação estatal. Um conjunto de fatores — em geral não especificados com maior precisão (cf. McFarlane, 1992) — teria levado a humanidade a um salto significativo, com a emergência da indústria, que institucionaliza a inovação e acaba por conquistar o mundo (Gellner, 1988b, cap. 7). Não há obrigatoriedade no caminho que tomamos, nem se deve extrapolá-lo para o futuro; o retorno ao passado, entretanto, está fechado, uma vez que “transformações radicais efetivamente ocorrem: mas não são inevitáveis” (Gellner, 1988b, pp. 204, 213 e 248).

Dentre os sociólogos ingleses, Giddens ocupa hoje posição de maior destaque. Sua “teoria da estruturação” se propõe capaz de superar os impasses tanto das sociologias “objetivistas” quanto das “subjetivistas”. Sua teoria da história recebeu contorno sob a influência dos conceitos da teoria da estruturação, mas problemas foram surgindo, todavia, na medida em que fenômenos de caráter coletivo “ativo” demandavam tratamento (veja Domingues, 1995a, cap. 2).

Seguindo os passos de Gellner, Giddens rejeita frontalmente o evolucionismo, como se pode ver nesta passagem, em que sintetiza sua perspectiva:

“Deve-se resistir à equação da história com a mudança social, por ser tanto errada logicamente como imperfeita empiricamente[...] Além disso, a história humana não se parece com o que Gellner chamou de ‘história mundial do crescimento’. Durante a maior parte do período no qual seres humanos viveram em pequenas sociedades de caçadores coletores, a história foi permanência antes que mudança [...] O advento de sociedades divididas em classes — estados agrários ou ‘civilizações’ — marca uma ruptura clara com o que veio antes [...] [Mas] foi com a chegada do capitalismo, particularmente do capitalismo industrial, que a velocidade da mudança torna-se realmente dramática [...] O que separa aqueles vivendo no mundo moderno de todos os tipos anteriores de sociedade, e de todas as épocas anteriores, é mais profundo do que as continuidades que os conectam a períodos do passado” (Giddens, 1984, pp. 32-3).

Para Giddens (1981, pp. 90-1), teorias evolucionistas usualmente envolvem três premissas errôneas: (a) a sociedade desenvolve-se do simples ao complexo; (b) a mudança tem fontes internas; (c) a comparação entre sociedades semelhantes é mais frutífera. Segundo ele, a terceira premissa dissolve-se por si própria quando o evolucionismo é rejeitado; as outras duas ele combate com a idéia de “distanciamento no tempo-espaço” e o questionamento da noção de fronteiras societárias. Outros conceitos somam-se a esses, mas Giddens parte mesmo é de uma crítica bastante detalhada do marxismo em particular e do evolucionismo em geral, especialmente de Parsons, sua principal expressão na Sociologia do século XX. Se Marx, em parte, deixou de lado o evolucionismo, sobretudo ao discutir os modos de produção pré-capitalistas nas *Formen* e ao acentuar o quanto de descontínuo havia no modo de produção capitalista, em face de formas econômico-sociais anteriores, ele adotou muito do ponto de vista tradicional. O problema crucial, para Giddens, é que Marx localizou na dialética entre forças produtivas e relações de produção o núcleo dinâmico de um desenvolvimento histórico crescente e direcionado, que implicava maior *adaptação* da sociedade ao meio (Giddens, 1979, p. 223; 1981, pp. 76ss, e 1990, p. 5).<sup>9</sup> Ademais, Gid-

dens (1981, pp. 105ss) acentua os efeitos negativos do “materialismo” de Marx para sua concepção de história, uma vez que, ao contrário, acredita que apenas no capitalismo aquela dialética é determinante. Parsons, por seu turno, praticamente assume todos os conceitos fundamentais do evolucionismo (Giddens, 1984, pp. 263ss).

Giddens (1984, p. 233) ataca com acidez particular a idéia de *adaptação* — que foi, aliás, descartada pelo neofuncionalismo, e cuja autoria é certamente injusto atribuir a Marx, que, nesse ponto, achava inclusive discutíveis as teses de Darwin. Ela seria vaga, dependeria do funcionalismo, e identificaria falsas tendências dinâmicas. Mais genericamente, o evolucionismo, segundo ele, leva à “compressão unilinear” (ou seja, a história teria uma direção única, clara e definida), à “compressão homológica” (o desenvolvimento histórico basear-se-ia no desenvolvimento do indivíduo, ou mesmo o reproduziria), à “ilusão normativa” (de que dever-se-ia seguir aquela direção única, identificando ainda poder e moralidade) e à “distorção temporal” (ao confundir “história” e “historicidade” — conforme Lévi-Strauss —, essa última conjurando uma dinâmica forte no desenvolvimento da primeira) (Giddens, 1984, p. 239; 1985, p. 32, e 1990, p. 50).

Deve-se notar, além disso, que para Giddens (1984, p. 237) não há, ao contrário do que se passa com a Biologia, nenhuma “unidade em evolução” nas Ciências Sociais — certamente, a “sociedade”, termo datado e ligado exclusivamente a sistemas sociais delimitados pelo Estado-nação (Giddens, 1979, p. 244, e 1984, pp. xxvi-xxvii), não evolui. “Modelos de desdobramento” devem ser por isso rejeitados: eles separam artificialmente fontes de mudança interna e externa, concentrando-se nas primeiras, dado que tratam “[...] a mudança social como a emergência progressiva de traços que um tipo particular de sociedade presumivelmente tem dentro de si desde o princípio” (Giddens, 1979, p. 223).

Giddens (1984, p.227) descarta, portanto, todas essas idéias, propondo-se a *descons-*

truir o evolucionismo. Mas isso não quer dizer, ao contrário do que pensam os pós-modernistas, que ele não possa generalizar sobre a mudança social, posto que a história não é simplesmente “caos” (Giddens, 1990, p. 60). Para tanto, ele introduz um conjunto de novos conceitos: “princípios estruturais”, que possibilitam a “análise de modos institucionais de articulação”; “caracterizações episódicas”, para comparar “modos de mudança institucional”; a definição de “sistemas intersociais” e a relação de sociedades com diferentes “estruturas” dentro de “margens espaço-temporais”; o “tempo mundial”, com o exame de conjunturas “à luz da história monitorada reflexivamente” (Giddens, 1984, p. 244). Episódios, conceito no qual a influência de Gellner é óbvia, referem-se a aspectos da vida social como “um número de atos ou eventos que tem começo e fim especificáveis”; envolvem, portanto, uma seqüência particular. Episódios de larga escala implicam “seqüências de mudança que afetam as principais instituições dentro de uma totalidade societal, ou envolvem transições entre tipos de totalidades sociais”. Com isso Giddens quer evidenciar a importância da contingência na história — uma vez que episódios não são “inevitáveis”, podendo ou não ter lugar. Os conceitos de “tempo mundial” (derivado de Ebehard), “sistema intersocietal” e “margens”, por sua vez, salientam a influência dos sistemas intersociais nas transições episódicas e as passagens de uma totalidade societal para a outra, enfatizando, assim, o papel das fontes exógenas de mudança. Foge-se, com essas idéias, de “modelos de desdobramento” e da noção de “estágios” de desenvolvimento. A isso acrescentam-se os conceitos de “tipo de mudança social” — que assinala a profundidade da mudança dos “princípios estruturais” que organizam o sistema social —, de “impulso” (*momentum*) — que caracteriza a velocidade da mudança e depende da emergência de certas transformações-chave no começo do processo — e de “trajetória” — que aponta a direção da mudança social (Giddens, 1979, pp. 54-5 e

225ss; 1981, pp. 82-3, e 1984, pp. 180ss e 244ss).

Há ainda em Giddens um outro conceito que cumpre papel crucial, lado a lado à idéia de “reconstrução” do caráter do poder (Giddens, 1984, p. 227): *distanciação tempo-espaçial*.<sup>10</sup> Ele destaca o papel que *recursos alocativos* (fatores materiais do meio, meios de produção e reprodução, e produtos acabados) e *autoritativos* (organização do tempo-espaço social, produção e reprodução do corpo humano e organização das chances de vida) desempenham na vida social. Mediante relações sociais de poder assimétricas — que, no entanto, não demandam necessariamente a subordinação a interesses seccionais —, esses recursos constituem estruturas de dominação, uma “propriedade dos sistemas sociais passível de expansão”. A capacidade “transformadora” humana suposta pela teoria da estruturação (para os indivíduos) expressa-se aí coletivamente (de forma incongruente, deve-se notar, com suas afirmações explícitas sobre coletividades em termos teóricos gerais — veja Giddens, 1995, p. 294).

Teorias evolucionistas dão grande importância aos recursos alocativos, em função do tema da adaptação; recursos autoritativos são, todavia, mais importantes — eles são os “portadores principais da distanciação espaço-temporal” (Giddens, 1979, pp. 50-2, 60-3 e 92-4; e 1984, p. 258). Sistemas sociais estruturam-se no tempo e no espaço. Mas também “põem entre parênteses” as relações espaço-temporais. A distanciação espaço-temporal tange, portanto, à dissolução dos limites postos pelo tempo e pelo espaço, o que permite uma ampliação crescente dos sistemas sociais, consoante o aumento também de sua capacidade de “armazenagem” de recursos. Nas sociedades sem escrita, essa capacidade é baixa, uma vez que o controle que pode ser exercido é escasso. Sobretudo a escrita, a impressão mecânica, computadores etc., que permitem maior controle, são fundamentais para a distanciação espaço-temporal, embora a capacidade de armazenagem do excedente produtivo seja de grande relevância (Giddens,

1979, pp. 92-5, e 1984, p. 258). Na modernidade, por exemplo, o nível de distanciamento é muito superior ao encontrado em civilizações agrárias (Giddens, 1990, p. 14). Embora fértil, a postulação de Giddens de uma crescente distanciamento espaço-temporal já foi objeto de tentativa de virar a mesa, trazendo-se à baila um suposto cripto-evolucionismo em sua obra — com referência à crescente complexidade relacionada à progressiva distanciamento espaço-tempo (Olin-Wright, [1983]1989).

Pode-se detectar muitas semelhanças entre a teoria de Giddens e a de Mann, que almeja igualmente descartar o evolucionismo, embora reconheça que este recebeu novo alento com o colapso do sistema soviético (Mann, 1993, p. 729). Além disso, mais radicalmente inclusive, Mann (1986, pp. 1-2) não aceita a noção de “sociedade”, substituindo-a pela idéia de que a vida social se desenvolve com base em “redes de poder múltiplas, que se superpõem e imbricam”. A idéia de sociedade estaria por demais comprometida com a de Estado. Mann (1986, p. 13) admite, apesar disso, a existência de uma certa “fronteira” entre as redes interativas e seu “meio”. Essas redes de poder teriam quatro fontes: ideológica, econômica, militar e política. Elas surgem em função dos objetivos que as pessoas se colocam para atingir uma vida melhor — e essa é a fonte do dinamismo social — e se apresentam como meios que podem tornar-se fins em si mesmos mas que, de todo modo, são exercidos através de recursos. O poder tem vários aspectos: o distributivo — soma zero — implica a preeminência de um agente sobre o outro; o coletivo aponta para o poder do grupo com um todo. O poder pode ser, ademais, extensivo (organizando muitas pessoas e largos territórios) ou intensivo (possibilitando organização densa e alto nível de mobilização e compromisso); pode ser também autoritativo, dependente da vontade de grupos e instituições, ou difuso — mais espontâneo, descentrado e inconsciente, portanto. A estratificação social representa a criação e a distribuição social do poder.

Conforme acima observado, Mann sofre a influência de Gellner, recusando uma “estória do crescimento mundial”. Como Weber (o “maior sociólogo”), ele quer combinar teoria sociológica e conhecimento histórico. A evolução do poder seria descontínua — daí a necessidade de uma abordagem “episódica”. Em particular, Mann estuda os “saltos”, o “gume” que guia o desenvolvimento do poder (Mann, 1986, pp. 3 e 31). Para ele, a evolução geral marcha apenas até o Neolítico. Até aí não encontramos classes nem desigualdades sociais cristalizadas — a mobilidade espacial permitiria a defesa das comunidades, de fronteiras vagas, diante do crescimento de hierarquias. Ciclicamente, haveria o que ele chama de “devoluções” — de sociedades de estatos (*rank*), voltar-se-ia ao igualitarismo. Com a agricultura, o pastoreio e as cidades, as populações, de modo a poderem desfrutar dos benefícios desses desenvolvimentos, penetraram em uma “caverna” da qual não há saída (Mann, 1986, pp. 39ss). Com isso, o Estado e as classes puderam decolar. Porém, ele nos admoesta: “A civilização foi um fenômeno anormal” (Mann, 1986, p. 124); dela pode-se escrever somente “histórias locais” — que se iniciam em 3000 a.C., cobrindo, pois, não mais que 1% da história humana —, sem referência a uma evolução geral, posto que não derivaram de um “crescimento necessário de sociedades pré-históricas” (Mann, 1986, pp. 31, 53 e 73). Sempre associada à agricultura aluvial e estabelecendo uma relação entre o centro — estável e sedimentado — e uma periferia frouxa, a civilização teria emergido em quatro áreas: na China, no Egito, na América Central e na América andina (Mann, 1986, cap. 4). Mann (1986, cap. 11 e pp. 502-3) acredita que o desabrochar dessas civilizações e sua difusão por outras áreas e redes de poder permitem estudo comparativo, o que, entretanto, não é lá tão simples, uma vez que seu modelo de sociedade não define unidades claras para a comparação (Mann, 1986, p. 30). De qualquer forma, o problema desaparece com o surgimento do capitalismo,

acontecimento único que faz com que a narrativa histórica seja tudo que nos resta.

Todavia, a despeito desse critério particularista, Mann estima que devemos nos render à evidência de que houve, afinal, um “desenvolvimento histórico mundial”, não necessário e não derivado de tendências internas às “sociedades”, levando, de qualquer forma, a um desenvolvimento claramente direcional do poder. Afinal, episódios podem ter um impacto cumulativo. Isso ocorre, em particular nesse caso, porque, “[...] uma vez inventadas, as principais técnicas infra-estruturais [sem alusão exclusiva à economia, evidentemente, JMD] parecem quase nunca haver desaparecido da prática humana” (Mann, 1986, pp. 3, 524, 529-31 e 538-9). Assim, em grande medida, em função do dinamismo proporcionado pelo Cristianismo, com sua articulação entre universalismo e valorização do indivíduo (Mann, 1986, pp. 301ss, 397-8 e 412), o Ocidente tornou-se a civilização mais poderosa (Mann, 1986, p. 31).

Como Anderson (1992) observou, na forma como é construída, sobretudo em função de sua narrativa, a teoria de Mann reproduz em grande parte os relatos tradicionais que localizam o desenvolvimento histórico como nascendo no Oriente e culminando no Ocidente. Se se leva em conta que seu principal recurso para recusar o evolucionismo e ainda assim explicar a cumulatividade do processo requer, em combinação com a idéia de que invenções permanecem, sua difusão por seus vizinhos — em outras palavras, o desenvolvimento social “migra” —, a questão torna-se ainda mais delicada. Partindo de um teleologismo claro e central, essa foi a solução encontrada por Hegel precisamente para capturar o desenvolvimento do Espírito Absoluto em suas *Lições sobre a Filosofia da História Universal*.<sup>11</sup>

Mas deve-se observar, de forma muito mais positiva, que Mann, decisivamente, introduz um “mecanismo” capaz de explicar inovações sociais — que dependem, em primeira instância, dos desejos humanos — e a passagem de uma determinada configuração

das organizações do poder para outra — que não é, contudo, sua única referência para inovações, mais quotidianas comumente, pois fala do choque de civilizações e de invenções “extensivas” (sobretudo entre os romanos) e “intensivas” (dominantes na Idade Média europeia). Trata-se da dialética da “institucionalização” e da “emergência intersticial” (Mann, 1986, pp. 30, 312-3, 537, e 1993, pp. 41, 105 e 727-8). Ele sintetiza assim sua posição:

“As sociedades nunca foram suficientemente institucionalizadas para prevenir a emergência intersticial. Seres humanos não criam sociedades unitárias, mas uma diversidade de redes interconectadas de interação social. As mais importantes dessas redes formam-se de modo relativamente estável em torno das quatro fontes do poder em qualquer espaço social. Mas, subterraneamente, os seres humanos cavam túneis para atingir suas metas, formando novas redes, estendendo antigas, e emergindo mais claramente para nossa visão com uma ou mais configurações das principais redes de poder” (Mann, 1986, p. 16).

Mais ainda, é mister sublinhar que Mann coloca “atores coletivos emergentes” no centro de sua dialética, ainda que classes, para ele — ao contrário de Marx, mas também daqueles que não as consideram hoje relevantes —, cumpram papel decisivo apenas em determinados momentos históricos (Mann, 1986, p. 529; 1993, p. 728, e 1995). Embora esses atores não sejam propriamente teorizados de um ponto de vista geral, Mann ao menos destaca sua importância e chama a atenção para seu papel crucial na introdução de modificações fundamentais na história da espécie. Nesse sentido, ele dá um passo crucial e em oposição de fato a Giddens que, a despeito de enfatizar a centralidade do movimento de coletividades para os “episódios” que marcam o processo histórico (Giddens, 1979, p. 224), não tem como lidar com o problema, por confinar a teoria da estruturação a atores individuais somente. Os dois autores, apesar de possíveis deslizes “evolucionistas”, compartilham ainda uma inclinação para enfatizar o papel da contingência na história e descartar

qualquer teoria da evolução. Atribuem, assim, grande importância aos mecanismos da mudança, mas pouca às direcionalidades do processo evolutivo e mesmo a conceitos mais gerais que pudessem servir para teorizá-lo. Apresenta-se, no máximo, uma teoria da história, sociologizada. Mann, contudo, é parcialmente uma exceção nesse caso, em particular por colocar em relevo o papel da *criatividade* humana no surgimento de novas formas de poder, em contraste com a maioria das teorias sociológicas sobre o tema, ainda que sublinhe o que se constitui em apenas uma forma de inovação, a saber, a “intersticial” — não obstante, pervasivamente, nos mostrar como os grupos dominantes, também eles, produzem novas formas de organizar o poder social (Mann, 1986 e 1993, *passim*).

A exceção pró-evolucionista dentro desse quadro inglês encontra-se na obra de Runciman. Este autor admite que a forma pela qual a evolução social foi pensada frequentemente, acoplada a explicações teleológicas e/ou funcionais, justificaria reservas; esse não é, todavia, necessariamente o caso: basta que se articule a explicações propriamente causais, embora isso não forneça capacidade preditiva sobre a história ou a evolução das espécies. Ademais, essa teoria não deve ser unilinear, não define superioridades societárias, nem “avaliações” valorativas ou progresso, conquanto aponte para a crescente complexidade e variabilidade sociais, bem como as mudanças evolutivas se mostrem direcionais (Runciman, 1983, pp. 208 e 214-5, e 1989, pp. 37-9, 43 e 296). Competição e “pressões seletivas” são elementos causais fundamentais nesse sentido — mesmo que, de novo, não haja analogia direta entre “sobrevivência” biológica e social e que o “poder” seja, na verdade, o critério do sucesso (Runciman, 1983, pp. 215-7, e 1989, pp. 38, 45 e 289). Em compensação, haveria continuidade básica entre a evolução biológica e a social, tese que o faz postular um “repertório psíquico-fisiológico” (“geneticamente imposto”) subjacente à competição que, articulada hierarquicamente, leva a processos de seleção. A Socio-

logia depende da Psicologia e da Etologia, mas não se reduz a elas (Runciman, 1989, pp. 37-8). Sociedades, unidades maiores definidas pela distribuição de pessoas em papéis, que se articulam à distribuição do poder, mudam, e essa mudança caracteriza-se por deslocamentos no sistema de papéis e em seu conteúdo (Runciman, 1989, pp. 3 e 8ss). As duas questões da Sociologia, em contraposição à descrição detalhada do historiador e à análise pormenorizada do antropólogo, são a identificação dos “tipos distintos de sociedade” (dos modos e subtipos de distribuição de meios de produção, persuasão ou coerção) “possíveis num certo estágio da evolução”, e a observação das causas que empurram as sociedades em uma certa direção (Runciman, 1989, p. xi).

Mas, o que é selecionado nesse processo competitivo? *Práticas*, responde Runciman, pois “[...] assim como é a mutabilidade dos genes que capacita as espécies a se adaptarem a seu meio, é a flexibilidade das práticas que capacita grupos ou categorias de pessoas em seus papéis a se adaptarem a seus meios”. De forma igualmente similar à evolução genética, *mutações e recombinações* de práticas acontecem de “maneiras diferentes e imprevisíveis”. A emergência de variações é aleatória, mas a sobrevivência das práticas depende de conferir ao papel e à “sistática” (grupo hierárquico) que as adota uma vantagem competitiva. A “recombinação” de práticas pode ser ainda mais “poderosa” para criar novidades que as mutações (Runciman, 1983, cap. 3, e 1989, pp. 41 e 47).

Assim, indivíduos e subjetividades coletivas de diversos tipos — grupos, sociedades etc. — competem e mostram-se responsáveis pela emergência e seleção de inovações; contudo, Runciman (1995) não considera isso relevante: embora esses elementos sejam fundamentais casualmente, interessaria ao pesquisador o resultado dos processos evolutivos — como ele pretende haver demonstrado com as diversas possibilidades, entre elas a capitalista, de articulação da força de trabalho assalariado a outras práticas sociais em diversos

contextos históricos. O autor empresta grande relevo à contingência e à história — embora não propriamente à narrativa — em sua sociologia evolutiva, mas, simultaneamente, destaca e secundariza o papel da agência, individual e coletiva, em sua confecção. Processos de seleção (com citação direta da própria *A Origem das Espécies*), entendidos de forma bastante ortodoxa, vitoriana (“a luta pela existência”), ‘cumprem função excessiva e monocórdia em sua teoria. Runciman pensa competição como embates diretos, deixa de lado noções como “nichos ecológicos” específicos e não dá atenção aos efeitos muitas vezes nocivos da competição intraespécie — para não falar no papel de seleção de outras práticas sociais, elas mesmas previamente selecionadas e que não podem reduzir-se à competição —, embora teça breves comentários relativos à diferença entre “dominação” e “cooperação” (Runciman, 1989, pp. 3, 18, 289 e 449).<sup>12</sup> Dentro do espectro teórico inglês, no entanto, sua contribuição apresenta a vantagem de não renunciar ao próprio tema da evolução social.

### O Estruturalismo Genético

A contribuição mais complexa para a discussão corrente sobre a evolução social vem da obra de Habermas. Retomando os complexos temas da filosofia alemã, por meio da epistemologia genética de Piaget, em conexão com o marxismo, e sintetizando-os com aportes de outras escolas, em particular com a tradição que acentua a diferenciação da sociedade, Habermas, na verdade, colocou a teoria da evolução no centro da teoria social em geral.<sup>13</sup> Não estando ela ainda construída, era então necessário proceder à sua elaboração, uma vez que, para as Ciências Sociais, “no correr da evolução social o próprio objeto se transforma” (Habermas, 1973, p. 7; e [1981]1988, Bd .2, p. 447).

Desde seus primeiros esforços na direção de uma teoria da sociedade, era claro que isso se faria articulando as obras de Marx e Weber. “Interação” e “trabalho”, descortinando dois universos sociais distintos, aquele relacionado à ação comunicativa, este atinente à ação-

com-relação-a-fins, diziam respeito ainda a duas lógicas peculiares de racionalização social (Habermas, [1968a] 1968). Sua perspectiva, a princípio permeada pelo marxismo, conquanto hostil genericamente ao hegelianismo (Habermas, [1972a]1973), viu-se crescentemente tributária da fenomenologia e da teoria dos sistemas, sobretudo em sua vertente luhmanniana (através da qual leu a própria obra de Parsons); com isso ele distinguia entre “integração social”, atingida pelos atores, e “integração sistêmica”, fruto de articulações funcionais (Habermas, 1973, sobretudo pp. 11ss). Recusando a “reivindicação de universalidade” do funcionalismo e muitas de suas idéias específicas, Habermas ([1971]1985, pp. 144 e 271-2) manifestou, inicialmente, certa reserva em relação ao funcionalismo sistêmico, que considerava uma “forma superior de consciência tecnocrática”. Essa reserva foi, todavia, aos poucos abandonada, e o funcionalismo sistêmico passou a oferecer uma abordagem-chave, não obstante parcial, para sua própria teoria. Concomitantemente, uma série de outras influências veio a se somar à sua matriz original, fazendo com que o conceito de “mundo da vida”, presente já desde fins dos anos 60 em seus escritos, adquirisse forma acabada, com uma mistura de fenomenologia, interacionismo simbólico, Wittgenstein e filosofia lingüística, como se observa em sua obra máxima, *Teoria da Ação Comunicativa* ([1981] 1988).

De todas essas novas influências, a mais decisiva é a de Piaget, que se inicia com análises sobre identidade e competências individuais (Habermas, [1968b]1973; [1972b]1973 e [1974b]1984), para ampliar-se em sua “reconstrução do materialismo histórico” e, enfim, tomar centralidade em sua “teoria da ação comunicativa”. Piaget facultou a Habermas uma visão do presente mais otimista que a de Adorno e Horkheimer (ele crê, ademais, que estes permaneceram presos à filosofia da consciência e a um conceito unilateral de racionalização, meramente instrumental). Como no caso do funcionalismo, Habermas progressivamente deixou de lado

suas reservas iniciais em relação a Piaget.<sup>14</sup> *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico* apresentou o resultado dessas investidas habermasianas, que queriam renovar o marxismo, libertando-o do dogmatismo e dos percalços a que o obrigou uma denegada e nefanda filosofia da história (Habermas, [1976a] 1976, pp. 9ss). Ele retomou a idéia de duas lógicas de desenvolvimento e racionalização, que, ao contrário do que acreditava Marx ([1859]1961), desdobram-se autonomamente — sem que isso, defenda-se, implique idealismo. Interessava-se, então, não apenas pelo desenvolvimento das forças produtivas; cognição e moral desenvolvem-se com lógicas “imanescentes” (Habermas, [1976a] 1976, pp. 9-12 e 31). Deve-se diferenciar “meios técnicos” da “consistência de escolhas”, ainda que ambas relacionem-se à “ação-racional-com-relação-a-fins” e ao desenvolvimento das forças produtivas. Mas há outros processos de desenvolvimento. A “ação comunicativa” corresponde a normas válidas intersubjetivamente, a conteúdos consensuais, prático-morais. Racionalização, aqui, significa superação de limites e distorções impostos à comunicação e crescente reflexividade. Tem-se, portanto, “processos de aprendizado” tanto no plano do pensamento objetivo quanto no plano prático-moral — ambos mediados, em sua concretização histórica, pelos movimentos sociais que, entretanto, apenas atualizam o potencial racional contido em imagens e interpretações do mundo em padrões institucionalizados (Habermas, [1976c] 1976, pp. 32-5 e 40, e [1981]1988, Ba. 2, pp. 463-4). Para captar esses processos evolutivos, ele propõe a “reconstrução de modelos racionais” de desenvolvimento (Habermas, [1976a] 1976, pp. 36 e 38, e 1983), modelos que reproduzem a “lógica”, mas não dão conta dos “mecanismos” do desenvolvimento (Habermas, [1975]1976, pp. 154-5).

Mas foi com o recurso a Piaget e a Kohlberg — que, segundo Habermas ([1975]1976, p. 185, e 1983), dinamizaram o estruturalismo e trabalharam com esse tipo de reconstrução — que ele elaborou um modelo de “homolo-

gias” entre o desenvolvimento cognitivo-moral individual e o societário. A reprodução da sociedade e a socialização de seus membros dependem das mesmas “estruturas” — até porque os processos de aprendizado realizam-se antes, mediante mecanismos psicológicos, sendo generalizados ou não, posteriormente, para a sociedade (Habermas, [1975]1976, pp. 169-70 e 176; 1976a, pp. 36 e 38, e [1985a] 1992, p. 165). Ele é cuidadoso ao apresentar essas hipóteses como provisórias e sublinha certas diferenças. No entanto, afirma que, no terreno da “interação comunicativa”, dois planos se apresentam, demonstrando-se “[...]a identidade das estruturas de consciência, que, de um lado, corporificam-se nas instituições do direito e da moral e, de outro, acham expressão no julgamento moral e na ação dos indivíduos” (Habermas, [1976a] 1976, p. 13).

Piaget, embora com intuições sobre o desenvolvimento moral, contribuiu sobretudo com seus estágios de desenvolvimento cognitivo; Kohlberg, que retomou o filósofo suíço, projetou os estágios da consciência moral. Em ambos os casos, partir-se-ia de um “egocentrismo” rígido para atingir uma abertura comunicativa universal e reflexiva, realizando uma moral “pós-convencional” (Habermas, [1974]1976; [1975]1976, p. 185; [1976a] 1976, pp. 14ss; 1983 e 1991). Esses estágios de desenvolvimento fornecem, ademais, o pano de fundo para uma elaboração com a qual ele pretende superar, incorporando-o em um quadro mais amplo, o conceito de modo de produção: “princípios de organização”. Inicialmente, Habermas deu a esse conceito traços bastante concretos e quase descritivos — dominação tradicional através do Estado ou mercado com assalariamento (Habermas, 1973d, pp. 18ss). Esses princípios adquirem, enfim, o estatuto de categoria mais abstrata, indicativa daqueles estágios de desenvolvimento cognitivo e moral, dentro da qual, a cada estágio, seria possível encontrar mais de um modo de produção; eles estabelecem o “espaço de possibilidades” (*Spielräume*) para as relações sociais, consistindo “naquelas inovações que se tornam possíveis por meio de passos de apren-

dizado, reconstruíveis através da lógica do desenvolvimento, e que institucionalizam um respectivo novo nível de aprendizado da sociedade” (Habermas, [1975]1976, pp. 168 e 185; [1976a] 1976, pp. 18-9, e [1981]1988, B.1, pp. 72ss). Com isso, entretanto, Habermas dá um passo problemático. Afinal, esses processos de aprendizado acabam por tomar o lugar das forças produtivas como núcleo do desenvolvimento histórico. Sem dúvida, apesar de — na esteira de Kautsky e Godelier — Habermas falar da “base” da sociedade como radicando-se em variadas estruturas em formações sociais específicas, ela retém, em sua teoria, a propriedade de instalar impasses e demandas evolutivos, pois “lança” problemas que, a um certo momento, não cabem mais nos quadros dos princípios de organização vigentes; somente no capitalismo a “base” identifica-se com a economia, dela partindo, inclusive, os impulsos para a diferenciação social. Por outro lado, o desenvolvimento cognitivo e moral não joga mais que o papel de “marcapasso” da evolução (Habermas, [1975]1976, pp. 153-4 e 157ss; [1976a] 1976, pp. 12, 32, 37 e 39, e [1981] 1988, BD. 2, pp. 251 e 464). Mas, se é o desenvolvimento dos princípios de organização que comanda o desenvolvimento histórico, é ele igualmente que se coloca como variável independente da evolução; ou colocaria, se outros autores não houvessem insistido que Habermas acabou por fazer da “ontogênese” a variável independente da evolução, uma vez que, afinal, apenas os indivíduos aprendem (cf. Heller, 1982).

Originalmente, Habermas aceitou a preeminência da economia na vida social, se bem que ela apenas se autonomize e se torne o centro articulador e legitimador da vida social no capitalismo. As regras normativas do “mundo da vida”, reino da ação comunicativa, forneciam, então, o “quadro institucional” da sociedade — os subsistemas da ação instrumental e estratégica, referentes à economia e ao Estado, encaixavam-se nele (Habermas, [1968a] 1968, pp. 65ss). Ele sustentaria esse ponto de vista sobre o “quadro institucional” mais adiante (Habermas, [1975]1976, p. 184),

ainda que as já mencionadas ressalvas quanto ao papel da economia se mantenham, mas sua concepção se amplia e se modifica posteriormente de tal maneira que logo um novo desenho conceitual emerge, na verdade, já bastante distante do marxismo. A evolução da sociedade leva a uma crescente diferenciação social, para cuja compreensão Habermas faz recurso a Durkheim, Parsons e Luhmann; uma complexificação acentuada torna necessário que novos “mecanismos de coordenação” sejam introduzidos de modo a liberar a “comunicação linguisticamente mediada” de uma “sobrecarga” que a inviabilizaria. Como diz ele:

“Entendo a evolução social como um processo de diferenciação de segunda ordem: sistema e mundo da vida se diferenciam, no que a complexidade de um e a racionalidade do outro crescem, não apenas respectivamente como sistema e mundo da vida — ambos se diferenciam um do outro [...]. Nesse plano de análise mostra-se o descolamento do sistema e do mundo da vida de tal forma que o mundo da vida, que é co-extensivo com sistemas sociais menos diferenciados, cada vez mais é reduzido a um subsistema ao lado de outros. Com isso desprendem-se cada vez mais os mecanismos sistêmicos da estrutura social da qual a integração social depende para ocorrer. [...] Ao mesmo tempo, permanece o mundo da vida como o subsistema que define a estabilidade da sociedade como um todo. Por isso, os mecanismos sistêmicos necessitam ancorar-se no mundo da vida — eles precisam ser institucionalizados.” (Habermas, [1981]1988, Bd. 1, p. 230).

Isso leva a uma autonomização do Estado e da economia, que, descolando-se do mundo da vida, se constituem em subsistemas da ação instrumental, auto-referidos e coordenados pelos meios do *poder* e do *dinheiro*, respectivamente. Esse é um processo de racionalização instrumental crescente (que, no entanto, não pode ser reduzido ou referido diretamente à racionalidade dos indivíduos, pois sua racionalidade é sistemicamente específica); mas, consoante com teses anteriores, Habermas afirmou um outro lado do processo de racionalização social: o mundo da vida se diferencia, abrindo-se em “esferas” particula-

res — subjetiva, normativa (intersubjetiva) e objetiva — que obedecem a suas próprias lógicas (como perceberam Kant e Weber, não obstante este emprestar excessiva importância à racionalização instrumental — Habermas, [1981]1988a, Bd. 1, pp. 303ss), e se torna progressivamente mais reflexivo, com o que a ação conjunta e a normatividade social vêem-se paulatinamente diante da necessidade de “justificação discursiva” para suas “reivindicações de validade” de veracidade, justiça e verdade. Tem-se, então, a racionalização do mundo da vida e a liberação do potencial da ação comunicativa; isso é mesmo pressuposto para a complexificação posterior da sociedade (Habermas, [1981]1988, Bd. 2, pp. 173ss), embora ele não deixe claro se inevitavelmente leva a ela.

Essa racionalização, evidentemente, atravessa os estágios de Piaget, que Habermas, ([1981]1988, Bd. 1, p. 91) agora acredita fortemente levarem à superação do egocentrismo societário e a seu *descentramento*. O problema é que os sistemas auto-referidos lançam-se presentemente à “colonização” do mundo da vida, terreno da reprodução das instituições, da cultura e da personalidade, e buscam substituir os mecanismos linguisticamente mediados da integração social pelo dinheiro e pelo poder; entretanto, mecanismos sistêmicos somente deslocam a interação social, criando “abstrações reais” (como Marx apontara, ainda que unilateralmente, para a troca mercantil e o dinheiro), em si inevitáveis dentro dos limites do mercado e da burocracia, mas lesivas se avançam além de seus domínios, e ao custo da criação de “patologias” (distúrbios de personalidade e reificação das individualidades, empobrecimento cultural e “ressecamento” das relações interpessoais, regressões coletivas etc.). No entanto, um potencial mais universalista acha-se disponível nas estruturas morais atuais, restando que sua institucionalização se realize; o que é, por outro lado, improvável, visto não haver movimentos sociais capazes de fazê-lo (Habermas, [1981] 1988, Bd. 1, pp. 447ss). Apesar de apostar ainda no projeto da modernidade, Ha-

bermas (veja os textos coligidos, sobretudo em seu 1985b) atinge um diagnóstico pessimista de nosso tempo, a despeito de haver recentemente admitido contratendências à colonização do mundo da vida, com a possível criação de novas “esferas públicas” intersticiais, capazes de substituir aquela, decaída, outrora constituída pela burguesia (Habermas, [1962]1984 e 1992) — tese com a qual uma série de autores têm buscado conectar uma teoria da sociedade civil como um terceiro espaço, ao lado do mercado e do Estado, como expressão, ao que parece, do mundo da vida.<sup>15</sup>

O programa de Habermas, em sua forma original, encontrou paralelo em abordagens de temas específicos e serviu de parâmetro para outros autores, diretamente, como no caso de Döbert (1973a, 1973b, 1973c e 1977), analisando as reformas protestantes — que, entretanto, enrijece mais o modelo e afirma sua unilinearidade —, ou mais indiretamente, como no caso da releitura de Weber por Schluchter ([1979]1981). Por outro lado, acumularam-se as críticas endereçadas à obra de Habermas, à superposição da ontogênese à filogênese, à sua utilização crescente do funcionalismo sistêmico e a seu neo-evolucionismo.

McCarthy ([1979]1984, pp. 268-9) foi particularmente feliz ao assinalar que Habermas deixou sua perspectiva hermenêutica e assumiu um ponto de vista mais objetivista ao adotar os modelos piagetianos, tensão que tenta conciliar ao afirmar que a segunda seria, afinal, dependente de uma perspectiva particular, historicamente situada. O fato é que a influência de Kant, cada vez mais decisiva, em detrimento de Marx (para não falar de Hegel), e que adquire expressão concentrada em sua “ética discursiva” (Habermas, 1983 e 1991), simplesmente formal e privada de conteúdos, marca o desenvolvimento do pensamento habermasiano, o que lhe tem valido também uma série de críticas (veja especialmente Held e Thompson, 1982; Honneth e Joas, [1986]1991). Essa influência era visível já em sua separação radical entre “lógica” e “mecanismos” do desenvolvimento, entre escrita da história e teoria da evolução (Haber-

mas, [1976b] 1976), que, implicitamente, retomava as lições de *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* (1784), na qual Kant separava a linha racional do desenvolvimento humano do caos no qual a história concreta se enreda. Habermas, a partir da justificativa correta de não dever a historiografia deixar-se capturar por esquemas evolutivos pré-fabricados, dá o passo injustificado de isolar a teoria da evolução dos contextos históricos concretos, da ação de coletividades, dos interesses e paixões, ou seja, do efetivo caos histórico que Hegel, por seu turno, tentara capturar, ainda que, afinal, reduzindo tudo à objetivação progressiva do Espírito Absoluto e à marcha da Razão na história. Ademais, já que o *telos* da ação humana é dado pela concretização tendencial dos pressupostos da ação comunicativa — forma elementar da ação social, de onde derivam todas as outras —, livre, reflexiva e sem distorções (Habermas, [1976c] 1976, p. 1), parece correr em Habermas subterraneamente, mas com resultados visíveis, uma concepção não condicional do progresso humano — apesar de sua assertiva de que a evolução social não é universal ou inevitável, a despeito de ser efetivamente direcional quando ocorre (Habermas, [1975]1976, pp. 154-6, e [1976b] 1976, p. 248). Habermas ([1975]1976, p. 154) quer, ademais, preterir a noção de um “sujeito da espécie” como “macro agente”, ao estilo da filosofia clássica alemã, em favor da idéia de que são os indivíduos coordenados em um mundo da vida e as sociedades que aprendem. Assim, mesmo fazendo referência constante à espécie humana como tal, em cujo caso a evolução não é mais simplesmente biológica, mas social — atravessada por um universo simbólico-comunicativo, como anotado por Mead (Habermas, [1975]1976, pp. 146ss; [1976a] 1976, p. 31, e [1981]1988, Bd. 2, pp. 9ss) —, ele acaba prisioneiro da polarização entre atores individuais e estruturas societárias, que fornecem as unidades do processo evolutivo.

Por outro lado, a despeito de haver anteriormente destacado o caráter plural do con-

ceito de “complexidade” social (Habermas, [1975]1976, pp. 175-6), Habermas acolhe hoje uma versão bastante estreita, empobrecida e unilinear dessa idéia, que visualiza a universalidade e inevitabilidade do mercado e do Estado tal qual os temos. Ademais, curiosamente, de modo mais rígido que neofuncionalistas como Alexander e Eisenstadt, e misturando-a com elementos de conteúdo, ele abraça, via a idéia de diferenciação, uma forte teleologia da forma, que não admite outras possibilidades de arranjo institucional. Talvez isso se deva, em grande medida, à sua incapacidade — até porque recusa-se a discutir “mecanismos de desenvolvimento” — de explicar inovações, das menores e mais pontuais às que levam a novos “princípios de organização”.

Aos poucos, esses problemas patentearam-se mais dramáticos. Colaboradores e críticos começaram a censurar Habermas por esse tipo de construção conceitual e por sua teoria ter dificuldades para lidar com temas empíricos, sendo mesmo “falsificada” por investigações que a tomavam como inspiração. Sua descontextualização, a falta de coletividades e, em particular, o modelo de estágios que tomou de Piaget e Kohlberg tornaram-se o foco do debate, que tem levado a um progressivo afastamento de vários autores das teses habermasianas (veja Strydom, 1992, para uma visão geral desses desdobramentos). Em termos da teoria da evolução, Eder tem sido o autor que maior conseqüência tem dado a essas questões, tratando problemas teóricos em geral em conexão com a análise de questões históricas.

Ele interessou-se, inicialmente, pela passagem das culturas aldeãs neolíticas para sociedades organizadas estatalmente, na qual centros religiosos (e não as cidades) cumprem papel fundamental. Isso ocorreu em diversos locais e circunstâncias, embora ele focalize somente os processos “primários” (não aqueles de difusão) de surgimento do Estado. Nessa transição, o ritual, que originalmente estabilizava as relações sociais, e o sistema de parentesco, que definia o pertencimento na

sociedade, são deixados para trás, mediante um “processo de aprendizado” em que um novo “princípio de organização” — que ele, portanto, define com um conteúdo bastante concreto —, diretamente político, emerge, legitimado pela tradição e possibilitando um nível “convencional” de regulamentação dos conflitos sociais. Ao lado dos avanços materiais (domesticação de animais e plantas, introdução da agricultura, sedentarização), o Neolítico testemunhou uma “revolução cognitiva” que permitiu novas concepções de causalidade — os acontecimentos no mundo passam a poder ser explicados como intencionais — e de tempo, agora historicizado.

Para explicar a passagem a um novo princípio de organização, é preciso que uma outra “mutação” evolutiva tenha lugar — a saber, a “moralização do direito”, com fundamentos na tradição e nas definições de “culpa” e “punição” que o novo princípio de causalidade permite. Isso se combinou com crescentes pressões ecológicas que funcionaram como impulso evolutivo, na medida em que os princípios de organização baseados no ritual e no parentesco não tinham mais como responder ao crescimento da sociedade; não por acaso, as primeiras “altas culturas” surgiram nos vales. Para explicar causalmente — e não teleologicamente, como o faz o funcionalismo — essa passagem, Eder sugeriu três “mecanismos”, extraídos da Biologia: variação, seleção e estabilização. Mas ele quer problematizar o surgimento de *inovações* — já que a sociedade simplesmente não se “adapta” a seu “meio” (Eder, 1976, pp. 13ss, 82-3, 171, 169 e 183). Entretanto, Eder rendeu-se a teleologias semelhantes às de Habermas. Afirmou que as “estruturas profundas do aprendizado” são as mesmas na criança e na sociedade, que os estágios seriam isomórficos nesses dois planos e que as “variações culturais” dependeriam dessas estruturas compartilhadas, se bem que os “mecanismos” sejam diferentes na ontogênese e na evolução social. Como em Parsons, a cultura é vista como a “dimensão adaptativa” da sociedade — os códigos simbólicos são semelhantes aos códigos genéti-

cos —, com processos de aprendizado desenvolvendo-se nos planos cognitivo (bem estudado por Piaget) e interativo. *Objetivação* e *descentramento* (como Habermas, aliás, mais tarde enfatizaria) são os dois aspectos-chave da evolução cultural, que se expressa em imagens de mundo que fornecem modelos “contrafactuais” de organização social (Eder, 1976, pp. 71-3, 123-7 e 157). Complexificação, diferenciação, auto-organização e auto-direção cada vez mais amplas, por outro lado, são temas parcialmente captados pela teoria dos sistemas — ainda que esses não sejam processos inevitáveis (Eder, 1976, pp. 69 e 136-7).

De passagem, Eder (1976, pp. 73, 129, 131, 134 e 185) se indagou sobre o que seria universal e o que seria histórico no pensamento humano e, criticamente, observou que “os portadores dos processos de aprendizado são sistemas interativos”; a seqüência da evolução seria multilinear e sua teoria deveria ligar-se à história, com o que grupos, em particular, movimentos sociais, viriam para o centro do argumento. Essas intuições seriam enormemente ampliadas na redefinição posterior de seu pensamento, mas o fato é que, malgrado seu desejo, nesse momento, de modo algum fica claro, em termos causais, como aquelas inovações, ou seja, mutações sociais, ocorrem, são selecionadas sistemicamente e, enfim, estabilizadas institucionalmente. Embora Habermas e Eder (1976, p. 139) houvessem originalmente declarado que sua abordagem contemplava, com vantagens, a idéia marxista de luta de classes, isso não era plausível: a subjetividade coletiva estava quase que absolutamente ausente de seus escritos e aqueles lapsos causais derivavam em muito desse vazío conceitual. Foi isso que Eder progressivamente percebeu e buscou resolver.

Nesse passo, ele amplia também sua concepção geral da evolução social. Em seu *Habilitationschrift*, Eder ([1985]1991) reafirma que a mudança se dá através da geração de “variações”, acentuando agora que elas não determinam os caminhos da evolução: vingar, ou não, dependendo de interesses so-

ciais, o que é função, em parte, de condições institucionais, dentre as quais o direito joga papel central — o Estado, a dominação política, é o fator decisivo no processo de seleção de variações evolutivas. Tanto no surgimento quanto na seleção de variações, a comunicação entre os sujeitos é fundamental, como uma “troca mediada lingüisticamente” (Eder, [1985]1991, pp. 12-3, 39 e 329-30). Esses são os *mecanismos básicos da evolução*. Portanto, não se trata mais de articular a filogênese através da ontogênese, pois que o “aprendizado moral” é fruto da “práxis coletiva” — embora ele afirme que Piaget foi importante para a compreensão da “epigênese”, conceito segundo o qual a evolução seria um processo que não depende apenas de condições externas e casuais, mas de direcionalidades internas do organismo também (Eder, [1985]1991, pp. 19-29 e 53-6). Com recurso, em parte, aos estudos de Miller (1986), Eder fala agora especificamente de “processos coletivos de aprendizado”, que, abrindo-se crescentemente à contingência — uma vez que aumentam a capacidade cognitiva da espécie, concomitantemente à complexificação de seus sistemas sociais —, implicam certa liberdade na escolha de alternativas, bem como reflexividade e capacidade de seleção, se bem que, ao fim e ao cabo, a sociedade necessite de uma estabilidade mínima. Isso é o que permite diferenciar processos de aprendizado normais de “patológicos” — que bloqueiam a ação conjunta e a problematização, bem como a mudança da normatividade social, acabando por levar a patologias sistêmicas (Eder, [1985]1991, pp. 10, 29, 31-2, 38 e 477).<sup>16</sup> Mas como diferenciar o “normal” do “patológico”?

A resposta deve ser dada em três planos, e pelo menos um deles nos ajuda a entender a concepção geral de Eder, mesmo que distinta, em certa medida, de sua autocompreensão. Primeiramente, ele vê patologias como mera consequência do bloqueio de processos de desenvolvimento normativo, como no caso da Alemanha novecentista, em que a moral e o direito acabaram capturados por uma lógica pura do poder político (sendo “amoralisa-

dos”) (Eder, [1985]1991, pp. 319ss, 393-5, 418-22ss, 468-7, 473-4 e 480); ou ainda quando a autoridade substitui a moral, ou quando fronteiras rígidas se formam, ideologicamente, entre os grupos sociais. A força da argumentação é excluída nesses três casos (Eder, [1985]1991, pp. 57-60). Por outro lado, a modernidade se caracteriza precisamente pela ampliação do escopo possível da comunicação, da discursividade e da (inter)subjetividade: nos quadros de uma moral “pós-convenicional”, não há mais ordem objetiva dada e a construção da normatividade social se mostra contingente e dependente dos atores. As “associações” voluntárias (das quais a maçonaria seria expressão particular, mas não exclusiva) se apresentam até mesmo como “novo mecanismo evolutivo”: democratizando os processos criativos, elas acelerariam a produção de variações e, portanto, de inovações (Eder, [1985]1991, pp. 11, 44, 50, 114ss, 129ss, 150-3 e 473). Assim, desvios desse novo padrão são, evidentemente, autolimitadores da reflexividade crescente da evolução social. Porém, mais grave e provavelmente decisiva é uma hipótese avançada sem maiores conexões com seu argumento geral, com o que retoma o teleologismo que, compartilhado com Habermas, procurara descartar ao apresentar contingência e processos coletivos de aprendizado como alternativas implícitas aos estágios piagetianos e à redução da filogênese à ontogênese: a intersubjetividade e o entendimento (*Verständigung*) não são apenas meio, mas *meta* dos processos coletivos de aprendizado (Eder, [1985]1991, pp. 50 e 56). Dificilmente se poderia descobrir tese mais semelhante à formulação habermasiana de que a ação comunicativa é a forma básica da ação social e, *telos*, do desenvolvimento da espécie.

A esta altura, portanto, o pensamento de Eder já inserira a moral e o direito firmemente nos contextos da “ação coletiva”. Mas a relação disso com a teoria da evolução em geral, a despeito de consubstanciar um desenvolvimento que ele reputa essencialmente não-darwinista (Eder, [1985]1991, pp. 21-2, 28-9 e

49-50), ainda não é clara, em particular no que tange às teses específicas de Habermas sobre os estágios da evolução cognitiva e moral, bem como quanto a que se poderia colocar em termos das relações entre processos contexto-dependentes e contexto-independentes. Na verdade, ele não se libertara por completo daquela perspectiva. Ao discutir a apropriação humana da natureza, sua “socialização” (*Vergesellschaftung*) e os diversos movimentos sociais que se constituíram em torno a esse tema, Eder (1988, pp. 144ss e cap. 4) já deu importante passo para relançar seu ponto de vista. Seria com sua discussão sobre movimentos sociais, classes e evolução, no entanto, que ele estabeleceria novas coordenadas teóricas radicais. A citação seguinte exprime com clareza sua nova perspectiva:

“[...]a chave para a explicação do caminho de desenvolvimento que leva à modernidade acha-se nos processos de aprendizado e nas práticas simbólicas na esfera da cultura [...] [que] determinam não apenas o tipo de racionalização (desencantamento ou reencantamento) que terá lugar, com isso restringindo as possibilidades de diferenciação estrutural [...] Assim seremos capazes de ver os processos que se opõem à diferenciação e à racionalização formal [...] como possíveis resultados da modernização” (Eder, 1993, p. 36).

Com isso, o processo histórico, para o qual a teoria da evolução deveria manter-se atenta, patenteia-se como aberto e tendo em seu centro “atores coletivos”, dos quais os movimentos sociais são particularmente importantes, pois “aceleram” a comunicação na sociedade e, junto a outros, contribuem para a reprodução da moldura institucional da modernidade (Eder, 1993, pp. 3-7 e 41-3). Como se vê, questões comunicativas retêm preeminência em sua elaboração; entretanto, ele não apenas sugerirá nova versão para a teoria de classes (em parte baseado em Bourdieu — Eder, 1993, caps. 2-5), mas, sobretudo, reverá sua posição sobre a teoria da evolução. A modernidade, nesse novo quadro, não é unidirecional. A diferenciação é um “subproduto” de práticas que geram a ordem social

moderna, sem ter força autopropulsora e constituindo-se, na verdade, antes que em tendência-mestra, em “tendência dos mestres”, pois é resultado de uma diferenciação de esferas que visa garantir a dominância das elites. Sua realização depende da existência e intensidade das lutas sociais. Já a racionalização, permitindo a reprodução cultural da modernidade, deriva da prática das associações modernas — que se enraízam em relações discursivas, reflexivas — e do interesse das classes sociais em legitimar a sua posição, deslegitimando a das outras. Tanto o desencantamento do mundo quanto seu reencantamento são práticas de racionalização — a primeira formal, a segunda material. A racionalização é, portanto, condicionada por duas variáveis: por um processo coletivo de aprendizado de novo tipo, introduzido pelas associações, e por lutas de classe. A mudança cultural na modernidade é de fato modificada por essa discursividade exercitada em comum (Eder, 1993, pp. 17, 19ss e 30-4).

Se a diferenciação e a racionalização são categorias descritivas, que precisam ser explicadas, *contradições*, em compensação, são tomadas como *o mecanismo básico da evolução*: “[...]evento social em que alguém opõe o que outrem diz ou faz”, é por meio da contradição que processos de comunicação se iniciam ou têm seguimento. Em particular, as contradições põem as classes em conflito. Algo de sua posição anterior é, de todo modo, resgatado quando sugere que as contradições são o *meio* e o *telos* da comunicação. Eder caracteriza, enfim, os processos coletivos de aprendizado como “mecanismos de mutação” evolutiva; por sua vez, os conflitos de classe apresentam-se como “mecanismos de seleção”, ainda que (diferentemente do que ocorre na evolução biológica) ambos possam assumir papéis variados. As “patogêneses” da modernidade — na verdade, predominantes historicamente — surgem do bloqueio dos conflitos de classe e dos processos de aprendizado (Eder, 1993, pp. 17, 36-8 e 40-1).

Criticando as teorias tradicionais da diferenciação e da racionalização (e optando por

um conceito que mistura Weber e Freud de maneira pouco clara), Eder (1993, p. 99, nota 21) havia obviamente atacado as teorias funcionalistas e as piagetianas, conquanto se mantivesse cauteloso e respeitoso em relação a Habermas — mesmo se sua noção de comunicação demonstra-se crivada pelo conflito antes que pelo consenso. Indicando as contradições como o mecanismo da evolução, descarta o darwinismo e perspectivas epigenéticas, ao colocar a interação e a criação cultural-discursiva no centro de seu arcabouço explicativo. Uma teoria neolamarkista, que combine condições de mutação e condições de seleção, far-se-ia mais adequada (Eder, 1993, pp. 17 e 40).

Observa-se, aqui, um desenvolvimento semelhante ao que transcorreu no neofuncionalismo. Muitas das idéias de Eder são bastante sugestivas. Mas não apenas fenômenos como a crescente complexidade social não entram em sua descrição, como todo o arcabouço evolucionista que Habermas e ele mesmo desenvolveram anteriormente parece ser simplesmente descartado, inclusive sem referências diretas e autocrítica explícita, embora Eder busque estabelecer algumas variáveis explicativas da evolução de modo claro e definido. Cabe perguntar se isso é suficiente. De todo modo, ele corrige — ao que tudo indica, criando outros tipos de problema — a rigidez e a falta de atenção para com a história concreta e, em particular, para com subjetividades coletivas, lacunas que marcavam o estruturalismo genético alemão evolucionista. No entanto, Habermas ([1985]1992b, p. 165), ele mesmo, até agora não fez mais que reconhecer que Eder contestou sua tese de que os processos sociais de aprendizado derivam do aprendizado dos indivíduos, se bem que haja apontado, em um texto menor (Habermas, 1988b), para processos de aprendizado que radicam em processos interativos. Isso de maneira alguma chega a se constituir, contudo, em uma virada importante em sua teoria, ao contrário do que pretende Strydom (1992). Alternativas, em todo caso, se apresentam. No caso de Joas (1992), a situação é de certo

modo radicalizada, embora ele tenha sido pouco explícito sobre essas questões, esboçando, em contrapartida, uma propedêutica e balizas conceituais essenciais — sobretudo no plano da ação individual, a despeito de ressaltar a importância do plano coletivo da ação — para uma teoria da criatividade social. Parece-me, portanto, fundamental proceder a uma síntese dessas diversas perspectivas.<sup>17</sup> Até certo ponto, o mesmo se coloca para o neofuncionalismo em relação à obra de Parsons. Além disso, é importante não esquecer das questões que foram levantadas pelo historicismo inglês (não obstante sua recusa ao evolucionismo mostrar-se exagerada), desde que os conceitos da teoria da evolução sejam construídos para de fato adequarem-se ao desenvolvimento histórico.

#### Situação Presente e Horizontes de Desenvolvimento

Quando se toma uma visão de conjunto da produção recente sobre a teoria da evolução, dois aspectos saltam à vista. O primeiro diz respeito à riqueza teórica dessas abordagens. Embora por vezes retomem teses, problemas e conceitos de teorias mais antigas, emprestam-lhes leitura criativa e, em geral, os inserem dentro de quadros conceituais renovados. O neofuncionalismo é um pouco uma exceção nesse sentido, na medida em que seu arcabouço teórico é mais simples que o original parsoniano, apresentando, contudo, a vantagem de abrir-se à história e à contingência. Por outro lado, essas abordagens vêm crescentemente lidando com *subjetividades coletivas*, pondo-as, inclusive, no centro de sua argumentação (Runciman recorre a elas como elementos causais, mas desimportantes para a evolução como tal). Elites e organizações, classes e movimentos sociais têm sido postulados como elementos causal-explicativos, assumindo posição de destaque em conexão com o que Eder chamou de “mecanismos” da evolução. Eles têm sido, todavia, deficientemente conceituados, o que, evidentemente, contribui para uma certa diluição de outros elementos que se faziam centrais nas teorias

da evolução, sobretudo de Parsons e de Habermas. Por essa razão, mas também por se conceder privilégio maior a processos históricos específicos — o que é programático e radicalizado no caso inglês —, certos conceitos fundamentais vêm sendo esquecidos, perdendo precisão ou, na melhor das hipóteses, refluindo para a penumbra dos esquemas de que fazem parte. Gostaria agora, ao concluir, de indicar sumariamente alguns passos que reputo importantes para dar consequência à rica teia das teorias da história e da evolução contemporâneas. Acredito mesmo que, a despeito das reservas de Giddens e Mann, é possível incorporar algumas de suas idéias mais interessantes em um esquema evolutivo, porém aberto para a história.

1) Em primeiro lugar, coloca-se o problema da continuidade ou não da evolução social em face da evolução da vida orgânica em geral. Em outra ocasião, conceituei, com recurso a Fernandes e a Mead, um momento de diferenciação fundamental da espécie humana do reino animal em geral, com o surgimento da reflexividade e da subjetividade individual e coletiva (Domingues, 1995c). Se é justo afirmar que a evolução social encontra-se imersa no mundo orgânico e que “a evolução evolui” (Sorj, 1994, p. 14), reconheçamos também que, uma vez que a evolução orgânica entrou numa fase de “estase” (desenvolvimento bastante lento, mesmo para padrões da evolução natural) para o gênero humano, não se encontrando paralisada, ao contrário do que pensa Habermas ([1975]1976, p. 147), novos “mecanismos” — isto é, *processos* —, atinentes ao plano “sócio-cultural”, devem ser postos no centro de uma teoria da evolução social, que também não pode ser, sequer, parcialmente, reduzida ao “aprendizado” individual, embora características dos indivíduos da espécie, em particular de seu aparelho cognitivo (que parece funcionar de modo não-linear e mais dispersamente do que se supunha) (veja Sorj, 1994, pp. 19-22), evidentemente sejam de importância superior na própria definição dos processos de aprendizado coletivo.

De todo modo, o conceito de adaptação

parece ser de pouco uso para a Sociologia, não porque falte, em princípio, a esta uma unidade de referência evolutiva, mas, especialmente, porque esses processos culturais abririam espaço, se se quer uma analogia com a Biologia, para uma concepção neolamarquista, e em função de a espécie humana não se adequar passivamente a seu meio, o qual, ao contrário, transforma ativamente; para não falar do fato de que, diante da própria evolução natural, o neodarwinismo da teoria sintética explica (baseado na genética e na idéia da acumulação de micromutações, que vingam ou não, através da seleção natural) os níveis elementares e intra-específicos da evolução, sem conseguir fornecer, contudo, explicações para a origem de novos órgãos e das espécies, reinos etc. (cf. Freire-Maia, 1988, cap. 10, especialmente pp. 391-2 e 394-5). Isso não deve levar, é óbvio, ao esquecimento da importância da relação da espécie humana com a natureza em geral, nem de seu pertencimento, em última instância, a ela (cf. Domingues, 1995b e 1995c).

2) Elaborei, em outros contextos, o conceito de “subjetividade coletiva” (Domingues, 1995a, 1995b, 1995c e 1996a). Para retomar categorias de Jay (1984, cap. 1), seria correto dizer que avancei-o, sobretudo no plano “latitudinal”, ou seja, no plano das relações sociais que conformam sistemas sociais num determinado espaço-tempo, embora a questão de seu “desdobramento”, sua “configuração” e seus “rítmos” já se tenha feito presente. Para discutir a evolução social, parece-me necessário enfatizar o aspecto “longitudinal” dos sistemas sociais. Não é o caso de retornar a modelos fechados e puramente endógenos de desenvolvimento, embora essa seja possibilidade evolutiva, que usualmente se realiza, em parte, no desenvolvimento de sistemas sociais concretos. Subjetividades coletivas, como as defini, possuem, em princípio, nível variável de “centramento” — organização e identidade — e de “intencionalidade” — ação coordenada e com direção comum da parte de seus membros. Podem ser, portanto, contingentemente em si e, em sua realização, a cada momento, mais ou menos (des)centrados. As-

sim, não só organizações ou classes bem articuladas podem ser vistas como subjetividades coletivas: grupos mais dispersos, classes mais amorfas, elites variadas, o Estado, o sistema econômico, movimentos sociais de várias espécies, partidos e muitos outros sistemas sociais podem ser assim focalizados. Esse conceito pode ser crucial para absorver as coletividades específicas que Eder e os neofuncionalistas têm feito centrais em suas teorias — movimentos sociais e elites, respectivamente, os quais apresentam razoável nível de centralidade e intencionalidade e que, aproximando-se um pouco do conceito tradicional de ator individual que herdamos da Ilustração, por isso acabam sendo privilegiadas. São subsumidas por um universo mais amplo, do qual fornecem apenas certos casos específicos.

A própria noção de sociedade recebe, deste modo, outro estatuto. Sistemas sociais consubstanciados em civilizações, com fronteiras mais ou menos definidas e minimamente organizados por impérios, cidades ou Estados-nação, constituem “sociedades”, desde que certo nível de identidade coletiva, por vezes contraditória e conflitiva, se faça presente. O desenvolvimento evolutivo pode, com isso, dar-se autonomamente, passar de uma “sociedade” a outra — mostrando-se cumulativo e/ou migrando por entre os limites porosos dos sistemas sociais. Pode, no entanto, restringir-se apenas a unidades internas dessas sociedades, a elas se atendo ou comunicando-se com outras unidades de outras sociedades que se acham, ou não, em circunstâncias similares.

Essas configurações espaço-temporais são, ademais, em si mutáveis. Um conceito de subjetividade coletiva lançado ao plano longitudinal permite-nos também manter a *espécie* como *uma das unidades da evolução*, em continuidade, parcial, com a evolução orgânica, da qual, aliás, decorre em vários níveis — *micro* (mutações intra-específicas e intrapopulacionais), *meso* (origem de raças geográficas específicas), *macro* (origem e diversificação das espécies) e *mega* (origem das mais altas categorias sistemáticas — reinos, classes

etc.) (Freire-Maia, 1988, p. 95). Afasta-se, com o descentramento da subjetividade, o problema aventado por Habermas quanto à espécie como um “macro” sujeito. Em sua descontinuidade parcial, falta de finalidade e propósito conjunto (isto é, de intencionalidade) e heterogeneidade parcial, bem como, evidentemente, falta de organização como coletividade total, a espécie humana consiste em uma subjetividade coletiva altamente descentrada, a qual muito dificilmente tornar-se-á um sujeito unificado, capaz de tomar o pulso de seu destino, de forma radicalmente racional, para não falar, é claro, da realização da razão, da liberdade ou do Espírito Absoluto. Sistemas sociais parciais — sociedades, grupos etc. — são, assim, em sua *particularidade*, unidades da evolução (assim como, por exemplo, “populações” o são para a evolução natural), das quais a espécie é a *generalidade* mais inclusiva. Apenas processos parciais de “totalização”, que se fazem, refazem e desfazem, têm lugar no âmbito da espécie. Ademais, o desdobrar da intercessão desses processos endógenos e exógenos pode assumir ritmos variáveis, mais lentos ou mais rápidos, explosivos ou de “longa duração” (Domingues, 1995b).

3) Como vimos, desenvolvimentos recentes, que ressaltam o papel de subjetividades coletivas na evolução social, tendem ao menos a secundarizar outros conceitos fundamentais que, em particular, Habermas sugeriu em seus escritos. Qual o estatuto dos “princípios de organização”? É possível ou necessário redefini-los? Passo desse tipo parece imprescindível para distinguir fenômenos como os que Schluchter ([1979]1981, p. 1, nota 1) definiu como “mudança de pessoal”, “mudança social” e “desenvolvimento social” — o primeiro aludindo à simples substituição de grupos dirigentes, o segundo a transições dentro de uma mesma configuração social básica e o terceiro à mudança dessa configuração. Nesse sentido, a idéia de que “práticas” são aquilo que é selecionado pela evolução social insinua-se interessante, malgrado sua articulação darwinista nas mãos de Runciman pa-

tentar-se duvidosa, uma vez que traz o conceito de adaptação para o centro do palco.

O porquê da permanência de certas práticas, certamente, em muitos casos, tem a ver com “pressões seletivas”, que funcionam cegamente ou que dependem da intenção consciente, reflexiva (como enfatiza Giddens), de coletividades — como se vê, por exemplo, nos processos secundários de emergência do Estado. Mas esse não pode ser reputado o único mecanismo evolutivo. Mesmo a Biologia evolutiva, como nos assevera um adepto da teoria sintética neodarwinista, que se libertou de um “panselcionismo avassalador”, admite outras possibilidades: “polimorfismos” — isto é, variações genéticas “intra-específicas” e “intrapopulacionais” — que têm “valor adaptativo” neutro, negativo ou positivo; modificações estocásticas (ao acaso) devidas à “deriva genética” — ou seja, amplas mutações genéticas aleatórias que levam à alteração das características de populações pequenas podem contribuir para alterar variações genéticas ou mesmo fixar polimorfismos neutros; a “cladogênese” — surgimento de novas espécies por ramificação — acelerada proposta pela teoria do “equilíbrio pontuado”, ou o surgimento de espécies e reinos através da ação de “transposons” — transposição fortuita de segmentos de cromossomos aparentemente supérfluos para outros, no conjunto de uma população (Freire-Maia, 1988, pp. 60-1 e 387ss e caps. 10 e 21).

O surgimento e a permanência de determinadas práticas podem ter inúmeras outras razões, ao preencherem variadas necessidades individuais e coletivas (como se pode inferir da leitura de Mann) sem implicar competição. Princípios de organização nos proporcionariam uma descrição idealizada, um modelo dos padrões que se fazem presentes de forma mais ou menos coerente e repetida nessas práticas sociais, em sua multidimensionalidade, nos diversos sistemas sociais que a teoria da evolução social pode tomar como “unidade”. Por outro lado, que fazer da teoria dos “estágios da evolução”? Deve ser descartada totalmente, como querem Giddens,

Mann e Eder, ou pode-se rephraseá-la, abrindo-a à contingência, aos contextos e, verdadeiramente, à empiria histórica, tornando-a, assim, efetivamente multilinear? Mas quais, aí, os critérios e a unidade de comparação para uma taxonomia? É possível reconhecer certas direcionalidades no processo evolutivo, ou devemos nos contentar com a distinção entre evolução “geral” e “específica” de Sahlins e seus colaboradores ([1960]1982) — afastado, em grande parte, o conceito darwinista de “adaptação” de que se utilizam?

Segundo eles, o processo evolutivo, tomado em sua forma geral, leva a especializações que não podem ser hierarquizadas, pois possuem funcionalidade para espécies particulares, em sua adaptação ótima ao meio ambiente (o mesmo valendo para as unidades da espécie humana em sua evolução social), restando apenas, para definir-se estágios hierarquicamente dispostos, uma seleção arbitrária e pragmática, da parte do pesquisador, de elementos que, somente assim, apresentam uma aparência de estágios de crescente valor evolutivo. Mas isso é tudo a que podemos aspirar nas Ciências Sociais? Ou poder-se-ia propor uma abordagem que combinasse “mecanismos” e “estruturas” *contexto-dependentes* com outros de caráter *contexto-independente*, que seriam, talvez, direcionais e universais (veja Domingues e Franco, 1993)? Seria, então, possível articular esses conceitos ao papel desempenhado pelas subjetividades coletivas em sua emergência e desenvolvimento concretos. Não nos poderíamos furtar, evidentemente, a solidamente articular evolução e história — como, aliás, sói ser o caso também na Biologia (cf. Gould, [1989]1990).

4) É mister retornar às definições de “diferenciação” e “complexidade”. Seu caráter polissêmico, como Luhmann e, em certo momento, o próprio Habermas indicaram, requer que retomemos esses conceitos com muito maior cuidado do que se faz no momento. Não se trata de abandoná-los; é preciso, porém, reconhecer seu caráter meramente descritivo: complexidade se nos apresenta como uma situação atravessada potencialmente por pro-

cessos de diferenciação e “desdiferenciação”, que devem ser, todos, *explicados*. Mas não se deveria crer que a complexificação é, originária ou posteriormente, inevitável e absolutamente irreversível. Pode ser mesmo heterogênea. Em princípio, sua ocorrência poderia não se haver dado e, hoje, processos que a revertam ao menos parcialmente não são impossíveis nem implicam, necessariamente, “regressão” social. Abrindo-se mão de uma teleologia que se refere a conteúdos específicos, que se abandone igualmente uma teleologia da forma, que se transforma, ela também, em paciente da contingência histórica. Especificamente, é possível que mercados (na verdade, em sua pluralidade e variabilidade, ao contrário do que acredita Habermas) e o Estado, mais ou menos burocratizado, sejam efetivamente características necessárias de sociedades complexas. Isso, entretanto, não pode ser definido a partir dos argumentos excessivamente formais e em grande medida teleológicos do neofuncionalismo e de Habermas. Além disso, seu desenho específico, escopo e relação com outros sistemas sociais patentear-se-iam em aberto, ainda que reconhecêssemos sua inexorabilidade.

5) Enfim, o tema da *criatividade social* deve receber proeminência em qualquer abordagem da evolução social. Como Joas (1992, pp. 15-6) sublinhou, este tem consistido em tópico absolutamente desconsiderado na Sociologia, proporcionando não mais que “categorias residuais” — provavelmente porque esta disciplina, historicamente, tem-se preocupado, sobretudo, com a invariância e a estabilidade sociais, na busca da “ordem”, mesmo se atenta à mudança histórica, cujas regularidades ambiciona captar (veja Bauman, 1992; Wagner, 1995, 1996a e 1996b). Todavia, a imprevisibilidade da história (que replica nesse caso a evolução natural) vem sendo a cada dia mais enfatizada, como no caso de Mann, ao destacar a “emergência intersticial”. Ainda que possamos definir conceitos que nos ajudem a entender desenvolvimentos pretéritos e mesmo a projetar, teleologicamente de forma limitada, passos desejáveis no futuro, a

abertura da história afirma-se como incontornável.

Mas a criatividade não pode, evidentemente, ser confinada ao plano individual: se não podemos prescindir, prática e conceitualmente, da reflexividade e da imaginação dos indivíduos, estas só tomam importância social se articuladas coletivamente (veja Domingues, 1997) (de modo similar à evolução biológica, em que é a conjugação de mutação e seleção — e não apenas a ação da primeira, já que a segunda tem papel criativo —, ao lado de outros fatores, como a deriva genética, que efetivamente leva à mudança — cf., por exemplo, Simpson, Pittendrigh e Tiffany, 1959, pp. 412-3). Tampouco é razoável postular estruturas — existentes não se sabe bem onde — que reteriam inovações e “estágios” de desenvolvimento, os quais as coletividades, sobretudo os movimentos sociais, encarregar-se-iam exclusivamente de concretizar historicamente. A vida social é um processo descontínuo em sua continuidade, e invenções e inovações põem-se, pois, como cruciais para a compreensão da evolução: como tais devem ser teorizadas. Sem dúvida, aprendemos coletivamente sobre o meio físico-químico e orgânico, bem como sistemas sociais parciais chegam, cognitiva e/ou normativamente, a aprender sobre as instituições dos sistemas inclusivos nos quais se inserem ou com os quais entretêm relações. As sociedades e suas unidades interagem e aprendem umas com as outras, com o que processos de difusão — espontâneos ou impostos, por conquista militar ou influência política e econômica, por exemplo — colocam-se como fonte de mudança exógena. Mas, se bem que envolvidos por tradições e delas partindo, indivíduos e coletividades criam também *ex-novo*, por vezes como resposta a estímulos externos, introduzindo padrões cognitivos e morais, técnicas e instituições, práticas e tipos de relacionamento de que não se tinha conhecimento anterior. Certamente, não é preciso nem correto supor sempre intencionalidade individual ou coletiva nesses processos criativos, que frequentemente emergem, ao menos em parte,

como resultado de conseqüências não-intencionais da ação individual e do movimento coletivo. Além disso, a recombinação de práticas, isto é, de princípios de organização — em si mesma, em geral, um processo criativo —, tem de receber destaque no surgimento de novas formações sociais ou em sua transformação parcial. De todo modo, a criatividade social complexifica as tarefas explicativas de uma teoria da evolução, sem, contudo, invia-

bilizá-la, ainda que demandando um esforço suplementar de sociólogos e cientistas sociais em geral, de forma que alcancemos uma teoria social mais adequada à evolução histórica e às circunstâncias da modernidade tardia em que hoje nos encontramos.

(Recebido para publicação  
em janeiro de 1996)

### Notas

1. Bourdieu (1972, pp. 233-5) também partilha da idéia evolucionista (em parte bebendo em Weber) de diferenciação da sociedade — em práticas distintas e tipos de “campo” e “capital”, o que caracterizaria a passagem da sociedade tradicional para a moderna —, perspectiva que se encontra também na obra de Elias ([1939]1978, pp. 232-3).
2. Parsons ([1964]1967) desenvolveu ainda uma categorização de mecanismos propriamente sociais, que chamou de *universais evolutivos* (a religião, a linguagem, a organização social, a base tecnológica, a estratificação social, a burocratização, os mercados e, finalmente, a “associação democrática”), de acordo com os quais classifica as sociedades em “primitivas”, “intermediárias” e “modernas”. A emergência dessas categorias aumentaria a capacidade adaptativa da sociedade a longo prazo. Por outro lado, as elites, fruto da estratificação social, forneceriam “equivalentes funcionais da aristocracia” nas sociedades democráticas (Parsons, 1971, p. 102).
3. Para uma lista dos principais conceitos que estes autores tomam de Parsons, na qual, aliás, não se encontram os “pré-requisitos funcionais”, veja Alexander (1985, pp. 9-10).
4. Veja Domingues (1995b) para uma discussão do tempo em Luhmann.
5. Para sua perspectiva teórica geral, veja Münch (1982).
6. Veja, para essas críticas, Turner (1991, p. 93) e Joas (1992, pp. 335-6).
7. Veja Anderson ([1990]1992) e Smith (1991) para um apanhado geral.
8. Veja o mesmo tipo de argumento em Gellner (1964, *passim*).
9. Anteriormente, entretanto, Giddens (1971, p. 23) não acreditava na existência de uma teleologia histórica em Marx.
10. Veja Domingues (1995b) para uma discussão crítica desse tema.
11. Nesse sentido, trabalho recente de Amin (1988), a despeito de afirmar a unilinearidade da evolução e multiplicar anacronismos históricos, mostra-se mais fiel ao policentrismo da evolução social. Ele observa que diversas civilizações regionais avançavam no desenvolvimento das forças produtivas e da cultura em geral — até o momento da emergência do Ocidente como pólo dominante — por meio de uma dialética entre centro e periferia, que se mostra mais flexível que o núcleo do sistema e mais aberta a saltos evolutivos. Por isso o capitalismo teria surgido na Europa Ocidental, anteriormente periferia da civilização islâmica medieval dominante, e se desenvolvido no Japão, antes que na China.

12. “O conceito moderno de seleção natural [...] desenvolveu-se a partir do conceito de Darwin. Entretanto, difere, em alguns aspectos essenciais, das idéias do século XIX sobre o assunto. A seleção natural não é luta, competição ou sobrevivência; é simplesmente reprodução não-aleatória” — ou seja, aquela, pela qual certos indivíduos conseguem deixar maior prole, geralmente em função de suas características genéticas mais adaptativas” (Simpson, Pittendrigh e Tiffany, 1959, p. 412). A Sociobiologia, em particular na obra de Dawkins (1976), prefere, no entanto, uma idéia de seleção mais próxima ao malthusianismo, apresentando uma noção restrita de competição (comandada por “genes egoístas”, que se utilizam de organismos maiores para “replicar-se”), com teses em que se misturam atomismo, substancialismo e um cripto-funcionalismo. Gould ([1981]1991, pp. 346ss), criticando Dawkins, do ponto de vista da Biologia, argumenta que a “natureza humana”, que não se desenvolveu com freqüência mediante processos diretamente dependentes da seleção natural, na melhor das hipóteses estabelece limites e potencialidades. Adicione-se a isso o fato de os biólogos entenderem que são *fenótipos*, e não genes (que podem se manter mesmo letais, desde que recessivos), os objetos da seleção natural. Para uma visão geral do debate em torno da Sociobiologia, veja Caplan (1978).
13. Para um balanço geral de sua obra, veja Domingues (1995a).
14. Para uma avaliação da importância de Piaget para Habermas, veja Freitag (1983). Domingues e Franco (1993) discutem o fato de que Habermas descarta a leitura da última fase de Piaget, que praticamente renuncia, no plano coletivo, à suposição de “estágios de desenvolvimento”.
15. Veja os artigos coligidos em Avritzer (1994), por exemplo.
16. Eder ([1985]1991, p. 31) percebe que isso implica “sujeitos coletivos” (com “capacidade de ação”), mas ao mesmo tempo, infelizmente, os toma como “metafóricos”, expressão e efeito da capacidade de seus membros.
17. Para a estratégia epistemológica que sustenta essa perspectiva, veja Domingues (1996b).

### Bibliografia

- Alexander, Jeffrey C.
- 1982 “Positivism, Presuppositions and Current Debates”, in J. C. Alexander. *Theoretical Logic in Sociology*. Londres, Routledge & Kegan Paul, vol. 1.
  - 1983 “The Modern Reconstruction of Classical Thought: Talcott Parsons”, in J.C. Alexander. *Theoretical Logic in Sociology*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press, vol. 4.
  - 1985 “Introduction”, in J.C. Alexander (org.). *Neofunctionalism*. Newbury Park, Sage.
  - 1990 “Differentiation Theory: Problems and Prospects”, in J.C. Alexander e P. Colomy (orgs.). *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.
  - 1995 “Modern, Anti, Post and Neo”. *New Left Review*, no. 210.
- Alexander, Jeffrey C. e Colomy, Paul (orgs.)
- 1990 *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.
- Amin, Samir
- 1988 *L’Eurocentrism: Critique d’une Ideologie*. Paris, Antropos.

- Anderson, Perry  
[1990]1992 "A Culture in Contra-Flow", in P. A. Anderson, *Zone of Engagement*. Londres, Verso.
- Avritzer, Leonardo (org.)  
1994 *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey.
- Bauman, Zygmunt  
1992 *Intimations of Postmodernity*. Londres, Routledge.
- Bourdieu, Pierre  
1972 *Esquisse d'une Theorie de la Pratique*. Genebra, Droz.
- Caplan, Arthur L. (org.)  
1978 *The Sociobiology Debate*. Nova York, Harper & Row.
- Colomy, Paul  
1985 "Uneven Structural Differentiation", in J.C. Alexander (org.), *Neofunctionalism*. Newbury Park, Sage.  
1990a "Uneven Differentiation and Incomplete Institutionalization: Political Change in the Early American Nation", in J.C. Alexander e P. Colomy (orgs.), *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.  
1990b "Revisions and Progresses in Differentiation Theory", in J.C. Alexander e P. Colomy, (orgs.), *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.
- Dawkins, Richard  
1976 *The Selfish Gene*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Döbert, Reiner  
1973a *Systemtheorie und die Entwicklung religiöser Deutungssysteme*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
1973b "Die evolutionäre Bedeutung der Reformation", in C. Seyfarth e W.M. Sprondel (orgs.), *Religion und Gesellschaft Entwicklung*, Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
1973c "Zur Logik des Übergangs von archaischen zu hochkultureller Religionsystemen", in K. Eder (org.), *Seminar: Die Entstehung von Klasengesellschaft*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
1977 "Methodologische und Forschungsstrategische Implikationen von evolutionstheoretischen Stadienmodellen", in Urs Jaeggi e Axel Honneth (orgs.), *Theorien des Historischen Materialismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Domingues, José Maurício  
1992 "A América. Intelectuais, Interpretações e Identidades". *Dados*. Rio de Janeiro, Iuperj, vol. 35, n. 2.  
1993 "Globalização, Sociologia e Cultura". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, IRI/PUC-RJ, vol. 15.  
1995a *Sociological Theory and Collective Subjectivity*. Londres/Basingstoke/Nova York, Macmillan/Saint Martin's Press.  
1995b "Sociological Theory and the Space-Time Dimension of Social Systems". *Time & Society*, vol. 4.  
1995c "Causalidade Coletiva, Natureza e Sistemas Sociais". *Estudos de Sociologia*, vol. 1.

- 1995d "Richard Morse and the 'Iberian-American' Path". *Revista Interamericana de Bibliografia*, vol. 45.
- 1996a "Sistemas Sociais e Subjetividade Coletiva". *Dados*. Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 39, n. 1.
- 1996b "Sociology and the Logic of Theoretical Research". *Sociology*, vol. 30.
- 1997 "Social Memory, Social Creativity and Collective Subjectivity". *Social Science Information* (no prelo).
- Domingues, José Maurício e Franco, Creso  
 1993 Habermas and the Genetic Epistemology of Piaget. Trabalho apresentado no XIXth International Congress of History of Science. Zaragoza, Espanha.
- Durkheim, Émile  
 1893 *De la Division du Travail Social*. Paris, Alcan.
- Eder, Klaus  
 1976 *Die Entstehung staatlich organisierter Gesellschaften. Ein Beitrag zu einer Theorie sozialer Evolution*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 1988 *Die Vergesellschaftung der Natur*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 1993 *The New Politics of Class*. Londres, Sage.  
 [1985]1991 *Geschichte als Lernprozeß?* Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Eisenstadt, Shmuel N.  
 1963 *The Political System of Empires*. Nova York, Free Press.  
 1964 "Social Change, Differentiation, and Evolution". *American Sociological Review*, vol. 29.  
 1987 "Introduction", in S.N. Eisenstadt (org.), *Patterns of Modernity*, vol. 2 — Beyond the West, Londres, Frances Pinter.  
 1990 "Modes of Structural Differentiation, Elite Structure and Cultural Vision", in J.C. Alexander e P. Colomy (orgs.), *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.  
 1993 "O Panorama Civilizacional Contemporâneo: Uma ou Mais Civilizações Modernas". *Análise Social*, no. 122.
- Elias, Norbert  
 [1939]1978 *The Civilizing Process*, vol. 1. Oxford, Blackwell.  
 1978
- Freire-Maia, Newton  
 1988 *Teoria da Evolução: De Darwin à Teoria Sintética*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia.
- Freitag, Barbara  
 1983 "Theorie des kommunikativen Handelns und Genetische Psychologie". *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, vol. 35.
- Gellner, Ernest  
 1964 *Thought and Change*. Londres, Weidenfeld and Nicolson.  
 1988a *Plough, Sword and Book. The Structure of Human History*. Londres, Paladin.  
 1988b "Positivism against Hegelianism", in E. Gellner. *Relativism and the Social Sciences*. Cambridge, Cambridge University Press.

- Germani, Gino  
 1965 *Política y Sociedad en una Época de Transición*. Buenos Aires, Paidós.
- Giddens, Anthony  
 1971 *Capitalism and Modern Social Theory*. Cambridge, Cambridge University Press.  
 1979 *Central Problems in Social Theory*. Londres/Nova York, Basingstoke/Macmillan.  
 1981 *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Londres/Basingstoke, Macmillan.  
 1984 *The Constitution of Society*. Cambridge, Polity.  
 1985 *The Nation-State and Violence. Volume Two of a Contemporary Critique of Historical Materialism*. Cambridge, Polity.  
 1990 *The Consequences of Modernity*. Stanford/Cambridge, Stanford University Press/ Polity.  
 1993 "Introduction to the Second Edition", in A. Giddens. *New Rules of Sociological Method*. Cambridge, Polity.  
 1995 "Entrevista com Anthony Giddens" (a José Maurício Domingues, Mônica Herz e Cláudia Resende). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, vol. 16.
- Gould, Stephen Jay  
 [1989]1990 *Vida Maravilhosa*. São Paulo, Companhia das Letras.  
 [1981]1991 *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo, Martins Fontes.
- Habermas, Jürgen  
 [1962]1984 *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.  
 [1968a]1968 "Technik und Wissenschaft als Ideologie", in J. Habermas. *Technik und Wissenschaft als Ideologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 [1968b]1973 "Stichworte zu einer Theorie der Sozialisation", in J. Habermas. *Kultur und Kritik*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 [1971]1985 "Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie? Eine Auseinandersetzung mit Niklas Luhmann", in J. Habermas e N. Luhmann. *Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 [1972a]1973 "Über das Subjekt der Geschichte: Diskussionbemerkungen zu falsch gestellten Alternativen", in J. Habermas. *Kultur und Kritik*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 [1972b]1973c "Notizen zum Begriff der Rollenkompetenz", in J. Habermas. *Kultur und Kritik*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 1973 *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 [1974a]1976a "Können komplexe Gesellschaften eine vernünftige Identität ausbilden?", in J. Habermas. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 [1974b]1984b "Notizen zur Entwicklung der Interaktionkompetenz", in J. Habermas. *Vorstudien und Ergänzungen zur Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.  
 [1975]1976 "Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus", in J. Habermas. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.

- [1976a]1976 "Einleitung: Historischer Materialismus und die Entwicklung normativer Strukturen", in J. Habermas. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- [1976b]1976 "Geschichte und Evolution", in J. Habermas. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- [1976c]1976 "Was heisst Universalpragmatik?", in Karl A. Opel (org.), *Sprachpragmatik und Philosophie*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- [1981]1988 *Theorie des kommunikativen Handelns*. Bd. 1 e 2 (1981). Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- 1983 *Moralbewusstsein und kommunikatives Handeln*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- [1985a]1992 "A Philosophico-Political Profile", in J. Habermas. *Autonomy and Solidarity*. Londres, Verso.
- 1985b *Die Neue Unübersichtlichkeit*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- 1988b "Handlungen, Sprechakte, sprachlich vermittelte Interaktion und Lebenswelt", in J. Habermas. *Nachmetaphysisches Denken*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- 1991 *Erläuterung zur Diskursethik*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- 1992 *Faktizität und Geltung*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Habermas, Jürgen e Eder, Klaus
- 1976 "Zum Theorievergleich in der Soziologie: am Beispiel der Evolutionstheorie", in J. Habermas. *Zur Rekonstruktion des Historischen Materialismus*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Held, David e Thompson, John B. (orgs.)
- 1982 *Habermas. Critical Debates*. Londres, Macmillan.
- Heller, Agnes
- 1982 "Habermas and Marxism", D. Held e J.B. Thompson, (orgs.), *Habermas. Critical Debates*, Londres, Macmillan.
- Honneth, Axel e Joas, Hans (orgs.)
- [1986]1991 *Communicative Action. Essays on Jürgen Habermas' The Theory of Communicative Action*. Cambridge, Polity.
- Jay, Martin
- 1984 *Marxism and Totality*. Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Joas, Hans
- 1992 *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Lechner, Frank J.
- 1990 "Fundamentalism and Sociocultural Revitalization", in J.C. Alexander e P. Colomy, (orgs.), *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.
- Lipset, Seymour M. e Solari, Aldo (orgs.)
- 1967 *Elites in Latin America*. Nova York, Oxford University Press.
- Luhmann, Niklas
- 1971 "Die Welt Gesellschaft", in N. Luhmann. *Soziologische Aufklärung. 2*. Opladen, Westdeutscher Verlag.

- 1975 "Interaktion, Organisation, Gesellschaft", in N. Luhmann. *Soziologische Aufklärung* 2. Opladen, Westdeutscher Verlag.
- 1982a *The Differentiation of Society*. Nova York, Columbia University Press.
- 1982b "Talcott Parsons: The Future of a Theory", in N. Luhmann. *The Differentiation of Society*. Nova York, Columbia University Press.
- [1984]1987 *Soziale Systeme*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- 1987 *Soziologische Aufklärung* 5. Opladen, Westdeutscher Verlag.
- 1990 "The Paradox of System Differentiation and the Evolution of Society", in J.C. Alexander e P. Colomy (orgs.), *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University.
- Mann, Michael
- 1986 *The Sources of Social Power*, vol. 1 — A History of Power from the Beginning to A. D. 1760. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1993 *The Sources of Social Power*, vol. 2 — The Rise of Classes and Nation-States. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1995 "Sources of Variation in Working-Class Movements in Twentieth Century Europe". *New Left Review*, no. 212.
- Marx, Karl
- 1961 "Vorwort". *Zur Kritik der Politischen Ökonomie* (1859), in K. Marx, e F. Engels. *Werke*, Bd. 13, Berlim, Dietz.
- McCarthy, Thomas
- 1984 *The Critical Theory of Jürgen Habermas* (1979). Cambridge, Polity.
- McFarlane, Alan
- 1992 "Ernest Gellner and the Scape to Modernity", in John Hall e I.C. Jarvie (orgs.). *Transition to Modernity*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Müller, Max
- 1986 *Kollektive Lernprozesse*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- Morse, Richard
- 1982 *El Espejo de Próspero*. México, Siglo XXI.
- Mouzelis, Nicos
- 1995 *Sociological Theory. What went Wrong?* Londres, Routledge.
- Münch, Richard
- 1982 *Theorie des Handelns*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- 1984 *Die Struktur der Moderne*. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- 1990 "Differentiation, Rationalization, Interpenetration", in J.C. Alexander e P. Colomy (orgs.), *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.
- Olin-Wright, Erik
- [1983]1989 "Models of Historical Trajectory: an Assessment of Giddens' Critique of Marxism", in D. Held e John B. Thompson (orgs.), *Social Theories of Modern Society: Anthony Giddens and his Critiques*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Parsons, Talcott
- [1937]1949 *The Structure of Social Action*. Nova York, Free Press.

- 1966 *Societies: Evolutionary and Comparative Perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- [1964]1967 "Evolutionary Universals in Society", in T. Parsons. *Sociological Theory and Modern Society*. Nova York, Free Press.
- 1971 *The System of Modern Society*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- [1970]1977 "Some General Problems in Sociological Theory", in T. Parsons. *Social Systems and the Evolution of Action Theory*. Nova York, Free Press.
- [1951]1979 *The Social System*. Nova York, Free Press.
- Robertson, Roland
- 1992 *Globalization. Social Theory and Global Culture*. Londres, Sage.
- Runciman, Walter Garrison
- 1983 *A Treatise on Social Theory*, vol. 1 — The Methodology of Social Theory. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1989 *A Treatise on Social Theory*, vol. 2, Substantive Social Theory. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1995 "The 'Triumph' of Capitalism as a Topic in the Theory of Social Selection". *New Left Review*, no. 210.
- Sahlins, Marshall *et al.*
- [1960]1982 "Evolution: Specific and General", in Elmar R. Service *et al.* (orgs.), *Evolution and Culture*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- Schluchter, Wolfgang
- 1981 *The Rise of Western Rationalism. Max Weber's Developmental History* (1979). Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Simmel, Georg
- 1890 *Über soziale Differenzierung*. Leipzig, Dunker & Humblot.
- Simpson, George G.; Pittendrigh, Colin S. e Tiffany, Lewis H.
- 1959 *Life. An Introduction to Biology*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Smelser, Neil
- 1959 *Social Change in the Industrial Revolution*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice Hall.
- 1990 "The Contest between Family and Schooling in Nineteenth-Century Britain", in J.C. Alexander e P. Colomy (orgs.), *Differentiation Theory and Social Change*. Nova York, Columbia University Press.
- Smith, Dennis
- 1991 *The Rise of Historical Sociology*. Cambridge, Polity.
- Sorj, Bernardo
- 1994 "Evolução, Natureza Humana e Teoria Social". *Série Estudos. Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, no. 2.
- Spencer, Herbert
- [1860]1969 "The Social Organism", in H. Spencer. *Man versus the State*. Harmondsworth, Penguin.
- [1873]1969 *Principles of Sociology*. Nova York, Macmillan.
- Strydom, Pietr
- 1992 "The Ontogenetic Fallacy: The Immanent Critique of Habermas' Developmental Theory of Evolution". *Theory, Culture and Society*, vol. 9.

- Turner, Jonathan  
1991 *The Structure of Sociological Theory*. Belmont, Wadsworth.
- Wagner, Peter  
1995 "Sociology and Contingency: Historicizing Epistemology". *Social Science Information*, vol. 34.
- 1996a "Certainty and Order, Liberty and Contingency. The Birth of Social Science as Empirical Political Philosophy", in Johan Heilbrow *et al.* (orgs.), *The Rise of the Social Sciences (Sociology of the Sciences Yearbook*, vol. 20). Dordrecht, Kluwer.
- 1996b "Crises of Modernity. Political Sociology in Historical Contexts", in Stephen P. Turner (org.), *Sociology at the End of the Century*. Oxford, Blackwell.
- Weber, Max  
[1915]1922-23 "Zwischen Betrachtungen", in M. Weber. *Gesammelte Aufsätze zur Religionssoziologie*. Bd. 1. Tübingen, J. B. Mohr.

### Resumo

#### *Evolução, História e Subjetividade Coletiva*

Este artigo analisa as diversas concepções vigentes na Sociologia contemporânea quanto à relação entre evolução social e história. Focaliza-se três correntes: o funcionalismo e o neofuncionalismo, de Parsons a Alexander; o "historismo" inglês, de Gellner, Giddens e Mann; e o estruturalismo genético alemão de Habermas a Eder. Mostra-se como crescentemente a questão da contingência histórica e o papel das coletividades abriram caminho dentro das teorias evolutivas, até mesmo de forma exagerada, inclusive no plano do desenvolvimento cognitivo e moral. Recusa-se um pan-selecionismo neodarwiniano duro, mas critica-se também a recusa total da teoria da evolução pelas correntes historicistas. O artigo conclui com um balanço analítico das questões atuais, dos impasses daquelas abordagens, e propõe caminhos possíveis para o avanço na direção de uma teoria da evolução, capaz de lidar com a contingência histórica, de forma multilinear. Estágios evolutivos poderiam assim aparecer juntos a uma análise ampla dos mecanismos da evolução, nos quais a criatividade social e a interação entre subjetividades coletivas mostram-se bastante importantes, sem prejuízo de múltiplas lógicas de desenvolvimento.

### Abstract

#### *Evolution, History, and Collective Subjectivity*

The article analyzes contemporary sociology's conceptions regarding the relationship between social evolution and history, focusing on three streams of thought: functionalism and neo-functionalism, from Parsons to Alexander; the British 'historicism' of Gellner, Giddens, and Mann; and German genetic structuralism from Habermas to Eder. It demonstrates how the question of historical contingency and the role of collectivities have steadily made space for themselves within evolutionary theories — even in an exaggerated fashion and at the level of cognitive and moral development; a rigid neo-Darwinian pan-selectionism is rejected while historicism's outright rejection of the theory of evolution is also criticized. The article closes with an analytical evaluation of current issues and of the impasses found in these approaches, and suggests ways to move towards a theory of evolution able to take historical contingency into account in multilinear fashion. Evolutionary stages could thus appear alongside a broad analysis of the mechanisms of evolution, wherein social creativity and interaction among collective subjectivities prove quite important.

## A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica\*

Marcia de Paula Leite  
Roque Aparecido da Silva

“Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela mesma revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente).”

(Boaventura de Sousa Santos,  
1993, p. 37)

A Sociologia do Trabalho enfrenta nos dias atuais um importante desafio teórico, provocado por um duplo movimento. Por um lado, ao contrário da expectativa colocada por Offe (1989), ao advogar o fim da categoria trabalho como conceito sociológico fundamental, o estudo do trabalho está no centro das atenções dos sociólogos. Impulsionado pela vertiginosa produção científica voltada para a análise das transformações que vem sofrendo, o trabalho vem se transformando, na realidade, num tema da moda. Incontáveis estudos sobre o assunto invadem hoje as estantes das livrarias e bibliotecas, trazendo à tona o grande esforço da literatura especializada para compreender as mudanças em curso. Nesse contexto, a Sociologia do Trabalho vem adquirindo um novo dinamismo, ao mesmo tempo em que se vê diante de novas e intrincadas questões teóricas.

Por outro lado, as teorias disponíveis para pensar o trabalho vêm se mostrando cada vez mais incapazes de dar conta dos problemas colocados pelas transformações que o têm atingido nas últimas décadas, sugerindo a necessidade de se relacionar as atuais dificuldades da Sociologia do Trabalho à crise mais geral dos modelos teóricos que têm embasado a teoria sociológica e a ciência em geral.

Este texto é uma tentativa de aprofundar essa discussão a partir da análise dos estudos sobre os quais vem se apoiando a atual discussão sociológica sobre as transformações por que vem passando o trabalho no novo contexto mundial de reestruturação produtiva. Nosso ponto de partida é de que a maior parte dos estudos que têm servido de base para a discussão do trabalho parte de uma postura que restringe a análise do problema a seus aspectos materiais e tecnológicos, apoiando-se em pressupostos teóricos hoje bastante discutíveis, na medida em que, ao privilegiar temas como produtividade, competitividade e lucratividade, se mostram presos a uma postura positivista, centrada na análise de variáveis quantitativas que ignoram as implicações sociais mais amplas das transformações em curso. Tal postura vem encobrindo uma realidade de aprofundamento das desigualdades sociais, recolocando de forma premente a dis-

\* Trabalho apresentado ao XVIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 1994. Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista espanhola *Sociología del Trabajo*. Os autores agradecem a Laís Abramo pelos comentários feitos àquela versão.

cussão sobre o determinismo econômico e tecnológico que, conquanto esteja relativamente esquecida nos últimos tempos, já foi um tema caro à Sociologia do Trabalho.

### **As Relações entre Técnica e Trabalho: Uma Questão de Determinismo Tecnológico ou Processo de Construção Social?**

Pensar as relações entre técnica e trabalho tem sido um dos eixos fundamentais da Sociologia do Trabalho desde seus primórdios. Foi a partir de preocupações relacionadas às características que o trabalho assumia a partir do desenvolvimento tecnológico que a disciplina surgiu e se consolidou institucionalmente nos vários países onde veio a se constituir como um campo específico do conhecimento.

Essa preocupação trouxe à Sociologia do Trabalho uma problemática teórica que gira em torno do conceito de determinismo tecnológico, segundo o qual o desenvolvimento da técnica é considerado como determinante na conformação das características do trabalho e da estrutura industrial. A evolução dessa discussão será abordada no tópico que vem a seguir, no qual buscaremos analisar algumas trajetórias particulares de elaboração teórica da Sociologia do Trabalho especificamente no que se refere a essa questão.

#### *Sociologia do Trabalho e Razão Técnica nos Anos 50, 60 e 70*

A Sociologia do Trabalho consolidou-se como disciplina no transcorrer dos anos 50. Influenciada pelos êxitos do fordismo e pela crença que então se propagava de que o progresso técnico, o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida configuravam um progresso sem limites, ela comporta em seu interior, desde o início, um grande fascínio pela sociedade industrial e seu desenvolvimento.

Essa influência da realidade econômica sobre a produção sociológica teve, entretanto, matizes e nuances diferentes, relacionadas

com o entorno sócio-político-cultural no qual se dava a produção acadêmica, bem como com a relação que as instituições e atores sociais estabeleceram com a disciplina nas distintas realidades. Nesse sentido, como veremos a seguir, uma das variáveis mais importantes a ser considerada para se entender as particularidades do desenvolvimento da Sociologia do Trabalho nos países onde ela mais floresceu é a fonte de seu financiamento, que preestabelece o objetivo a ser buscado no processo de pesquisa. A discussão sobre esse processo em alguns países pode ser elucidativa a esse respeito.

Nos Estados Unidos, por exemplo, onde não se pode desvincular a Sociologia do Trabalho da evolução anterior da Sociologia Industrial, Casassus e Desmarez (1985) consideram que o nascimento deste campo da Sociologia, no momento em que se processavam importantes reformas na gestão e organização do trabalho, nos anos 1900-20, foi importante na definição das prioridades que ele viria a assumir posteriormente. A entrada das ciências sociais na indústria teve um caráter essencialmente pragmático. Alertando para o fato de que teriam sido utilizadas pelos engenheiros como suporte de sua ação transformadora, os autores sustentam que as ciências sociais americanas foram apropriadas nesse momento pelos engenheiros para consolidar o poder do *management* e negar razão à contestação operária.

Casassus e Desmarez concluem que os engenheiros conseguiram fazer com que os cientistas sociais elaborassem um *approach* mais sofisticado da gestão do trabalho, mediante a elaboração de técnicas capazes de assegurar a colaboração dos trabalhadores. Não é difícil compreender, nesse contexto, que, sendo a própria empresa o ator que demandava e financiava as pesquisas, a Sociologia Industrial americana, voltada que estava para o objetivo de assegurar o melhor funcionamento possível das organizações, tivesse sido fortemente marcada pela concepção funcionalista.

Essa tendência se consolida no pós-guer-

ra com Parsons e sua definição da empresa como um sistema social relativamente autônomo, a qual deixa de fora da análise a questão dos seus "fins". A função da Sociologia do Trabalho seria, dessa forma, assegurar a continuidade do sistema e controlar as tensões provenientes de seu entorno; dele viriam os fatores provocadores de distúrbios, já que o sistema internamente seria harmônico e equilibrado.

Casassus e Desmarez chamam a atenção para o fato de que exatamente no momento em que a Sociologia Industrial é reconhecida como uma área particular da Sociologia pela comunidade dos sociólogos, a abstração do sistema parsoniano leva ao desenvolvimento do conceito de organização, promovendo o desaparecimento da especificidade do sistema social da empresa industrial. A organização é uma noção mais genérica, que se aplica a instituições de qualquer natureza, eliminando os traços específicos da esfera da produção: o trabalho e sua organização. De acordo com esse enfoque, os efeitos sociais da industrialização são os mesmos se a tecnologia é a mesma, não importando o contexto em que está inserida, o que expressa o mais puro determinismo tecnológico.

Embora esse enfoque teórico comece a perder espaço com a entrada dos anos 70, a partir da utilização generalizada das novas tecnologias na indústria e nos serviços, e as novas problemáticas que engendraram, o determinismo tecnológico continua com um espaço assegurado na Sociologia do Trabalho americana.

Já na Itália, em função das características do movimento operário e da tradição intelectual, os estudos da Sociologia Industrial demandados e orientados pelos interesses empresariais não tiveram a quase exclusividade de que desfrutaram nos Estados Unidos. Juntamente com eles floresceu desde o início na produção italiana o que De Masi (1973) chamou de sociologia "estrutural" da empresa, desenvolvida por sociólogos vinculados à cultura européia do século XIX, que elaboraram uma análise crítica da empresa industrial. É

apenas a partir dos anos 60, entretanto, que, fora dos meios acadêmicos, se desenvolve uma sociologia crítica do trabalho, elaborada principalmente por um grupo de intelectuais que se articulou em torno da revista *Quaderni Rossi*.

Conforme sublinha Barisi (1985), o que caracterizou o método de trabalho dos colaboradores do *Quaderni Rossi* foi a utilização de instrumentos refinados de pesquisa empírica, acompanhada de um esforço contínuo de reelaboração e discussão da teoria em confronto com os resultados da pesquisa. Nesta confrontação, as avaliações e opiniões emitidas pelos coletivos de trabalhadores tinham uma importância especial. Ainda quanto aos procedimentos metodológicos, os estudos, por exemplo, sobre as mudanças socioeconômicas foram conduzidos vinculados ao estudo das estratégias dos atores sociais.

Segundo Barisi, esses procedimentos metodológicos e modelos de interpretação da realidade conseguiram construir novas categorias de análise e elaborar novos modelos de interpretação dos processos sociais e dos valores expressos pelos atores sociais, a partir de uma postura teórico-metodológica que teve como ponto de partida a consciência da impossibilidade de se chegar a uma "neutralidade" da ciência, principalmente das ciências humanas, em que a escolha subjetiva do pesquisador, os instrumentos de análise e a utilização possível dos resultados exercem uma influência decisiva sobre a "verdade" que se irá descobrir.

Barisi afirma ainda que várias pesquisas realizadas dentro de empresas revelaram a ocorrência de relações sociais até então desconhecidas. Descobriu-se, em particular, a existência de uma organização informal (organização real) do trabalho, muitas vezes bastante diferente da organização "formal" prevista nos organogramas e na descrição de postos de trabalho. Nas experiências de resolução de problemas técnicos ou em casos de autogestão de estabelecimentos foram demonstradas capacidades profissionais e criativas dos trabalhadores que não eram formal-

mente reconhecidas. Estes elementos teriam se constituído na base da afirmação da possibilidade de se superar os modelos tayloristas de organização do trabalho e a rígida estratificação do poder dentro das empresas.

Como fica claro, o florescimento da Sociologia do Trabalho na Itália se deu, ao contrário do exemplo americano, em relação direta com as organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, enquanto nos Estados Unidos a pesquisa tinha como objetivo assegurar a continuidade do desenvolvimento do sistema produtivo, no caso italiano, o objetivo central era identificar e sistematizar os projetos de transformação do sistema que estariam sendo gestados no seio da classe operária. Neste caso, o que determinava os procedimentos de pesquisa e o processo de elaboração de conceitos e de construção teórica era a razão social e não a razão técnica. Por outro lado, o eixo teórico do enfoque era de que as características da organização, tanto da sociedade como do sistema produtivo, eram determinadas, em grande parte, pela vontade política dos diferentes atores sociais e expressavam o resultado de sua interação.

Esta Sociologia do Trabalho engajada chegou a ser hegemônica na Itália no final dos anos 60 e início dos 70, tendo mobilizado grande número de pesquisadores. Na segunda metade dos anos 70, entretanto, os velhos enfoques teóricos baseados no positivismo e no determinismo tecnológico voltaram a se impor. De um lado, a crise econômica provocou o desaparecimento das principais revistas que davam vida à sociologia crítica do trabalho. De outro lado, com a crise do financiamento da pesquisa pelo Estado, as novas fontes de recursos forçaram o redirecionamento dos objetos e objetivos das investigações. Estes começam a ser definidos pelas concepções neoliberais que passam a ter um peso decisivo no plano internacional com a crise do Estado do Bem-Estar, influenciando profundamente na orientação sobre como enfrentar as dificuldades econômicas que se avolumavam.

Nessas condições, conforme destaca mais uma vez Barisi, as pesquisas voltadas

para a organização da produção e para as modalidades de adaptação da empresa à crise (do ponto de vista da eficiência e do mercado) passaram a ter um desenvolvimento muito maior que aquelas voltadas para a organização do trabalho. De acordo com suas palavras,

“não seria por acaso, então, que a maior parte dos estudos empregará um enfoque teórico de tipo estrutural-funcionalista. A dimensão temporal e a subjetividade dos atores, da mesma forma que a questão da autonomia e o caráter político das intervenções dos trabalhadores parecem ter desaparecido pelo peso e pela onipresença asfixiante da CRISE que colocou a sociedade em um ‘estado de emergência permanente’, justificando assim todas as manobras de restauração” (Barisi, 1985, p. 237).

Finalmente, na França, onde a Sociologia do Trabalho nasceu como disciplina no período áureo do fordismo e da apologia do progresso técnico, seus fundadores expressaram desde cedo uma crença implícita na libertação dos trabalhadores pela técnica, em particular pela automação do trabalho, considerando o modelo industrial um avanço em relação aos modelos de desenvolvimento que o antecederam.

De fato, no famoso *Tratado de Sociologia do Trabalho*, Georges Friedmann e Pierre Naville (1973) vêem o trabalho industrial como o alicerce sobre o qual se apóia o desenvolvimento das sociedades, o que, segundo eles, conferia à Sociologia do Trabalho um papel fundamental no interior da Sociologia. Também sobre a divisão do trabalho, o *Tratado* expressa uma visão otimista, ao considerar que, diante de uma divisão social antagônica, o mundo da produção é o da cooperação técnica:

“A divisão do trabalho é a expressão de uma relação e estabelece ao mesmo tempo antagonismo e cooperação. Dentro da empresa, a divisão de tarefas é, antes de tudo, uma forma de cooperação tecnicamente eficaz” (Friedmann e Naville, 1973, p. 44).

Com o passar dos anos e a ampliação dos estudos, contudo, esta visão otimista da técnica e do progresso técnico foi sendo superada,

cedendo espaço para uma visão mais crítica. Pode-se dizer, inclusive, que a obra de Friedmann é perpassada por uma certa ambigüidade nesse sentido, na qual convivem ao mesmo tempo a crença no progresso técnico e a preocupação com suas implicações sociais. Essa tensão se expressa de maneira evidente em seu último livro (Friedmann, 1956), onde o autor afirma que existia naquele momento um desequilíbrio angustiante entre o poder que o progresso científico e técnico conferia à humanidade e as forças morais de que ela dispunha para enfrentar a questão.

É preciso ter presente que a amplitude e profundidade da pesquisa sociológica na França (assim como nas demais áreas do conhecimento) só foi possível devido à existência de um enorme financiamento público. Montero (1994) lembra que, antes da crise dos anos 70, as agências estatais não exigiam dos pesquisadores um enfoque pragmático, como começou a ocorrer a partir de então. Não se esperava que eles apresentassem ou formulassem sugestões de políticas, havendo clareza sobre a divisão do trabalho entre intelectuais e cientistas, de um lado, e políticos e administradores, de outro.

A crise dos anos 70, entretanto, provocou uma inflexão nesta tendência, na medida em que, a partir de então, a demanda passou a ser claramente voltada para a busca de caminhos para o enfrentamento da reconversão produtiva. A análise de dois importantes colóquios realizados na década pode ser elucidativa para a compreensão da evolução da produção teórica, bem como dos enfoques teórico-metodológicos predominantes em cada um dos momentos.

Fazendo uma avaliação dos textos apresentados e dos debates travados no Colóquio de Dourdan, realizado em 1975, Burnier e Tripier (1985) consideram que a questão central do encontro foi a da divisão do trabalho, sobre a qual prevaleceu um enfoque crítico, que chegou a questionar, não apenas suas conseqüências sobre os trabalhadores, mas o seu próprio princípio (Durand, 1985). Alentados pelo movimento de 1968, os estudos cen-

travam-se na análise do comportamento dos atores sociais envolvidos no processo de produção, assim como das causas do conflito, predominando um enfoque que, baseado nas práticas sociais, deixava pouca margem para a postura determinista.

Passados mais de cinco anos, contudo, um novo Colóquio em Dourdan revelou não só novas temáticas e preocupações, mas, sobretudo, novos enfoques teórico-metodológicos que vinham fortalecer a postura determinista. Embora, em função dos efeitos das novas tecnologias sobre o trabalho, a idéia da existência de uma correlação entre progresso técnico e progresso das qualificações tenha sido questionada (Dassa, 1985), a correlação entre tecnologia e qualificação foi reafirmada, podendo-se considerar que houve um predomínio da posição determinista. Na realidade, o contexto do processo de reestruturação, o posicionamento dos atores e a correlação de forças foram elementos praticamente ausentes do colóquio, no qual as novas tecnologias emergiram como o principal agente das transformações. Conforme sublinhou Linhart (1985, p. 192), os atores foram substituídos pelas empresas e pelo Estado, e a complexidade do sistema desapareceu.

#### *Sociologia do Trabalho e Reestruturação Produtiva*

A crise do fordismo e as conseqüentes tentativas de superação que a ela se seguiram significaram um conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais que atingiram rapidamente, e de maneira profunda, praticamente todos os cantos do mundo.

No plano do processo produtivo, as tentativas de superação das dificuldades vieram com a intensificação do processo de mudança da base técnica e organizacional da produção. No plano político, a falência das concepções social-democratas, que haviam florescido sob a égide do fordismo, cedeu lugar às concepções neoliberais, que não só conquistam a hegemonia na condução dos destinos de vários países, como passam a dirigir os principais organismos financeiros internacionais,

o que vai se refletir nas orientações das pesquisas.

É importante destacar que tal hegemonia levou à difusão da idéia de que o mercado deve ser o instrumento básico de regulação social, substituindo as noções de finalidade e de valor social do desenvolvimento pelas de utilidade e competitividade, sem que os efeitos sociais do processo sejam levados em consideração. Neste contexto, a noção de conflito perde a legitimidade e o que passa a importar é a cooperação que viabilizaria a produtividade e a competitividade que, por sua vez, supostamente solucionariam o conjunto de problemas que, segundo tal concepção, são comuns a todas as classes e camadas sociais.

É nesse contexto que a discussão das relações entre tecnologia e trabalho assume uma nova atualidade, tendo em vista as profundas e rápidas transformações que atingiram o mundo do trabalho. Na realidade, as novas tendências de organização da produção e do trabalho galvanizaram a atenção dos sociólogos, que passaram a se debruçar sobre o estudo das transformações que ocorriam no interior dos processos produtivos, bem como sobre as novas relações entre as empresas.

Nesse processo, foram ganhando visibilidade as análises que começaram a propor o surgimento de um novo sistema industrial, diferente do fordismo, que se basearia na integração de tarefas, inclusive das relativas à concepção e execução; no emprego de uma mão-de-obra estável, qualificada, com alto nível de escolarização e bem-remunerada; na formação e difusão de redes de subcontratação, que se baseariam num relacionamento cooperativo entre as empresas. Embora cunhado com nomes diferentes — especialização flexível, para Piore e Sabel (1984); produção enxuta, para Womack *et al.* (1992); sistemo-fatura, para Hoffman e Kaplinsky (1988) —, o novo sistema industrial (pós-fordista) caracterizar-se-ia, para todos esses autores, pela superação da organização fordista do processo de trabalho e sua substituição por uma nova forma de organização baseada no envolvimento dos trabalhadores com os objetivos

empresariais. Ainda que esses trabalhos tenham cumprido o importante papel de sublinhar as profundas transformações que vêm ocorrendo na organização industrial desde o final dos anos 70, e nos brindar com uma análise ampla das modificações que estão ocorrendo na lógica da produção industrial, seria mister reconhecer que há uma série de problemas que emergem de suas análises, os quais não podem ser desprezados, tendo em vista a importância que elas vêm assumindo nos debates atuais.

Apesar de haver diferenças no estilo de abordagem desses estudos, algumas características importantes os identificam. Em primeiro lugar, todos eles partem da análise de alguns setores estratégicos da economia, como a indústria automobilística ou metal-mecânica, e, a partir deles, generalizam as tendências encontradas para o conjunto da economia. Em segundo lugar, ao centrar a análise nos aspectos técnicos e econômicos, eles ignoram os demais fatores que interferem nas características do sistema industrial, como os aspectos políticos, sociais e culturais, sob cuja égide vem se dando o processo de reestruturação produtiva nos vários países, inclusive os relacionados às práticas sociais dos diferentes atores envolvidos. Finalmente, mas não menos importante, esses estudos têm uma visão extremamente otimista do processo em curso, ignorando totalmente os problemas sociais que o vêm acompanhando.

Convém lembrar, contudo, que esta não foi a única orientação teórica a predominar no interior da Sociologia do Trabalho. Ao lado dela, muitas outras vezes se levantaram, apontando a complexidade da realidade, bem como a possibilidade de coexistência entre as novas formas de organização do trabalho e os princípios fordistas.

Na realidade, já não são poucas as análises que vêm revelando que a produção flexível ou enxuta, longe de ser um padrão único, vem, não só comportando manifestações muito distintas e apresentando características bastante diferentes, conforme o país, o setor e a

empresa, como não tem mostrado a universalidade que seus defensores pressupõem.

No que se refere às diferenças entre os países, Humphrey (1989), por exemplo, em uma interessante discussão sobre a transferência de tecnologia de empresas multinacionais ao Brasil, considera que

“tanto as comparações entre países com sistemas sociais, econômicos e políticos diferentes como o contraste direto entre os centros de trabalho oferecem uma fonte imediata de hipóteses de trabalho estimulantes e uma clara refutação do determinismo tecnológico. Se examinamos as multinacionais que exportam tecnologias idênticas a um país menos desenvolvido e que desejam recriar modelos similares de organização do trabalho, podemos demonstrar muito claramente que a organização do trabalho se vê afetada por fatores tais como a organização e a força dos sindicatos, a qualidade da mão-de-obra disponível, a existência de um excedente de mão-de-obra e o sistema de trabalho imperante” (Humphrey, 1989, pp. 87-8).

Já no que respeita à diferença entre empresas, a análise de Shiroma (1993) pode ser esclarecedora. Referindo-se às transformações nas relações interindustriais e às tendências de formação de redes de subcontratação presentes na experiência japonesa, esta autora ressalta as diferenças nas formas de gestão da mão-de-obra encontradas entre as empresas, a partir dos distintos lugares que elas podem ocupar na cadeia produtiva. De acordo com Shiroma, existe uma divisão do trabalho entre as empresas, através da qual “se transferem as tarefas gerais e desqualificadas para as pequenas empresas, ficando as grandes com o trabalho especializado, qualificado. Dessa forma, uma grande discrepância observada entre grandes e pequenas empresas no Japão é a proporção de trabalhadores qualificados que são minoria nas pequenas (5% a 10%) e quase a totalidade nas grandes firmas.” (Shiroma, 1993, p. 71).

Vários autores se debruçaram também sobre a análise da divisão sexual do trabalho, elucidando que mesmo no interior de uma mesma empresa os trabalhos destinados às

mulheres e aos homens costumam apresentar diferenças significativas.

Wood (1989), por exemplo, enfatiza a possibilidade de a reestruturação produtiva estar significando um trabalho mais rico e qualificado para os homens, ao lado de uma degradação das condições de trabalho para as mulheres, as quais estariam sofrendo intensificação dos ritmos, rotinização das tarefas, desqualificação e aumento do controle.

Também Hirata tem insistido sobre a relatividade do que vem sendo chamado de modelo da competência, alertando para o fato de que ele se baseia na figura do trabalhador homem como encarnando o universal. Introduzindo ainda as distinções entre as tendências observadas nos países de economia central e os do Terceiro Mundo, a autora conclui que o panorama é extremamente complexo e heterogêneo:

“[...] as teses de alcance universal, tais como as dos novos paradigmas ou dos novos conceitos de produção, são forçosamente questionadas à luz de pesquisas empíricas introduzindo tais diferenciações” (Hirata, 1994, p. 132).

Convém considerar que as colocações de Hirata têm efetivamente sido confirmadas por dados empíricos que refletem os efeitos diferentes da inovação tecnológica entre a mão-de-obra masculina e a feminina. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos da França, por exemplo, a proporção de mulheres que trabalham em linhas de montagem vem aumentando, ao passo que a dos homens vem diminuindo. Da mesma forma, a porcentagem dos assalariados submetidos a ritmos de trabalho impostos vem crescendo entre a mão-de-obra feminina, e decrescendo para a masculina (Volkoff, 1991).

Tudo indica, assim, que, apesar da valorização por parte das empresas de comportamentos tradicionalmente identificados com o sexo feminino,<sup>1</sup> a reconversão produtiva não alterou, até o momento, o quadro tradicional de discriminação da mulher nos locais de trabalho detectado em muitos trabalhos anteriores. Com efeito, os postos de trabalho continuam sendo divididos entre homens e mulhe-

res a partir de critérios discriminatórios, que reservam aos primeiros os trabalhos mais ricos e complexos. Por outro lado, a própria caracterização do trabalho feminino como trabalho simples e desqualificado continua passando também por critérios discriminatórios, na medida em que não considera nem habilidades (caracterizadas como naturais nas mulheres) como atenção, concentração, destreza manual, nem a formação, como o nível de escolaridade, em geral mais alto entre as mulheres do que entre os homens (Kergoat, 1987).

Diante deste quadro, podemos concordar com Harvey (1993, p. 146) quando afirma que “a transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho, num período em que o movimento de mulheres lutava, tanto por uma consciência quanto por uma melhoria das condições de um segmento, que hoje representa mais de 40% da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados”.

Convém lembrar ainda as análises voltadas para a compreensão das novas relações industriais, as quais vêm mostrando não só que a reação operária pode ser muito diferente de acordo com a tradição, a cultura e a capacidade de organização dos distintos coletivos de trabalhadores (Leite, 1993 e 1994), conformando, portanto, diferentes realidades de relação entre capital e trabalho, mas também que os novos padrões produtivos vêm dando lugar a experiências de relação com os sindicatos muito diversas, que vão desde sua marginalização até sua integração no processo de reconversão (Sengenberger, 1991; Lipietz, 1991).

Por outro lado, começam a surgir alguns estudos apontando os graves problemas sociais que o processo de reestruturação vem colocando para as sociedades atuais. Em instigante artigo apresentado ao I Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, Castillo (1994), por exemplo, alerta para fatos que, embora já não sejam considerados temas

prioritários da Sociologia do Trabalho, como os relacionados aos acidentes de trabalho, revelam o agravamento de problemas sociais. Propondo que a Sociologia do Trabalho assumira a tarefa de converter os problemas sociais em problemas *sociológicos*, o autor sublinha que a incidência de acidentes de trabalho vem aumentando na Europa e nos Estados Unidos: na França, a parte dos assalariados afetados por penosidade e danos no trabalho aumentou fortemente entre março de 1984 e março de 1991; na Espanha, o número de acidentes de trabalho praticamente dobrou entre 1984 e 1990; para os países da OCDE, em seu conjunto, as taxas globais de acidentes de trabalho não-mortais estancaram ou aumentaram na metade dos países considerados; na Califórnia, uma recente pesquisa revelou as altas possibilidades de que os latinos deixem a vida no trabalho nos distritos de alta tecnologia (Castillo, 1994, p. 9).

Muitos estudos têm alertado também para o aumento das taxas de desemprego, bem como para a tendência à precarização do trabalho que vem acompanhando o atual processo de reestruturação, com a multiplicação do trabalho temporário, subcontratado e em tempo parcial.<sup>2</sup> Conforme esclarece Harvey (1993, p. 144), “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

Já Brandão Lopes (1993, p. 182) vem chamando a atenção para a correlação entre reestruturação industrial, de um lado, e exclusão e pobreza, de outro, alertando que “a simples fé nas virtudes da industrialização não basta mais” quando se pensa em enfrentar a questão da pobreza em países industrializados da periferia, como o Brasil.

Em recente balanço sobre a Sociologia do Trabalho no Brasil, Castro e Leite (1994, p. 49) apresentam um grande conjunto de trabalhos que têm seguido essas preocupações, através de “saudáveis rupturas nos estilos metodológicos e nas tematizações mais ortodoxas

da Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil". As autoras concluem que "o determinismo material parece ter encontrado limites tanto na força com que os elementos organizacionais têm se mostrado determinantes nas mudanças recentes no mundo do trabalho fabril no Brasil, quanto no reconhecimento da virtualidade explicativa de fatores relativos à concepção da ordem no trabalho, às representações dos agentes e ao simbolismo nas instituições fabris" (Castro e Leite, 1994, p. 50).

Embora seja evidente que estes estudos são muito mais ricos, na medida em que buscam dar conta da complexidade da realidade, bem como dos problemas sociais advindos do atual processo de reestruturação produtiva, a capacidade dos defensores de um único modelo não só de orientar a discussão, mas também de impor novas categorias de análise e subscrever um campo de preocupações, que tem orientado, inclusive, a produção de seus críticos, não deixa de ser intrigante.

A essa discussão dedicaremos o último tópico deste texto. Nossa proposta é que, embora a crítica às análises que estamos discutindo venha sendo bem feita em termos de apontar para a simplificação da realidade provocada pela generalização, para o conjunto da economia, de características que podem ser observadas nas empresas de ponta de alguns setores estratégicos, ela se absteve até o momento de discutir as bases teóricas mais amplas sobre as quais tais estudos se apóiam. Do nosso ponto de vista, talvez falte ainda fazer uma crítica mais profunda ao determinismo econômico e tecnológico que orienta essa produção teórica à luz da discussão epistemológica atual, a qual tem alimentado um rico debate sobre o predomínio da razão técnica que orientou o pensamento científico até recentemente.

#### **A Postura Determinista e a Crise da Razão Técnica**

Valeria começar lembrando que uma das marcas mais importantes desses estudos consiste no privilegiamento das idéias de eficiência e produtivismo. Tal postura tem con-

siderado como fundamental na análise das empresas, dos vários setores de atividade, bem como das economias nacionais, dados relacionados à lucratividade e competitividade. No que se refere às implicações sociais das transformações em curso, duas posturas têm predominado: ou os estudos simplesmente ignoram a questão, ou ressaltam seus aspectos positivos, como a tendência ao emprego de uma mão-de-obra mais qualificada, estável e escolarizada, dedicando, em geral, muito pouca atenção aos graves problemas sociais que o atual processo de reconversão produtiva vem provocando mundialmente, como a segmentação do mercado de trabalho, o aumento do desemprego, a concentração da riqueza, o aumento da miséria e o enfraquecimento de importantes formas de organização da sociedade civil, como os sindicatos e comissões de empresa. Dois problemas sérios advêm dessa postura. Na realidade, tudo se passa como se estes fenômenos fossem conseqüências inevitáveis do avanço tecnológico, ou efeitos passageiros que o próprio desenvolvimento se encarregará de resolver, o que pressupõe, de um lado, o atual processo de reestruturação produtiva como algo determinado pela tecnologia e não como processo de construção social e, de outro, o privilegiamento da razão técnica sobre a razão social.

Essas duas questões encontram-se, entretanto, profundamente imbricadas, fazendo parte, na verdade, de uma mesma visão de mundo e de ciência que esteve na base do positivismo. Concedendo à técnica um papel central na vida humana, este tipo de raciocínio tem como pressuposto implícito, como já vimos, uma valoração positiva do crescimento econômico e da evolução tecnológica, entendidos como sinônimo de desenvolvimento social e humano, de melhoria da qualidade de vida e de progresso. Tem como pressuposto, em outras palavras, a idéia que Castoriadis (1982) identificou como a "instituição imaginária da sociedade", de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas constitui o objetivo central da civilização.

Tal postura, entretanto, começa a ser co-

locada em xeque nos dias atuais, quando a própria noção de progresso vem sendo problematizada e, quando, como adverte Morin (1982, p. 48), “começamos a aperceber-nos de que pode haver uma dissociação entre quantidade de bens [...] e qualidade de vida”, ou quando vemos que, “a partir de um certo limiar, o crescimento pode produzir mais prejuízos do que bem-estar e que os subprodutos tendem a tornar-se os produtos principais”.

Convém lembrar, por outro lado, que esse tipo de reflexão não se expressa nos textos que estamos analisando devido à sua total *desconsideração do papel dos atores sociais*. Partindo de uma análise que ignora inteiramente o sujeito e que apresenta um determinado modelo de desenvolvimento como uma inexorabilidade do avanço tecnológico, tais estudos submergem os atores sociais na lógica econômica da competitividade. O processo não é analisado como resultado de interesses e práticas sociais determinadas, nem sequer como podendo ter seu rumo modificado pela ação dos sujeitos. Totalmente dependente da razão técnica, o modelo não parece passível de adaptações ou mudanças provocadas pelos atores, o que pode ser claramente identificado na tendência a pressupor um modelo único ao invés de diferentes trajetórias de desenvolvimento, como a literatura crítica tem apontado.

Evidentemente, não se trata de ignorar o caráter global do atual processo de reestruturação produtiva e os constrangimentos que o mercado mundial vem colocando às empresas; sem dúvida, é preciso ter presente que os atores sociais agem *constrangidos pelas normas colocadas pelo processo mundial de globalização*. Isso não significa, entretanto, que se possa esquecer que essas normas não possuem a capacidade de definir um único caminho. Pelo contrário, pressupõem, como qualquer norma social, a possibilidade de construção de diferentes propostas e projetos sociais de acordo com as distintas realidades nas quais se inserem.

A arrogância implícita numa teoria que advoga a superioridade da razão técnica sobre

toda e qualquer outra forma de razão, e que ignora totalmente os subprodutos a que se refere Morin, como se o próprio desenvolvimento econômico e tecnológico fosse suficiente para a solução final de todos os problemas que afligem a humanidade, ou, pior ainda, como se eles nem mesmo existissem, nos remete também à discussão das relações entre a ciência e a ética, tema que vem se colocando de forma cada vez mais insinuante nos debates recentes sobre a razão científica.

Na verdade, a postura de neutralidade implícita nesse tipo de análise se contrapõe a uma tendência que se vem acentuando nos dias atuais, de introduzir a preocupação ética na análise científica. Com efeito, cada vez mais os cientistas vêm desenvolvendo a preocupação com a ética do comportamento técnico-científico e se afastando da concepção científica clássica que, ao separar fato e valor, elimina de seu seio a competência ética. Conforme esclarece Buarque (1993, p. 15), “é quase unânime a consciência do risco de deixar o cientista de hoje movido pelo mesmo espírito de desenvolvimento da ciência que prevaleceu desde o Iluminismo”. Da mesma forma que um físico sensível não pode considerar a bomba atômica apenas como a maravilha da ciência, os cientistas sociais não podem fechar os olhos para os efeitos dramáticos dos atuais modelos de desenvolvimento. Se abrirem os olhos, adverte o autor, “não verão apenas a maravilhosa força da transformação que criou um mundo eficiente, verão também miséria a ponto de reduzir o homem a ser parte do lixo; aculturação a ponto de formarem-se sociedades enlouquecidas; depredação da natureza a ponto de ameaçar-se o próprio futuro da espécie” (Buarque, 1993, p. 18).

Estas considerações nos alertam para a pertinência das colocações de Castillo (1994) e para a urgência de que a Sociologia do Trabalho transforme em questões *sociológicas* os problemas sociais que as transformações produtivas vêm fazendo emergir, como os do desemprego, da precarização do trabalho, da exclusão social, do enfraquecimento dos

sindicatos, do debilitamento da noção e dos direitos da cidadania.

Evidentemente, esse tipo de reflexão não pode estar presente em análises que absolutizam a lógica do mercado, substituindo as noções de finalidade e de valor pelas de produtividade e competitividade, ao mesmo tempo em que se abstêm de problematizar seus efeitos sociais.

Ao contrário desta postura que restringe a realidade, a Sociologia do Trabalho necessita de estudos que, recuperando a mais pura tradição sociológica, alarguem o campo de análise, levando em consideração a interação existente entre o conjunto de fenômenos que fazem parte da realidade social, e que reconheçam que a razão técnica é um tipo de razão e não “a razão absoluta”, ou a única razão. Que não percam de vista, enfim, que embora o desenvolvimento social seja influenciado também pela técnica, ela não é o único fator a determinar os rumos da história. Mais que isso, que levem em conta que a técnica é a expressão de uma determinada relação social, de um projeto que se vem impondo através de um processo conflituoso de embate entre contendores que são sujeitos sociais com diferentes projetos de racionalidade; ou ainda, como já alertou Touraine (1990), que expressem a tensão entre o triunfo da razão e a afirmação do sujeito.

Há que se considerar, por outro lado, que cada vez mais a ciência vem se apercebendo de que a razão já não dá conta da complexidade da realidade. Como explicita Gonçalves (1989, p. 138),

“sabemos hoje, principalmente após Freud e graças também à antropologia, que a razão não está separada da ‘irrazão’ por uma muralha da China: o *homo sapiens* é também *homo demens*. A vida está povoada de ‘sem sentidos’ sem os quais não teria sentido viver, como o amor, a paixão, a arte, o jogo, o prazer. Neste terreno de intersubjetividades, que é o terreno do conflito e da política”,

a razão instrumental encontra seus limites.

Aliás, não seria demais lembrar que esses limites se constituíram num dos temas privilegiados da Escola de Frankfurt, que dedicou

grande parte dos seus esforços para demonstrar como, em sua trajetória, a razão foi sendo colocada a serviço da dominação e repressão do homem e a técnica foi adquirindo um caráter ideológico:

“a técnica e a ciência, na forma de uma consciência positivista imperante — e articulada como consciência tecnocrática —, começam a assumir o valor posicional de uma ideologia que substitui as ideologias burguesas destruídas” (Habermas, 1994, p. 84).

Na verdade, a idéia de que a razão se reduz à razão científica e tecnológica, na qual a ciência se apoiou durante tanto tempo, vem sendo hoje contestada por todos os lados. Cada vez mais vem-se afirmando a concepção de que a

“relação sujeito-objeto, característica da razão científica, não pode ser transposta sem as necessárias mediações para o terreno do social, campo onde se desenvolvem as relações sujeito-sujeito expressas simbolicamente” (Gonçalves, 1989, p. 140).

Isso significa reconhecer que a ciência também é socialmente instituída e que as teorias se apóiam em princípios fundamentais que, embora inconscientes ou invisíveis, comandam o processo de conhecimento, organizando-o de acordo com sua lógica. Como tais princípios fazem parte da visão de mundo e da cultura dominantes na sociedade, cabe também à ciência refletir sobre as características culturais dos conceitos e teorias sobre os quais se apóia, bem como sobre seu papel na sociedade. Esse esforço supõe, como já alertou Morin (1982, p. 46), “a introdução da reflexividade consciente, ou seja, a reintrodução do sujeito no conhecimento científico”, a fim de que ele não se mantenha cego para o papel que desempenha na sociedade.

Muito distantes dessas preocupações, os estudos que estamos analisando se baseiam no postulado da redução, sobre o qual se apoiou a ciência positivista e que, segundo Morin (1982, p. 34), “atribui a verdadeira realidade não às totalidades, mas aos elementos, não às qualidades, mas às medidas, não aos seres e

aos entes, mas aos enunciados formalizáveis e matematizáveis”.

O determinismo econômico e tecnológico aparece, assim, como uma consequência quase natural do método de análise e dos princípios teóricos que o embasam. Totalmente preso aos postulados da ciência clássica — que se baseou na supremacia da razão técnica; na decomposição da realidade em suas categorias mais simples e na busca das leis universais; na quantificação da realidade como garantia da cientificidade; na separação entre sujeito e objeto do conhecimento e na suposta neutralidade do sujeito, o que gerou, nas palavras de Morin, uma ciência sem consciência —, esse tipo de análise do atual processo de reestruturação produtiva só poderia ser tão determinista como os princípios sobre os quais se apóia. Estes, na realidade, já haviam se encarregado de eliminar o acaso, o indeterminado e o imprevisível da análise científica. Ao enfatizar a busca das leis universais, a lógica da simplificação rejeitou não só a incerteza como o irracionalizável, não só o sujeito como suas imprevisíveis manifestações.

### Conclusão

O atual processo de reestruturação produtiva que se vem processando em escala mundial vem jogando por terra princípios de organização da produção e do trabalho consagrados pelo taylorismo e o fordismo. De uma maneira geral, as empresas vêm buscando integrar tarefas e processos anteriormente compartimentalizados, envolver os trabalhadores com os objetivos empresariais e focalizar a produção em seus produtos principais, externalizando, ou terceirizando, a produção de partes complementares. Esse processo vem se dando, entretanto, de maneira muito diferente de país a país, de setor a setor, e mesmo de empresa a empresa de um mesmo setor.

Se, em alguns casos (em geral, as empresas líderes dos setores de ponta da economia), ele tem significado a eliminação do trabalho parcelado e realizado em tempos impostos, maior autonomia aos trabalhadores para to-

mar decisões relativas ao processo produtivo e, ambientes de produção mais participativos e menos conflituosos, isso não significa que o trabalho desqualificado tenha sido abolido, que o capital tenha abandonado sua preocupação de controlar os trabalhadores ou que esteja havendo uma efetiva democratização dos locais de trabalho e das relações industriais. Não significa, tampouco, que essas tendências estejam inscritas no desenvolvimento futuro, devendo obrigatoriamente se concretizar com o passar do tempo. Ao contrário, o que a pesquisa empírica tem demonstrado é que a realidade é extremamente complexa e multifacetada, apresentando, muitas vezes, tendências ao mesmo tempo opostas e complementares.

Com relação à qualificação da mão-de-obra, por exemplo, vale lembrar os estudos que vêm afirmando não só a permanência dos trabalhos desqualificados, mas também sua imbricação com os preconceitos sociais relacionados às diferenças de gênero, de etnia, de cor, de nacionalidade, de idade. Por outro lado, é importante não perder de vista que o fato de as empresas não estarem mais buscando o controle sobre seus trabalhadores, através do parcelamento do trabalho e da desqualificação da mão-de-obra, não significa que elas tenham abandonado a preocupação com o controle. Na verdade, tudo indica que a mudança estaria somente na maneira de controlar, tendo em vista que as estratégias nesse sentido continuam atuais. Valeria lembrar, a esse respeito, o alerta de Sewell e Wilkinson (1992), que associam as novas formas de vigilância ao Panóptico, tendo em vista a sofisticação dos sistemas utilizados como forma de controlar os trabalhadores individualmente. De acordo com eles, ao contrário da suposta autonomia do trabalho, os métodos japoneses possuem um eficiente sistema de vigilância que se apóia tanto na visibilidade natural do processo de produção e do desempenho do trabalhador na fábrica organizada sob os princípios do *just-in-time*, como no uso freqüente de sistemas de informação administrativa ca-

pazes de assinalar rapidamente os desvios das normas de produção ou de qualidade.

Também no que se refere aos sistemas participativos e à busca de uma mão-de-obra mais autônoma para tomar decisões relativas ao processo produtivo, convém destacar que já há vários estudos que vêm ressaltando que as estratégias participativas nem sempre têm significado uma democratização da fábrica e das relações de trabalho. Analisando a questão, Leite (1995, p. 147) alerta para o fato de que o poder continua concentrado nas mãos da gerência das empresas, bem como para a resistência das firmas em permitir a participação dos trabalhadores em qualquer forma de decisão que extrapole as relativas às atividades produtivas de rotina, concluindo que “uma análise mais cuidadosa do que vem acontecendo no interior das fábricas aponta, na realidade, para um processo de participação parcial, limitado e, sobretudo, controlado”.

Por outro lado, quando se leva em consideração as diferentes realidades nacionais, o que se observa é que a reestruturação vem se dando de forma muito distinta de país a país, havendo muitos exemplos de economias inteiras que não vêm adquirindo as características da especialização flexível, da produção enxuta, ou da sistemofatura. Tampouco se pode defender a possibilidade de que tal modelo venha inexoravelmente a se tornar dominante num futuro próximo e que sua difusão seja, portanto, apenas uma questão de tempo.

Ao contrário, muitas pesquisas vêm revelando que, no processo de reestruturação produtiva, as novas tendências de uso da mão-de-obra vêm, muitas vezes, se conectando com velhos princípios, incorporando-os e revitalizando-os.<sup>3</sup>

A compreensão desse processo exige, portanto, que a Sociologia do Trabalho abandone a perspectiva determinista. Não só porque ela não permite que se capte sua complexidade, suas diferentes formas de manifestação, assim como as distintas formas de imbricação dos novos princípios de produção com velhas formas de uso do trabalho que se reatualizam, ganhando inclusive novo dinamismo, mas principalmente porque, ao fechar a possibilidade para saídas diferentes, a perspectiva determinista nos impõe um modelo que elimina da análise os atores sociais, bem como a possibilidade de transformação do curso da história a partir de suas consciências, suas vontades, suas práticas sociais. Tal perspectiva, por sua vez, torna-se tão mais preocupante, quanto mais se leva em conta os graves problemas sociais que o atual processo de reestruturação vem provocando, e que as teorias deterministas insistem em não levar em consideração, por não se encaixarem em seus pressupostos teóricos.

*(Recebido para publicação  
em maio de 1996)*

#### Notas

1. Hola e Todaro (1992), por exemplo, alertam para o fato de que, em virtude das novas tendências de gestão da mão-de-obra que estão acompanhando o processo de modernização tecnológica, as empresas estariam valorizando aspectos comportamentais considerados como tipicamente femininos, como capacidade de comunicação, facilidade para trabalho em grupo, habilidade de transmissão de conhecimento, flexibilidade no trato com as pessoas (Abramo, 1993, p. 2).
2. Uma rica e pormenorizada análise dessas tendências no mundo atual pode ser encontrada em Mattoso (1995).
3. Em interessante coletânea organizada por Abreu e Sorj (1993), por exemplo, estão reunidos estudos que elucidam as relações entre trabalho a domicílio e modernização tecnológica,

revelando que o atual processo de reconversão produtiva vem reatualizando essa forma de produção e ocupação (Abreu e Sorj, 1993, p. 12). Também Harvey chama a atenção para essa questão, lembrando o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista: "O retorno da superexploração em Nova York e Los Angeles, do trabalho em casa e do 'teletransporte', bem como o enorme crescimento do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo" (Harvey, 1993, p. 175).

### Bibliografia

Abramo, L.

1993 Inovação Tecnológica e Segmentação por Gênero no Mercado de Trabalho. Comunicação apresentada na reunião do GT Cambio Tecnológico, Calificación y Capacitación, da Red Latinoamericana de Educación y Trabajo. Campinas, Unicamp, março de 1993.

Abrêu, A. e Sorj, B. (orgs.)

1993 *O Trabalho Invisível: Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.

Barisi, G.

1985 "Une Sociologie Engagée: La Sociologie du Travail Italienne", in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L'Harmattan.

Brandão Lopes, J.

1993 "Reestruturação Produtiva, Mercado de Trabalho e Condições de Vida". *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, Cedes/Papirus, n. 45 (número especial sobre inovação tecnológica, trabalho e qualificação).

Buarque, C.

1993 *A Desordem do Progresso*. São Paulo, Paz e Terra.

Burnier, M. e Tripier, P.

1985 "La Division du Travail: Colloque de Dourdan I", in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L'Harmattan.

Casassus, C. e Desmarez, P.

1985 "La Sociologie Industrielle Americaine: Origines, Éclatement et Retour a l'Atelier". in: *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L'Harmattan.

Castillo, J.

1994 "Adonde va la Sociologia del Trabajo?". Trabalho apresentado ao I Congreso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, México, 23-26 de novembro de 1993, e publicado na *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madrid, Ministério de Trabajo y Seguridad Social, ns. 23/24, mar.-jun., 1994.

Castoriadis, C.

1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra.

Castro, N. e Leite, M.

1994 "A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações". *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 37, 1.º semestre de 1994.

- Dassa, S.  
1985 "L'Émploi, Enjeux Economiques et Sociaux: Coloque de Dourdan II", in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L'Harmattan.
- De Masi, D.  
1973 *Sociologia dell'Agienda*. Bologna, Il Mulino.
- Friedmann, G.  
1956 *Le Travail en Miettes*. Paris, Gallimard.
- Friedmann, G. e Naville, P.  
1973 *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo, Cultrix.
- Durand, C.  
1985 "La Recherche Sociologique et la Demanda Social", in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L'Harmattan.
- Gonçalves, C.  
1989 *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo, Contexto.
- Habermas, J.  
1994 *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa, Edições 70.
- Harvey, D.  
1993 *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
- Hirata, H.  
1994 "Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência", in Ferretti, Zibas, Madeira e Franco (orgs.), *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. Petrópolis, Vozes.
- Hoffman, K. e Kaplinsky, R.  
1988 *Driving Force: The Global Restructuring of Technology, Labour and Investment in the Automobile and Components Industries*. Londres, Westview Press, Inc.
- Hola, E. e Todaro, R.  
1992 *Los Mecanismos del Poder (Hombres y Mujeres en la Empresa Moderna)*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.
- Humphrey, J.  
1989 "Más Allá de la Crítica del Determinismo Tecnológico: Examen de los Estudios del Trabajo en Brasil". *Sociología del Trabajo*. Madri, Siglo Veinteuno de Espana Editores S.A., n. 5, invierno 1988/89.
- Kergoat, D.  
1987 "Em Defesa de uma Sociologia das Relações Sociais. Da Análise Crítica das Categorias Dominantes à Elaboração de uma Nova Conceituação", in Vários autores, *O Sexo do Trabalho*, São Paulo, Paz e Terra.
- Leite, M.  
1993 "Innovación Tecnológica y Subjetividad Obrera". *Sociología del Trabajo*. Madri, Siglo Veinteuno de Espana Editores, n. 19.  
1994 *O Futuro do Trabalho. Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*. São Paulo, Scritta.  
1995 "Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra e Sistemas Participativos no Brasil". *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Mexico, Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, Año I, n. 1.

- Linhart, D.  
1985 "La Sociologie Sous-Jacente du Colloque de Dourdan II", in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L'Harmattan.
- Lipietz, A.  
1991 "As Relações Capital-Trabalho no Limiar do Século XXI". *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 12(1).
- Mattoso, J.  
1995 *A Desordem do Trabalho*. São Paulo, Scritta.
- Montero, C.  
1994 Paradigmas Teóricos en los Estudios del Trabajo. Trabalho apresentado ao Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios del Trabajo. San Juan de Puerto Rico, 15-20 de maio.
- Morin, E.  
1982 *Science avec Conscience*. Paris, Librairie Artheme Fayard.
- Offe, C.  
1989 "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?", in C. Offe. *Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol. I, Biblioteca Tempo Universitário 85.
- Piore, M. e Sabel, C.  
1984 *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Nova York, Basic Books.
- Santos, B.  
1993 *Um Discurso sobre as Ciências*. 6.ª ed., Lisboa, Afrontamento.
- Sengenberger, W.  
1991 "Cambios Recientes en la Organización Industrial y Sus Consecuencias para el Diálogo Social y la Cooperación", in Alvaro Espina (org.), *Concertación Social, Neocorporativismo y Democracia*. Madrid, Ministério de Trabajo y Seguridad Social.
- Sewell, G. e Wilkinson, B.  
1992 "Surveillance, Discipline and the Just-in-Time Process". *Sociologie*, 26(2), maio.
- Shiroma, E.  
1993 *Mudança Tecnológica, Qualificação e Políticas de Gestão: A Educação da Força de Trabalho no Modelo Japonês*. Tese de doutorado, Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp.
- Touraine, A.  
1990 A Critical View of Modernity. Trabalho apresentado ao Congresso Mundial de Sociologia.
- Volkoff, S.  
1991 As Pesquisas Francesas sobre as Condições de Trabalho e sobre a Organização do Trabalho: Dos Métodos ao Resultado. Texto apresentado ao seminário Metodologias para Levantamento Quantitativo sobre a Difusão das Novas Tecnologias no Processo de Trabalho, Brasília, 22 de outubro.

Womack, J. *et al.*

1992 *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro, Campus.

Wood, S.

1989 "The Transformation of Work", in S. Wood (org.), *The Transformation of Work?*. Londres, Unwin Hyman.

### **Resumo**

*A Sociologia do Trabalho diante da Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica*

Partindo da discussão da trajetória da Sociologia do Trabalho em três países onde a disciplina mais se desenvolveu, e analisando as transformações por que vem passando o trabalho no atual contexto mundial de reestruturação, o artigo discute as principais tendências teóricas que se vêm difundindo na área. Os limites das análises, que restringem seu campo de estudo aos aspectos materiais e tecnológicos da questão, são sublinhados, ao mesmo tempo em que se destaca sua incapacidade de levar em conta os graves problemas sociais que se vêm colocando para as sociedades atuais. Um dos eixos da discussão é a noção de determinismo tecnológico, tema considerado ainda central para o avanço da disciplina.

### **Abstract**

*Labor Sociology in the Context of the Restructuring of Production: A Theoretical Discussion*

Based on both a discussion of the history of labor sociology in the three nations where it has enjoyed greatest development and on an analysis of labor transformations within the current world context of the restructuring of production, the article discusses the main theoretical trends within this field. The limitations of analyses whose scope is restricted to study of the material and technological aspects of the question are underscored, along with their incapacity to take into account the serious social problems currently facing today's societies. One of the main threads of this discussion is the notion of technological determinism, a topic deemed central to further progress within this field.



## Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana

Marco A. C. Cepik

### Introdução

Neste artigo procurei apresentar uma parte da imensa produção acadêmica norte-americana sobre Sociologia das Revoluções. Embora o ensaio seja extenso, o resumo dos autores é bastante curto e muito seletivo. A produção sobre esse tema, ao longo do período considerado (1900-1994), abarca centenas de artigos e livros. Assim, para um balanço mais pormenorizado dos autores e problemas, remetemos a Cohan (1975), Salert (1976), Goldstone (1980), Foran (1993), Friedrich (1967) e Di Tella (1990).

São excelentes trabalhos nos quais se encontra um esforço de sistematização e análise crítica que cobre parte importante dessa produção da ciência social norte-americana no século XX. Como foram elaborados em períodos distintos nos últimos 20 anos, tem-se uma atualização mais do que razoável dos títulos publicados.

Como esses balanços da literatura utilizam critérios temáticos e/ou temporais para agrupar as diversas teorias da revolução, tentamos combinar os dois parâmetros nesta apresentação. Cabe observar, no entanto, que a organização diacrônica do material é muito mais um recurso expositivo do que metodológico, pois não se verifica uma evolução linear na produção norte-americana e o texto é orientado para a *explicitação* de problemas teóricos, não para uma história rigorosa das idéias.

### 1. Teorias de Primeira Geração: 1900-1945

Na primeira metade deste século as duas abordagens mais marcantes sobre Sociologia

das Revoluções foram as da Psicologia das Multidões (Gustave Le Bon (1913), C. Elwood (1905), P. Sorokin (1958) etc.) e da chamada "história natural das revoluções" (Lyford Edwards (1927), George Pettee (1938), Crane Brinton (1938) etc.). Ambas desenvolveram-se em conexão com as tensões sociais decorrentes da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa, principalmente nas décadas de 20 e 30.

#### 1.1. Abordagem da Psicologia das Multidões: P. Sorokin

Dentre os diversos autores que escreveram sobre a Psicologia das Multidões, um dos mais influentes e representativos foi o russo Pitirim Sorokin, professor da Universidade de Petrogrado e ex-membro do Partido Socialista-Revolucionário, que emigrou para os EUA em 1922. A atitude de Sorokin frente à revolução é ambígua.

Por um lado, considera-a um tipo de mudança normal em uma sociedade na qual as normas sociais que garantem a coesão da comunidade deixam de estar sintonizadas com as necessidades da população. Mas, por outro lado, esta mudança "rápida, súbita e violenta" é considerada uma perversão, um ato de violência incontrolada. Ou "um espaço de tempo durante o qual o verniz social, ou revestimento, é removido das pessoas, surgindo a fera" (Cohan, 1981, p. 166).

Para Sorokin a ocorrência desta verdadeira "explosão de ódio" decorre da excessiva repressão sobre os instintos sociais básicos de uma população. Existiriam seis tipos gerais destes instintos ou pulsões: (1) instinto ali-

mentar; (2) instinto de propriedade; (3) instinto de autopreservação; (4) instinto sexual; (5) impulso de liberdade; (6) impulso de auto-expressão.

Sempre que a repressão sobre alguns ou todos esses instintos e pulsões chegar a uma intensidade tal que impeça sua satisfação mínima para a maioria da população, a ocorrência da revolução torna-se provável. Ao contrário, se a elite dominante reduzir o nível de repressão dos instintos ao mínimo necessário para garantir a coesão social e a vigência das leis e hábitos tradicionais, mudanças pacíficas poderão sobrevir.

No esquema de Sorokin a revolução é um processo de dois tempos. Na primeira fase, quando se destrói a antiga ordem social, há um grande dispêndio de energias sociais, sendo marcada pelo alívio e pelo otimismo em relação ao futuro. Todavia, com a desordem social e a violência do processo de mudança, esta fase é seguida de um período de deterioração das condições de vida e de exaustão psíquica das massas. É nesta segunda fase que surgem os grupos que buscam reinstaurar a ordem social.

Entretanto, como a ordem precedente fora consolidada ao longo de séculos de processos civilizatórios combinados, a ordem restaurada será inevitavelmente mais repressiva e ilegítima. Posto nestes termos, o custo da mudança revolucionária, medido em termos de vidas humanas, progressos materiais e culturais, seria duplamente proibitivo. Ou seja, tanto em si mesmas quanto comparadas com processos pacíficos de mudança, as revo-

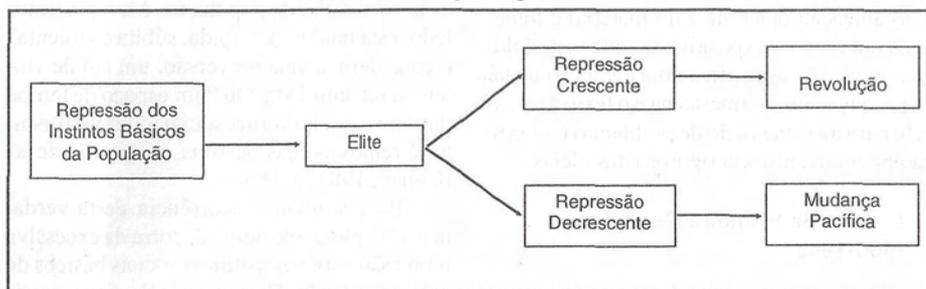
luções, para Sorokin, são algo nocivo, inútil e desnecessário.

Digamos que esta é uma teoria da revolução de “primeira geração” porque, do ponto de vista metodológico, a hipótese da repressão dos instintos como causa da revolução não tem qualquer validação empírica; e também porque a “tese” sobre a nocividade e inutilidade das revoluções não passa de uma opinião ideológica, sintomática até, mas que não é acompanhada de argumentos explicativos e preditivos mais sólidos.

Sorokin reduz a revolução a um ato de violência coletiva irracional, atualizando para o caso russo a fórmula utilizada por Taine ao escrever que, na França, a ruptura das barreiras da civilização pela ação violenta e ensandecida do “rebotinho social” abriu o caminho para a tirania. Neste aspecto, a obra de Sorokin não difere da de Gustave Le Bon. Além deste interesse, digamos, historiográfico pela filiação conservadora da obra, a ênfase de Sorokin na sincronização valor-ambiente, como variável-chave da ocorrência ou não das revoluções, encontra uma descendência direta na obra de Chalmers Johnson, que comentarei na próxima seção.

Por fim, como destaca Cohan, a questão da “necessidade psicológica”, que sentem os membros da população, de uma restauração da ordem após a primeira fase de uma revolução, não tem recebido, ao longo do tempo, um tratamento exaustivo na literatura, embora seja um problema relevante e recorrente em quase todos os processos revolucionários.

Quadro 1  
Causas da Revolução Segundo Sorokin



Fonte: Cohan (1981, p. 168).

## 1.2. A "História Natural" das Revoluções: Crane Brinton

No caso dos chamados "historiadores naturais da Revolução" o trabalho analítico concentrou-se na comparação das características comuns, na identificação dos estágios típicos e na descrição das principais mudanças sociais e demográficas produzidas pelas revoluções.

Crane Brinton, por exemplo, em seu *Anatomy of Revolution* (1938), comparou as semelhanças entre os processos inglês, americano, francês e russo, tentando sistematizar a seqüência "natural" das fases de uma Revolução. Utilizando a "febre" como uma metáfora para ilustrar esta seqüência, Brinton separou-a em fase dos sintomas preliminares, fase da irrupção da doença, fase dos delírios mais agudos e, ao cabo, a convalescença e a volta à normalidade.

Mesmo sem pretender formular uma sociologia completa da revolução a partir dos quatro casos analisados, Brinton estabeleceu o que, segundo ele, seriam as uniformidades básicas da fase preliminar, que vai da crise do Antigo Regime até a transformação dos revolucionários em governo soberano.

Seguindo a hipótese clássica de Tocqueville sobre o caso francês, o autor procurou demonstrar que as quatro revoluções ocorreram em sociedades economicamente ascendentes e não em sociedades decadentes ou retrógradas. Embora reconhecendo que a pobreza era endêmica em vastos segmentos dessas populações, considerou fora de dúvida que os iniciadores de uma revolução não eram "pessoas caídas e derrotadas, famintas, miseráveis. Os revolucionários não são entes desprezíveis, não são filhos do desespero. As revoluções nascem da esperança; e suas filosofias são formalmente otimistas" (Brinton; 1958, p. 21). Ilustra-o com os exemplos francês e russo, nos quais os recorrentes períodos de extrema miséria freqüentemente geraram rebeliões, nunca revoluções.

Combinada com esta, uma segunda uniformidade foi detectada pelo autor. A de que os antagonismos sociais que estão na gênese

dessas revoluções, embora fossem intensos e bem-definidos, eram tanto mais explosivos quanto maior fosse a proximidade do *status* das classes em conflito, e não o contrário, como sempre pretenderam os autores marxistas.

Também aqui Brinton segue uma indicação de Tocqueville, ao afirmar que as revoluções ocorriam, em larga medida, porque havia a "convicção, por parte de alguns dos principais grupos empresariais, de que as suas oportunidades de prosperar neste mundo são indevidamente limitadas por arranjos políticos" (*idem*, p. 35).

A terceira uniformidade é o que o autor chama de deserção dos intelectuais. Esta pode se manifestar tanto como neutralidade quanto como hostilidade aberta em relação ao regime, pois ambas redundam na deslegitimação deste.

A quarta condição para a ocorrência de uma revolução é a incapacidade estrutural de fazer funcionar os mecanismos de governo. Segundo Brinton, isto pode decorrer da ineficácia na realização de reformas nas velhas instituições, mas é também o resultado da inadaptação destas às novas condições sociais marcadas pela expansão econômica, por novos grupos detentores de riqueza, por novos métodos empresariais, novos meios de transporte e comunicação etc. Para este autor, o ritmo das mudanças socioeconômicas é tendencialmente mais rápido que o das instituições político-culturais, gerando a tensão revolucionária.

Por fim, a quinta característica comum seria uma espécie de "inépcia para governar", que acomete a classe dominante no período imediatamente anterior ao da irrupção da revolução. Nos casos estudados, sempre segundo Brinton, essa incompetência crônica manifestou-se de diversas maneiras. Pela perda de confiança dos membros das classes dominantes nos hábitos, valores e estilos de mando tradicionais; pelo colapso da administração pública e das finanças do Estado e, fundamentalmente, pela incapacidade de controlar e usar adequadamente as forças militares e policiais.

Naturalmente, embora estas sejam uniformidades básicas que marcam a irrupção da revolução, Brinton não afirmou que elas se manifestam na mesma seqüência temporal, nem que sejam idênticas nos quatro casos por ele estudados.

Para as demais fases do processo, descritas nos termos metafóricos da “febre”, o autor fez corresponder tipos sociais predominantes: os moderados (na primeira fase após a vitória da coalizão revolucionária); os radicais extremistas (que ascendem após tentativas contra-

revolucionárias de restituição da velha ordem); e os “thermidorianos” (que põem fim ao reinado do terror e da virtude).

Nessa fase de convalescença o “equilíbrio é restabelecido e a revolução termina. Mas isto não quer dizer que algo tenha mudado. Criaram-se algumas tramas novas e úteis de caminhos na rede de interações que forma a sociedade, e se eliminaram algumas tramas velhas e prejudiciais, às quais podemos chamar injustas, se assim nos agradar” (*idem*, p. 285).

Quadro 2  
Características e Atores Predominantes, segundo Brinton

Na Fase Preliminar	Irrupção da Revolução	Terror	Thermidor
<ul style="list-style-type: none"> <li>• progresso econômico e cultural</li> <li>• antagonismo entre classes com <i>status</i> similares</li> <li>• inadequação das instituições em face da modernização</li> <li>• incapacidade da classe dominante de governar e manter a ordem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• vitória da coalizão revolucionária com predomínio dos moderados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• devido à timidez das mudanças propostas pelos moderados, os radicais extremistas ascendem ao poder. Isto enseja tentativas contra-revolucionárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• a ditadura thermidoriana encerra a revolução e restabelece a “normalidade” cotidiana. Preservação de algumas mudanças em meio à restauração da ordem precedente</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A obra de Crane Brinton e dos demais “historiadores naturais” influenciou amplamente o desenvolvimento posterior da Sociologia das Revoluções. Dois exemplos bastam para ilustrá-lo. O esquema dos atores predominantes em cada fase foi retomado inteiramente por Huntington nos anos 60, considerado como o padrão das Revoluções Ocidentais.

Mais recentemente, Ralf Dahrendorf recorreu ao trabalho de Brinton para comparar seus resultados com a Revolução de 1989 no Leste Europeu.

### 1.3. Críticas às Teorias de Primeira Geração

Uma geração posterior de estudiosos criticou, no entanto, esta abordagem por ser, como relata Skocpol (1985a), demasiado descritiva e pouco lastreada empiricamente. De fato Brinton, tal como Sorokin, utiliza o material histórico mais para ilustrar certas hipóteses sociopsicológicas do que para controlar metodologicamente suas conceituações.

Também a relação *negativa* entre a extensão da crise revolucionária e a extensão da

mudança social, hipótese básica dos “Historiadores Naturais da Revolução” e dos teóricos da “Psicologia das Multidões”, foi criticada por Charles Tilly, que a considerou simétrica ao mecanicismo de uma relação *direta* entre grau de conflito e extensão da mudança social, tal como expressa por teóricos “sorelianos” (ou sindicalistas, segundo a nomenclatura de Tilly) do fenômeno revolucionário.

Desta hipótese sobre a natureza das relações entre violência e mudança deriva um modelo descritivo da *dinâmica* das fases da revolução, que o mesmo Tilly chamou de *tension-release*, pois a curva da violência coletiva tenderia a aumentar rapidamente até o momento da “explosão de ódio”, declinando então rapidamente até voltar ao normal.

Na verdade, esta representação da dinâmica das revoluções identifica esse fenômeno com um tipo particularmente grave de patologia social, uma variante qualquer de banditismo, explicada pela natureza “irracional” e “sanguinária” das massas populares. Este juízo parece mais evidente nos “psicólogos das multidões” do que nos “historiadores naturais”.

Ainda assim, a própria metáfora da “febre” e seu seqüenciamento “natural” são passíveis de serem criticados por não se separarem minimamente de uma expectativa ideológica que reproduz, no limite, o senso comum liberal sobre os custos de macroprocessos violentos de mudança social.

Embora o próprio Brinton reconheça que seu objetivo principal seja descrever as fases típicas do processo, não se pode afirmar que sua obra não tenha pretensões explicativas sobre as causas da revolução. Afinal, seu trabalho praticamente retoma uma das teses mais caras à Tocqueville,<sup>1</sup> afirmando que as revoluções ocorrem para remover um obstáculo institucional no interior de uma época de progresso material e renovação cultural. Mesmo se recusando a afirmar que esta fosse a única causa da revolução, e evitando uma generalização para além dos quatro processos estudados, Brinton pode ser considerado um continuador de Tocqueville: “[...] suas descobertas,

no que concerne às expectativas crescentes da população, poderiam contribuir para a credibilidade dessas como fundamento de uma teoria adequada das causas da ocorrência das revoluções” (Cohan, 1981, p. 171).

Todavia, *Anatomy of Revolution* é um exemplo clássico de Sociologia da Revolução de primeira geração. O destaque dado a esses autores neste capítulo é muito maior que a rápida menção feita por Goldstone e Foran em seus artigos. Em parte porque este gênero de ensaio interpretativo encontrou um vigor renovado recentemente pelas Revoluções do Leste Europeu. Mas também porque é necessário resgatar a matriz de uma recorrente imagem liberal-conservadora na sociologia norte-americana das revoluções, que somente nos anos 60 começou a ser substituída.

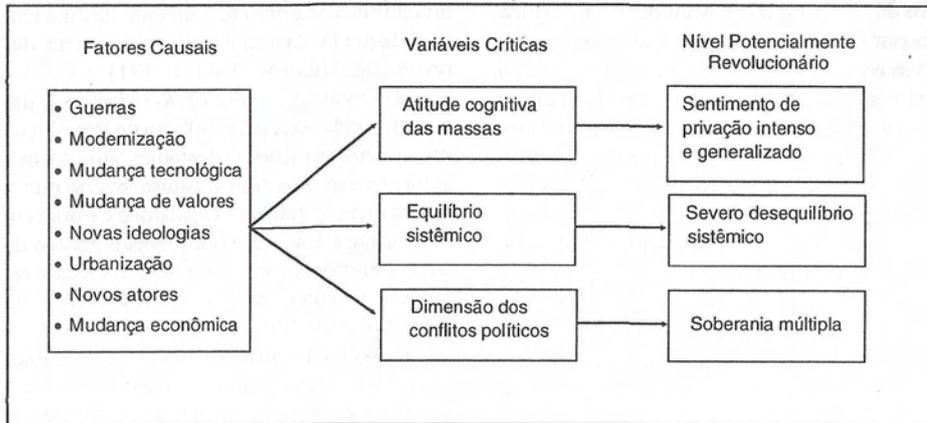
## 2. Teorias de Segunda Geração: 1945-1975

Seguindo a classificação de Skocpol, Goldstone agrupou a produção desse período em três categorias, de acordo com as três disciplinas das Ciências Sociais nas quais os autores procuraram basear seus *approaches*.

Têm-se então as análises baseadas na Psicologia Social (James Davies, Ted Gurr, Ivo e Rosalind Feirabends etc.), na Sociologia Estrutural-Funcionalista (Chalmers Johnson, Neil Smelser, Tiryakan, Mark Hagopian etc.) e na Ciência Política (Samuel P. Huntington, Charles Tilly, Peter Amman, A. Stinchcombe etc.).

Em contraste com a produção anterior, essas teorizações de segunda geração pretenderam, formalmente, explicar *por que e quando* as situações revolucionárias surgem, sendo mais ambiciosas na tentativa de generalizar resultados inferidos a partir da observação de um grande número de casos. O auge desse tipo de teoria geral ocorreu nos anos 60, prolongando-se até meados da década seguinte. Os três conjuntos serão apresentados a seguir. Na seção 2.1 registrarei as críticas mais usuais feitas pelos comentaristas dessa literatura.

Quadro 3  
Teorias da Revolução de Segunda Geração



Fonte: Goldstone (1980, p. 430).

### 2.1. Abordagens da Psicologia Social: Ted Gurr e J. Davies

A primeira abordagem que pode ser mencionada é uma versão ampliada e revista da teoria das expectativas crescentes, desenvolvida por Davies, entre outros.<sup>2</sup>

James Davies parte da mesma constatação de Tocqueville e Brinton sobre a relação negativa existente entre pobreza extrema e ação revolucionária. Resumindo bastante, o autor afirma que num período de progresso material e cultural de uma sociedade, as expectativas populares de que suas necessidades serão atendidas em breve tendem a subir. Correndo paralelamente a esta linha há uma outra, que indica a satisfação real destas necessidades.

A representação gráfica desta fórmula é conhecida como *J curve*, dada a forma que a linha das expectativas apresenta. Enquanto os indivíduos recebem pelo menos uma parte do que consideram justo e necessário receber, é provável que não se rebelem. Mas, na medida em que se abre uma lacuna entre essas duas

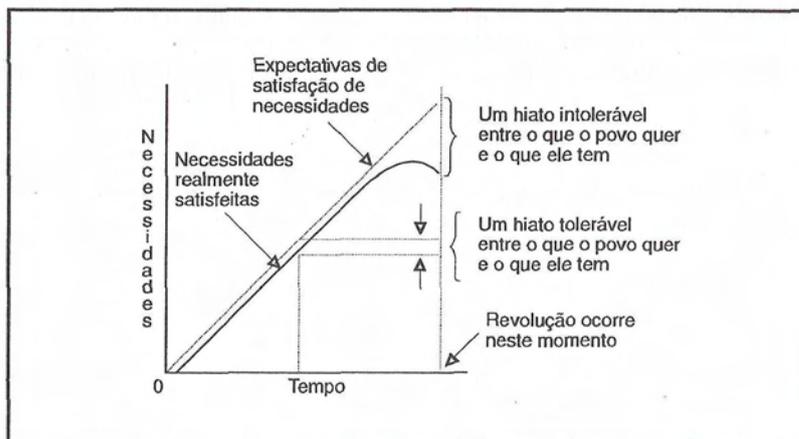
curvas, com o declínio da satisfação real e a continuada ascensão das expectativas, as tensões sociais se acumulam até o ponto em que eclode a violência das massas.

O argumento de Davies foi utilizado para explicar também o porquê dos diversos tipos de revolução que, para eles, vão desde golpes palacianos até insurreições populares.

As revoluções diferenciam-se conforme o grau de participação das massas, o tempo de duração do processo, seu grau de violência e as diferentes intenções dos revolucionários. Todas estas variações dependem da relação entre a satisfação das necessidades esperada e aquela efetivamente realizada. Quanto maior a lacuna entre elas, mais radical e abrangente seria a revolução.

As conclusões de Davies se afastam das de Tocqueville e Brinton num ponto importante. Enquanto estes afirmaram que as revoluções tendem a ocorrer após um prolongado período de crescimento, aqueles sustentam que é um acentuado declínio, após este período de êxito, que detona a rebelião contra o sistema.

Quadro 4  
A Revolução das Expectativas Crescentes:  
A Curva J de James Davies



Fonte: Davies (1972, p. 69).

Uma segunda abordagem psicológica, amplamente difundida após os conflitos civis de meados da década de 60 nos EUA, é conhecida como teoria da privação relativa.<sup>3</sup> Trata-se antes de uma teoria da violência civil em geral, do que de uma teoria da revolução *stricto sensu*. Neste sentido não é uma abordagem antagonista à das “expectativas crescentes”, uma vez que a *curva J* pode ser considerada como um exemplo de privação relativa numa dada sociedade.

Para Ted Gurr, principal expoente desta abordagem, os mesmos fatores causais estão na base dos diversos tipos de violência política. Esta se apresenta, basicamente, como tumulto, conspiração ou guerra interna. As revoluções são consideradas como um tipo de guerra interna, ao lado do terrorismo, dos confrontos bélicos de baixa intensidade e das guerras civis.

Como a violência é o denominador comum de todos estes fenômenos Gurr, utilizando indicadores macrossociais e métodos estatísticos, procurou determinar as causas de sua ocorrência e das formas assumidas por ela.

A intensidade e a magnitude da violência são condicionadas por uma variável-chave,

que é a privação relativa. As variáveis auxiliares seriam a extensão da participação das massas, o grau de formalização das finalidades e o volume de meios mobilizados. A intensidade da violência é medida basicamente em termos de seu custo em vidas humanas, e sua vinculação com a revolução dependeria de características especiais de aplicação: “[...] a revolutionary dimension, characterized by more organized and intense strife. [...] the forms of ‘revolution’ reflect organized, often instrumental and intense, application of violence” (Gurr, 1972, p. 55).

A variável causal (privação relativa) é assim definida:

“[...] percepção, por parte dos atores, da discrepância entre as suas expectativas de valores e as aparentes possibilidades de valor do meio ambiente. As primeiras são os bens e as condições de vida a que as pessoas justificadamente julgam ter direito. Os referenciais da capacidade de valores encontram-se, em geral, no meio social e físico: constituem as condições que determinam as possibilidades percebidas pelas pessoas de obterem ou conservarem os valores que esperam legitimamente alcançar” (Gurr, 1972a, tradução minha).

Utilizando o par conceitual frustração-agressão, pode-se dizer que a intensidade da agressão é proporcional à intensidade com que a frustração é sentida. Gurr utiliza, ainda, outras variáveis, tais como a legitimidade e a simplificação socioinstitucional do sistema, medindo-as através de vários indicadores agregados, num esforço para diferenciar os fatores que causariam privações persistentes daqueles que determinariam a privação a curto prazo. Uma detalhada discussão destes indicadores agregados e dos demais aspectos metodológicos das pesquisas de Gurr é feita por autores como Salert (1976) e Tilly (1978).

Comparada com a abordagem de Davies (revolução causada por reveses econômicos de curto prazo), a teoria da privação relativa volta a enfatizar o caráter sistemático do fechamento de oportunidades econômicas, políticas, étnicas ou religiosas como fator causal básico da ocorrência de revoluções.

Aliás, os Feierabend e Nesvold acentuaram exatamente o caráter sistêmico da frustração com o objetivo de demonstrar que a rápida modernização de um país, antes que ele atinja certo patamar, o torna mais propenso à violência decorrente de “frustrações sistêmicas”. O caso norte-americano, utilizado como teste crucial, confirmaria a hipótese, uma vez que o alto nível de violência ali encontrado decorreria do “desenvolvimento relativo de subculturas diferentes existentes no país, particularmente as comunidades negras” (Cohan, 1981, p. 177).

Apesar destas variações de ênfase e ritmo, as abordagens das “expectativas crescentes” e da “privação relativa” não chegam a ser antagônicas. Ambas colidem com as abordagens psicológicas de primeira geração, como as de Sorokin e Le Bon, pois nestas a causa básica da violência revolucionária é a miséria material e moral do povo, o que contradiz a tese das expectativas crescentes. Vejamos agora os outros dois conjuntos.

## 2.2. Abordagem Funcionalista:

Chalmers Johnson

Goldstone inclui nesta categoria os traba-

lhos de Chalmers Johnson (1964, 1966), Neil Smelser (1963), Bob Jessop (1972), M. Hart (1971), e Mark Hagopian (1974), entre outros autores do campo estrutural-funcionalista.

Partindo das categorias sociológicas desenvolvidas por Talcott Parsons, a abordagem funcionalista do fenômeno revolucionário buscou especificar as causas de sua emergência em sistemas sociais homeostaticamente equilibrados, ou *self-regulating*. O funcionamento “normal” de tais sistemas dependeria da manutenção dos fluxos totais de demandas e recursos (*inputs e outputs*) entre sistema e meio ambiente, bem como do equilíbrio geral entre os vários subsistemas (política, economia, cultura — ou sistemas de valores) que os compõem, através de seus múltiplos *feedbacks*.

Assim, qualquer interrupção nesses fluxos ou no equilíbrio entre os subsistemas colocaria a estrutura social num estado de *disequilibrium* (Hagopian), ou de “disfunção múltipla” (Johnson), estado este que é propício à ocorrência da revolução.

Dependendo do autor, diversos fatores de desequilíbrio são destacados. Seja o impacto desigual da modernização e da tecnologia sobre os *inputs e outputs* dos vários subsistemas; mudanças exógenas nos valores provocadas pelo aparecimento de novas religiões ou ideologia (Johnson); alterações na distribuição de poder entre as elites nos subsistemas (Jessop); ou apenas as mudanças dessincronizadoras no interior de cada subsistema (Hagopian).

A despeito dessas diferenças de ênfase, os autores funcionalistas estavam de acordo quanto à afirmação de que a situação revolucionária emerge, provavelmente, quando há severo desequilíbrio na relação valor-ambiente de uma sociedade. Examinemos com mais detalhe esta hipótese, tal como formulada na obra de Chalmers Johnson, principal expoente do estrutural-funcionalismo no terreno da sociologia das revoluções.

Para Johnson<sup>4</sup> as condições “normais” de funcionamento de um sistema social considerado estável incluem a mudança, mas, bem entendido, a mudança normativamente consi-

derada aceitável e legítima segundo sistemas de valores compartilhados e institucionalizados. As dificuldades começam quando os valores institucionalizados não justificam certos tipos de mudança no ambiente social ou, por outro lado, quando certas mudanças de valores tornam a organização social "errada" aos olhos da coletividade. Nesses casos pode-se falar de dessincronização valor-ambiente e de ruptura do equilíbrio homeostático do sistema social.

As pressões que podem causar tal dessincronização, segundo a tipologia exposta em *Revolutionary Change*, são: (1) mudanças nos valores determinadas exogenamente; (2) mudanças nos valores causadas endogenamente; (3) mudanças ambientais exogenamente condicionadas; (4) mudanças ambientais endogenamente geradas. A introdução do marxismo na China é um exemplo da situação (1); a Reforma luterana na Alemanha, da situação (2); a difusão da produção industrial é um fator de mudança ambiental típico da situação (3); e, por exemplo, mudanças demográficas na estrutura etária ou na fecundidade de uma população caracterizariam a situação (4).

Caso o sistema consiga se adaptar às mudanças, há uma ressincronização valor-ambiente e a sociedade volta ao "normal". Mas, se as tensões se acumulam e generalizam até um ponto de não-retorno, o sistema social ingressa em um estado que Johnson chamou de "disfunção múltipla". Neste ponto o autor retoma a metáfora de Brinton, comparando tal estado com o de um corpo acometido simultaneamente de várias doenças. Esta é, segundo Johnson, uma condição necessária, porém insuficiente, para a irrupção de uma revolução. O modelo explicativo considera ainda o comportamento da elite dirigente da sociedade.

A revolução, neste raciocínio, pode ser evitada se as elites se adaptarem às pressões por mudança, mesmo pondo em risco sua função social dominante. Ao contrário, se a elite resistir às mudanças socialmente consideradas necessárias, apelando crescentemente para o uso da força para manter sua posição, ela passa a sofrer uma deflação crescente de poder, cujo nível inferior Johnson identifica

com a perda completa da autoridade normativa sancionada por valores consensuais.

A deflação do poder e a conseqüente perda de autoridade são as duas características básicas desta segunda condição necessária, chamada de "intransigência da elite". Além destas, a condição suficiente (chamada de fator X ou acelerador) poderia ser, por exemplo, o fracasso de uma elite intransigente em continuar lançando mão do uso da força, em geral por não conseguir manter seu apoio junto aos meios militares e policiais. Somente então seria provável a ocorrência da revolução, como uma variável dependente da soma de disfunção múltipla, intransigência da elite e um fator acelerador (perda de controle dos meios de coerção). Esta revolução, entretanto, não necessariamente será bem-sucedida. Se o for, ela poderá engendrar novos comportamentos, formas de socialização, divisão de trabalho e controle social compatíveis com as mudanças estruturais ressincronizadoras da relação entre valores e ambiente.

Se a revolução falhar e a elite dominante, ainda assim, não introduzir mudanças (*conservative changes*), o sistema poderá ser mantido exclusivamente através da força. Mas, no médio prazo, tal solução da crise acarretará novos desequilíbrios, potencialmente geradores de uma nova crise revolucionária.

À primeira vista, o modelo explicativo de Johnson parece apoiar-se numa definição do fenômeno revolucionário compatível com a *associação entre conflito e mudança* proposta por Tilly, que será exposta mais adiante. Entretanto, logo surge uma dúvida: "Revolutions are social changes. Sometimes they succeed; often they fail. Revolutionary change is a special kind of social change, one that involves the intrusion of violence into civil social relations" (Johnson, 1966, p. 1).

A tipologia das revoluções de Johnson considera seis tipos básicos: (1) revoltas camponesas; (2) rebeliões milenares; (3) rebeliões anárquicas; (4) revoluções comunistas/jacobinas; (5) golpes de estado; e (6) insurreição militarizada de massas. Ao incluir rebeliões e golpes de Estado em sua tipologia das revolu-

ções, considerando ainda que freqüentemente estas falham, Johnson não considera a mudança efetiva como uma característica essencial do fenômeno, tal como foi por ele definida. Logo, para o autor, a segunda parte de sua proposição é que seria mais definidora.

Assim, restaria analisar a noção de violência utilizada por Johnson, pois esta poderia significar, em si mesma, a essência de toda mudança política. Mas não parece ser este o caso: "Given this formal analysis of social action in a social system, we may define violence as action that deliberately or unintentionally disorients the behavior of others" (*idem*, p. 8).

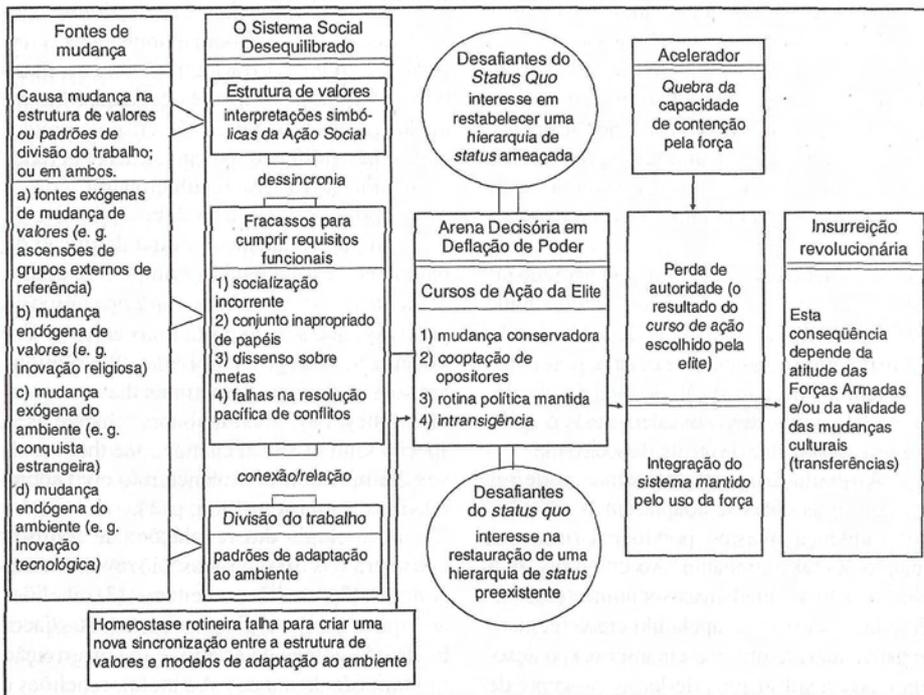
A característica mais marcante deste comportamento que, deliberada ou não intencionalmente, desorienta os outros, segundo o autor, é que ele é "anti-social". Em outras palavras, toda ação que "dessincroniza" a relação valor-ambiente, mesmo individual ou não intencional, é violenta, nesta acepção algo

absurda. Vale transcrever um comentário mordaz de Cohan a este respeito:

"Se o governador de um Estado sulista colocarse na soleira da porta para evitar a entrada de uma criança negra, e se juntar uma multidão, e alguém bater na criança, segundo a definição de Johnson, terá a criança cometido um ato violento. Ao adotar um rumo que desafia as convenções sociais, a criança desorienta o comportamento da população. O ato físico de lhe bater não configura ato violento, porque não está desorientando o comportamento de outros brancos que fazem parte da multidão, e é executado como réplica ao ato violento perpetrado pela criança 'revolucionária'" (Cohan, 1981, p. 27).

Em resumo, a definição da revolução como mudança violenta, nos termos propostos por Johnson, acaba reduzindo-se a qualquer tentativa de se derrubar pela força um governo, um regime ou quaisquer outros aspectos da ordem social.

Quadro 5  
Modelo Funcional de Chalmers Johnson



Fonte: Johnson (1966, p. 106).

### 2.3. Abordagens do "Conflito Político": Huntington e Tilly

Esta é uma rubrica muito genérica, em que Goldstone incluiu trabalhos de tipo muito diverso, talvez tendo como critério principal uma certa concentração temporal e uma ênfase mais política do que socioeconômica nas análises sobre a dinâmica revolucionária.

Encontram-se mencionados nesta seção os trabalhos dos teóricos do conflito político (Russell (1974); Tilly (1973, 1975, 1978); Overholt, Oberschall, Schurmann e outros), bem como os textos de Huntington (1975), Peter Amman (1962) e Stinchcombe (1965) etc.

Certa produção acadêmica norte-americana do período, bastante volumosa, destinada a subsidiar as políticas de contra-insurreição desse país, talvez devesse ser mencionada aqui. Mesmo sem comentá-lo, cabe citar como exemplo o volume coletivo organizado pelos professores Cyril Black e Thomas Thornton (1968), publicado originalmente em 1964.

Segundo Goldstone, o traço mais comum nessa literatura é o recurso às teorias pluralistas (em Ciência Política) para analisar os eventos revolucionários como derivados de conflitos entre grupos de interesses competindo pelo poder.

A revolução poderia ser considerada como um conflito político em última instância, no qual as lutas normais entre grupos de interesse radicalizam-se (ou são escaladas) até um patamar em que os mecanismos institucionais de mediação dos conflitos (tribunais, eleições etc.) deixam de funcionar, e o sistema político é violentamente dividido. A chegada nesse nível crítico depende, portanto, da intensidade dos conflitos e da magnitude dos recursos de poder trazidos pelos contendores à cena política.

Tipicamente, a situação revolucionária foi caracterizada pela noção de soberania múltipla; ou seja, como ponto de chegada de um processo no qual (a) grupos de interesses entram em competição violenta sobre *issues* altamente relevantes da vida nacional e não têm suas diferenças reconciliadas através do sistema político corrente; e (b) dois ou mais grupos em disputa possuem recursos suficientes (po-

líticos, financeiros, organizacionais, militares etc.) para estabelecer autoridade soberana sobre uma base político-militar razoavelmente extensa, procurando então alcançar seus objetivos nesta área territorial.

Tal como nos modelos estruturais-funcionalistas e sociopsicológicos, também aqui muitas séries de eventos podem desencadear o processo de conflitos revolucionários.

#### 2.3.1. Huntington e a Modernização pela Revolução

Para Huntington, por exemplo, a modernização socioeconômica determina a ampliação da mobilização na sociedade e a potencialidade de ocorrência da revolução depende da capacidade do sistema político absorver ou não tais demandas de participação civil na arena política. A tarefa crucial da elite política seria a de manter o equilíbrio entre as pressões por maior participação e melhor distribuição dos bens socioeconômicos e as prerrogativas efetivas de governo. Assim, o grau de desenvolvimento de um sistema político poderia ser medido por sua estabilidade, mesmo que esta fosse mantida à custa de um controle autoritário da participação. Tal estabilidade é o índice do grau de *institucionalização* alcançado pelo regime, seja ele comunista ou liberal.

Mas os indicadores deste índice de institucionalização são a autoridade do Estado e a participação. Não basta a eficácia autoritária do poder estatal. É por isto que, segundo Huntington, as grandes revoluções ocorreram em regimes de estreita participação, tais como monarquias absolutistas (Inglaterra, França, Rússia, China), ditaduras civis-militares (México, Cuba, Nicarágua, Irã etc.) e regimes coloniais (EUA, Vietnã, Argélia, Angola, Camboja etc.), todos caracterizados por baixa institucionalização à época de suas crises sistêmicas.

Huntington formulou uma das definições mais precisas sobre as Revoluções Modernas, dentre as disponíveis na literatura acadêmica sobre o tema:

"Uma revolução é uma mudança interna rápida, fundamental e violenta nos valores e mitos dominantes de uma sociedade, bem como das suas instituições políticas, estrutura social, liderança e atividades e políticas governamentais. [...] O

que aqui se chama de 'revolução' é o que outros têm chamado de grandes revoluções, revoluções grandiosas ou revoluções sociais. Os exemplos notáveis são as revoluções francesa, chinesa, mexicana, russa e cubana" (Huntington, 1975, p. 274).

A descrição de *como* tal mudança ocorre segue um modelo de duas etapas. Na primeira, há o que Huntington chama de "explosão da participação", que é a combinação da rápida expansão da consciência coletiva e da mobilização de novos grupos sociais para a política, sem que as instituições existentes sejam capazes de assimilá-los. Na segunda, após a eclosão da revolução, os grupos sociais vitoriosos precisam consolidar sua supremacia construindo novas instituições e novas regras políticas. Ou seja, uma revolução vitoriosa deveria combinar uma "rápida mobilização política e uma rápida institucionalização política" (*idem*, p. 276).

Para além desta dinâmica de dois tempos, há a tipologia das revoluções, que se divide basicamente em dois padrões, um Ocidental e

outro Oriental (vide Quadro 6). Sinteticamente, na "revolução ocidental, a mobilização política é a consequência do colapso do velho regime; na revolução oriental é a causa da destruição do velho regime" (*idem*). Os tipos sociais que desempenham os papéis políticos mais importantes após uma revolução vitoriosa seriam os *moderados* (vide seção I.2), que somente em casos raros adaptam-se à radicalização do processo revolucionário ("Castro foi o Kerenski e o Lênin da Revolução Cubana" ...), os *contra-revolucionários* e os *revolucionários radicais*.

Em resumo, para Huntington a revolução é um resultado potencial da ocorrência, nas sociedades em modernização, do *pretorianismo*, definido como a politização violenta e não institucionalizada dos conflitos de interesse entre os grupos sociais. Como fatores intervenientes da efetiva ocorrência da revolução temos a instabilidade do sistema político e a concatenação de interesses sociais em disputa, como a aliança entre a *intelligentsia* dos setores médios e o campesinato.

Quadro 6  
Modernização pela Revolução Segundo Huntington

Causas	Dinâmica Revolucionária			Conseqüências
	Tipologia	Modelo Ocidental	Modelo Oriental	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• defasagem entre modernização/desenvolvimento político e crescimento econômico</li> <li>• "explosão" das demandas de participação sem que as instituições possam/queiram absorvê-las</li> <li>• aliança entre camponeses e classe média urbana, com alienação simultânea dos dois grupos do sistema</li> </ul>	Variáveis			<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de instituições políticas efetivas</li> <li>• extensão da participação das massas</li> <li>• nova moral pública</li> <li>• novo equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento político</li> <li>• ganhos materiais e/ou simbólicos para as massas revolucionárias</li> </ul>
	Tipo de antigo regime (Ditatorial)	Fracotradicional	Forte/modernizante	
	Duração da luta pelo poder central	Curta	Longa	
	Dinâmica da crise e seqüência das fases para tomada do poder	Colapso de regime acelera mobilização Capital ⇒ Interior	Mobilização desencadeia crise regime Interior ⇒ Capital	
	Consolidação após tomada do poder	Demorada	Rápida	
	Conflito Principal	Moderados x Radicais (após tomada do poder)	Governo x Revolucionários (antes tomada do poder)	
	Casos ideais típicos	França/Rússia/México	China/Cuba/Vietnã	
	Papel do Terror na dinâmica revolucionária	Ocorre nas últimas fases. Radicais usam contra moderados	Usado nas primeiras fases pelos revolucionários até afirmarem-se militarmente	

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 2.3.2. Charles Tilly e a Mobilização de Recursos

No caso de Tilly, as séries de eventos que desencadeiam as revoluções também podem estar ligadas à modernização industrial e à urbanização, bem como às guerras e mudanças nos sistemas de valores, mas este autor enfatiza, polemizando com Huntington num artigo de 1973, que tais ocorrências não conduzem *diretamente* à mobilização.<sup>5</sup>

Mais do que isto, em polêmica com os teóricos da Privação Relativa, Tilly afirma que mesmo o descontentamento em si não conduz à ação coletiva, muito menos à ação popular revolucionária. Massas amotinadas tampouco transformam-se automaticamente em atores coletivos. Ou, para dizê-lo claramente, rebeliões e insurreições não são o mesmo que revoluções. A variável independente aqui é o grau de *organização* das ações coletivas de massas populares em luta por seus interesses comuns.

Quando as ações coletivas populares emergem no confronto político como ações deliberadas, organizadas e mobilizadas para atingir determinados fins, configura-se a possibilidade de que os conflitos políticos gerem mudanças, inclusive revolucionárias. Naturalmente, estes fins remetem a padrões de demanda dos sujeitos populares que poderiam ser chamados de “centrais”, sejam eles reformas econômicas estruturais ou a libertação nacional.

Para Tilly, o que caracteriza uma crise revolucionária é a existência de “soberania múltipla”. Este conceito se pretende mais amplo do que a “dualidade de poderes” leninista, embora também se caracterize pela adesão de segmentos da população a mais de uma autoridade institucionalizada de tipo estatal, com autonomia para construir leis, serviços públicos e formas de extração de recursos da sociedade. Esta autoridade soberana sobre um território e uma população é abarcada pela noção de *Polity*.

Uma “revolução completa” (também chamada de “grande revolução” e de “revolução verdadeira”) ocorreria quando uma *situa-*

*ção* revolucionária redundasse em um *desfecho* revolucionário. Este *continuum* entre situações e desfechos é que constituiria o objeto principal de uma Teoria das Revoluções Modernas a ser construída.

Tilly, aparentemente, inclui-se entre os que definem a revolução pela forma extra-legal e violenta da mudança pois, segundo ele,

“A revolutionary outcome is the displacement of one set of power holders by another. That simple definition leaves many reference points available: power over means of production, power of symbols, power over government. Provisionally, let us take power over government as our reference. A revolutionary outcome is the displacement of one set of members of the Polity by another set” (Tilly, 1978, p. 193).

Todavia, como se pode observar, ele se afasta duplamente daquele padrão. O indicador crucial da revolução para Tilly é a mudança efetiva e não apenas a forma violenta como esta por vezes ocorre, o que o distancia de forma cabal dos modelos anteriores, funcionalistas e de psicologia social. Esta mudança efetiva dos detentores do poder *sinetizaria* também uma série completa de alterações radicais na vida social, que acompanhariam mais ou menos rapidamente a vitória da coalizão de *contenders*.

Embora Tilly diferencie as causas suficientes para a ocorrência de uma “situação revolucionária” e as causas suficientes adicionais para a ocorrência de um “desfecho revolucionário” para esta crise, a associação entre os dois aspectos do fenômeno é mais forte do que a separação metódica proposta por Bobbio entre “causas revolucionárias” e “conseqüências revolucionárias”.

Para Tilly, as causas próximas de uma situação revolucionária envolveriam: (1) o surgimento de coalizões de “contendores” pelo poder; (2) a vinculação dos opositores com as demandas centrais de segmentos da população subjugada; (3) a incapacidade — não apenas por falta de recursos ou incompetência, mas devido às inibições geradas pelas interações estratégicas em si mesmas —

dos governantes para desmobilizarem os opositoristas.

O autor qualifica cada uma dessas variáveis, destacando suas relações com os processos que, no longo prazo, condicionam as mudanças mais rápidas no equilíbrio de poder nas sociedades, redefinindo identidades de grupos sociais e fazendo emergir do conflito social os grandes *issues* em torno dos quais se estabelecem as alianças e os antagonismos políticos:

[...] processes which directly affect the autonomy of smaller units within the span of the government: the rise and fall of centralized states, the expansion and contraction of national markets, the concentration and dispersion of control over property. Prosperity and depression, urbanization and ruralization, industrialization and desindustrialization, santification and secularization occur in a dispersed and incremental fashion” (*idem*, p. 207).

Tais alterações nas estruturas do Estado, do mercado e das relações de propriedade, mesmo quando favorecem a emergência de uma situação revolucionária, não fornecem quaisquer garantias de um desfecho necessariamente revolucionário para a crise.

Segundo Tilly, as causas próximas para tais desfechos seriam: (1) a presença de uma situação revolucionária de “soberania múltipla”; (2) a existência de coalizões entre membros da *polity* dominante e as organizações de *contenders*; (3) o controle da maioria dos meios de coerção organizados, bem como de outros recursos de poder substanciais pelas coalizões revolucionárias.

A associação forte entre os dois momentos do processo revolucionário é expressa pela seguinte hipótese geral do autor: “[...] the more extensive the revolutionary situation, the greater the likelihood of an extensive transfer of power” (*idem*, p. 212).

Para não confundir-se com o que chama de argumento “sindicalista” acerca das associações muito diretas entre os dois momentos, o autor enfatiza a dinâmica das interações estratégicas, o *como* se desenvolve a crise revolucionária, destacando a autonomia dos

sujeitos coletivos e a indeterminação essencial dos processos históricos.

A seqüência identificada por Tilly é a seguinte: (1) mobilização de demandas exclusivas e mutuamente inaceitáveis de autoridade soberana; (2) rápida expansão do apoio popular e/ou expansão da coalizão desafiante; (3) o governo faz tentativas mal-sucedidas de reprimir, cooptar ou neutralizar os desafiantes; (4) a coalizão alternativa passa a controlar *de facto* uma parte da *polity*, seja um setor do governo, uma extensão do território, uma função social importante ou um ramo da burocracia; (5) são realizadas rodadas repetidas de confronto para se tentar manter e expandir posições; (6) há uma vitória, um empate ou uma derrota na “soberania múltipla”; (7) reimposição de uma rotina governamental sobre a população em disputa. Como variável interveniente em tudo isso, há a velocidade na qual se dão os deslocamentos de apoios e recursos de poder.

Segundo Tilly, este esquema analítico não se pretende um sucedâneo do seqüenciamento “natural” de um Brinton, mas busca apenas demarcar com as teorias de primeira e segunda geração que concebem a revolução como um descarregamento violento de tensões sociais acumuladas.

Tal como nas “situações revolucionárias”, Tilly afirma que a relação entre “desfechos revolucionários” e mudanças estruturais depende da perspectiva de tempo que se adote. No curto prazo as redistribuições vastas de recursos econômicos e políticos, bem como as alterações profundas na qualidade de vida, nas taxas de urbanização, escolaridade, renda *per capita*, industrialização e outras são raras, e nem sempre positivas.

Entretanto, “over the long run, revolutions appear to change the direction of structural transformation to the extent that they produce a transfer of power” (*idem*, p. 220).

A análise de Tilly privilegia, ao contrário de Huntington, a dimensão propriamente política dos conflitos entre grupos organizados, embora represente uma aplicação ainda insuficiente de uma teoria das interações estraté-

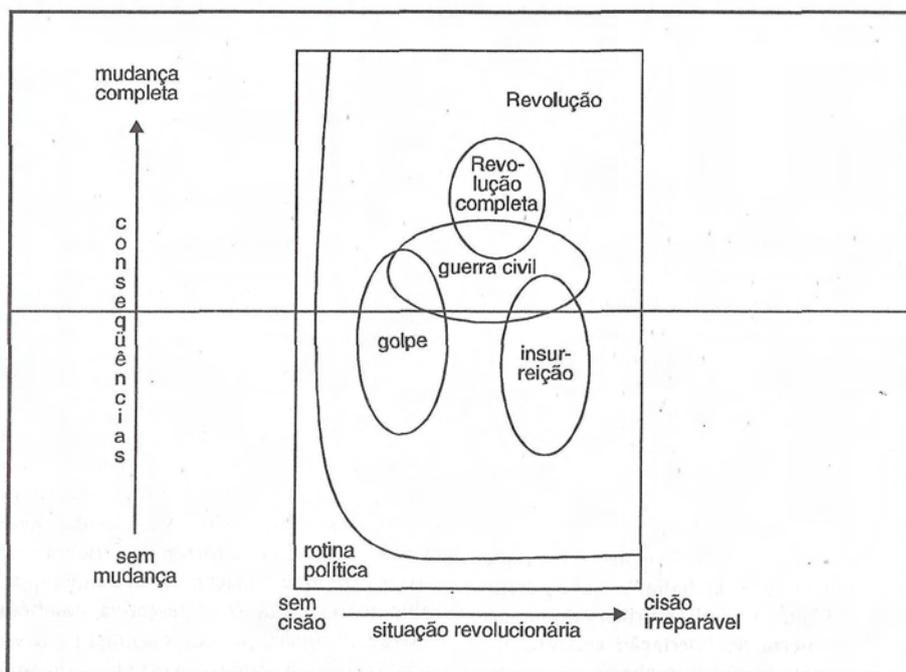
gicas entre sujeitos coletivos ao estudo das revoluções modernas.

John Foran (1993b) contesta a inclusão de Tilly nas teorias de segunda geração, proposta por Skocpol e Goldstone. Afirma que a produção mais significativa do autor sobre este tema foi realizada nos anos setenta, já no contexto da sociologia histórica estrutural. Citando o artigo "Does Modernization Breed Revolution?" no qual Tilly (1973) propõe uma espécie de "estruturalismo" político, em oposição ao estruturalismo econômico, derivado das teorias da modernização, Foran nitidamente "força a mão" em sua proposta de reclassificação da obra de Tilly.

Ignora que nos trabalhos posteriores (principalmente *From Mobilization to Revolution*, de 1978) as ênfases do autor recaíram, cada vez mais, sobre as interações estratégicas entre atores coletivos e não sobre estruturas políticas, consideradas variáveis contextuais resultantes destas interações conflitivas. A própria Skocpol, comentando os trabalhos de Tilly (1973; 1975; 1978), considerava-o muito mais "intencional" do que "estrutural" em suas análises.

Ignora que nos trabalhos posteriores (principalmente *From Mobilization to Revolution*, de 1978) as ênfases do autor recaíram, cada vez mais, sobre as interações estratégicas entre atores coletivos e não sobre estruturas políticas, consideradas variáveis contextuais resultantes destas interações conflitivas. A própria Skocpol, comentando os trabalhos de Tilly (1973; 1975; 1978), considerava-o muito mais "intencional" do que "estrutural" em suas análises.

Quadro 7  
Tipos de Transferência de Poder Segundo Tilly:  
Situação e Conseqüência



Fonte: Tilly (1978, p. 198).

O ponto a destacar nesta seção é que, diferentemente dos enfoques da psicologia social e do estrutural-funcionalismo, as abordagens do conflito social não explicam a revolução pela violência (que consideram um subproduto dos processos normais de competição política nas sociedades em modernização), mas pela conexão entre agudos conflitos de grupos de interesse e o controle de recursos por parte destes, que excedem as capacidades de resolução dos próprios conflitos pelas instituições políticas correntes.

#### 2.4. Críticas às Abordagens de Segunda Geração

O renovado interesse pela Sociologia da Revolução, expresso no grande número de títulos publicados nos anos sessenta, está em parte relacionado com o impacto das revoluções ocorridas no Terceiro Mundo após a Segunda Guerra Mundial, mas também com o recrudescimento dos conflitos civis nos EUA durante os anos sessenta.

A revolução na segunda metade do século XX apresentou-se de forma muito mais complexa e multifacetada do que o tipo insurrecional que vigorava em situações como 1789, 1830, 1848, 1871, 1905, 1911, 1917, 1919 e outros eventos semelhantes.

Com o final da Segunda Guerra Mundial as tendências de desagregação dos impérios coloniais, que já se manifestavam desde o final da I Guerra e da Revolução Soviética, aceleraram-se, juntamente com os conflitos militares periféricos, uma vez que a Guerra Fria e a bipolaridade tornavam o cenário europeu relativamente estável.

A guerra popular prolongada na China, a desobediência civil na Índia, o foco guerrilheiro em Cuba, a rebelião urbana do “maio de 68”, a guerra de libertação nacional no Vietnã, o nacionalismo árabe no Magreb-Machrek e a Guerra da Coreia são eventos que contribuíram para consolidar, nas décadas de cinquenta e sessenta, uma imagem voluntarista da revolução. A ação histórico-social de uma vontade coletiva parecia, então, a variável independente básica que explicaria a ocor-

rência de uma revolução. E foi assim que muitas teorias de segunda geração a conceberam.

A crítica inicial que pode ser feita a estas abordagens é de natureza ideológica. Com exceção parcial dos teóricos do conflito político, a maioria dos autores do período escreveu sobre a revolução e a violência política com intenções profiláticas. Concebendo-se a revolução como fenômeno intencional, era possível preveni-la alertando-se o Príncipe e o Povo acerca de seus custos prováveis enquanto tipo de mudança radical. Assim, se poderia neutralizar a revolução mediante “sábias” medidas antecipadoras.

As teorias de segunda geração demonstram maior refinamento conceitual e metodológico do que textos ensaísticos como os de Sorokin ou Brinton. Ainda assim, na primeira metade dos anos setenta, tais abordagens foram criticadas metodologicamente por autores como Goldstone (1980, pp. 430-4), Cohan (1981, *passim*) e Salert (1976, *passim*).

Segundo Goldstone, com graus variados de complexidade e sofisticação, as três abordagens mencionadas conceberam a revolução como um processo de dois tempos. Num primeiro estágio, algum tipo de evento “quebra” ou “muda” as condições de reprodução do *status quo* (guerras, urbanização, industrialização, mudanças valorativas, novos grupos de interesse em cena etc.).

No segundo estágio, essas mudanças “estruturais” afetam alguma variável crítica (a percepção cognitiva das massas, o equilíbrio do sistema ou a magnitude do conflito e dos recursos controlados por grupos de interesses antagônicos). E, quando estas pressões sobre a variável-chave atingem um nível demasiado alto, ocorre uma situação potencialmente revolucionária. Esta se caracteriza, também, pelo fato de diversos eventos políticos que são “aceitáveis” em tempos “normais”, ou seja, que não levam a sociedade ao colapso, tais como guerras, banditismo, conduta estúpida de governos e outros, durante uma situação revolucionária acabarem operando como aceleradores desta. Mas nenhum destes autores, incluídos aí Gurr, Johnson e Tilly, consideram

a revolução como algo inevitável. “Rather, prompt action by elites to manipulate the level of the critical variable — by reform or repression — can still forestall a fullfledged revolution” (Goldstone, 1980, p. 130).

Estas teorias gerais de dois tempos foram criticadas porque suas variáveis causais (privação relativa, desequilíbrio sistêmico, conflitos políticos etc.) foram consideradas excessivamente genéricas, difíceis de serem medidas ou observadas, tornando sua associação com a ocorrência da revolução uma inferência tautológica.

Eisenstadt argumentou que esses diversos tipos de mudança social — econômica, cultural, tecnológica, militar, demográfica, organizacional — considerados potencializadores de situações revolucionárias, poderiam ser igualmente associados ao declínio dos grandes impérios da História, como o romano, bizantino, mongol, otomano, chinês etc. Ora, a mudança social rápida e profunda tem sido uma marca constante no próprio Ocidente desde 1750 e, com a expansão mundial do capitalismo e os contatos com a Europa, no mundo todo desde 1850. E nem por isso a Inglaterra, depois de 1688, o Japão, desde 1868 ou a Austrália, desde sempre, experimentaram revoluções. Ou seja, como sugeriu Tilly em sua polêmica com Huntington, *a modernização não é uma causa direta da revolução*.

Em segundo lugar, nestas teorias de segunda geração a variável crucial é extremamente difícil de ser observada empiricamente. Não apenas o “estado de espírito” de amplas massas de indivíduos, ou a intensidade do “desequilíbrio sistêmico”, ou ainda a “radicalidade” dos objetivos conflitivos dos grupos políticos e a “magnitude” dos recursos controlados por cada grupo; mas, principalmente, e a despeito de várias tentativas empíricas, *a associação entre mudanças macrosociais e atitudes cognitivas individuais na determinação de uma situação revolucionária é ainda nebulosa*. Citando os esforços de Oberschall, Gurr, e outros, Goldstone afirma o caráter ainda hipotético desta associação.

Mesmo no caso de Tilly e seus colaboradores, que parecem ter sólido apoio na evidência empírica testada, não se conseguiu distinguir claramente os processos *revolucionários* de soberania múltipla dos demais, como as guerras de sucessão nos impérios otomano, mongol e chinês, ou as guerras civis como a das Rosas, na Inglaterra, da Secessão, nos EUA, de Biafra, na Nigéria, ou a recente guerra da Bósnia-Herzegovina, na ex-Iugoslávia, dificuldade esta que não passou despercebida aos críticos, como Eisenstadt.

Em terceiro lugar, como decorrência do que se afirmou acima, *é quase impossível delimitar o nível crítico da variável causal* a partir do qual a ocorrência da revolução torna-se provável. Noutras palavras, além de isto comprometer a capacidade preditiva da teoria, torna a inferência da relação causal suposta um argumento circular. Sabemos que a “privação relativa” chegou a um ponto insustentável porque a revolução ocorreu. E, se a revolução ocorreu é porque o “desequilíbrio sistêmico” atingiu um ponto irreversível...

A quarta crítica destacada por Goldstone é sobre o papel das ações das elites dominantes. Se, como vimos acima, estes autores consideram que as revoluções podem ser evitadas se as elites não forem “intransigentes” (Johnson), parece que a formulação clássica de Tocqueville e Brinton se aproxima mais da realidade. Ou seja, considere-se que as classes dominantes dos antigos regimes na França e na Rússia, embora autoritárias e absolutistas, fizeram reformas socioeconômicas, mas não conseguiram evitar a revolução. *Ao contrário, as reformas vindas do alto liberaram energias sociais que tornaram ainda mais vulneráveis a dominação dessas classes*.

Por fim, tais teorias gerais não fornecem (com exceção parcial de Huntington) explicações razoáveis sobre as diferenças *entre* as revoluções modernas. Principalmente, sobre porque as revoluções na Inglaterra, EUA e França geraram regimes liberais, enquanto aquelas realizadas na Rússia, China e Vietnã geraram regimes comunistas.

### 3. Teorias de Terceira Geração: 1975-1993

A produção mais marcante sobre Sociologia das Revoluções neste período foi feita pela chamada vertente “estrutural” da sociologia histórica norte-americana. Esta abordagem mais historicizada dos fenômenos macrossociais, em especial das rebeliões e revoluções modernas, em parte se deu como uma resposta particular aos impasses teóricos das teorias de segunda geração. E, em parte, resultou da profunda modificação na cena das ciências sociais nos EUA desde a década de sessenta, sob o duplo impacto da Teoria da Escola Racional e, em certos campos de estudo, da Sociologia Histórica — com suas vertentes “estruturalista” e “culturalista” (cf. Wacquant e Calhoun, 1991).

É possível citar o congresso da Associação Americana de Sociologia, realizado em São Francisco em 1975, como um marco para a emergência dessa nova abordagem sobre as revoluções modernas.

Segundo um artigo recente:

“Essa ressurgência da sociologia histórica teve origem no descrédito, inseparavelmente científico e político, que as transformações do pós-guerra e os conflitos sociopolíticos dos anos 60 inflingiram às teorias da modernização (versão psicológica à la Inkeles, Maclelland e Lerner, ou estrutural à la Marion Levy e Walt W. Rostow) e ao evolucionismo funcionalista de Parsons e Eisenstadt, que até então reinavam absolutos sobre a macrossociologia anglo-americana. Encorajada pela reabilitação da tradição de Marx, Weber e Tocqueville, uma nova geração de jovens pesquisadores encontrou no método histórico e comparativo o meio de não apenas neutralizar, tornando visíveis, os vícios ideológicos e etnocêntricos da disciplina, mas também escapar à oposição estéril da ‘teoria suprema’ e do ‘empirismo abstrato’, denunciada já em 1959 por C. Wright Mills” (*idem*, p. 82).

Os estudos comparativos e historicamente fundamentados sobre as revoluções modernas, escritos nesse período, partiram dessa

dupla reação contra as teorias gerais de segunda geração e contra as versões então dominantes da teoria da modernização. No período anterior foram publicadas obras pioneiras de sociologia histórica, como as de Reinhard Bendix, Karl Polanyi, S. N. Eisenstadt, Charles Tilly, I. Wallerstein e outros. No terreno específico da Sociologia das Revoluções, os estudos comparativos socio-históricos pioneiros foram os de Barrington Moore Jr., *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, de 1966, Eric Wolf, *Peasant Wars of the Twentieth Century*, de 1969, John Dunn, *Modern Revolutions*, de 1972 e, num sentido bastante específico, Hannah Arendt, *On Revolution*, de 1963, entre outros.<sup>6</sup> Nestes trabalhos pioneiros forjou-se a base das teorias de terceira geração.

#### 3.1. Questões Emergentes

Goldstone agrupou as novas ênfases temáticas desse período em cinco blocos: (a) estrutura e objetivos variáveis dos Estados; (b) importância do contexto internacional; (c) estrutura e situação das comunidades camponesas; (d) grau de disponibilidade das Forças Armadas; (e) comportamento e papel das elites dominantes.

(a) As teorias de segunda geração — com exceção de Huntington e Tilly — estavam muito mais atentas aos processos sociopsicológicos das revoluções do que à sua dimensão político-institucional, mais saliente. Em geral o Estado (tanto o governo como a máquina administrativa) foi considerado como uma arena de conflitos entre grupos diversos ou, mais restritamente, como uma instância de dominação social que detém meios de coerção policiais e militares.

As teorias da revolução de terceira geração são tributárias do que se costumou chamar de abordagem neoinstitucionalista dos fenômenos sociopolíticos, proposta por P. Evans, D. Rueschmeyer e T. Skocpol em *Bringing the State Back In*.

Trazer o Estado novamente para o centro das análises significou considerá-lo como

algo mais do que uma arena onde se processam conflitos intergrupais, e/ou meios de coerção centralizados, tomando-o decididamente como uma entidade autônoma, com estruturas objetivas e finalidades próprias. Numa interseção de temas neomarxistas (nexo entre lutas de classes e estruturas do Estado) e neoweberianos (burocratização e extração de recursos da sociedade pelo Estado), a abordagem institucionalista procurou relacionar tipos de Estado, suas relações com outros Estados e com as classes sociais internamente, com maior ou menor predisposição para as revoluções. E também com maior ou menor autonomia potencial em relação aos interesses sociais.

(b) As teorias de segunda geração (e mesmo Brinton e Sorokin) destacaram que guerras intensas e prolongadas podem empurrar sociedades instáveis para crises revolucionárias. Mas, em geral, negligenciaram os efeitos desestabilizadores, a longo prazo, de pressões internacionais variadas. Autores como Neumann, Hermassi, Moore Jr., Wolf, Paige e Skocpol preocuparam-se com dois tipos de pressões a longo prazo: dos conflitos diplomáticos e militares e da expansão capitalista, com a integração desigual dos países ao mercado mundial. Boa parte das atenções dispensadas às conseqüências da competição militar e econômica voltaram-se para a questão das relações sociais no campo.

(c) Definir e explicar o papel dos camponeses nas revoluções foi um dos principais desafios enfrentados pelas teorias de terceira geração.<sup>7</sup> A atividade revolucionária dos camponeses depende das relações destes com os grandes proprietários de terras, com o Estado, com os produtos agrícolas, técnicas de plantio e colheita, bem como da posse ou não de terras e de suas relações com o mercado. Mas, basicamente, a literatura deste período partiu da

simples evidência de que na maioria das revoluções os camponeses foram o ator coletivo mais importante.

(d) A coesão das Forças Armadas e seu papel nas crises revolucionárias foi o centro das preocupações de D. H. Russel em seu *Rebellion, Revolution and Armed Force*, em que desenvolveu algumas das teses do estudo precursor de Katherine Chorley, de 1943.<sup>8</sup> Os trabalhos de Russel — e dos demais analistas do que estamos chamando de segunda geração — demonstraram que as revoluções são impossíveis de ocorrer onde as FFAA de um Estado estiverem intactas e disponíveis para uso. A terceira geração procurou estabelecer as variáveis estruturais que condicionam a coerência estratégica das FFAA e sua disponibilidade para uso em crises domésticas.

Russel considerou 14 casos de revoluções, sete bem-sucedidas e sete malogradas, sendo que o índice de deslealdade das Forças Armadas governamentais foi substancialmente mais alto nos primeiros casos do que nos segundos. No Quadro 8 se pode observar a escala de medição utilizada pelo analista. O índice de deslealdade tem três componentes: o grau de deslealdade (D), o tempo de deslealdade (T) e a proporção de Forças Armadas que apoiaram a revolução (P). O índice é obtido através do produto destes três fatores:  $D \times T \times P = \% X$  de deslealdade. Assim, mesmo que num caso ou outro o grau de deslealdade seja alto e a revolução fracasse (ou vice-versa...), a atenção ao tempo de deslealdade permite controlar a variável independente.

Daí deriva a convicção dos autores posteriores sobre a relação consistente entre um maior controle sobre os recursos coercitivos e maiores chances de êxito na revolução.

Quadro 8  
Escala de Russel sobre a Deslealdade das Forças Armadas

<p>1) Grau de Deslealdade:</p> <p>0 = homens com desejo de luta, entusiasmados</p> <p>1 = homens sem desejo de luta, isto é, rapidamente rendidos</p> <p>2 = homens neutros, isto é, que permanecem sem resistir</p> <p>3 = rebeldes ativamente ajudados, isto é, com fornecimento de armas, rebeldes informados das manobras da tropa e dos planos de batalha</p> <p>4 = luta ao lado dos rebeldes</p> <p>2) Tempo de Deslealdade:</p> <p>0 = nunca (nos últimos 5% da duração)</p> <p>1 = perto do fim (nos últimos 6% a 25% da duração)</p> <p>2 = mais ou menos na metade do caminho (de 26% a 75% da duração)</p> <p>3 = perto do começo (nos primeiros 6% a 25% de duração)</p> <p>4 = desde o começo (nos primeiros 0% a 5% de duração)</p> <p>3) Proporção das Forças Armadas Desleais em um Espaço de Tempo Particular (P):</p> <p>0 = nenhuma (0% – 1%)</p> <p>0,5 = pouca (2% – 10%)</p> <p>1 = alguma (11% – 25%)</p> <p>2 = considerável (26% – 50%)</p> <p>3 = maioria (51% – 95%)</p> <p>4 = toda (96% – 100%)</p>
---

Fonte: Russel (1974, p. 74).

(e) Já nas variáveis relativas ao comportamento das elites, a terceira geração procurou ir além da rudimentar descrição de “reformismo” ou “intransigência”, demonstrando as determinações estruturais deste comportamento e suas conseqüências pós-revolucionárias. Cito, a seguir, numa passagem um pouco extensa, alguns exemplos:

“Eisenstadt has noted that revolutionary elites with close ties to other elites are more likely to build relatively pluralist, ‘open’, postrevolutionary politics, while isolated elites, if victorious a

revolutionary situation, will tend to form coercive, ‘closed’ regimes. Moreover, Skocpol has found that isolated or ‘marginal’ elites are likely to have the greatest inclination, as well as the greatest tactical mobility, to pursue radical revolutionary policies, while traditional landed elites — such as the French aristocracy and the Chinese gentry — are likely to obstruct the state’s attempts to achieve even modest reforms, particularly if such reforms involve greater state centralization and diminution of the elite’s control of resources. Finally, Trimberger has argued that elites with few ties to landholding groups — such as the Japanese and Turkish civil/military

elites — are quite capable of bringing about revolutionary social change by concerted government action” (Goldstone, 1980, p. 437).

Em linhas gerais, estes cinco conjuntos agrupam alguns dos temas-chave da abordagem da sociologia histórica sobre as revoluções.

### 3.2. *Abordagens da Sociologia Histórica*

Vamos comentar agora, resumidamente, os principais trabalhos desse período, que são os livros de Paige (1975), Trimberger (s/d), Eisenstadt (1978) e Skocpol (1979).<sup>9</sup>

#### 3.2.1. *Os Trabalhos Precursores de Barrington Moore Jr. e Eric Wolf*

Como mencionado acima, esses autores basearam seus estudos nos trabalhos pioneiros de Barrington Moore Jr. e Eric Wolf. Movendo-se num nível de análise macrosociológico para comparar casos nacionais, suas variáveis-chave já incluíam relações de classe, o Estado, as relações internacionais e, destacadamente, a penetração do capitalismo no meio rural dos países em modernização. Mas ambos evitaram um estruturalismo “puro”, procurando observar a especificidade de cada país, as contingências históricas e o papel da cultura nacional nos processos revolucionários. Focalizaram principalmente as relações sociais no campo e o papel do campesinato nas revoluções, mas de modo algum ignoraram as forças sociais urbanas.

Barrington Moore concentrou-se nas relações entre os Estados centralizados, a nobreza proprietária de terras e os impulsos comerciais no setor agrícola das economias nacionais. Os arranjos específicos nestas relações explicam, segundo Moore Jr., as três rotas para o mundo moderno: liberalismo, comunismo e fascismo. As rebeliões camponesas, que abriram o caminho para as revoluções comunistas na Rússia e na China, ocorreram porque a agricultura não se mercantilizou e o campesinato manteve sua organização social. O fascismo emergiu no Japão e na Alemanha,

onde os proprietários rurais comercializaram, eles mesmos, sua agricultura, mantendo os camponeses ligados à terra e ao seu domínio. No caso das guerras civis na Inglaterra, França e EUA, Barrington Moore acrescenta uma série de condições complexas para explicar porque elas geraram regimes liberais-democráticos no mundo contemporâneo. Deste modo, o livro de Moore trata tanto das causas histórico-sociais das revoluções, como das origens dos grandes sistemas políticos do século XX, unificando ambas as análises nos termos de um estudo comparado das rotas para o mundo urbano-industrial moderno.

Eric Wolf comparou as maiores revoluções sociais do século XX, ocorridas até os anos sessenta. Embora sua narrativa sobre os seis processos escolhidos seja mais imprecisa, funcionando um pouco como “a collection of rich theoretical leads” (Foran, 1993, p. 2), ela salienta mais do que a de Barrington Moore Jr. as pressões internacionais militares e econômicas sobre os Estados tradicionais, principalmente na Rússia e na China. Ainda assim, o fator central que é comum aos casos estudados por Wolf é o impacto da comercialização da agricultura trazida pelo capitalismo, conjugado com o crescimento populacional, desorganizando os habituais arranjos sociais, políticos, culturais e econômicos. Nestas condições, os Estados e as elites dominantes sofrem crises de legitimação, quando os camponeses médios, reagindo à combinação de oportunidades e pressões, se rebelam. Segundo Wolf, quase sempre em alianças relutantes com forças revolucionárias urbanas, principalmente setores médios intelectualizados. Os resultados dessas insurreições variam de acordo com os recursos militares e organizacionais disponíveis em cada caso.

O que Foran e outros destacam é a sensibilidade de Moore e Wolf para as variações históricas entre os casos, principalmente em uma década marcada pelos grandes sistemas do estrutural-funcionalismo. A mesma preocupação aparece na recusa em generalizar os resultados de suas pesquisas em modelos mais formalizados. Mesmo inserindo novas variá-

veis ou ênfases analíticas, Paige, Trimberger, Eisenstadt e Skocpol seguiram na mesma direção, embora nem sempre com o mesmo êxito.

### 3.2.2. As Revoluções Agrárias de Paige

Em *Agrarian Revolutions* de 1975, Jeffrey Paige elaborou um modelo econômico mais formal sobre os condicionamentos exercidos pela estrutura agrária sobre o desenvolvimento potencial de agitações camponesas e, particularmente, de revoluções. Este modelo foi derivado de uma teoria do conflito rural centrada nas relações entre camponeses e grandes proprietários de terra. Mais especificamente, na forma através da qual estes dois grupos garantem seus rendimentos — se dependem da posse da terra ou de salários e capital, ou ainda de combinações diversas. São estes arranjos específicos que determinam o tipo de conflito rural.

Para Paige, *revoluções camponesas de massa* são prováveis nos países em que a riqueza e os rendimentos dos proprietários rurais dependem da sua própria terra, mas os camponeses ganham sua subsistência através de salários. As *rebeliões camponesas tradicionais (jacqueries)* tendem a ocorrer onde ambos (camponeses/senhores) dependem da posse da terra. E os *conflitos sindicais ou trabalhistas* estão ligados, em geral, às situações onde os donos de terra dependem dos rendimentos do capital comercial (*capital-intensive plantations*).

O modelo foi desenvolvido com base em estudos de casos históricos sobre as relações entre estrutura agrária e conflito rural no Peru, Angola, Vietnã, Quênia e Argélia.

A este modelo básico Paige acrescenta variáveis intervenientes, procurando demonstrar como as pressões do mercado internacional condicionam o conflito rural, ou como os diversos tipos de cultura, a variação nas colheitas e os parâmetros tecnológicos podem influenciar o funcionamento do modelo. A base empírica do modelo é constituída pelos dados relativos ao conflito rural/estrutura

agrária em 135 setores exportadores de 70 países em desenvolvimento.

Menos do que uma teoria geral da revolução, Paige pretendeu explicar como a estrutura agrária (e principalmente seu setor exportador) condiciona as possibilidades de uma revolução. Ainda assim, Goldstone e Foran registram várias críticas feitas na seqüência da publicação de *Agrarian Revolutions*. Para Foran, o modelo de Paige não consegue ser historicamente dinâmico nem sociologicamente abrangente.

Pode-se recusar tal “determinismo agromômico”, observando-se que a própria estrutura agrária é um *produto* do sistema mundial, bem como de condições políticas internas e outros fatores.

Pode-se objetar também com o custo de se retirar do modelo explicativo variáveis como o Estado, as forças sociais urbanas e mesmo o setor agrícola não-exportador, criticando a redução da estrutura social do Terceiro Mundo a um modelo de duas classes rurais. “The result is a map of the conditions under which certain types of social movement may occur, rather than a causal account of the origins of particular revolutions” (Foran, 1993, p. 3).

### 3.2.3. As “Revoluções pelo Alto” segundo Trimberger

Também Ellen Kay Trimberger, em *Revolutions from Above*, de 1978, tentou dar uma explicação completa para um tipo particular de revolução. Para isto comparou quatro casos históricos — a Turquia de Kemal Atatürk (1923-1938), a era Meiji no Japão (1868-1912), o Egito de Gamal Abdel Nasser (1952-1970) e o Peru sob Velasco Alvarado (1968-1975) — nos quais coalizões burocráticas civis-militares derrubaram governos tradicionais e iniciaram programas de modernização que incluíam reformas socioeconômicas bastante profundas.

A variável crucial neste tipo de “revolução pelo alto” é o tipo de estrutura da elite, mais especificamente, o grau de separação da

burocracia civil e militar das classes comerciais e rurais. Trimberger argumenta que quando esta burocracia é formada por funcionários comprometidos com os serviços do Estado centralizado, que não têm terras próprias ou laços de dependência com os senhores rurais, ela tende a reagir às pressões militares e econômicas internacionais com estratégias de mudanças que envolvem a forma de extração de distinções de *status* tradicionais, industrialização acelerada, aumento da capacidade militar do Estado e outros pontos de um programa de modernização.

Mas, segundo Trimberger, embora as “revoluções pelo alto” possam ser bem-sucedidas a médio prazo, estrategicamente elas tendem a gerar uma dependência dos países que as empreenderam, em relação às economias mais poderosas dos países mais avançados.

Este efeito “indesejável” decorreria da própria natureza da “revolução pelo alto”, pois a elite burocrática, ao tentar prescindir da mobilização social para sustentar seu programa, tem de se aliar aos senhores locais para manter o fluxo de excedentes agrícolas necessários ao financiamento de seus programas de modernização.

A longo prazo, a manutenção das posições de poder desses grandes proprietários impede a formação de um grande mercado interno de massas, acarretando a dependência internacional; seja de capitais para investimento (caso da Turquia e da maioria dos países de industrialização recente), seja dos mercados internacionais (caso do Japão e dos países com setor exportador hipertrofiado).

### 3.2.4. Eisenstadt e a Orientação Cultural nas Revoluções

O trabalho de Eisenstadt, *Revolution and Transformation of Societies*, de 1978, introduz uma variável causal importantíssima, desenvolvida por autores posteriores: a orientação cultural das sociedades. Reconhece, como os demais trabalhos de terceira geração, o papel das pressões internacionais e das estru-

turas estatais, agrárias e sociais no condicionamento das possibilidades de uma revolução ocorrer ou não.

No entanto, ao examinar diversos modelos de mudança em sociedades tradicionais patrimoniais, tribais, imperiais ou mesmo cidades-Estado, Eisenstadt observou que, embora muitas condições estruturais estivessem presentes nestas sociedades, seus padrões de mudança social não eram revolucionários. E mesmo que fossem profundas e efetivas em esferas socioculturais ou até institucionais, não ocorria uma verdadeira revolução em esferas igualmente axiais destas civilizações.

Baseado nesta constatação, Eisenstadt diferenciou as mudanças *segregadas* — mudanças desconectadas em várias esferas sociais com temporalidades diferenciadas — das mudanças *coalescentes* — que são mudanças conexas e concentradas temporalmente em diversas esferas sociais, redundando em transformação revolucionária das estruturas sociais e regimes políticos existentes.

A tendência para mudanças coalescentes ocorreria em sociedades cuja ordem cultural é marcada por grandes tensões entre ordem transcendental e ordem mundana, sem que seja possível um compromisso entre estas, que não são aceitas como dadas.

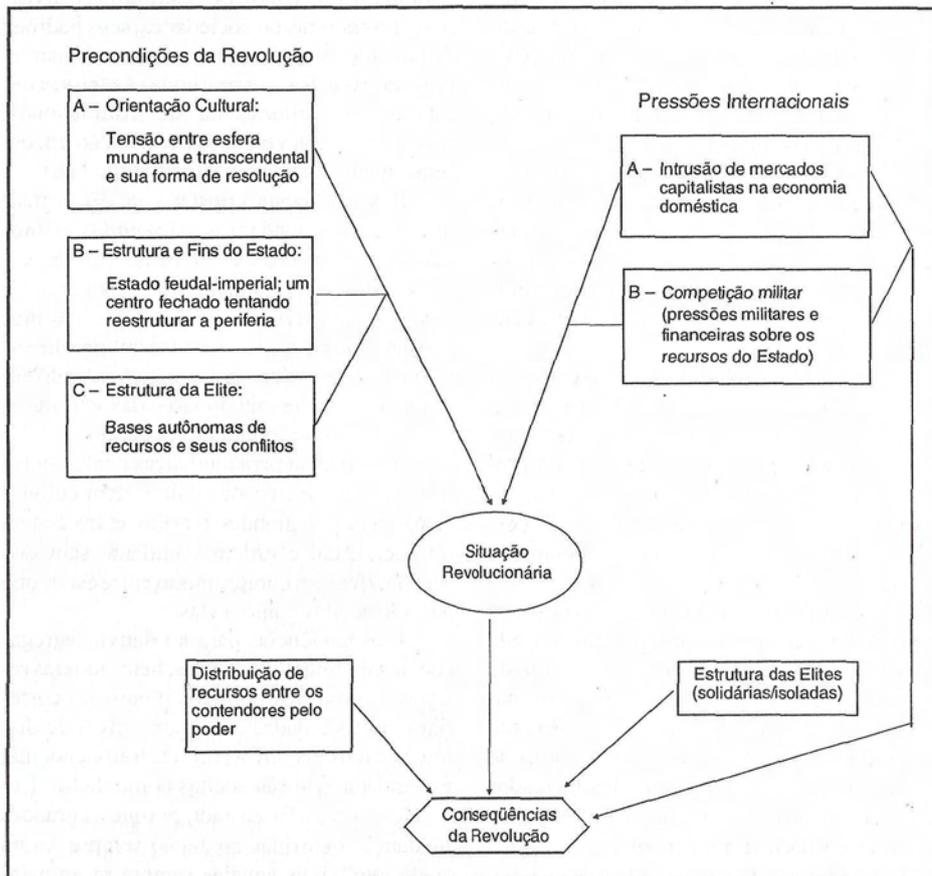
E as tendências para a relativa segregação de movimentos rebeldes, heterodoxias religiosas, protestos políticos e outros, ocorreriam em sociedades com baixo nível de distinção e tensão entre as ordens transcendental e mundana, que são aceitas como dadas. Isto explicaria, para Eisenstadt, porque as grandes mudanças ocorridas no Japão sempre foram “pelo alto”, pois aquelas sempre se ampararam em símbolos tradicionais de legitimidade e continuidade com o passado para se tornarem viáveis.

Para explicar a diversidade de regimes gerados por revoluções (tema destacado no final da seção 2.4), Eisenstadt acrescenta às variáveis estruturais de Huntington, Moore Jr. e Paige, a própria estrutura interna da elite revolucionária como variável independente. Nos países onde esta elite dispunha, antes da

revolução, de laços de solidariedade com elementos de outras elites (dominantes) os processos de mudança tenderam a ser mais eficientes e menos coercitivos, como nos Países Baixos, na Inglaterra ou nos EUA. Ao contrá-

rio, onde a elite revolucionária vitoriosa foi uma “elite isolada” (como os bolcheviques na Rússia ou os comunistas chineses), a tendência é a de que os regimes pós-revolucionários sejam mais fechados e coercitivos.

Quadro 9  
Modelo Histórico-Estrutural de Eisenstadt



Fonte: Goldstone (1980, p. 445).

As hipóteses acima são insuficientes, mesmo descontando-se o reducionismo causado por um resumo tão grosseiro das idéias do autor. O ponto a destacar é o esforço feito por Eisenstadt para articular os aspectos estruturais e culturais na explicação das revoluções modernas. Neste ponto, trata-se de uma obra antecipadora dos debates posteriores.

### 3.2.5. As Revoluções Sociais segundo Skocpol

No entanto, no livro de Skocpol, *States and Social Revolutions*, sem dúvida o produto mais importante das teorias de terceira geração, a ênfase ainda é fortemente estrutural, com uma metodologia histórico-comparativa

que considerou três casos positivos (França, Rússia e China) e três negativos (Inglaterra, Prússia e Japão).

A análise de Skocpol é “estrutural” em dois sentidos. Primeiro porque as variáveis decisivas são as relações entre classes sociais antagonônicas, entre o Estado e as classes e dos Estados entre si. Mas, principalmente, porque nenhum dos grupos sociais envolvidos no processo revolucionário têm controle sobre as causas que o desencadeiam, nem sobre as conseqüências que dele decorrem. Segundo a fórmula retomada pela autora, “as revoluções não se fazem; surgem” (Skocpol, 1985, p. 30).

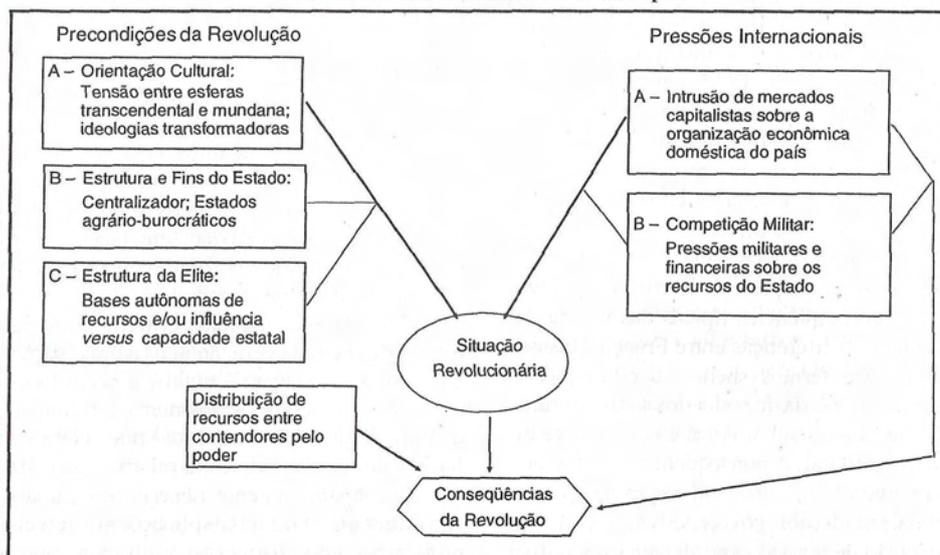
As revoluções sociais analisadas por Skocpol são de um tipo particular, diferente das revoluções políticas estudadas por Trimberger, bem como das rebeliões agrárias que conformaram a maioria dos casos arrolados por Paige. As revoluções sociais seriam marcadas, para utilizarmos a nomenclatura de Eisenstadt, por mudanças coalescentes nas estruturas estatais e sociais de uma nação, sendo “acompanhadas e em parte levadas a cabo por revoltas das classes inferiores”. É esta dupla “coincidência da mudança estrutu-

ral da sociedade com a sublevação de classe; e [...] entre a transformação política e a transformação social” (*idem*, p. 16), que caracterizaria seu estatuto específico.

Na primeira parte do livro a autora discute por que revoluções deste tipo ocorreram em países como a França, Rússia e China e não na Inglaterra, Prússia ou Japão. Afinal, nos dois conjuntos de países houve períodos de tensão semelhantes. Mas, no segundo conjunto, as crises geraram um tipo de transformação revolucionária que pode ser chamada de “conservantista”, “política”, “pelo alto” etc. Segundo Skocpol, os elementos diferenciadores devem ser buscados nas relações agrárias, na estrutura do Estado e no tipo de pressão externa a que os países estavam submetidos.

Assim, por exemplo, relaciona-se a intensidade da revolta camponesa com a autonomia e organização de suas comunidades. Nos países em que a transição para o capitalismo expropriou o campesinato e desarticulou sua vida comunitária, a revolta dos camponeses foi menos intensa do que em outros, como França e Rússia, onde vastas massas preservaram certa autonomia frente aos latifundiários.

Quadro 10  
Modelo Histórico-Estrutural de Skocpol



Fonte: Goldstone, 1980, p. 441.

Também a intensidade do conflito entre a monarquia e os senhores rurais dependeria da autonomia destes em relação à burocracia estatal e dos recursos mantidos pelos senhores locais.

Na França e na China o pessoal burocrático era recrutado primeiramente junto a estes estratos dominantes, que mantinham instituições e recursos próprios de poder. Quando as diferenças entre os interesses da monarquia e dos senhores transformaram-se em conflito aberto — na China, após a penetração ocidental e, na França, durante a crise do século XVIII —, as classes senhoriais tiveram força para paralisar o governo central, abrindo caminho para a revolta camponesa crescer até o ponto da ruptura revolucionária.

Ao contrário, no Japão e na Prússia os senhores tinham um poder estritamente local, com o governo central operando com larga autonomia. Nesses casos, quando as crises emergiram, as relações entre as duas esferas de poder foram reformadas sem que a burocracia central perdesse sua efetividade.

Por fim, as revoluções sociais seriam condicionadas pelas pressões econômicas e militares externas, tanto mais desagregadoras quanto mais avançado o adversário. Neste aspecto, Skocpol situa o caso russo como situação extrema. O contraste poderia ser feito com a Prússia em 1848, submetida a uma menor pressão militar e com uma estrutura agrária capaz de suportar uma sobre-expropriação de recursos em tempos de crise. Neste caso, o exército estava intacto e bem abastecido, podendo ser utilizado pelo rei para suprimir a insurreição urbana.

Na segunda parte do livro, Skocpol analisa as consequências típicas das revoluções sociais e as diferenças entre França, Rússia e China. Em termos sociais, a consequência básica foi a perda de poder dos senhores rurais para as classes subalternas e para a nova burocracia estatal. A consequência institucional mais importante foi a edificação de aparatos estatais modernos, governados através de mobilização de massas centralizada e coercitiva, mais poderosos que as forças sociais internas

e do que outros Estados rivais. Para Skocpol, o maior ou menor impulso para a industrialização, bem como o regime de propriedade, estavam ligados aos laços sociais dos revolucionários e aos recursos estratégicos disponíveis, mais do que as ideologias ou vontades dos novos governantes.

Desde a publicação de seu livro, Skocpol envolveu-se em um infundável debate crítico.<sup>10</sup> Nele, ela foi questionada

“for comparing states in very different historical and power situations and also, paradoxically, for failing to generalize beyond her three cases; for elevating the state to the highest level of explanation [‘statolatry’] [...] for failing to weight properly the contribution of urban forces, or of coalitions generally; for misapplication of Millian methodology [...] for inaccuracy regarding aspects of this or that case [...]” (Foran, 1993b, p. 4).

Muitas destas críticas foram provocadas pelo tom propositadamente unilateral usado por Skocpol. Elas não invalidam o fato, salientado por Foran, de que a produção dos últimos 14 anos dialogou com a abordagem histórico-estrutural das revoluções. Em parte procurando aprofundá-la em pontos centrais, mas também num esforço de superação crítica.

### 3.3. *Desdobramentos nos Anos 80: Estado e Sistema Internacional*

Uma parte dos trabalhos mais recentes de Sociologia das Revoluções procurou desenvolver algumas das “vantagens” analíticas das teorias de terceira geração, em face das de segunda, e/ou retificar a abordagem histórico-estrutural em alguns pontos.

Considerando aquelas críticas feitas às teorias de segunda geração mais acima (seção 2.4), essas “vantagens” analíticas eram basicamente de cinco tipos. Primeiro, em função de uma delimitação conceitual mais clara do fenômeno revolucionário, a relativa escassez de casos historicamente observáveis jamais constituiu um óbice nas explicações de terceira geração. Pois, para estas, embora as pressões sociais internas e as pressões econômi-

cas, militares e políticas externas fossem generalizadas para todos os países em transição para o capitalismo, apenas aqueles com certo tipo de estruturas agrárias, estatais e de relações sociais de dominação tenderiam a responder a essas pressões com revoluções. No entanto, boa parte dos trabalhos centrais dos anos setenta baseou-se em um número muito pequeno de casos (vide seção anterior). Um desdobramento típico das teorias de terceira geração nos anos oitenta foi o esforço de ampliar o número de casos considerados, inserindo-os em tipologias mais consistentes.<sup>11</sup>

Em segundo lugar, talvez porque as variáveis estruturais raramente sejam de intervalo, e sim predominantemente nominais ou ordinais, estas variáveis pareceram menos vagas e mais fáceis de se observar empiricamente do que as das teorias gerais dos anos sessenta. Mesmo aquelas que exigem grande especificação dos indicadores, tais como “existência ou não de recursos centralizados” (cujos indicadores seriam, por exemplo, centros de indústria pesada, redes de transporte etc.), “origem da riqueza da elite” (se depende da terra, do comércio, do Estado etc.), “coerência e disponibilidade das Forças Armadas”, “orientação cultural” e outras, parecem ser mais controláveis do que “desequilíbrio sistêmico”.

Terceiro, o problema do *timing* das revoluções é mais simples aqui. Para as teorias de segunda geração, sempre que as variáveis cruciais atingissem níveis críticos, a revolução tenderia a ocorrer. Ao contrário deste curto período de instabilidade, a combinação de certas precondições estruturais com a pressão econômica e/ou militar dos países capitalistas mais poderosos, torna provável (ou improvável) a ocorrência de uma crise revolucionária num prazo médio de várias décadas.

Em quarto lugar, a questão da intransigência ou reformismo da elite perde a centralidade que tinha em Johnson e Brinton. As estruturas agrárias, os recursos controlados pelas classes dominantes e o processo de penetração do Estado na sociedade são historicamente condicionados, segundo a aborda-

gem socioestrutural. Não se tratam de opções conjunturais das elites, mas de possibilidades/necessidades incontroláveis no curto prazo.

Finalmente, as teorias de terceira geração incorporaram as consequências dos processos revolucionários ao cerne de suas análises, enquanto anteriormente estas consequências permaneciam sem especificação nem papel explicativo, ou mesmo classificatório.

Quanto às questões emergentes apontadas no item 3.1, os trabalhos recentes concentraram-se nos temas do Estado e do Sistema Internacional.

Na questão dos *tipos de Estado* mais vulneráveis às revoluções, Robert Dix (1984) fez uma distinção básica ao verificar que regimes “relativamente abertos”, ou mesmo aqueles dominados por elites militares em aliança com outras elites-chave, têm conseguido evitar revoluções; enquanto regimes autoritários, sem aliados, antinacionais e corruptos tendem a ser mais vulneráveis. Esta constatação qualifica a tese de Huntington sobre o grau de institucionalização do regime como variável independente. Ela foi refinada e ampliada nos textos de Jeff Goodwin e T. Skocpol (1989), T. Wickham-Crowley (1989) e Evenly B. Davidheiser (1992), entre outros (Goldstone, 1982 e 1986; Midlarsky e Roberts, 1985).

Todavia, a conceituação destes regimes foi objeto de polêmica; Goldstone (1992 e 1986) chamou de regimes “neopatrimoniais” aqueles como os do Porfiriato no México, de Batista em Cuba, do Xá no Irã e de Somoza na Nicarágua. E Manus Midlarsky e Kenneth Roberts (1985) propuseram chamar de “*autonomous personalist*” os governos vulneráveis de Batista e Somoza, contrastando-os com os “*instrumentalist elite-based regimes*” de El Salvador e Guatemala, para tentar explicar as causas da não-derrubada destes, e para contrastá-los também com os *autonomous institutional states* do México e do Brasil.

Uma outra via de pesquisas recentes tem examinado a relação entre legitimidade e *performance* dos regimes em crise. No caso do Irã, por exemplo, tanto G. Hossein Razi

(1987) quanto Said A. Arjomand (1988) salientaram o fato de que Reza Pahlevi foi derubado menos porque seu exército entrou em colapso e muito mais porque sua autoridade nacional foi solapada por sua colaboração com os EUA.

Todos esses trabalhos seguem a agenda proposta por Skocpol sobre a autonomia do Estado, em novas direções empíricas e conceituais. O reparo que Foran faz é quanto a um eventual exagero no papel atribuído ao Estado, abstraindo-se de outras estruturas nas quais ele está inserido e que condicionam seu desempenho. Afinal, nem todos os regimes ditatoriais são derrubados (cf. Kuomintang em Taiwan; Kim Il Sung na Coreia do Norte; Mobuto no Zaire etc.) ou são substituídos através de transições revolucionárias (cf. transições do Sul da Europa, da América do Sul e da África do Sul etc.). Assim, ainda permanece sem resposta a questão de saber-se sob que condições os governos são incapazes de usar a coerção e/ou de reter a lealdade de grupos-chave na população.

Também em relação à *dimensão externa* das crises revolucionárias, a produção do período (Roxborough, 1989a e b) seguiu nas pegadas de Skocpol (1979), embora com reorientações significativas.

Já no estudo de Walter Goldfrank (1979) sobre a Revolução Mexicana, a ênfase é transferida das pressões econômicas e militares para “*a tolerant or permissive world context*”. Em outras palavras, para os cenários internacionais mais favoráveis à vitória das forças sociais revolucionárias.

Segundo este autor, estes cenários seriam de três tipos: (a) quando as maiores potências internacionais estão ocupadas com guerras ou problemas internos; (b) quando potências rivais se impedem mutuamente de influenciar os acontecimentos nos países em crise; (c) quando os revolucionários recebem mais ajuda externa do que o regime estabelecido. Os casos do Irã, Nicarágua e Alemanha Oriental ilustram um quarto tipo de cenário: quando as potências internacionais retiram seu apoio e suporte a regimes considerados ditatoriais e

ilegítimos por parcelas expressivas de suas populações.

Mas o grau preciso de influência dos fatores externos é ainda objeto de debate. Nos trabalhos já citados de 1989, Wickham-Crowley afirma que esses fatores têm importância secundária. Ao contrário, Ian Roxborough, em estudos sobre as revoluções latino-americanas, publicados também em 1989, buscou qualificar a hipótese da influência decisiva dos fatores externos decompondo o conceito de “dependência” em diferentes tipos (financeira, política, militar, de investimentos, de mercados para exportação etc.) que se combinaram de forma particular nos casos do México, Bolívia, Cuba e Nicarágua, resultando na emergência de forças revolucionárias comprometidas com a regeneração da nação, contra governos coniventes com o controle estrangeiro.

Todos estes trabalhos procuram analisar a especificidade das revoluções do Terceiro Mundo diante dos casos agrário-imperiais estudados por Skocpol (a China permanecendo como um caso intermediário), sem se afastar da abordagem histórico-estrutural, aproveitando, inclusive, as indicações da autora a este respeito feitas na conclusão de *States and Social Revolutions* (1985a, pp. 297-305).

### 3.3.1. O Modelo Conjuntural de Goldstone

Além das próprias intervenções de Skocpol e Eisenstadt nos debates subsequentes,<sup>12</sup> o esforço mais significativo deste segundo momento da Sociologia das Revoluções está contido no recente e polêmico livro de Jack Goldstone, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*, de 1991. A revolução se define, segundo Goldstone, como uma crise simultânea no funcionamento do Estado, na dominação das elites e na vida cotidiana popular — as três dimensões conformam o “*state breakdown*”. Todavia, como uma crise deste tipo pode resultar em fenômenos distintos, como reformas, rebeliões, revoluções, golpes de Estado ou guerras civis, o autor acrescenta que apenas quando a sociedade enfrenta, simultaneamente, outros quatro tipos de dificul-

dades é que a revolução, entendida como ruptura da dominação encarnada no Estado, se torna provável: (a) *state financial crises*; (b) *severe elite divisions*; (c) *high potential for mobilizing groups*; d) *salience of heterodox cultural and religious ideas*.

A introdução destes elementos, extraídos de diversos autores da tradição acadêmica norte-americana de Sociologia das Revoluções, visou fornecer uma dimensão *conjuntural* capaz de dinamizar o estruturalismo historicizado das teorias de terceira geração.

Mas, no caso da explicação sobre o surgimento da conjuntura revolucionária na primeira fase da era moderna (1453-1789), o modelo causal utilizado pelo autor é fortemente estrutural: "The broad-based impact that sustained population growth (or decline) had on economic, social, and political institutions of bureaucratic states" (Goldstone, 1991, p. XXIV).

Salientando não tratar-se de um modelo demográfico monocausal, e sim das inter-relações entre crescimento populacional e estruturas socioinstitucionais, o autor dedicou grande parte do livro à análise do papel dos fatores culturais na determinação das diferentes conseqüências dos *state breakdowns*, seja no caso das diferentes burocracias agrárias dos primeiros tempos da modernidade (Inglaterra e França x Índia e Império Otomano, por exemplo), seja no caso das diferentes conseqüências do crescimento populacional na Europa dos séculos XVII-XVIII e no Terceiro Mundo, no século XX.

Para Goldstone, os fatores culturais operam distintamente conforme as fases da crise revolucionária. No período pré-revolucionário, sentimentos de injustiça e apelos pela restauração de equilíbrios tradicionais, potencializam ideologias de "retificação". No curso dos conflitos sociais, elites dominantes e contraelites procuram utilizar uma base cultural popular para gerar ideologias "transformadoras" com forte ênfase em temas como redistribuição de riqueza e poderio nacional. Na fase pós-revolucionária, maiores ou menores tensões ideológicas ligadas, respectivamente, a

visões escatológicas ou cíclicas de História, explicariam a diferença entre a evolução dinâmica da Inglaterra ou da França e a relativa estagnação da China ou da Turquia.

Finalmente, o autor atribui a hegemonia mundial do modelo ocidental de civilização à "feliz" combinação de democracia e capitalismo, apresentando-a como prescrição para o Terceiro Mundo hoje, como alternativa às conseqüências "inevitavelmente" autoritárias dos processos revolucionários de mudança.

Mesmo descontando-se os equívocos que fatalmente uma sinopse tão curta de um trabalho tão extenso acarretam, a abordagem de Goldstone parece ficar bem aquém dos trabalhos de Skocpol e Eisenstadt. Para John Foran, "Goldstone seems to believe that culture prevented China, Spain, and Ottomans from meeting the challenge of world capitalism; this argument downplays military, political, and economic power considerations" (Foran, 1993, p.16). Como contraponto, basta lembrar que são exatamente as relações entre poderio econômico e poderio militar, aliados ao índice de flexibilidade estatal, que explicam, na obra de Paul Kennedy (1989), a ascensão e queda das grandes potências e as causas da hegemonia ocidental.

Portanto, embora as referências analíticas ao Oriente e ao Terceiro Mundo distanciem bastante Goldstone do eurocentrismo das teorias de segunda geração, algumas semelhanças com a Teoria da Modernização surgem quando se observa o papel explicativo atribuído à cultura. Na fase pré-revolucionária ela é totalmente subordinada aos condicionantes materiais e demográficos, sendo superestimada na explicação das diferentes conseqüências das revoluções no Ocidente e no Oriente, no século XVIII e no século XX.

Por fim, a prescrição de democracia liberal e capitalismo para os países do Terceiro Mundo como "alternativa às conseqüências autoritárias" das revoluções tem uma dupla significação. Analiticamente, recua em relação à brilhante análise de Barrington Moore Jr. sobre as origens revolucionárias da democracia e da ditadura contemporâneas e das

diferentes vias de acesso a elas. Ideologicamente, reflete o clima de euforia liberal pós-1989, que durou exatos dois anos, até a Guerra do Golfo, época da publicação do livro de Goldstone. O sólido diálogo com os temas neomarxistas e weberianos que marcou os trabalhos clássicos de sociologia histórica das revoluções, e que era em si mesmo uma ruptura com o preconceito conservador das teorias de primeira e segunda geração, parece ter sido abandonado nesse livro.

Neste sentido, a tarefa teórica de combinar a abordagem histórico-estrutural com uma teoria da ação coletiva revolucionária exige, ainda, formulações de quarta geração.

#### 4. Teorias de Quarta Geração? 1980-1994

Paralelamente a esses esforços de correção e aprofundamento da literatura de sociologia histórico-estrutural, nos últimos quinze anos surgiram também uma gama de estudos voltados para a superação crítica deste paradigma. Goldstone utilizou a imagem de um *caleidoscópio* para descrever a referência teórica desta miríade de títulos recentes sobre Sociologia das Revoluções.

Portanto, a principal tarefa, nesta última seção, será apresentar esta bibliografia procurando relacioná-la com as correntes centrais da ciência social norte-americana do período. Isto é relativamente mais simples no caso da vertente culturalista da sociologia histórica<sup>13</sup> e dos autores que trabalham sob o paradigma da "teoria da escolha racional" (M. Taylor, 1988; S. Popkin, 1979 e 1988; Przeworski, 1989; Lichbach, 1994 etc.).<sup>14</sup> Mais complicado é sistematizar a série de trabalhos que, muito imprecisamente dito, operam no contexto de uma nova "sociologia do desenvolvimento" (Walton, 1984; Foran, 1990 e 1993; Fahri, 1988; Kimel, 1990; De Fronzo, 1991 etc.).

Assim, optei por iniciar destacando os eixos temáticos que atravessam as três correntes. Estes são, basicamente, a questão dos condicionamentos mútuos entre estrutura social e ação coletiva revolucionária; e o tema

do papel da ideologia e da cultura nos processos revolucionários de mudança social.

Na seqüência, como nas seções anteriores, discute-se tais questões em torno da obra de alguns autores exemplares. Neste caso, serão comentados brevemente os textos de Sewell Jr., Taylor e Lichbach, Walton e Foran.

##### 4.1. Questões Emergentes

Nos anos oitenta e noventa a Sociologia das Revoluções procurou explorar os temas da ação coletiva e da ideologia, acima destacados, que foram negligenciados pelas teorias de terceira geração; inclusive nos casos de Eisenstadt, pioneiro na valorização da orientação cultural como variável estrutural independente, e de Skocpol, disposta a aceitar um papel ativo (ainda que heterônomo...) para as massas sublevadas.

No afã de corrigir o reducionismo psicológico dos anos sessenta (Gurr, Davies, Johnson etc.), os expoentes da sociologia histórica nos anos setenta minimizaram a relevância dos sujeitos coletivos e a dimensão violenta dos conflitos revolucionários, dois aspectos centrais do fenômeno. A ênfase explicativa nos condicionamentos impostos pelos tipos de estruturas sociais sobre a ação coletiva de grandes grupos latentes, como as classes, redundou num certo "resfriamento" do objeto. O que não se coaduna, de modo algum, com as características mais salientes do fenômeno revolucionário:

"At the very centre of revolution lies an emotional upheaval of moral indignation, revulsion and fury with the powers-that-be, such that one cannot demur or remain silent, whatever the cost. Within its glow, for a while, men surpass themselves, breaking the shackles of intuitive self-preservation, convention, day-to-day convenience, and routine" (Shanin, *apud* Foran, 1993, p. 7).

Esta revalorização da ação e do sentimento das massas como variáveis explicativas relevantes, quando tais variáveis pareciam interessar apenas aos líderes políticos e teóricos marxistas, não deve ser confundida com um movimento cíclico ou pendular na Sociologia

das Revoluções nos EUA. Não se trata de uma retomada dos enfoques psicológicos dos anos sessenta. Até porque, as ênfases no papel dos sujeitos *ou* na dinâmica objetiva das crises variaram mesmo no interior de cada movimento teórico, como se pôde verificar nas seções anteriores.

Contrariando a fórmula brandida por Skocpol, de que as revoluções simplesmente ocorrem, o ponto que animou as discussões recentes foi a pergunta sobre *quem*, precisamente, *faz* as revoluções. Desde a geração de Marx e Tocqueville, mesmo que se afirme que os atores principais são os camponeses, ou as forças sociais urbanas, quase todos os estudiosos reconhecem que a ocorrência de uma “verdadeira” revolução implica a existência de complexas alianças sociais, na maioria das vezes com objetivos conflitantes internamente.

Uma tentativa exemplar de especificar melhor como funcionam estas alianças necessárias e possíveis foi feita por Huntington (1975 [1968]), argumentando sobre as formas e o ritmo da aproximação entre os intelectuais urbanos e a massa dos camponeses pobres, quase sempre unidos em torno de uma ideologia popular nacionalista. Tanto Wolf (1984 [1969]) quanto Moore Jr. (1983 [1967]) endossam uma análise nestes termos, embora acentuando o peso social do campesinato. Esta centralidade causal das rebeliões camponesas para a gênese das revoluções modernas foi reforçada por quase todos os autores desde os anos setenta, desde Paige (1975) e Migdal (1974), até Skocpol (1979) e Zagorin (1982), passando por Scott (1976), Popkin (1979) e Lichbach (1994).

Foran argumenta que uma das razões para este “esquecimento” das forças urbanas, nos estudos dos anos setenta, foi o fracasso das guerrilhas urbanas na América Latina, bem como o contraste desta série histórica de derrotas com as vitórias camponesas no Vietnã e na África Sub-saariana durante o mesmo período.

De qualquer modo, uma característica da produção dos anos oitenta foi uma certa recuperação do papel destas forças urbanas, em

casos típicos como a França (Goldstone; 1984); Cuba, Irã e Nicarágua (Gugler; 1988); a Inglaterra de 1640; Berlim e Viena em 1848 (Goldstone; 1991).

Este movimento, de certo modo, restabelece uma avaliação mais criteriosa sobre o peso específico dos diversos grupos sociais envolvidos numa interação estratégica desta natureza. Até este ponto, trata-se apenas de refinar as análises de Huntington (1975 [1968]) e Tilly (1973; 1975; 1978) sobre a necessidade de coalizões, inclusive incorporando a noção brintoniana/huntingtoniana de tendência à fragmentação da coalizão vitoriosa após a conquista do poder (vide quadros com os modelos destes autores). Esta é a tônica dos trabalhos de Dix (1984) sobre Cuba e Nicarágua, de Goodwin (1987) sobre o conjunto da América Central, de Gould (1987) sobre a Inglaterra, e de Moghadam (1989) e Foran (1993a) sobre o Irã.

Para além destes desdobramentos da escola do “conflito político” (ou da “mobilização de recursos”), cabe registrar os trabalhos de teoria da escolha racional, que operam no nível micro-sociológico das motivações dos indivíduos pertencentes a grupos (latentes e/ou organizados); e das condições para o engajamento ou não destes indivíduos em ações coletivas revolucionárias. Como veremos abaixo, estes tratam menos de identificar e avaliar os atores sociais relevantes, do que de analisar a racionalidade ou não do engajamento revolucionário coletivo em si mesmo.

Segundo Foran,

“with respect to the class dimension of social structure, then, the questions are as follows: what classes participate in revolutions, and why? What classes are divided, and how? Ultimately, what patterns exist across cases, and how may these various coalitions be characterized?” (Foran, 1993, p. 8).

Para além da análise das classes, grupos e coalizões, um dos movimentos mais significativos nesta literatura recente vai no sentido de se estudar outras dimensões e clivagens existentes na estrutura social, tais como gênero, etnia, região e religião, consideradas ma-

trizes conflitivas relevantes para a explicação de certas revoluções. Foran cita uma série de estudos de caso recentes sobre o papel das mulheres nestes processos,<sup>15</sup> destacando a pesquisa comparativa de Valentine Moghadam (1990) sobre os conflitos ideológicos em torno dos papéis sexuais e familiares das mulheres ao longo de uma série de casos históricos, considerando-os indicativos das intenções profundas dos revolucionários. Do mesmo modo, o artigo cita outros trabalhos recentes sobre raça e religião, demonstrativos de como as motivações para a ação revolucionária variam de um grupo a outro. Estudos de caso sobre Cuba, Irã e França evidenciam a potencialidade destes cruzamentos teórico-metodológicos (cf. Foran, 1993a, pp. 8-9).

Também as questões sobre ideologia, moral e cultura tiveram desdobramentos que vão além de um mero retorno às teses de Brinton sobre a “deserção dos intelectuais”, de Johnson sobre a “dessincronização valor-ambiente”, ou mesmo de Eisenstadt, sobre a “orientação cultural” das sociedades e dos revolucionários.

Na verdade, também sobre estes temas o ponto de partida dos debates e pesquisas recentes foi a obra de Skocpol. Mais precisamente, a provocativa afirmação que segue:

“Assim, as ideologias revolucionárias e os indivíduos com elas comprometidos eram indubitavelmente ingredientes necessários nas grandes revoluções sociais que aqui investigamos. Todavia, não é possível sustentar para além disso que o conteúdo cognitivo das ideologias forneça de algum modo uma chave predicativa quer para as consequências das Revoluções quer para as atividades dos revolucionários que edificam as organizações estatais que consolidaram as Revoluções” (Skocpol, 1985a [1979], p. 184).

Nesta asserção, o conceito de ideologia designa concepções de mundo coletivas (jacobinismo, bolchevismo, maofismo etc.), conscientemente escolhidas, voltadas para orientar a luta política dos sujeitos sociais. Ao que parece, a resposta ao “estruturalismo” político e econômico das teorias de terceira geração orientou-se noutra direção.

A ênfase é posta sobre a idéia de ideologias como visões de mundo socialmente dadas, como conjunto difuso de crenças, valores e costumes que conformam o substrato cultural dos atores sem que, na maioria das vezes, eles próprios estejam conscientes do fenômeno.<sup>16</sup> Uma problematização do papel social da cultura, capaz de apanhar as relações entre estas duas dimensões contraditórias do fenômeno da ideologia, talvez pudesse enfim estabelecer seu peso real na explicação das revoluções modernas.

Muitos autores americanos contemporâneos apóiam-se nas pesquisas empíricas dos historiadores marxistas ingleses sobre estas questões, desde as de G. Rudé e Hobsbawm até os trabalhos de C. Hill e E. Thompson. Este último, na verdade, já em 1963 valorizara imensamente o papel da cultura como auto-identificação coletiva, em seu estudo sobre a formação da classe operária inglesa. Se as identidades culturais e as crenças coletivas são determinantes nos processos sociais básicos, não haveria de ser diferente no processo de formação das forças revolucionárias; interessando, portanto, aos novos pesquisadores identificar estes “discursos” no nível mais infra-político, no qual eles condicionam a emergência dos próprios conflitos políticos.

No já mencionado livro de 1976, James Scott retoma o conceito de “economia moral da multidão”, utilizado por Thompson em 1971, ao sustentar a tese de que os camponeses, vivendo com margens estreitas de subsistência e esperando um mínimo de proteção dos senhores rurais, possuem um senso muito aguçado de justiça. Uma vez violados estes códigos morais e/ou estas margens mínimas de conforto material, a comunidade tende a reagir violentamente. Num outro trabalho, de 1990, Scott procura refinar esta análise, concentrando-se nos aspectos “performativos” das relações de dominação, seja nas condições simbólicas de reprodução do poder, seja nas condições de elaboração da resistência. Aqui, o conceito-chave é o de *hidden transcript*, entre condicionantes materiais e culturais da resistência social cotidiana, numa tipologia mui-

to ampla (rebeliões, atos públicos, invasões, boatos etc.) que se fixa nos aspectos rituais e não explícitos destas resistências (Scott, 1976 e 1990).

É evidente que uma abordagem mais "antropológica", como esta, guarda pouca semelhança com a curva J de Davies ou com a teoria da privação relativa de Gurr, constituindo um forte exemplo das tendências recentes. Contribuições mais conceituais sobre o papel da cultura e da ideologia na explicação da mudança social foram feitas por Craig Calhoun (1983; 1988) e Carlos Forment (1990).

Calhoun acentua a associação existente, nas comunidades fortemente unidas, entre o apego às práticas sociais cotidianas e o potencial mobilizador causado por mudanças "ameaçadoras" nestas práticas. Para Calhoun, estes atores, mobilizados por valores culturais tradicionais para participarem de conflitos sociais defensivos, podem ser vistos como *reactionary radicals*.

Diferentemente de Thompson e Natalie Davis (Desan, 1992), este autor não trata a comunidade de forma homogênea, pois situa a fonte das "mudanças ameaçadoras" endogenamente, no conflito cultural entre membros da própria comunidade. No caso de Forment, Foran destaca o exercício teórico feito por este autor para colocar em contato as análises de Foucault e Skocpol sobre a política e o Estado. O conceito-chave de Forment é o de *political space*, através do qual ele correlaciona discurso e poder, bem como busca apreender o papel da representação cultural nas práticas políticas.

Todavia, o exemplo mais eloqüente destas abordagens culturalistas do fenômeno revolucionário pode ser observado na polêmica entre William Sewell Jr. e Theda Skocpol sobre o papel da ideologia na Revolução Francesa, apresentada a seguir.

#### 4.2. A "Nova História Cultural":

*William Sewell Jr.*

Este debate entre Skocpol e Sewell Jr. fornece uma visão sintética da oposição existente entre as vertentes "estruturalista" e "culturalista" da sociologia histórica norte-americana.

No artigo publicado no *Journal of Modern History*, em 1985, Sewell polemiza a partir de um ponto de vista influenciado pela antropologia cultural geertziana e pelas premissas filosóficas pós-estruturalistas. Embora inicie seu artigo destacando o quanto Skocpol avança em relação a certos marxismos voluntaristas, que derivam inevitavelmente a revolução da luta de classes, Sewell critica-a por não reconhecer um papel mais autônomo e constitutivo para a ideologia na rede de causalidades mútuas que condicionam o processo revolucionário. Para Sewell, este é o fator básico que explica as diferenças entre os casos russo e francês, por exemplo, pois a ideologia operária como um substrato do que Skocpol chama de diferentes *world-historical contexts*; ainda que ela não o admita, em função do conceito político de ideologia que é utilizado em *States and Social Revolutions*.

Contra esta abordagem considerada restritiva, o autor em questão reivindica uma análise (con)textual, coletiva e anônima do fenômeno ideológico, baseada nas teorias de Althusser, Foucault, Geertz e Raymond Williams (*sic*). As ideologias, tomadas como formas discursivas, emocionais e/ou cognitivas, impessoais, seriam capazes de produzir mudanças como outros produtos humanos coletivos, tais como Estados, classes e sistemas internacionais. Estas estruturas, uma vez existindo efetivamente, tanto podem constrianger como possibilitar a ação coletiva transformadora.

No artigo de 1985, Sewell aplica estas reflexões ao estudo do caso francês, discutindo a emergência de concepções contraditórias sobre monarquia e soberania ao longo do século XVIII. É certo que a crise de 1789 foi provocada pela bancarrota do Estado mas, segundo o autor, uma vez iniciada a crise, as contradições ideológicas agravaram-na até o ponto de revolução. O peso destas relações culturais se manifestou, tipicamente, na combinação entre guerra e ideologia, capaz de gerar o Terror e a competição ideológica baseada num estoque comum de conceitos. O curso do processo exigiu, ainda, a criação cultural de um conceito de revolução capaz de

abranger a mudança completa da vida social de uma população inteira.

Em outras palavras, o autor distingue uma dinâmica simbólica relativamente autônoma no processo sociopolítico da Revolução Francesa, que não tem necessidade de ser associada a grupos identificáveis para exercer sua influência decisiva sobre o curso da ação, gerando inclusive demandas de ampliação do estoque conceitual da sociedade, como é o caso do próprio conceito de “Revolução Social”, inventado para expressar o tipo de mudança violenta e total da fase do Terror.

A resposta de Skocpol assume a subestimação do papel da ideologia em *States and Social Revolutions*, conclusão à qual ela já havia chegado ao analisar o caso do Irã num artigo de 1982. A revolução iraniana de 1979 é, para Skocpol, um exemplo claro de revolução social deliberada e coerentemente realizada por forças sociais ideologicamente coesas. Esta constatação levou a autora a redefinir as revoluções sociais como “rapid, basic transformations of a country’s state and class structure, and of its dominant ideology” (Skocpol, 1982, p. 265).

Mas a autocrítica de Skocpol cessa neste ponto. Retomando com sutileza a distinção conceitual entre “visões de mundo”, que a autora chama de idiomas culturais, e “concepções gerais”, as ideologias políticas no sentido estrito do termo (vide nota 16), Skocpol sustenta, em sua resposta à Sewell, que este erra o alvo de suas críticas, que basearam-se numa compreensão equivocada do que ela entenderia por causalidade estrutural.

Skocpol admite a idéia de que os conflitos sociais são produzidos por sujeitos coletivos bem delimitados socialmente, com finalidades estratégicas orientadas por formas simbólicas historicamente dadas. Todavia, reafirma que a *resultante* destes conflitos é determinada fortemente por fatores estruturais comparáveis, especialmente configurações de força entre classes sociais antagônicas, formas estatais e posições internacionais, particularmente militares.

Resulta desta argumentação que Skoc-

pol, flexibilizando um pouco seu modelo histórico-estrutural ao assumir o papel ativo das ideologias políticas, critica Sewell pela diluição explicativa de seu conceito de ideologia, que tende a se identificar com a presença ubíqua da cultura na sociedade. Para ela, os atores coletivos se abastecem, nos idiomas culturais de suas sociedades, daqueles ingredientes necessários à formação de ideologias políticas mobilizadoras.

O que Skocpol não chega a fazer, embora julgue necessário (cf. Skocpol, 1985a, p. 94), é incorporar o trabalho simbólico e organizacional próprio desta operação às suas explicações sobre as causas, a dinâmica e as consequências das revoluções. Por isto, nem Sewell Jr. nem Skocpol respondem a duas questões cruciais: (a) qual a natureza destas idéias, crenças e desejos coletivos; (b) como operam as ideologias e como estas se conectam aos interesses e aos recursos de poder envolvidos nas revoluções.

#### 4.3. A Teoria da Escolha Racional: Taylor e Lichbach

Uma resposta para a questão da formação destas preferências e finalidades coletivas é oferecida pelos chamados marxistas analíticos, para quem as estruturas sociais explicam crenças e idéias, mas ações passadas também explicam estruturas sociais: “*Social changes are produced by actions; social changes require new actions. New actions require changed desires and/or beliefs*” (Taylor, 1989, p.121).

O ensaio de Taylor, *Rationality and Revolution*, de 1988, representa o principal esforço de aplicação da teoria da escolha racional ao tema da revolução, embora Barbara Salert (1976) tenha feito um balanço das potencialidades da teoria de Olson (1971) para a explicação da participação racional dos indivíduos nos movimentos revolucionários. Recentemente, em *What Makes Rational Peasants Revolutionary?*, de 1994, Mark Lichbach acrescentou uma competente discussão sobre a questão dos *selective incentives* nas rebeliões camponesas.

Nesta seção são apresentados alguns des-

tes argumentos e comentadas brevemente algumas de suas fragilidades explicativas mais evidentes.

Taylor aceita a tese de Skocpol sobre as peculiaridades estruturais das Revoluções Sociais, embora insista que uma explicação puramente estrutural das crises dos Antigos Regimes e das rebeliões camponesas que estão na gênese de uma situação revolucionária seria absolutamente insuficiente, pois compartilha da convicção dos demais sociólogos que trabalham sob o paradigma do individualismo metodológico, sobre a necessidade de se dotar de microfundamentos a explicação de macrofenômenos sociais.

Recusando uma abordagem psicológica a Davies ou Gurr, Taylor discute as bases racionais do engajamento dos camponeses em ações coletivas revolucionárias. Sustenta que, longe desta mobilização representar um paradoxo para a lógica da ação coletiva de Olson, ela é explicável suficientemente nos termos de uma teoria da “racionalidade restrita”.

Ou seja, dá-se por suposto que a conduta dos indivíduos é informada por crenças e preferências dadas, consistentes, desde as quais estes indivíduos se mobilizam instrumentalmente, procurando maximizar seus ganhos e minimizar as sanções sociais negativas decorrentes de suas escolhas. A cooperação é condicionada pela oferta de bens públicos, pelos recursos materiais e cognitivos que os indivíduos teriam que alocar na ação, bem como pelos incentivos seletivos, não só materiais (econômicos), mas também o conjunto de sanções e/ou recompensas sociais envolvidas nestas escolhas.

Para Taylor, é mais provável que a cooperação entre indivíduos egoístas e maximizadores tenha êxito sobre uma base social comunitária. Uma comunidade forte, além do compartilhamento de valores e fins entre os indivíduos, dispõe de legitimidade e recursos para impor sanções positivas e negativas aos seus membros. Quanto mais forte a comunidade camponesa, mais sólida a base social espontânea das mobilizações populares em geral, e das rebeliões e revoluções em particu-

lar. Quando a comunidade não é suficientemente coesa para garantir a cooperação condicional dos indivíduos-membros, a participação na ação coletiva é fomentada por “empresários políticos” que acentuam a ajuda mútua, reforçam a autoridade local alternativa e minam a dependência das comunidades em relação aos senhores rurais.

Esta associação, entre a efetividade da comunidade e a racionalidade instrumental da participação dos camponeses em ações coletivas revolucionárias foi testada por Taylor com base na evidência fornecida pela própria Skocpol acerca dos três casos positivos por ela estudados (França, Rússia e China),<sup>17</sup> além do Vietnã e das rebeliões européias modernas.

No caso do Vietnã, Taylor afirma que mesmo nas províncias do Norte (Tonkin) e do centro (Annam), onde as aldeias possuíam certo grau de autonomia, o alto grau de estratificação na propriedade da terra e nas configurações de *status* tornavam bastante débeis os laços de organização inter-aldeã e precárias as associações voluntárias dos camponeses. Ao que se sabe, no sul (Conchinchina) a economia de exportação do arroz, baseada em grandes fazendas, e a estrutura social mais aberta das aldeias, solapavam ainda mais as bases comunitárias da ação coletiva.

Esta situação fez com que os comunistas (operando como “empresários políticos”) tivessem que organizar o movimento revolucionário aldeia por aldeia, de modo similar à experiência chinesa e com uma ênfase na ação estratégica que o modelo estrutural de Skocpol seria incapaz de admitir. Disputando a influência sobre as comunidades camponesas com a igreja, o Hoa-Hoa, a Cao-Dai e outras organizações político-religiosas nativas, os comunistas, segundo Taylor, obtiveram um êxito cada vez maior na mobilização revolucionária porque somente eles organizaram efetivamente os camponeses para que estes obtivessem ganhos concretos a curto prazo:

“En todo esto, el papel empresarial de los cuadros comunistas fue crucial; desagregando el gran objetivo global de construir un movimiento revolucionario en muchos movimientos más pe-

queños, localizando el esfuerzo, facilitando la cooperación condicional, ensalzando el aprecio del campesino individual por la importancia de su contribución y su valoración del bien público, y mediante el uso de incentivos selectivos, los comunistas hicieron *racional* para el campesino participar” (Taylor, 1990, p. 91).

Um exemplo destes incentivos seletivos foi, segundo o autor, a ação do Viet Minh durante a escassez de alimentos em Tonkin, em 1943-44, no sentido de ajudar os camponeses a organizarem bandos para atacar os veículos japoneses que transportavam arroz. A redistribuição imediata do arroz apreendido seria um destes incentivos à participação (*idem*).

Este exemplo chama a atenção para o caráter problemático da análise de Taylor. É correto afirmar, como ele o faz, que as variáveis estruturais de Skocpol, como o Estado, necessitam ser consideradas também em termos de ações intencionais:

“Aunque no sean propuestos por nadie, estas estructuras y situaciones mismas son en una medida muy significativa productos de acciones intencionales. La comunidad campesina, el poder relativo de la clase alta agraria y en realidad toda la estructura de clase prerrevolucionaria, así como el retraso económico y militar del Estado en relación con sus competidores, y otras características de la situación internacional en la que se encuentra el Estado son *todo* ello, [...], *precipitados* de acciones intencionales pasadas” (*idem*, p. 113).

Todavia, a *solução* proposta pelos teóricos da *Rational Choice* parece inconsistente. As interações estratégicas entre sujeitos coletivos num processo revolucionário talvez não sejam assimiláveis a um superjogo do dilema do prisioneiro com  $n$  participantes, importando mais considerar as finalidades antagônicas expressas pelos sujeitos políticos e a *dinâmica do conflito*, que estabelece as condições suficientes para a adesão dos indivíduos opositivos aos projetos societários em disputa. De todo modo, para além das motivações dos atores haveria que se analisar as interações estratégicas e os recursos de poder mobiliza-

dos pelos adversários políticos, como forma de se obter um modelo intencional de explicação que não fosse estático, que conseguisse apanhar a dinâmica concreta das revoluções modernas.

Tampouco é aceitável analisar a ação revolucionária estritamente em termos de racionalidade restrita, ou seja, egoística e maximizadora,<sup>18</sup> quando os valores e fins motivadores desta ação explicitamente rompem com os interesses dominantes postulados como “racionais”. Finalmente, a hipótese sobre o modelo de mobilização racional dos camponeses a partir de sua base comunitária comum esbarra nas objeções teóricas já apontadas por Tilly (1990).

Discutindo os modelos que explicam a passagem da motivação individual à ação coletiva, este autor caracterizou este tipo de abordagem utilizada por Taylor como “constitutiva”, ou seja, ela suporia “la existencia previa de una estructura social que ya conecta a la mayoría de los individuos, y que cambia y se vuelve más elaborada como resultado de la comunicación repetida entre individuos” (*idem*, p.179).

Mesmo que “empresários políticos” atuassem no sentido de proporcionar os incentivos seletivos e as condições organizacionais adicionais necessárias à ação coletiva, os laços sociais preexistentes é que formariam a base principal da mobilização coletiva dos camponeses, tornando-a racional aos olhos dos indivíduos. Segundo Tilly, esta ativação de “redes sociais preexistentes” não explica, por si mesma, as conexões entre os grupos organizados que atuam e a população base dos quais estes são oriundos, o que repõem o problema em termos de interesses, finalidades e recursos de poder dos grupos organizados em conflito.

Problema similar apresenta o artigo de Lichbach, embora suas ênfases explicativas sejam um pouco diferentes das de Taylor. Dada a fragilidade do argumento deste último sobre o papel dos incentivos seletivos nas revoluções camponesas (vide acima passagem sobre o caso vietnamita), Lichbach de-

clarou-se agnóstico quanto à possibilidade de que estruturas sociais gerem reações violentas de base comunitária contra a expansão do mercado e do Estado, por exemplo. A busca de satisfação de interesses particulares de qualquer natureza, principalmente materiais, seria suficiente para explicar o engajamento ou não dos indivíduos camponeses em rebeliões e revoluções. Tudo dependeria das relações de oferta e procura de incentivos seletivos em situações mais ou menos formais de mercado.

Este, aliás, é transformado em verdadeiro substrato ontológico das relações sociais, na medida que pode ser formalmente organizado, tanto quanto existir virtualmente, como uma forma atemporal de conduta de indivíduos maximizadores de ganhos e minimizadores de custos. A combinação específica de *selfishness* e *public goods appeals*, para Lichbach, também dependeria das condições concretas de oferta e procura nos “mercados políticos”. A introdução da variável ideológica, secundária para Taylor, resulta da convicção do autor de que, como em qualquer *social-choice problem*, estas ofertas/procuras de incentivos seletivos precisam ser traduzidas em estratégias para produzirem conseqüências, o que exige indivíduos conscientes e organizados.

Também neste caso o modelo de mobilização poderia ser criticado nos termos de Tilly. A explicação de Lichbach, prescindindo da base comunitária requerida por Taylor, seria “cumulativa”,

“debido a su concepción inicial de un conjunto de individuos, con sus intereses, que deciden más o menos conscientemente, uno por uno, unirse a otros con los que comparten intereses, un proceso que promueve el desarrollo de una conciencia común y por último la acción concertada” (Tilly, 1990, p. 178).

Ora, as passagens de uma etapa para outra não são explicadas pelo modelo da procura racional de incentivos coletivos, bem como a ideologia somente é agregada ao modelo, sem que Lichbach explicita se a ela estão

associadas formas de criatividade social capazes de engendrar laços e ações sociais.

O modelo é tautológico, embora centralizado na razão individual e não nos efeitos psicológicos difusos de estruturas cambiantes. Trata-se, todavia, da melhor abordagem sobre as rebeliões e revoluções camponesas disponível nos marcos da Teoria da Escolha Racional.

O desafio de unificar teoricamente as variáveis estruturais e estratégicas para uma explicação válida do fenômeno revolucionário ficou mais próximo de ser resolvido após o trabalho de Taylor, Przeworski e outros individualistas metodológicos, pois estes introduziram de modo sistemático o tema dos microfundamentos das ações coletivas que conformam os macrofenômenos sociais, incluindo-se aí tanto o problema das identidades culturais quanto a questão das conexões instrumentais do agir coletivo.

#### 4.4. A “Nova Sociologia do Desenvolvimento”: Walton e Foran

Um terceiro tipo de formulação alternativa às teorias de terceira geração é encontrado nos trabalhos de John Walton, *Reluctant Rebels*, de 1984 e John Foran, *A Theory of Third World Social Revolutions*, de 1990, que analisam as revoluções terceiro-mundistas do século XX e suas implicações para uma teoria das revoluções modernas.

##### 4.4.1. As Revoltas Nacionais de Walton

Numa ruptura explícita com a tese de Skocpol sobre a especificidade das causas das rebeliões diante daquelas das revoluções sociais,<sup>19</sup> Walton considera as duas formas de conflito assimiláveis em um fenômeno único, que ele chama de *national revolts*, abrangendo o “entire field of insurrectionary processes that lie beyond the (inevitably qualitative) bounds of routine politics” (Walton, 1984, p. 13).

Os casos considerados pelo autor foram, basicamente, a fracassada rebelião Huk nas Filipinas, a guerra civil, conhecida como La

Violência, na Colômbia e o movimento anti-colonialista Mau-Mau, contra os ingleses no Quênia, entre fins da década de quarenta e fins da década de cinquenta. Segundo Foran, a construção teórica de Walton é tributária de outras teorizações compatíveis, desde as teses sobre a revolta camponesa (Scott, Moore Jr., Wolf), a teoria do sistema-mundo (Wallerstein) e a teoria sobre o conflito político (Tilly), até as abordagens neoinstitucionalistas, ou também chamadas de *state-centered* (Evans, Rueschmayer).

Ao lidar diretamente com a sociologia do desenvolvimento, o modelo de Walton tem de vincular as crises específicas da modernização nos países periféricos com as condições da mobilização nas chamadas revoluções populares. No entanto, seria incorreto afirmar que se trata de um modelo explicativo economicista:

"Economic grievances cannot be separated from the cultural forms in which they are expressed. Economic grievances were necessary conditions, but their mobilizing potential was only realized in the sufficient condition of political organization rooted in cultural traditions" (*idem*, pp. 29-30).

Ao contrário, uma espécie de *cultural nationalism* teria sido o fator-chave nestas rebeliões de alcance nacional, num modelo que o associa também à deterioração econômica absoluta e ao "esmagamento" político de movimentos populares que já haviam obtido vitórias por vias legais.

Em relação ao tema das coalizões (vide seção 4.1), Walton incorpora a hipótese de Wolf sobre o papel revolucionário do campesinato médio, acompanhando Hobsbawm na busca de uma espécie de equivalente urbano daquele grupo social (artesãos, líderes operários, pequenos-burgueses, funcionários públicos etc.).

A análise dos casos, baseada no modelo mencionado, sugere que os fatores causais das revoltas nacionais produziram consequências diferentes em cada um deles. A rebelião não foi extensa nas Filipinas, durante o período Huk (1946-1954); na Colômbia houve uma situação revolucionária em algumas regiões, mas sem uma redundância das ações em âm-

bito nacional (1948-1953); no Quênia, a rebelião Mau-Mau obtém grande projeção e alcança resultados concretos (1952-1959), na direção da independência. Estas consequências distintas materializam-se, para Walton, em uma tipologia dos Estados após as rebeliões: neocolonial nas Filipinas, pós-colonial no Quênia, dependente e associado na Colômbia.

Mantidas constantes as variáveis causais nos três casos, as diferenças finais devem ser explicadas ou pela dinâmica das interações estratégicas entre os sujeitos relevantes em cada caso, ou por variáveis estruturais intervenientes, semelhantes às utilizadas nas teorias de terceira geração. Walton não esclarece esta questão e isto fragiliza sua tentativa de associar os fenômenos das rebeliões e das revoluções sob o rótulo comum de revoltas nacionais.

Por outro lado, mesmo os críticos de *Reluctant Rebels* a consideram uma obra de síntese teórica e uma tentativa pioneira de vincular as revoltas nacionais do Terceiro Mundo às suas condições de desenvolvimento. Walton procurou fazer isto a partir da crítica dos conceitos de subdesenvolvimento e de desenvolvimento desigual.

Para ele, estes conceitos captam as consequências negativas da expansão capitalista no Terceiro Mundo (inflação, endividamento externo, preservação do latifúndio, superexploração do trabalho, "inchamento" das cidades etc.), mas não os ganhos nacionais (crescimento do PNB, industrialização, aumento do comércio interno e externo, melhorias na renda *per capita* etc.) que aproximam as condições destes países às crises sistêmicas que geraram as revoluções clássicas nas primeiras etapas da modernidade. Walton apóia-se na noção de desenvolvimento dependente, utilizada por Cardoso e Faletto nos anos setenta, para analisar este fenômeno de dupla face.

#### 4.4.2. Foran e as Revoluções Sociais no Terceiro Mundo

A formulação de Foran (1990) considerou as revoluções sociais do Terceiro Mundo,

num sentido mais estrito, comparando os casos bem-sucedidos do Irã e da Nicarágua com a guerra civil em El Salvador. Tal como Walton, este autor considera o desenvolvimento dependente das estruturas sociais do Terceiro Mundo como um ponto de partida analítico. Nota ainda, como Dix, que a reprodução de um sistema social de crescimento limitado (em que a maioria da população é excluída dos ganhos nacionais) necessita de um Estado repressivo para manter a ordem. São estes regimes ditatoriais de base estreita os mais vulneráveis à ação revolucionária popular.

Dadas estas precondições estruturais, Foran incorpora três variáveis causais adicionais:

(a) *Emergência de "culturas políticas"*<sup>20</sup> de oposição: mudanças socioeconômicas de longo alcance são vividas por grandes parcelas da população como uma deterioração de seu cotidiano, que é desorganizado. Tais mudanças são interpretadas com base nos valores e nas orientações culturais que se encontram mais próximas e à disposição dos grupos sociais atingidos, incluindo-se aí as ideologias políticas (nacionalismo, socialismo etc.), as religiões e outras formações culturais presentes nas sociedades. Destas interpretações surgem as culturas de oposição e resistência aos grupos dominantes e seus sustentáculos externos.

(b) *Crise econômica interna*: a emergência de movimentos sociais ideologicamente coesos só adquire extensão e poder de persuasão quando a deterioração econômica atinge níveis mais graves do que o considerado "normal" no Terceiro Mundo.

(c) *Abertura mundial sistêmica*: finalmente, a diminuição dos controles externos por parte das potências centrais cria uma situação favorável à insurreição. Há alguma semelhança com aquilo que Goldfrank chamou de *permissive world context*, embora esta última imagem seja mais abrangente (vide seção 3.3).

A ocorrência simultânea destas situações tornaria provável o sucesso de um movimento revolucionário, influenciando também o *timing* da mudança social. Para Foran, os processos estruturais de desenvolvimento dos

anos sessenta e setenta no Terceiro Mundo, bem como a conjuntura internacional vigente à época da ofensiva revolucionária, explicam algumas das diferenças entre os casos do Irã e da Nicarágua, por um lado, e de El Salvador por outro.

O crescimento econômico fez com que o Xá Reza Pahlevi e também Somoza tentassem controlar as elites modernizantes de seus países, enfraquecendo-as no caso do Irã e afastando-as do poder no caso da Nicarágua. Nos dois casos várias culturas de oposição surgiram. Várias correntes islâmicas, bem como nacionalismo secular e movimentos comunistas no Irã. Na Nicarágua o movimento sandinista tornou-se uma síntese de teologia da libertação, nacionalismo revolucionário e diversas tendências marxistas. A conjuntura econômica em 1977-79 nos dois países era extremamente crítica. Por fim, a política externa de respeito aos direitos humanos do governo Carter nos EUA, e a ofensiva diplomática e de apoio logístico da URSS aos movimentos revolucionários no Terceiro Mundo, estimulavam a oposição aberta nos países com regimes ditatoriais, com os EUA abstando-se da intervenção militar para defender seus ex-aliados ameaçados por insurreições populares e/ou sem condições conjunturais de fazê-lo.

Foran destaca, ponto a ponto, o contraste com El Salvador, onde a elite dos cafeicultores era relativamente mais poderosa e o regime era uma ditadura militar não personalista (cf. com a tipologia de Mildlarsky e Roberts, vista na seção 3.3), mais estável. A cultura de oposição era menos heterogênea, com forte ênfase marxista e classista. Ou seja, o antiimperialismo da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) era potencialmente mais radical do que o dos sandinistas, embora tendesse a agregar menos consenso nacional em torno de si. A crise econômica, embora grave, podia ser considerada estável ao longo dos anos setenta e começo dos oitenta. E a conjuntura internacional, por outro lado, também era favorável ao regime ditatorial. No plano externo a FMLN enfrentou uma maciça sustentação diplomática e militar nor-

te-americana ao regime, ampliada durante a nova Guerra Fria promovida pelo governo Reagan. O resultado não foi uma revolução social bem-sucedida, e sim uma prolongada guerra civil que terminou "empatada", numa paz negociada em 1991 (Ata de New York) e 1992 (Acordo de Chapultepec).

A associação entre desenvolvimento dependente e revolução no Terceiro Mundo é um exercício teórico instigante, embora padeça da mesma dificuldade metodológica que a associação entre modernização e revolução nos casos chamados clássicos; qual seja, a de não ser uma associação direta e unívoca. Afinal, o modelo não oferece uma explicação para os casos de países do terceiro mundo com forte industrialização e que fizeram a transição para a modernidade capitalista sem revoluções, como Brasil, Coréia do Sul, África do Sul, Argentina etc. Além da especificação sobre quais seriam estas variáveis intervenientes, esta abordagem explora pouco o tema dos conflitos estratégicos entre sujeitos coletivos, tal como propuseram Tilly e Przeworski, bem como a questão dos objetivos dos revolucionários, que fica um tanto subsumida na ambígua noção de "cultura política".

De qualquer modo, a validação deste modelo dependeria, ao menos em parte, da possibilidade de contrastá-lo com outros casos históricos positivos (Cuba, Angola, Moçambique, Zimbabwe etc.) e negativos (Chile, Granada etc.), aplicando-se o método histórico-comparativo nos termos já realizados por Skocpol e Eisenstadt.

### Considerações Finais

Os autores mencionados nesta última seção são representativos das tendências con-

temporâneas da Sociologia das Revoluções nos EUA. Não creio que se possa falar em teorias de quarta geração.

Afinal, os trabalhos mais recentes se propuseram a completar, testar ou reproblematicar as teorias de terceira geração, mais do que fundamentar uma nova teoria da revolução.<sup>21</sup> Por outro lado, em sua variedade de temas e orientações teóricas, estes trabalhos consolidam dois avanços indiscutíveis para as pesquisas dos anos noventa. Os modelos e teorias da revolução incorporaram, ainda que de forma pouco sistematizada, as inter-relações entre cultura e ideologia, entre estruturas e ações coletivas, entre situação nacional e contexto internacional, entre sujeitos políticos antagônicos e aliados etc. Parece certo que o movimento teórico e empírico na sociologia acadêmica norte-americana das revoluções vai na direção de uma integração destas duas ênfases analíticas.

Além de mais dinâmicas, as teorias da revolução tendem a se tornar mais sofisticadas conceitualmente e melhor sustentadas empiricamente, através de exercícios comparativos mais amplos, visando-se obter uma explicação adequada das causas da dinâmica e das conseqüências da mudança social revolucionária no mundo moderno.

Por outro lado, consideradas isoladamente, tanto as ênfases na interação estratégica quanto as análises estruturais propostas pelos autores dos anos oitenta e noventa parecem ficar aquém dos modelos propostos por Tilly e Skocpol para explicar as revoluções modernas.

(Recebido para publicação  
em março de 1996)

### Notas

1. Ao lado do destaque dado ao papel modernizador do Estado Absolutista, a hipótese sobre as "expectativas crescentes" constitui um dos grandes legados de Tocqueville para a Sociologia das Revoluções. Ver, especialmente, Richter (1967) e Furet (1989).
2. Os ensaios mais importantes estão reunidos em Feierabend *et alii* (1972). Ver, especialmente, os artigos de Davies (1972); Feierabend e Feierabend (1972); Gurr (1972b); Eckstein (1972); Feierabend e Nesvod (1972); e, novamente, Gurr (1972a).

3. Além dos textos reunidos em Feierabend *et alii* (1972), ver Gurr (1973; 1970).
4. O modelo de Johnson, brevemente descrito nesta seção, foi retirado de *Revolution and Social System*, de 1964. Segundo Cohan (1981, pp. 105-127) e Salert (1976, pp. 50-74), na obra de 1966 este modelo foi ampliado, mas não alterado em seus fundamentos. Para uma visão mais detalhada sobre o estrutural-funcionalismo na Sociologia da Revolução, ver os capítulos destes dois autores. A versão mais complexa (1966) do modelo está reproduzida no texto.
5. Ver, sobre a evolução das relações de Tilly com a Teoria da Modernização e as variações em seus modelos explicativos da revolução, Hunt (1984), Skocpol (1985) e Tilly (1973).
6. Vou citar, também aqui, apenas alguns dos trabalhos mais importantes. Cito o trabalho de John Dunn, professor britânico como A. S. Cohan mas, na medida do possível, tentei me fixar na produção norte-americana. O caso de Hannah Arendt também é bastante específico; embora *On Revolution* seja construído através do contraste entre as revoluções americana e francesa, trata-se muito mais de um livro de Filosofia Política do que de Sociologia Histórica comparativa. Mesmo assim, resolvi mencioná-la entre os autores “pioneiros” por sua enorme e difusa influência: Polanyi (1980 [1944]); Wolf (1984 [1969]); Moore (1983 [1967]); Arendt (1990 [1963]); Bendix (1964); Eisenstadt (1966, 1979 [1978]); Dunn (1972, 1993 [1979]); e Wallerstein (1974).
7. Ver Zagoria (1976), artigo publicado em um número especial da revista *Comparative Politics* com abordagens interdisciplinares sobre o tema.
8. Ver também Russell (1974) e Skocpol (1988).
9. Cito apenas os trabalhos mais importantes; uma lista mais completa está em Foran (1993b). O livro de Eisenstadt (1978) não foi incluído apenas por coincidência temporal (o que valeria também para Tilly), mas pelo fato de sua obra sobre revolução se mover em um nível macrossociológico e histórico-comparativo mais próximo das teorias da terceira geração do que do estrutural-funcionalismo.
10. Ver Foran (1993) e Di Tella (1990). Para um comentário favorável, comparando Moore Jr. e Skocpol, ver Dunn (1985, pp. 68-86).
11. Ver referências em Dix (1983), onde o autor procura complementar a tipologia de Huntington, inserindo os casos mais recentes (até 1979) de revoluções no Terceiro Mundo.
12. Ver, por exemplo, o debate entre Sewell Jr. e Skocpol sobre o papel da ideologia na Revolução Francesa, para uma compreensão das oposições entre estrutura e sujeito, instituição e cultura, no interior da própria macrossociologia histórica (Sewell Jr., 1985; Skocpol, 1985). Ver também o recente artigo de Eisenstadt (1992), no qual o autor procura integrar a abordagem histórico-estrutural com uma visão mais ampla acerca do papel das contingências e da ação humanas. Vale conferir também, neste mesmo número da *ISSJ*, o artigo de Tilly (1992).
13. Além dos artigos de Sewell Jr. (1985) e Skocpol (1985), ver também Hunt (1984) e Sewell Jr. (1980).
14. Utilizei uma tradução espanhola de Taylor (1989).
15. Cf. Foran (1993a, p. 8), para trabalhos sobre a Nicarágua, Cuba, França, Iêmen do Sul, Irã e China.
16. A diferença entre a utilização do conceito de ideologia pela Sociologia Política e pela Sociologia do Conhecimento é a base da distinção feita por Sartori, entre as ideologias como “concepções gerais da política” e como “visões de mundo socialmente dadas”. Em

tese, tal como na prática social, os dois fenômenos interpenetram-se: “As ideologias enquanto visões de mundo, por difusas que sejam, podem naturalmente tornar-se ingredientes ou instrumentos de ideologias políticas de cunho estratégico e orientadas para a ação, assim como, simetricamente, os *issues* ou temas cognitiva e instrumentalmente articulados destas últimas podem vir substituir visões de mundo dadas no condicionamento da identidade pessoal e política” (Reis, 1988, p. 33). Ver ainda, Sartori (1970).

17. Cf. Taylor (1990, pp. 77-85). Nas seções posteriores, Taylor busca mais evidências históricas nas Rebeliões Modernas e maior consistência conceitual descartando a necessidade de se introduzirem outras motivações (altruístas, expressivas, identitárias etc.) para a explicação sobre a racionalidade da ação revolucionária dos camponeses. Cf. também sua análise sobre o “medo de rejeição social” dos membros da comunidade como uma sanção poderosa que reforça a cooperação condicional entre indivíduos (*idem*, pp. 95-6).
18. “[...] la conducta de la gente se puede explicar en gran medida en términos de dos intereses dominantes: la ganancia económica y la aceptación social” (Harsanyi *apud* Taylor, 1990, p. 74).
19. Walton não apenas argumenta que as causas das rebeliões e das “Grandes Revoluções” são similares, como relativiza a radicalidade das mudanças tipicamente associadas à idéia de uma revolução social. Ora, neste ponto Skocpol é bastante explícita, afirmando que “a transformação sociopolítica efetiva — mudança real do Estado e das estruturas de classe — faça parte do que especificamente é denominado revolução social [...]” (Skocpol, 1979, p. 17). Este é um pressuposto antagônico ao de Walton, embora mal-aplicado ao caso de Tilly, no contexto original da formulação da autora. Ver *idem*, nota 6.
20. Esta expressão de Foran retoma uma antiga noção da Ciência Política de corte funcionalista. Ao utilizá-la, ele procura captar a dupla dimensão (da cultura e da ideologia) do papel das idéias nos processos revolucionários. A ambigüidade do conceito já foi mencionada acima, no debate entre Skocpol e Sewell Jr. Ver Kennedy (1989), Hunt (1984), Sewell Jr. (1980) e nota 16.
21. A proposição de uma nova “nova sociologia das revoluções”, feita por Jeff Goodwin em recente simpósio norte-americano, foi criticada por diversos autores como James Rule, Rod Aya, Timothy Wickham-Crowley, Farideh Farhi, Tim McDaniel e Charles Tilly. Cf. artigos publicados na *Theory and Society*, vol. 23, n.º 6, dezembro de 1994, pp. 731-803.

#### Bibliografia

- Amman, P.  
1962 “Revolution: A Definition”. *Political Science Quarterly*, vol. 77.
- Arendt, H.  
1990 *Da Revolução* (2.ª ed.). São Paulo, Ática/Brasília, UnB.
- Arjomand, S. A.  
1988 *The Turban for the Crown: The Islamic Revolution in Iran*. Nova York, Oxford University Press.
- Bendix, R.  
1964 *Nation-Building and Citizenship*. Nova York, Wiley.
- Black, C. E. e Thornton, T. P.  
1968 *Estratégias de la Violencia Política*. Buenos Aires, Troquel.
- Brinton, C.  
1958 *The Anatomy of Revolution*. Nova York, Vintage Books.

- Calhoun, C. J.  
 1983 "The Radicalism of Tradition: Community Strength or Venerable Disguise and Borrowed Language?". *American Journal of Sociology*, vol. 88 n.º 5, pp. 886-914.  
 1988 "The Radicalism of Tradition and the Question of Class Struggle", in M. Taylor (ed.), *Rationality and Revolution*. Cambridge, UK, Cambridge University Press, pp. 129-75.
- Chorley, K.  
 1973 *Armies and the Art of Revolution*. Boston, Beacon Press.
- Cohan, A. S.  
 1981 *As Teorias da Revolução*. Brasília, Ed. da UnB.
- Davidheiser, E. B.  
 1992 "Strong States, Weak States: The Role of the State in Revolution". *Comparative Politics*, julho, pp. 463-75.
- Davies, J.  
 1972 "Toward a Theory of Revolution", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- De Fronzo, J.  
 1991 *Revolution and Revolutionary Movements*. Boulder, Westview Press.
- Desan, S.  
 1992 "Massas, Comunidade e Ritual na Obra de E.P. Thompson e Natalie Davis", in L. Hunt (org.), *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, pp. 63-96.
- Di Tella, T.  
 1990 "Violence and Revolution", in *Latin American Politics: A Theoretical Framework*. Texas, University of Texas Press.
- Dix, R. H.  
 1983 "The Varieties of Revolution". *Comparative Politics*, abril, pp. 281-95.  
 1984 "Why Revolutions Succeed and Fail". *Polity*, vol. 16 n.º 3, pp. 423-46.
- Dunn, J.  
 1972 *Modern Revolutions*. Cambridge, Cambridge University Press.  
 1985 "Understanding Revolutions", in *Rethinking Modern Political Theory*. Cambridge (Mass.), Cambridge University Press.  
 1993 "Revolution?", in *Western Political Theory in the Face of the Future*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 82-120.
- Eckstein, H.  
 1972 "On the Etiology of Internal Wars", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Edwards, L. P.  
 1970 *The Natural History of Revolution*. Chicago, University of Chicago Press.
- Eisenstadt, S.N.  
 1966 *Modernization: Protest and Change*. Englewood Cliffs, (NJ), Prentice Hall.  
 1978 *Revolution and the Transformation of Societies*. Nova York, Free Press.  
 1979 *Revolução e a Transformação das Sociedades*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.  
 1992 "Frameworks of Great Revolutions: Culture, Social Structure, History and Human Agency". *International Social Science Journal*, n.º 133, agosto, pp. 385-401.

- Ellwood, C. A.  
 1905 "A Psychological Theory of Revolutions". *American Journal of Sociology*, vol. XI, julho, pp. 49-59.
- Fahri, F.  
 1988 "State Disintegration and Urban-Based Revolutionary Crises: A Comparative Analysis of Iran and Nicaragua". *Comparative Political Studies*, vol. 21, n.º 2, pp. 231-56.
- Feierabend, I. K. e Feierabend, R.  
 1972 "Systematic Conditions of Political Agression: An Application of Frustration Agression Theory", in I. K. Feierabend, R. Fierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Feierabend, I. K.; Feierabend, R.; Gurr, T. (eds.).  
 1972 *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Feierabend, I. K.; Fierabend, R.; Nesvold, B.  
 1972 "Social Change and Political Violence: Cross National Patterns", in I.K. Feierabend, R. Fierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs — N.J., Prentice Hall.
- Foran, J.  
 1990 A Theory of Third World Social Revolutions: Iran, Nicaragua and El Salvador Compared. Trabalho apresentado no Encontro Anual da International Sociological Association, em Madrid.
- 1993a *Fragile Resistance: Social Transformation in Iran from 1500 to Revolution*. Boulder, Westview Press.
- 1993b "Theories of Revolution Revisited: Toward a Fourth Generation". *Sociological Theory*, vol. 11, n.º 1, pp. 1-20.
- Forment, C.  
 1990 The Formation of Political Society in Spanish America: The Mexican Case (1700-1830). Tese de Doutorado, Department of Sociology, Harvard University.
- Friedrich, C. J. (ed.)  
 1967 *Revolution*. Nova York, Atherton Press.
- Furet, F.  
 1989 *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Goldfrank, W. L.  
 1979 "Theories of Revolution and Revolution without Theory: The Case of Mexico". *Theory and Society*, vol. 7, n.º 1, pp. 135-65.
- Goldstone, J.  
 1980 "Theories of Revolution: Third Generation". *World Politics*, vol. 32, n.º 3, pp. 425-53.
- 1982 "The Comparative and Historical Study of Revolutions". *Annual Review of Sociology*, n.º 8, pp. 187-207.
- 1984 "Reinterpreting the French Revolution: A Discussion of François Furet". *Theory and Society*, vol. 13, pp. 697-713.
- 1986 "Revolutions and Superpowers", in J. R. Adelman (ed.). *Superpowers and Revolution*. Nova York, Praeger, 1986, pp. 38-48.

- 1987 "States and Revolutions: A Review". *States and Social Structures Newsletter*, n.º 5, pp. 4-8.
- 1991 *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley, University of California Press.
- Goodwin, J.
- 1987 "Revolutionary Movements". *Central America: A Comparative Analysis*. Working Paper, Harvard University, Department of Sociology, Center for Research on Politics and Social Organization.
- Goodwin, J. e Skocpol, T.
- 1989 "Explaining Revolutions in the Contemporary Third World". *Politics and Society*, vol. 17, n.º 4, pp. 489-509.
- Gould, M.
- 1987 *Revolution in the Development of Capitalism: The Coming of the English Revolution*. Berkeley, University of California Press.
- Gugler, J.
- 1988 "The Urban Character of Contemporary Revolutions", in J. Gugler (ed.). *The Urbanization of the Third World*. Oxford, Oxford University Press.
- Gurr, T.
- 1970 *Why Men Rebel*. Princeton, Princeton University Press.
- 1972a "A Causal Model of Civil Strife: A Comparative Analysis Using New Indices", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence, and Politics*. Englewood Cliffs (N.J), Prentice Hall.
- 1972b "Psychological Factors in Civil Violence", in I. K. Feierabend, R. Feierabend e T. Gurr (eds.), *Anger, Violence and Politics*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- 1973 "The Revolution-Social Change Nexus". *Comparative Politics*, vol. 5, n.º 3, abril, pp. 359-92.
- Hagopian, Mark
- 1974 *The Phenomenon of Revolution*. Nova York, Dodd, Mead.
- Harsanyi, J.
- 1969 "Rational Choice Models of Behavior versus Functionalist and Conformist Theories". *World Politics*, n.º 22, pp. 513-38.
- Hart, M.
- 1971 *The Dynamics of Revolution*. Estocolmo, Rotobekman.
- Hunt, L.
- 1984 *Politics, Culture and Class in the French Revolution*. Berkeley, University of California Press.
- 1984 "Charles Tilly's Colective Action", in T. Skocpol (org.), *Vision and Method in Historical Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Huntington, S. P.
- 1975 *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro, Forense/São Paulo, USP.
- Jessop, B.
- 1972 *Social Order, Reform and Revolution*. Nova York, MacMillan.

- Johnson, C.  
 1964 *Revolution and Social System*. Stanford, Hoover Institution Studies, n.º 3.  
 1966 *Revolutionary Change*. Boston, Little Brown.
- Hennedy, P.  
 1989 *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (2.ª ed.). Rio de Janeiro, Campus.
- Kimmel, M. S.  
 1990 *Revolution: A Social Interpretation*. Filadélfia, Temple University Press.
- Le Bon, G.  
 1913 *The Psychology of Revolution*. Nova York, Ernest Bennl.
- Lichbach, M. I.  
 1994 "What Makes Rational Peasants Revolutionary?". *World Politics*, vol. 46, n.º 3, abril, pp. 383-418.
- Midlarsky, M. e Roberts, K.  
 1985 "Class, State, and Revolution in Central America". *Journal of Conflict Resolution*, vol. 29, n.º 2, pp. 163-93.
- Migdal, J.  
 1974 *Peasants, Politics, and Revolution: Pressures Toward Political and Social Change in the Third World*. Princeton, Princeton University Press.
- Moghadam, V. M.  
 1989 "Populist Revolution and the Islamic State in Iran", in T. Boswell (ed.). *Revolution in the World System*. Greenwich, CT, Greenwood, pp. 147-163.  
 1990 Revolution En-gendered: Notes on 'The Woman Question' in Revolutions. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Internacional Sociological Association, Madrid.
- Moore Jr., B.  
 1983 *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo, Martins Fontes.
- Oberschall, A.  
 1973 *Social Conflict and Social Movements*. Englewood Cliffs (NJ), Prentice Hall.
- Olson Jr., M.  
 1971 *The Logic of Collective Action*. Nova York, Schocken Books.
- Overholt, W. H.  
 1972 "Revolution", in *The Sociology of Political Organization*. Croton-on-Hudson (NY), Hudson Institute.
- Paige, J. M.  
 1975 *Agrarian Revolution*. Nova York, Free Press.
- Petee, G. S.  
 1938 *The Process of Revolution*. Nova York, Harper and Brothers.
- Polanyi, K.  
 1980 *A Grande Transformação*. Rio de Janeiro, Campus.
- Popkin, S.  
 1979 *The Rational Peasant: The Political Economy of Rural Society in Vietnam*. Berkeley, University of California Press.

- Popkin, S.  
1988 "Political Entrepreneurs and Peasant Movements in Vietnam", in M. Taylor (ed.), *Rationality and Revolution*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Przeworski, A.  
1989 *Capitalismo e Social Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Razi, G. H.  
1987 "The Nexus of Legitimacy and Performance: The Lessons of the Iranian Revolution". *Comparative Politics*, julho, pp. 453-69.
- Reis, F. W.  
1988 "Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 3, n.º 6, fevereiro, pp. 26-38.
- Richter, M.  
1967 "Tocqueville's Contributions to the Theory of Revolution", in C. Friedrich (ed.). *Revolution*. Nova York, Atherton Press.
- Roxborough, I.  
1989a "Theories of Revolution: The Evidence from Latin America". *London School of Economics Quarterly*, vol. 3, n.º 2, pp. 99-121.  
1989b Exogenous Factors in the Genesis of Revolutions in Latin America. Trabalho apresentado no Encontro Anual da Latin America Studies Association, Miami.
- Russel, D. E. H.  
1974 *Rebellion, Revolution and Armed Force*. Nova York, Academic Press.
- Salert, B.  
1976 *Revolutions and Revolutionaries: Four Theories*. Nova York, Elsevier.
- Sartori, G.  
1970 "Typology of Party Systems: Proposals for Improvements", in S. Rokkan e E. Allardt (eds.). *Mass Politics: Studies in Political Sociology*. Nova York, Free Press.
- Schurman, F.  
1969 "On Revolutionary Conflict". *Journal of International Affairs*, vol. 23, n.º 1.
- Scott, J.  
1990 *Dominations and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*. New Haven, Yale University Press.  
1976 *The Moral Economy of the Peasant*. New Haven, Yale University Press.
- Sewell Jr., W.H.  
1980 *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*. Cambridge, Cambridge University Press.  
1985 "Ideologies and Social Revolutions: Reflections on the French Case". *Journal of Modern History*, vol. 57, n.º 1, pp. 57-85.
- Skocpol, T.  
1982 "Rentier state and Shi'a Islam in the Iranian Revolution". *Theory and Society*, vol. 11, n.º 2, pp. 265-84.  
1985a *States and Social Revolution*. Cambridge, (UK), Cambridge University Press.

- 1985 "Cultural Idioms and Political Ideologies in the Revolutionary Reconstructions of State Power: A Rejoinder to Sewell". *Journal of Modern History*, vol. 57, n.º 1, pp. 86-96.
- 1988 "Social Revolutions and Mass Military Mobilization". *World Politics*, vol. XL, n.º 2, janeiro, pp. 147-68.
- Smelser, N.  
1963 *Theory of Collective Behavior*. Nova York, Free Press.
- Sorokin, P.  
1925 *The Sociology of Revolution*. Filadélfia, Lippincott.
- Stinchcombe, A. L.  
1965 "Stratification Among Organizations and the Sociology of Revolution", in: J. G. March (org.), *Handbook of Organizations*. Chicago, Rand MacNally, pp. 169-80.
- Taylor, M.  
1988 "Rationality and Revolutionary Collective Action", in M. Taylor, (ed.). *Rationality and Revolution*. Cambridge, UK, Cambridge University Press.  
1989 "Structure, Culture and Action in the Explanation of Social Change". *Politics and Society*, vol. 17, n.º 2, pp. 115-62.  
1990 "Racionalidad y Acción Colectiva Revolucionaria". *Zona Abierta*, n.º 54-55, pp. 69-113.
- Theory and Society*  
1994 Vol. 23, n.º 6, dezembro, pp. 731-803.
- Tilly, C.  
1973 "Does Modernization Breed Revolution?". *Comparative Politics*, vol. 5, n.º 3.  
1975 "Revolutions and Collective Violence", in N. Polsby e F. I. Greenstein (orgs.), *Handbook of Political Science*. Reading (Mass.). Addison-Wesley, vol. 3 pp. 483-556.  
1978 *From Mobilization to Revolution*. Reading (Mass.). Addison-Wesley.  
1990 "Modelos y Realidades de la Acción Colectiva Popular". *Zona Abierta*, n.º 54-55, pp. 157-65.
- Trimberger, E. K.  
(s/d) *Revolutions from Above*. New Brunswick, Transaction Books.
- Wacquant, L. J. D. e Calhoun, C. J.  
1991 "Interesse, Racionalidade e Cultura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 15, fevereiro, pp. 76-100.
- Wallerstein, I.  
1974 *The Modern World-System*. Nova York, Academic Press.
- Walton, J.  
1984 *Reluctant Rebels: Comparative Studies of Revolution and Underdevelopment*. Nova York, Columbia University Press.
- Wickham-Crowley, T.  
1989 "Understanding Failed Revolution in El Salvador: A Comparative Analysis of Regime Types and Social Structures". *Politics and Society*, vol. 17, n.º 4, pp. 511-37.

- Wolf, E.  
1984 *Guerras Camponesas no Século XX*. São Paulo, Global.
- Zagoria, D. S.  
1976 "Peasants and Revolution". *Comparative Politics* (número especial), abril, pp. 321-26.
- Zagorin, P.  
1982 *Rebels and Rulers: 1500-1660*. Cambridge, Cambridge University Press (2 vols.).

### Resumo

#### *Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana*

Discute-se aqui a necessidade de um enfoque interativo entre as abordagens estruturais e intencionais na sociologia norte-americana das revoluções sociais modernas. Entre 1913 e 1994, os modelos analisados vão desde os primeiros trabalhos da chamada História Natural da Revolução e da Psicologia das Multidões, até desafios recentes tais como a Nova História Cultural, a Teoria da Escolha Racional e a Nova Sociologia do Desenvolvimento, passando pelos trabalhos "clássicos" da área, oriundos da Psicologia Social, do Funcionalismo, das Teorias do Conflito Político e da Sociologia Histórica. Sustenta, ao final, que os trabalhos de Charles Tilly e Theda Skocpol representam um esforço teórico ainda não superado de explicação do fenômeno revolucionário moderno.

### Abstract

#### *The Sociology of Modern Revolutions: A Review of the US Literature*

The article discusses the need for an interactive focus comparing the structural and intentional approaches found in US sociology on modern social revolutions. Covering the period from 1913 to 1994, analyzed models range from initial works within the so-called natural history of the revolution and crowd psychology to such recent challenges as the new cultural history, rational-choice theory, and the new sociology of development. The article encompasses as well the area's 'classic' studies deriving from social psychology, functionalism, political conflict theory, and historical sociology. It is argued that in accounting for the modern revolutionary phenomenon, Charles Tilly's and Theda Skocpol's works constitute a theoretical contribution not yet surpassed.



## De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro\*

Angela Alonso

Das teorias científicas que chegaram ao Brasil nas últimas décadas do século XIX, o positivismo é das que mais tinta mereceu dos intérpretes. No entanto, parece também que angariou muita antipatia, tendo sido, desde seu aparecimento entre nós, objeto de controvérsias.

Muitos foram os intelectuais que se converteram à doutrina de Comte; muitos também tomaram posição em face dela e de sua influência no Brasil. O que me interessa aqui é empreender um balanço das grandes linhas de interpretação de que o positivismo brasileiro foi objeto, procurando demonstrar a promiscuidade que se estabeleceu entre algumas delas e a própria história oficial do positivismo brasileiro, produzida pela Igreja Positivista. Antes disso, porém, faz-se necessário reconstruir brevemente a origem das dissidências em série que são constitutivas da trajetória do positivismo desde seu surgimento.

### O Positivismo em sua Gênese

“Considerada de início em sua acepção mais antiga e comum, a palavra positivo designa *real*, em oposição a *quimérico*. [...] Num segundo sentido, muito vizinho do precedente, embora distinto, esse termo fundamental indica o contraste entre *útil* e *ocioso*. [...] Segundo uma terceira significação usual, essa feliz expressão é frequentemente empregada para qualificar a oposição entre a *certeza* e a *indecisão*. [...] Uma quarta

acepção ordinária, muitas vezes confundida com a precedente, consiste em opor o *preciso* ao *vago*. [...] É preciso, enfim, observar especialmente uma quinta aplicação, menos usada que as outras, embora igualmente universal, quando se emprega a palavra positivo como contrária a *negativo*” (Comte, 1990, p. 62).

Assim Comte estabelecia o sentido do termo “positivo”, donde derivaria um sistema metodológico e doutrinário. O positivismo nascia definido, portanto, como uma atitude epistemológica que tinha por características a realidade — no sentido de existência objetiva dos fenômenos —, a utilidade, a certeza e a precisão do conhecimento. Além disso, o conhecimento era estabelecido como processo cumulativo que visava “não destruir, mas *organizar*”.

O conhecimento científico vinha definido por Comte como mais do que um método de explicação da realidade. A constituição da ciência seria produto do desenvolvimento da razão na história. Como, para Comte, a forma de conhecimento é sempre relativa ao grau de desenvolvimento da organização social, a preponderância da ciência só se poderia concretizar no momento em que se desse a união espontânea e necessária da razão com a realidade. Comte explica, portanto, a constituição da ciência por recurso à história do conhecimento e, em última instância, à história da humanidade. Expressão dessa correspondên-

\* Este texto constitui o segundo capítulo de minha dissertação de mestrado (Alonso, 1995a) e foi apresentado para discussão no Grupo de Trabalho Teoria Política e História das Idéias, no XIX Encontro Anual da Anpocs, a cujos membros agradeço os comentários e sugestões.

cia lógica e histórica entre o real e o racional, a ciência seria, a um só tempo, o produto final da teologia e da metafísica e a sua antítese, o resultado de um processo que necessariamente passa por uma evolução do pensamento, da revelação à demonstração, das conjecturas à observação. Por outro lado, ela é também a negação da negação, ela se opõe à metafísica, doutrina crítica destinada a destruir os dogmas teológicos, abrindo campo para a construção da ciência positiva. Tanto a teologia quanto a metafísica seriam estados provisórios do desenvolvimento humano, fadados a serem inevitavelmente substituídos pela ciência positiva.

Para Comte, os graus de desenvolvimento da natureza humana, da organização social e do conhecimento estão normalmente relacionados, de modo que uma transformação em um deles implica a modificação dos demais. Na passagem da teologia à ciência, as leis invariáveis substituem as vontades diretores, a previsão racional sucede a revelação divina, a razão predomina sobre a imaginação, a observação sobrepuja a especulação. Essa transformação assegura a predominância da ciência como porta-voz do conhecimento válido, ao mesmo tempo em que demarca o seu domínio, separando-a das formas de conhecimento que a precederam.

Como a lei dos três estados, verificada tanto empírica quanto racionalmente, é inelutável, o estado positivo haveria de efetivar-se independentemente da vontade humana. No entanto, já nos primeiros anos da década de 1850, percebendo que o conhecimento racional por si só seria insuficiente para a constituição de uma nova sociedade, Comte propõe a sua política positiva, instituindo a religião da humanidade. Tratava-se, então, de buscar a adesão emocional dos homens ao novo regime. Daí o deslocamento da ênfase do sistema da sociologia para a moral, que passa a ocupar o ápice da hierarquia das ciências. Esta mudança o leva a reformular todo o seu sistema, investindo agora em processos de socialização que têm na organização hierárquica e autocrática da sociedade a sua base. A demo-

cracia é então apresentada como uma das ilusões metafísicas condenadas ao desaparecimento; o regime político da humanidade futura deve ser uma ditadura positiva, comandada por uma "classe de sábios". O positivismo tinha deixado de ser uma filosofia social estrito senso para apresentar-se como um projeto político-científico de civilização.

Esta guinada teórica e doutrinária não será acompanhada por todos os seus discípulos. Ocorre, então, o primeiro de uma série de cismas que marcarão a trajetória do positivismo. O mais dileto discípulo de Comte, Émile Littré, descontente com o apoio de seu mentor intelectual ao 18 Brumário de Luís Bonaparte, em 1851, e com o início das formulações que desembocariam na religião da humanidade e na proposição de uma ditadura positivista, abre a primeira dissidência. Também John Stuart Mill se afasta. Littré permanecerá seguidor do *Cours de Philosophie Positive*, renegando o *Système de Politique Positive*. Fiel a Comte resta Laffitte, que, após a morte do chefe, assumirá ele próprio a "direção espiritual" do movimento.

Foi a partir daí que se tornou lugar-comum dividir os positivistas segundo graus de fidelidade à obra de Comte. Desde então, os dissidentes viraram "sofistas", na língua dos remanescentes, ou "científicos", nos seus próprios termos. Somente mais tarde, com a necessidade de distinguir os dois grupos, é que se passou a chamá-los de ortodoxos e heterodoxos, classificação que certamente pegou, mesmo não sendo a mais adequada, passando a ser utilizada até por muitos positivistas.

Esta divisão, porém, é problemática. Tanto ortodoxos quanto heterodoxos são herdeiros de Comte; o que difere é de qual parte da obra se está falando. Para o grupo littrésta, Comte teria enlouquecido ao final da vida e seus últimos trabalhos deveriam ser considerados obras de uma mente ensandecida, sem que com isso fosse necessário abdicar aos seus primeiros ensinamentos, produzidos em fase de lucidez. Já os lafitistas acusavam a traição dos desertores e se proclamavam os únicos efetivos discípulos do mestre, seus seguidores

em filosofia, em ciência, em política e, o mais importante, em moral.

O fato é que, se logo após a cisão, e no período imediatamente posterior à morte de Comte, é possível falar em apenas dois grupos, pouco depois aparecerão muitos herdeiros para um único espólio. Os discípulos ingleses também se cindiram. John Stuart Mill rompeu com Comte no mesmo momento e pelos mesmos motivos que Littré, mas os dois não se associaram para criar uma variedade própria: seguiram, cada qual, sua própria interpretação do *Cours*. Mill adequou o seu liberalismo às formulações comteanas de modo mais ou menos harmônico. Esta combinação alquímica entre positivismo e liberalismo foi ter em Spencer o caso mais bem-sucedido e também o mais exacerbado. Spencer radicaliza Comte — na medida em que adota um monismo naturalista, supressor da separação entre as ciências do homem e as da natureza que Comte mantivera — mas também o subverte a tal ponto que pode ser considerado o criador de um sistema próprio, ainda que tributário do positivismo.<sup>1</sup>

Comte teve ainda muitos seguidores independentes na Inglaterra — G.H. Lewes, H. Martineau, A. Bain, Clifford, Maudsley, Tyndall, Sully, Romanes, Huxley, para citar os mais expressivos —, que mantiveram o método positivo para o estudo da natureza e da sociedade, embora não adotassem suas formulações políticas. Não que estas não tenham repercutido; Richard Congreve fundou a Sociedade Positivista de Londres — da qual eram membros também Frederic Harrison, G. Eliot, J.C. Morison —, vinculada a Laffitte e, portanto, divulgadora da religião da humanidade (Gruber, 1893).

Fora da Inglaterra, o impacto do positivismo como sistema organizado foi relativamente pequeno na Europa. A teoria das ciências de Comte alcançou grande notoriedade e passou a influenciar intelectuais das mais variadas origens, mas seu sistema político-religioso encontrou poucos adeptos, mesmo no início. Nos Estados Unidos, na Hungria, na Itália, na Rússia e na Alemanha formaram-se

pequenos núcleos com direção independente. Estava-lhe reservado, porém, o entusiasmo da América Latina, onde vários países receberam a boa nova positivista, seduzidos, talvez, por seu universalismo, que prometia a inserção de todas as nações na grande marcha da civilização. Para países periféricos não era pouco; encontravam no positivismo uma teoria capaz de fornecer instrumentos para transformar suas histórias nacionais e vinculá-las à história universal.

Desde sua origem, portanto, o positivismo teve por característica constitutiva a cissiparidade, uma tendência cismática. É impossível compreendê-lo sem ter em mente a guerra ideológica que se trava desde seus primórdios. Os cismas se agravam à medida que sai da obra de Comte, à semelhança da de Marx, um tipo de filiação teórica mas também um “movimento positivista” que ambiciona universalizar-se e que se embrenha na política em todos os países onde chega. O movimento positivista sofre, por sua vez, uma outra diferenciação, entre o seguimento e instrumentalização da idéia positivista na política e sua sedimentação em dogma e em instituição.

No caso brasileiro, tivemos ambas as ocorrências. Houve um grande movimento positivista não institucional, ao mesmo tempo em que a solidificação da Igreja Positivista no Rio de Janeiro tentou justamente submeter os positivistas fora de sua alçada e expandir a instituição. Para tanto, a Igreja investiu contra os positivistas independentes, buscando desautorizá-los, de tal modo que criou um critério de definição do que significava ser positivista. Obviamente, esta definição é ideológica e serve como meio de controle de ingresso, como um critério de inclusão/exclusão. Isto é, a Igreja Positivista buscou ter e obteve hegemonia no campo positivista. O modo pelo qual isto se deu, assim como a resultante, evidenciam-se nas disputas que ela travou e no modo pelo qual construiu sua versão oficial das correntes positivistas brasileiras. O que, por sua vez, reverberou nas interpretações posteriores de que o positivismo foi objeto.

## Interpretações do Positivismo Brasileiro

A avaliação da influência do positivismo no Brasil divide-se em três momentos, que configuram igualmente três tipos de leitura: (a) a que ocorreu no calor da hora, quando constitui-se uma espécie de guerra ideológica em torno da construção da interpretação canônica do positivismo, movimento, portanto, de propaganda e contrapropaganda; (b) aquela que se produziu como explicação retrospectiva, ainda impactada negativamente pela influência do movimento nos primeiros anos da República; (c) as explicações mais recentes e também mais isentas, que procuram encontrar o sentido e a funcionalidade do positivismo em seu contexto. Na impossibilidade de analisar todas as tentativas de explicação do positivismo, selecionei aqui alguns intérpretes representativos de cada uma das perspectivas.

### *A Construção do Dogma (Fins do Século XIX, Início do XX)*

A primeira onda explicativa pode ser considerada uma espécie de auto-interpretação, realizada pelos próprios agentes históricos que buscavam explicar o fenômeno que vivenciavam; data, portanto, da virada do século XIX para o XX. Tratava-se de interpretações interessadas, seja dos que valorizavam a entrada do positivismo no Brasil, seja dos que a consideravam negativa para a vida nacional.

No momento mesmo de formação do positivismo brasileiro, foi um de seus adeptos, provavelmente o mais fervoroso, quem se lançou a expor a gênese do movimento no país. Miguel Lemos, então já diretor do Centro Positivista Brasileiro, apresenta o positivismo no Brasil como tendo tido duas fases. Inicialmente, teria havido uma adesão à obra matemática de Comte, principalmente na Escola Politécnica, e, mais tarde, o reconhecimento da obra completa, incluindo-se a religião (Lemos, 1882). Na verdade, esta adesão, primeiro ao litreísmo, depois ao lafitismo, é a síntese da trajetória do próprio sacerdote: Lemos con-

funde a sua biografia com a história do positivismo brasileiro a ponto de, quando rompe com Laffitte, incluir um novo estágio nesse percurso. Vejamos.

### *A História Secreta do Positivismo Brasileiro*

Data de 1837<sup>2</sup> o interesse da intelectualidade brasileira pela obra de Auguste Comte. A partir daí começam a pulular as citações, ainda que de modo não orgânico nem sistemático, do *Cours de Philosophie Positive* em teses defendidas na Escola da Marinha, nas Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro e na Escola Politécnica, que vão se alongando por toda a década de 1850.<sup>3</sup> O uso da obra de Comte nestes trabalhos, no entanto, não guarda diferenças significativas e não tem singularidade em face dos outros grandes autores do século. Comte é tomado como filósofo da história ou como matemático, sem que daí decorra nenhuma posição propriamente político-filosófica, no sentido que ganhará mais tarde. Trata-se especificamente do Comte do *Cours*, propositor de uma nova hierarquia das ciências.

O primeiro nome de peso a tomar simpatia pela obra de Comte é o reputado professor da Escola Militar Benjamin Constant Botelho de Magalhães que, em 1857, começa a estudar os escritos matemáticos de Comte, passando depois à leitura do *Cours*.

Pouco depois, em 1860, Luís Pereira Barreto, Francisco Antonio Brandão Jr. e J. A. Ribeiro de Mendonça, todos filhos de fazendeiros estudantes de Medicina em Bruxelas, são iniciados no positivismo lafitista. Ao contrário, portanto, do que ocorrera no Brasil, tiveram contato inicialmente com a religião da humanidade, para somente mais tarde conhecer os trabalhos científicos de Comte. Deste pequeno grupo, Pereira Barreto era o mais entusiasta, assumindo a liderança, estabelecendo contato direto com Laffitte e iniciando, ainda em Bruxelas, um trabalho de propaganda (Sampaio, 1899). De volta ao Brasil em meados de 1864, defendeu no ano seguinte tese de suficiência junto à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro na qual constava um

prefácio positivista estritamente religioso. É esta a primeira obra a direta e publicamente assumir o positivismo como sistema filosófico orientador (Sampaio, 1899).

O fato é que, também em 1865, Brandão Jr., ainda em Bruxelas, publica *A Escravidão no Brasil*, livro reputado o iniciador do lafitismo no Brasil, não só pelos críticos posteriores, mas inclusive pela Igreja Positivista (Lemos, 1882). A importância do livro reside menos no fato de ser ou não a primeira aplicação do lafitismo ao Brasil e mais no de ser efetivamente uma aplicação; o positivismo nunca antes comparecera para explicar uma questão especificamente brasileira. Segundo Miguel Lemos, no entanto, muito embora o livro constitua “[...] o primeiro esforço em prol da emancipação definitiva, abertamente referido a inspirações positivistas” (Lemos, 1934, p. 78), está ainda contaminado pelos “sofismas jurídicos”. Após este trabalho pioneiro, Brandão Jr. será uma personagem apagada no cenário político-intelectual. A avaliação de Lemos aqui, contudo, já denota sua intenção de desqualificar qualquer trabalho anterior ao seu como verdadeiramente positivista.

O positivismo ocupa, portanto, um espaço mirrado na vida intelectual brasileira até a década de 70, quando se torna coqueluche nacional. Somente em 1874 ganha notoriedade, quando Pereira Barreto publica *As Três Filosofias: Filosofia Teológica* e tem início sua atividade na imprensa, através da qual procura construir uma explicação positivista dos grandes problemas nacionais. A partir de então passa a escrever sobre economia, política, cultura, enfim, sobre todos os assuntos do dia, tendo por ênfase a crítica às instituições monárquicas e à própria forma de governo. Portanto, é evidentemente uma falta histórica situar o início da atividade positivista militante na Corte, como quer Lemos; é em São Paulo que o movimento, a princípio, tem mais força.<sup>4</sup>

Enquanto isto, não se registra na Corte nenhuma manifestação pública relevante. É certo que, em 1868, Benjamin Constant de fato criara um grupo de estudos do positivismo, o qual, porém, restringiu-se à obra cien-

tífica de Comte, sem visar sua aplicação aos problemas brasileiros, e, mesmo assim, teve funcionamento irregular. Somente em 1876 é que se funda uma sociedade para o estudo da obra matemática de Comte e a formação da biblioteca positivista recomendada no *Catéchisme*.<sup>5</sup> O grupo, dirigido por Oliveira Guimarães, não atinge plenamente seus intuítos e sofre duas baixas ainda no mesmo ano: Lemos e Teixeira Mendes — que tomaram contato com a obra matemática de Comte por influência de seu professor Benjamin Constant — são suspensos da Escola Politécnica, em consequência de um panfleto positivista, e viajam a Paris. Provavelmente por influência de Ribeiro de Mendonça, que desde os tempos da Bélgica mantinha contato regular com Laffitte, Oliveira Guimarães escreve ao chefe da Igreja Ocidental pedindo seu consentimento para filiar a sociedade brasileira à sua direção.<sup>6</sup>

É apenas no final de 1878, com a morte de Oliveira Guimarães, que o grupo, ficando acéfalo e reduzido a apenas quatro membros, se reestrutura com novo nome — Sociedade Positivista do Rio de Janeiro —, implementando de fato a nova orientação. Além dos remanescentes, ingressam oficialmente Pereira Barreto e França Leite que, radicados em São Paulo, se fazem representar na cerimônia de institucionalização do grupo por Ribeiro de Mendonça, novo líder do agrupamento. Lemos irá aderir no ano seguinte.

Segundo Lemos, somente neste momento o lafitismo aparece no cenário brasileiro como movimento organizado. A formação da primeira sociedade, em 1876, teria cristalizado uma divisão no positivismo brasileiro, com a formação de dois grupos: um “litreísta”, representado pela associação e que teria uma participação ativa, e outro composto por simpatizantes isolados do positivismo, sem preocupação política ou social: “[...] era o grupo dos que aceitavam ou diziam aceitar, sem discrepância essencial, a totalidade da obra do Mestre” (Lemos, 1881, p. 7). Esta desconfiança de Lemos quanto aos que “diziam aceitar” a versão lafitista do positivismo está evidentemente endereçada a Pereira Barreto e seu

grupo, com quem Lemos rompe em 1881. A informação de Lemos não é, pois, confiável. Não somente o grupo paulista já era lafitista, mas também, como a correspondência de Oliveira Guimarães expressa de modo irrefutável, o grupo da Corte se tornara lafitista já em 1876 (e não litreísta, como afirma). A interpretação de Lemos é visivelmente facciosa: através dela ele tenciona autoproclamar-se o introdutor da autêntica religião da humanidade no Brasil. Esta versão foi divulgada a partir de 1881 não somente pela Sociedade Positivista; foi também incorporada por grande parte dos intérpretes posteriores do positivismo brasileiro, cuja tônica recorrente é a de que o positivismo teria se iniciado litreísta para, somente com o advento da Igreja, sob a direção de Lemos, desdobrar-se em duas correntes, uma científica e outra religiosa.

Como tenho procurado demonstrar, a corrente religiosa teve precedência como movimento organizado e foi a primeira a aparecer e intervir no debate nacional, representada pelo grupo paulista, liderado por Pereira Barreto<sup>7</sup> — do qual faziam parte, entre outros, Mendonça Furtado, França Leite e Ribeiro de Mendonça —, que só aderiu ao grupo da Corte no momento da filiação ao lafitismo.

Apenas neste momento a Sociedade Positivista decide fazer propaganda nos jornais. O ímpeto de divulgação, porém, será restrito a São Paulo, já que no Rio de Janeiro o grupo permanece pouco coeso e carente de expressividade ou iniciativa. É somente na virada da década que a situação começará a mudar. Miguel Lemos chegara a Paris litreísta; lá, porém, entrou em contato com Laffitte, a quem adere, tornando-se imediatamente um discípulo dedicado. Era 1879, ano em que é fundado o Clube Acadêmico Positivista na Escola Militar. Lemos escreve a Ribeiro de Mendonça requerendo sua filiação à Sociedade. O grupo, que se reunira apenas duas vezes até 1881, sofre profunda transformação com o retorno de Lemos, sagrado por Laffitte “aspirante ao sacerdócio”. O entusiasmo do recém-converso o conduz à direção da Sociedade, que passa a ter sessões semanais, para as

quais a oratória de seu inseparável amigo Teixeira Mendes começa a atrair um público crescente. Ainda neste ano o processo sofrerá uma radicalização: Lemos centraliza em si a gerência da Sociedade Positivista, inclusive a aceitação ou não de novos membros. A mudança estende-se à nomenclatura:

“O grupo fluminense não continha, porém, todos os positivistas brasileiros. Tínhamos confrades espalhados por várias províncias do Brasil e cumpria abarcá-los na nova organização. Criei então a denominação Centro Positivista Brasileiro ou Igreja Positivista Brasileira, para designar a totalidade dos crentes nesta parte da América, reunidos sob a minha direção” (Lemos, 1882, p. 21).

Esta declaração explicita os interesses doutrinários da Igreja. Lemos visava expandir o positivismo para além da Corte e congregar todos os que fossem simpáticos ao movimento à sua direção. É com esse intuito que viaja a São Paulo em fins de 1881, onde pronuncia conferências e consegue criar um “novo núcleo”, a Sociedade Positivista de São Paulo.<sup>8</sup> Ficava excluído o grupo paulista preexistente. É que Lemos visava homogeneizar o movimento, o que significava abafar as lideranças da geração anterior à sua, neutralizando principalmente Benjamin Constant e Pereira Barreto, para tornar-se o porta-voz e o líder incontestado do positivismo brasileiro. Sua viagem, portanto, não era inocente. Desde que assumiu a direção espiritual do positivismo brasileiro, Miguel Lemos cuidava de não permitir que seus comandados fossem muito opinativos, nem que se manifestassem na imprensa. Cabia a Teixeira Mendes e a ele mesmo apresentar as posições positivistas a respeito dos temas nacionais. Pereira Barreto nunca acatara esta norma. A discórdia, porém, apenas se efetiva com o envio à direção da Igreja de seus artigos coligidos em dois livros, *Positivismo e Teologia* e *Soluções Positivas da Política Brasileira*, ambos lançados em 1880, onde aplicava as teorias de Comte ao caso brasileiro. Lemos percebeu aí uma divergência perigosa na interpretação do positivismo e, entendendo que Pereira Barreto escapava à sua direção, reagiu indignado com a “heresia”, declarando sua

discordância com a interpretação de Comte que Pereira Barreto vinha difundindo, chegando mesmo a não mais considerá-lo positivista:

"[...] o Sr. Barreto, depois de ter aceitado, numa certa época, a obra inteira de Augusto Comte, afastou-se cada vez mais do ponto de vista religioso para cair no vago *cientismo* de nossos tempos. Provém isto, creio, da desastrosa influência que exerce sobre os melhores espíritos a preocupação exclusiva da política do dia-a-dia e uma colaboração demasiado assídua no jornalismo militante" (Lemos, 1881, p. 149).<sup>9</sup>

Incomodou a Lemos o posicionamento, por ele não consentido, de Pereira Barreto em relação a questões políticas e sociais, não apenas porque isso lhe diminuía a autoridade, mas principalmente porque havia discordância efetiva sobre como deveria ser o estado positivo no Brasil e como alcançá-lo.

O pomo da discórdia é, porém, a participação de Pereira Barreto em *A Província*, jornal republicano, onde se vinha tornando, segundo Lemos, um polemista mais preocupado com as questões nacionais do que com a fidelidade à letra de Comte. Lemos (1881, p. 150) conclui que "[...] as opiniões sustentadas pelo Sr. Barreto não são de modo algum positivistas". O final do artigo é a excomunhão branca de Pereira Barreto:

"Sinceramente deploramos esta perda, e não é sem um profundo sentimento de tristeza que sou obrigado a constatar hoje o deplorável desvio de um homem, cujo primeiro esforço para fazer conhecer entre nós a doutrina regeneradora fui eu o primeiro a saudar" (Lemos, 1881, p. 154).

Pioneiro e traidor, Pereira Barreto será sumariamente afastado da Igreja, constituindo o primeiro caso de expulsão e marcando o início da radicalização que Lemos imprimiu ao movimento; esta é também a origem da pecha de "litreísta" que recaiu, daí em diante, sobre Pereira Barreto.

Somente anos mais tarde Pereira Barreto esclareceria os acontecimentos, afirmando que Lemos tentara incompatibilizá-lo com Laffitte para tornar-se o único positivista digno de chefiar o movimento brasileiro. "O Sr.

Lemos [...] aproveitou a ocasião para honestamente intrigar-me com o Sr. Pierre Laffitte, e preparar seguramente a sua candidatura ao pontificado positivista brasileiro" (Pereira Barreto, 1901 *apud* Barros, 1967, p. 233). Esta fala de Pereira Barreto demonstra o quanto era facciosa a história do positivismo brasileiro que Lemos escrevera em 1881.

"De fato, pouco depois, o Sr. Lemos rompia a revolta, declarando P. Laffitte incompetente e incapaz, e inaugurando a sua igreja, da qual se tornou papa e papão. Não fui dobrar os joelhos perante a sua púrpura pontifícia; fui distinguido com a sua excomunhão [...]" (Pereira Barreto, 1901 *apud* Barros, 1967, p. 234).

Foi certamente a sua recusa em aceitar a liderança de Lemos que levou à formação da sucursal paulista do Apostolado, visando arrancar da sombra de Pereira Barreto os vários positivistas dispersos que agregava. A história mostrará o pouco ou nenhum sucesso da empreitada. Não só Pereira Barreto permaneceria liderando o positivismo em São Paulo, como também a Igreja paulista seria acometida por uma série de rixas internas que provocariam a sua quase completa paralisia.

Ainda no mesmo ano, Lemos indisputou-se com Álvaro de Oliveira e Benjamin Constant, que acabam por desligar-se da agremiação, por não concordarem com o subsídio instituído por Lemos para sua manutenção e, principalmente, com o modo pelo qual a propaganda positivista se estabelecia. A radicalização de Lemos só se faz acentuar com o passar do tempo.

Em 1883, um episódio, em princípio miúdo, levará a uma guinada nos rumos da Igreja. Lemos, se não proibia, ao menos aconselhava a seus subordinados que se abstivessem da política partidária e do jornalismo, abdicassem de possuir escravos e mantivessem vida privada inatacável. De fato, somente ele próprio e Teixeira Mendes, seu fiel escudeiro, levavam à risca estas normas. É esta a razão da briga com Ribeiro de Mendonça, que se candidata a deputado provincial à revelia da Igreja e, mais que isso, faz publicar no *Jornal do Comércio* um anúncio à cata de um

escravo fugido. Estes atos de desobediência desabrida impelem Lemos a advertir o “confrade”:<sup>10</sup> apenas um erro de interpretação da obra de Comte poderia levar a tal comportamento. Para o sacerdote, a escravidão moderna, ao contrário da antiga, não correspondia ao estágio atual da civilização; era, por conseguinte, uma “anomalia monstruosa” e indefensável. Toda a sua argumentação é no sentido de reiterar a diferença entre oportunidade e ação política, de um lado, e os princípios do positivismo “ortodoxo” de outro. Lemos privilegia o segundo; Ribeiro de Mendonça, Benjamin Constant e Pereira Barreto estarão mais preocupados com a conjuntura.

Certo de que encontraria em Laffitte um reforço de suas posições, Lemos escreve-lhe expondo o problema. Ao contrário de suas expectativas, seu mestre aconselha a tolerância em lugar da radicalização. Esta discordância custará a Laffitte a pecha de sofista; Lemos recusa sua direção e declara independente a sucursal brasileira, passando a congregar-se com o “movimento ocidental” independente, o qual já se compunha das dissidências de Audiffrent e Congrève desde 1878. Este rompimento intempestivo causa prejuízos à Igreja, que perde muitos adeptos, e conduz a uma nova radicalização. A partir deste momento os dois líderes, Lemos e Teixeira Mendes, adotam uma política de pureza doutrinária: apenas aqueles que se submetessem ao seu comando seriam considerados “positivistas completos”. Com isso, o movimento paulista que estava sob a órbita de Pereira Barreto, assim como os oficiais da Escola Militar, seguidores de Benjamin Constant, tornam-se “sofistas” na linguagem de Lemos. Isto é, todas as correntes desviantes da Igreja deixam de ser consideradas positivistas.

O propósito de Lemos parece ter sido bem-sucedido em ao menos um aspecto: o de transformar a sua versão do positivismo, baseada na fidelidade à letra de Comte, na história oficial do movimento no Brasil. Os muitos intérpretes posteriores do positivismo tomaram a versão por fato, erigindo a Igreja Positivista em representante paradigmática do

positivismo brasileiro e aplicando aqui a divisão entre a ortodoxia — os “autênticos” positivistas — e os demais — alcunhados de litreístas, sofistas, positivistas incompletos, heterodoxos etc. Sua classificação veio a tornar-se canônica e foi a ela que, durante largo período, todos os que buscaram explicar o positivismo se voltaram.

Os primeiros foram os membros da Escola de Recife: Clóvis Beviláqua em 1883 e Sílvio Romero em 1894. Beviláqua analisa o “cisma” positivista colocando-se ao lado de Littré e, como Romero fará pouco mais tarde, percebe no spencerianismo um novo movimento emergente capaz de substituir o positivismo sem, no entanto, negar-lhe o mérito. Beviláqua estabelece uma das primeiras classificações do positivismo brasileiro, combinando aspectos doutrinários e geográficos. Haveria, então, no Recife, um “positivismo dissidente”, e no Sul, um “positivismo ortodoxo”. O litreísmo “ficou sem representantes” (Beviláqua, 1975a, p. 39). Longe de negar a influência do positivismo no Brasil, Beviláqua chega mesmo a atribuir-lhe o surgimento de uma “ciência brasileira”, enfatizando a atuação de Pereira Barreto. Porém, ressalva: “Uma certa propensão para o misticismo e um certo sainete ésootérico foram sempre as notas antipáticas do positivismo” (Beviláqua, 1975a, p. 49).

Estas “notas antipáticas” serão amplificadas em 1892, quando Sílvio Romero resolve acertar contas com seus antigos companheiros de causa. Mesmo nunca tendo pertencido oficialmente à Sociedade Positivista, Romero foi dos primeiros entusiastas do sistema de Comte. Sua descoberta do spencerianismo, a exemplo de Beviláqua, levou-o ao campo adversário. No seu conhecido tom polêmico, Romero critica os positivistas brasileiros, principalmente a ação da Igreja, pela influência “funesta” sobre os primeiros governos da República. Assim como a infiltração do positivismo no Exército, que teria sido comandada por Benjamin Constant (Romero, 1969b, p. 300). A eficácia política da propaganda positivista dever-se-ia, de acordo com Romero, ao

modo pelo qual conseguiu converter uma filosofia em prática social, em um dogma monolítico e inflexível que não encontrou uma força contrastante à sua altura. Temeroso do caráter ditatorial, antiliberal, das propostas positivistas, ele as ataca e as opõe ao seu spencerianismo. *Doutrina contra Doutrina* é um libelo, um livro de contrapropaganda, que visa substituir a influência do positivismo pela do spencerianismo. Este seu caráter não escapou a José Veríssimo que, comentando a obra de Romero, percebe o equívoco da proposta. Para Veríssimo (1901), o positivismo seria uma “doutrina completa”, englobando uma filosofia, um dogma, uma política e, mais importante, uma religião; daí derivaria, “senão sua originalidade, a sua distinção e a sua força”. O evolucionismo de Spencer, não tendo esta amplitude, não poderia antepor-se a ele.

Segundo Veríssimo, o positivismo teria no Brasil uma “influência mais larga que profunda”, por duas razões: uma geral, o declínio do teologismo e da metafísica no mundo moderno, dando lugar às ciências, e, no caso brasileiro, a inépcia dos aderentes do evolucionismo e do monismo em consolidarem seus sistemas no país, já que seriam juristas pouco afeitos à aridez científica. O positivismo, ao contrário, fascinou, pela sua base matemática, os “cientistas” e pôde encontrar, assim, guarida nas escolas militares, o único lugar onde havia “algum espírito de classe”. Deste modo, num meio onde não grassava nenhum pensamento ou ação organizados, o positivismo pôde vingar. Os positivistas eram “[...] uma minoria, mas forte, unida, disciplinada, hierarquizada, sabendo o que quer e sabendo querer” (Veríssimo, 1901, p. 63). Foi deste modo que influíram na formação da República, sendo em seus primeiros anos uma verdadeira “religião de estado”. Veríssimo concorda com Romero no ataque à doutrina, identificando no Apostolado uma postura ditatorial, um “elemento perturbador” da democracia que seria preciso combater.

O que temos nesta primeira fase é, de modo geral, uma espécie de guerra doutrinária.

Os adeptos do positivismo brigam entre si e com as correntes adversárias<sup>11</sup> — como o spencerianismo e o darwinismo social — na tentativa de se estabelecerem como discurso hegemônico no período. É um momento no qual aparecem mais posições políticas acerca do positivismo, assim como tentativas de firmar sua história, do que análises frias do fenômeno. O resultado é a vitória de Lemos. Sua idéia da existência de um “verdadeiro positivismo” identificado com a Igreja invadiu a bibliografia posterior de tal modo que, no período subsequente, toda vez que se fala de positivismo brasileiro, tem-se a Igreja por referência.

#### *Reação e Crítica (Décadas de 30, 40 e 50)*

Passada a efervescência do fenômeno, forma-se uma segunda onda interpretativa. Isto é, no momento em que o positivismo declina em influência, produz-se um balanço de sua atuação que é marcado, principalmente, por um movimento de rechaço mais do que de análise. As interpretações construídas neste período enfatizam o deslocamento ou o caráter deletério do positivismo. Afirmam que sua influência foi ou restrita ou negativa. O que ocorre aqui é a extrapolação de um juízo acerca da atuação da Igreja para todas as correntes positivistas brasileiras.

Sérgio Buarque de Holanda foi provavelmente o primeiro a oferecer uma explicação, ainda que rápida, da influência do positivismo no Brasil. Ficou cristalizada sua caracterização dos positivistas como portadores de um “secreto horror à nossa realidade” (Holanda, 1990, p. 118). O autor enquadra o positivismo entre os movimentos intelectuais estrangeiros que foram importados sem a consideração suficiente de sua adequação. O personalismo brasileiro, tão bem expresso no bacharelismo, teria facultado também a entrada do positivismo. O sistema de Auguste Comte seria ladeado pelo liberalismo e pelo romantismo, todos eles “formas de evasão da realidade”, destinados mais ao ornato discursivo do que à prática política. O positivismo é aqui explicitamente

restrito à Corte. Para falar do movimento, o autor se utiliza apenas dos textos de Teixeira Mendes, Lemos e Benjamin Constant, sem levar em conta os positivistas independentes, o que evidentemente imprime um caráter parcial ao seu juízo.

Anunciava-se, aqui, uma via interpretativa que frisava a influência negativa ou pouco significativa do positivismo no Brasil, que teria mantido uma relação de distanciamento com a realidade nacional, tendo graus de aproximação, mas não aderência perfeita ao contexto.

Nesta linha, foi Oliveira Torres (1943) quem escreveu a primeira análise mais detida, e também uma das mais parciais, do positivismo brasileiro. O autor ensaia uma classificação, dividindo os positivistas brasileiros em críticos, aqueles que aderiram apenas à filosofia positiva como orientação intelectual; orgânicos, os que visaram uma aplicação do sistema de Comte; e religiosos, os que aceitavam integralmente a obra de Comte, representados pelo Apostolado, oficiais do Exército e da Marinha, professores do Colégio Pedro II e das escolas cariocas de matemática. Aos críticos pertenceriam Pereira Barreto, Tobias Barreto e Sílvio Romero, os quais teriam ido “cair no evolucionismo”. Os orgânicos seriam basicamente políticos que buscaram no positivismo sua crítica à Monarquia — Benjamin Constant, Júlio de Castilhos e Silva Jardim. Muito embora Oliveira Torres inclua em sua análise outros positivistas que não os representantes da Igreja, ao final de seu trabalho, retoma a divisão divulgada por Lemos entre as escolas de Littré e Laffitte (Oliveira Torres, 1943, pp. 326 e 328) para, por fim, concluir que o positivismo no Brasil foi um fenômeno basicamente religioso e que teve por causa principal as deficiências de formação de nossa elite, notadamente em matemática, que não teria condições intelectuais para discutir os pressupostos do sistema de Comte, aderindo cegamente a ele. “O positivismo surgiu no Brasil para preencher uma lacuna, a que fora aberta em nossa cultura pela ausência de uma filosofia elaborada racionalmente e segundo

critérios seguros.” Mas, contrariando Holanda, conclui: “Possuindo, além disso, o positivismo um grande e acentuado poder construtivo, falava muito de perto a tendências profundas da alma brasileira [...]” (Oliveira Torres, 1943, pp. 46-47). O livro de Oliveira Torres, além de ser prisioneiro da história forjada por Lemos, é, fundamentalmente, uma tentativa de desqualificar o positivismo, o qual toma como inimigo perigoso a ser destruído, sem, no entanto, conseguir furtar-se do vocabulário peculiar ao adversário. Verborrágico e impreciso, o autor condena mais que analisa.

Ainda em 1943, Carpeaux comenta *O Positivismo no Brasil*. Sem discordar inteiramente de Oliveira Torres e elogiando seu levantamento de fontes, apresenta uma coleção de senões ao livro, a começar pela classificação dos positivismos: “[...] existem talvez mais de 42 espécies, inclusive a variedade brasileira, ou antes as variedades brasileiras” (Carpeaux, 1943, p. 11). Além disso, repreende o autor por ter confundido comitismo e positivismo, usados indistintamente: “[...] essa atitude é perfeitamente positivista; revela como o estudioso do positivismo no Brasil se emburrou nas redes do seu próprio assunto” (idem, p. 14). Em alternativa à classificação de Oliveira Torres, Carpeaux propõe outra:

“[...] podemos classificar os positivismos novamente em duas espécies: o positivismo puramente físico, que renuncia definitivamente à dominação da realidade, limitando-se ao estudo de relações [...]; e, doutro lado, todos os outros positivismos, que pretendem dominar cientificamente a realidade, o que leva, na teoria, ao dogmatismo, e na prática, à ditadura” (Carpeaux, 1943, p. 13).

Ao alertar para a existência de vários positivismos, o autor escapa da divisão empreendida por Lemos e propõe um outro critério de avaliação da influência do positivismo.

Carpeaux lembra a importância de pensar o tema de variadas perspectivas. Segundo ele, é possível perceber o positivismo não apenas como “ideologia burguesa”, mas também como gêmeo de um seu aparente adver-

sário, o espiritualismo — “um positivismo às avessas”. Por outro lado, seria preciso levar em conta a ressonância dos contextos. Se na Europa o positivismo não foi mais que sectarismo, na América Latina “os comtistas dirigiram repúblicas”. Essa aderência distinta poderia ser explicada pelo caráter (no sentido psicológico) das elites latino-americanas, que persistem aristocráticas e têm por tarefa básica perpetuar-se no poder. A explicação de Carpeaux difere daquela apresentada por Oliveira Torres em pelo menos dois aspectos: a consideração de que o positivismo é um movimento que apresenta diversos matizes e que, no caso brasileiro, tem funcionalidade, fruto mais de interesses que de ignorância. Isto é, Carpeaux escapa ao embate ideológico com o positivismo para analisar sua adequação ao Brasil, o que é uma novidade. Inaugura também a tentativa de identificar a extração social dos positivistas, o que será uma obsessão da bibliografia daqui em diante.

Das classificações posteriores com respeito às correntes positivistas brasileiras, a mais difundida é certamente a de Cruz Costa. Na sua *Contribuição à História das Idéias no Brasil* (1956c), o autor estabelece a década de 1870 como momento de emergência de uma “polifonia das novas correntes européias” no Brasil. O positivismo teria emigrado em companhia do darwinismo, do spencerianismo e do intelectualismo de Taine e Renan, para ressaltar apenas os mais famosos. Para terras brasileiras teria sido transplantada a divisão entre as duas orientações francesas, a de Littré e a de Laffitte. Teríamos aqui, então, uma orientação ortodoxa, religiosa, e uma outra “científica”. O autor retoma, portanto, a classificação de Miguel Lemos e, a exemplo de Oliveira Torres e do próprio Lemos, enfatiza a importância da Igreja em detrimento das outras tendências.

“O positivismo brasileiro, que foi principalmente religioso — e que talvez, por isso mesmo, não encontrou maior ressonância entre nós —, tem sido uma espécie de grande mito [...] Doutrina que não exerceu influência senão no limitado grupo dos aderentes do *Apostolado* [...]” (Cruz Costa, 1956c, pp. 295-296).

Tendo se detido basicamente no positivismo fluminense e, mais especificamente, no Apostolado, Cruz Costa deriva, portanto, uma generalização temerária.

Por outro lado, Cruz Costa admite que houve um sentido na adesão brasileira ao positivismo: “Se o positivismo é ainda, como as outras doutrinas, produto de importação, nele há, no entanto, traços que revelam a sua mais perfeita adequação às condições da nossa formação, às realidades profundas do nosso espírito” (Cruz Costa, 1956c, p. 296). E aprofunda o interesse de Carpeaux pela origem social dos positivistas. O positivismo teria encontrado terreno fértil em uma “nova burguesia” em emergência, da qual teria sido a base ideológica. No entanto, a chegada do spencerianismo teria esmaecido a influência de Comte, vindo a desempenhar melhor, por adequar-se ao liberalismo, seu papel ideológico. Melhor documentado e mais erudito que Oliveira Torres, Cruz Costa apresenta um panorama mais convincente do que teria sido o positivismo brasileiro. Porém, é econômico em conclusões e não avança substantivamente se tomado em relação ao artigo de Carpeaux. Seu mérito está em ter estabelecido uma análise ampla e menos valorativa.

O que se percebe cotejando estas interpretações é que são todas tributárias da história do positivismo brasileiro construída por Lemos em 1882, que enfatizou a vertente religiosa em detrimento das demais. A avaliação do positivismo no Brasil tendo o caso da França por parâmetro e a afirmação da pureza doutrinária como critério são também um legado de Lemos, o que levou a que a infidelidade à letra de Comte, a recusa do sectarismo, fosse também considerada uma renúncia da doutrina positivista. Considerando bizarro o dogmatismo de Lemos e Teixeira Mendes, muitos depreenderam que todo o movimento positivista fosse igualmente esotérico e dogmático e, por conseqüência, um desvario que nenhuma relação teria com a realidade do país. Isto é, utilizaram as categorias construídas pela Igreja para avaliar seus adversários e com isso consideraram todos os que não se

submeteram a Lemos ou como não positivistas ou como portadores do mesmo "horror" à realidade nacional.

Que esta classificação em ortodoxos/heterodoxos ou lafitistas/litreístas, além de faciosa, não dá conta das variedades brasileiras foi o que perceberam os próximos intérpretes.

#### *Explicações Funcionais (1959 em Diante)*

Em 1959 inicia-se uma nova guinada interpretativa. O trabalho de Roque Spencer Barros sobre o que ele cunhou ser a "ilustração brasileira" visava reconstituir a importância histórica do positivismo, procurando compreendê-lo em seu contexto. Sua obra consolidada a tese de que o positivismo foi influente no seu tempo e que teve importância e repercussão maior que aquelas que até então lhe tinham sido atribuídas. O êxito inicial do positivismo seria devido à clareza e facilidade com que "[...] atendia exatamente a homens voltados para problemas *reais e tangíveis*" (Barros, 1986, p. 114). Além da consideração das numerosas vertentes teóricas, atentava para a existência de variedades positivistas regionais, distintas entre si, mas comungando todas de um instinto transformador: "[...] insistimos nesse caráter prospectivo: a sua interpretação histórica não termina em uma *explicação*, mas em um *programa* a ser realizado." (Barros, 1986, p.169). Nesse sentido, discordava do "segredo horror à nossa realidade"; os positivistas teriam um pendão específico para a prática política e sua doutrina estava a serviço desta possibilidade de intervenção.

Ivan Lins, um positivista confesso, buscará seguir por esta trilha, apresentando uma verdadeira avalanche de documentos, muitos dos quais inéditos ou desconhecidos até o aparecimento de seu trabalho. Seu livro tem por intuito suprir uma lacuna da historiografia: depois de estabelecidas as análises de Cruz Costa sobre o Apostolado e de Roque Spencer Barros sobre Pereira Barreto, ficava faltando uma pesquisa de mesmo rigor a respeito dos "positivistas independentes", das tais vertentes regionais e heterodoxas às quais Barros se referira. Este é o objetivo de Lins:

"fazer o levantamento, até aqui em grande parte ignorado, do que haja sido, entre nós, a penetração do Positivismo, antecedente ou paralela à ação do Apostolado [...]" (Lins, 1964, p. 6). Em obra de cunho mais descritivo que sociológico, Lins raramente arrisca uma análise, e quando o faz é sempre pautando-se em Cruz Costa ou Barros. Além de rastrear a influência de Comte entre intelectuais e políticos brasileiros, procura mostrar, ainda que timidamente, a aderência e eficácia do positivismo na explicação da realidade nacional, terminando por constatar a existência de

"[...] uma atmosfera de Positivismo, difuso que impregna toda a nossa mentalidade. Tudo indica que a evolução nacional se processa cada vez mais no sentido de integrar o Brasil no quadro sociológico traçado por Augusto Comte [...]" (Lins, 1964, p. 569).

O tom apologético impede o autor de constituir uma interpretação isenta do fenômeno. Seu mérito principal foi, no entanto, implodir as explicações sobre o positivismo brasileiro. A partir de seu levantamento ficou patente que, longe de restringir-se à ação da Igreja Positivista, a influência de Comte tinha atingido um largo espectro tanto ideológico quanto territorial, não podendo ser compreendida dentro do registro estreito das duas grandes vertentes — lafitismo e litreísmo. Lins apontou para as especificidades que regeram a adoção do positivismo pela intelectualidade nacional, demonstrando que sua apropriação foi ora intelectual, ora política, ora religiosa. Ainda que não conclua nesta perspectiva, seu trabalho permite pensar o positivismo brasileiro no plural.

Até aqui prevaleceram o dogma e a filiação doutrinária como critérios de avaliação do positivismo brasileiro. A partir deste momento acentua-se a tendência já emergente em Carpeaux e Cruz Costa de avaliar o positivismo como ideologia de um certo grupo social; isto é, o destino da doutrina positivista passa a ser avaliado a partir da trajetória do grupo social que aderiu a ela.

O ensaio de Tocary Bastos vai nesta direção: procura demonstrar a efetividade e a

permanência do positivismo no Brasil e a expansão de seu campo de influência. O autor estabelece várias divisões para o positivismo<sup>12</sup> e aponta, ainda que de modo pouco sistemático, a variedade de positivismos e a existência de vários critérios para avaliá-lo, não exclusivamente o doutrinário. Para tratar especificamente do positivismo brasileiro, empreende uma cronologia própria da obra de Comte. Assim, haveria uma “fase saint-simoniana”, caracterizada pela cientificização da política, o que no Brasil teria levado à tentativa de Benjamin Constant de criar uma elite dirigente positivista, e que teria inspirado Borges de Medeiros a proceder a “despolitização do poder legislativo e sua transformação em órgão técnico de elaboração orçamentária”. A segunda fase seria o “positivismo revolucionário”, quando Comte volta sua obra para a mulher e a classe operária; no Brasil teria sido adotada por Lemos, Teixeira Mendes, Castilhos, Demétrio e Vargas. A terceira fase seria a do “positivismo conservador”, período no qual Comte escreveu o *Apelo aos Conservadores* e o volume 4 da *Politique*, para a qual não haveria seguidores brasileiros (Bastos, 1965, pp. 107, 109, 114 e 120).

Segundo Bastos, de modo geral, o positivismo teria emergido no Brasil no momento em que aparecem “áreas de competição” no sistema imperial, tendo servido como ideologia para militares e a pequena burguesia urbana de formação educacional técnico-científica. A Igreja teria tido influência nos primeiros anos da República, mas “a mensagem comtista, antiliberal, socialista e ditatorial” teria se cristalizado apenas no Rio Grande do Sul, onde orientou um “pensamento político original”, com economia intervencionista, filosofia religiosa e política antiliberal, que chega até Vargas.

“Em conclusão, o positivismo brasileiro tomado como um todo forneceu os elementos teóricos para a ação revolucionária da pequena burguesia socializante e nacionalista e, ainda que de maneira inadequada, procurou formular uma doutrina para a ação do proletariado brasileiro [...]” (Bastos, 1965, pp. 43, 66, 148 e 170-171).

O autor, no entanto, exclui de sua análise os positivistas “heterodoxos” — no que retoma as indicações e a classificação da própria Igreja —, que não cabem nesta classificação, como Pereira Barreto, apresentado como “plantador de café” e, portanto, externo à pequena burguesia: “[...] não houve entre nós, salvo as raras exceções de um Pereira Barreto e mais recentemente de Vicente Licínio Cardoso, o positivista fiel apenas ao ‘Cours’” (Bastos, 1965, p. 81). Isto é, teria predominado no Brasil um positivismo de pequena burguesia, com orientação ortodoxa e progressista.

Antônio Paim vem, pouco depois, endossar a tese da diversificação de correntes positivistas — “A exemplo de outras doutrinas européias, também o sistema de Auguste Comte experimentou, em terras brasileiras, um processo acentuado de diferenciação” (Paim, 1967, p. 179) —, elegendo a versão política do movimento como objeto de análise. Sua interpretação retoma, no entanto, o mal-estar ante ao positivismo, acentuando o “sentido conservador” e mesmo retrógrado delineado na tematização da reforma social. É diversa, porém, a postura que assume mais tarde. Ainda crítico do Apostolado, distinguindo a vertente gaúcha, notando, contudo, que as duas correntes são próximas entre si, comungando uma tendência autoritária. Por outro lado, descobre uma terceira via, não necessariamente retrógrada, incluindo Pereira Barreto, Alberto Sales, Pedro Lessa, Aarão Reis e o próprio Ivan Lins:

“Enfatizando, cada vez mais, o papel eminentemente cultural do positivismo, esse grupo acabaria atribuindo à política uma posição subalterna e privilegiando a mudança dos costumes e da mentalidade como condição prévia à reforma social” (Paim, 1979, p. 3).

Esta vertente teria principalmente feições sociais, servindo como uma pedagogia política que visaria esclarecer as consciências e formar novas forças dirigentes, tendo um tom geral iluminista, donde a denominação de “positivismo ilustrado” guardaria fidelidade a Comte, mas incorporando outros autores e

reinterpretando a sua obra à luz das questões nacionais.

A tese de Bastos, no entanto, parece ter ganho mais continuadores. Em 1972, era a vez de Robert Nachman combinar elementos de várias interpretações com o intuito de provar que o positivismo brasileiro foi uma ideologia de classe média, principalmente nos primeiros anos da República. Desta perspectiva, Nachman redivide os positivistas em “praticantes” — religiosos ou não que visavam implementar suas idéias mediante um envolvimento político — e “confirmados” — os membros da Igreja Positivista —, criticando a divisão entre ortodoxos e heterodoxos, já que todas as correntes brasileiras desviaram-se do sentido original da obra de Comte. Os praticantes e os confirmados diferenciaram-se quanto aos meios de efetivação de seus programas, mas a finalidade era a mesma: uma ditadura republicana modernizadora. Deste modo, Nachman, a exemplo de Roque Spencer Barros, Antônio Paim e Ivan Lins, encontra uma funcionalidade para o positivismo: ter informado a crítica às instituições oligárquicas e possibilitado a constituição de um projeto de modernização para o país, de cunho nacionalista, autoritário e paternalista.

Ricardo Veléz Rodrigues (1980) segue nesta mesma linha, tratando especificamente da linhagem gaúcha. O autor cotejou textos e legislação — imposto territorial; isenções fiscais às manufaturas locais; socialização dos serviços públicos; incorporação do proletariado; educação pública e equilíbrio orçamentário — para encontrar como fundamento comum dos governos de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e do primeiro Vargas as normas de *O Apelo aos Conservadores* de Comte — justamente o texto comteano que Tocary Bastos supunha não ter tido influência no Brasil. Em todos eles teria prevalecido a concepção comteana da República como um “regime de virtude”, no qual um Estado forte e centralizado deveria exercer uma tutela modernizadora sobre a sociedade. O traço comum seria a reação ao governo representativo, um antiliberalismo exacerbado que

se manifestaria inclusive na submissão dos direitos individuais ao bem público.

Também neste período, Sérgio Buarque de Holanda revê sua interpretação, atentando para a tendência cismática do movimento positivista e sua disseminação como espírito de época.

“O positivismo, tal como se generalizou entre nós, não era uma doutrina monolítica [...]. Em muitos casos, o papel predominante, politicamente, do positivismo não é tanto o da filosofia, ou da seita, ou da religião, mas o estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas, marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo” (Holanda, 1984, p. 289).

Reforçava, portanto, a voga interpretativa que via o positivismo crivado em tendências e com influência efetiva.

José Murilo de Carvalho (1990) irá reforçar o argumento da funcionalidade do positivismo brasileiro. Buscando entender a intervenção do “positivismo ortodoxo” no processo de formação da República, defende, pela primeira vez, a idéia de que a Igreja Positivista teria tido papel fundamental na tentativa (aliás, frustrada em parte) de configuração de um novo imaginário social adequado ao regime republicano. Na mesma pista que Bastos e Nachman, identifica os membros da Igreja com um setor da classe média urbana, técnico e científico, formado por médicos, engenheiros e matemáticos, em contraposição à elite política do Império, composta por bacharéis. Porém, faz uma importante diferenciação: o termo “classe média” tem sentido diferente da “pequena burguesia” que aparecera anteriormente. A ênfase aqui é em que os positivistas devem ser entendidos como antagônicos à elite política dirigente, da qual são críticos. “Tratava-se de uma contra-elite que baseava o seu poder no saber técnico, no cientificismo” (Carvalho, 1990, p.138). Ao contrário de muitos dos analistas anteriores, Carvalho demonstra a importância da ação da Igreja, afastando a pecha de sectarismo estéril que recaía sobre ela:

“Os ortodoxos no Brasil mais pareciam um grupo político com idéias muito precisas sobre a

... tarefa a realizar e os meios a utilizar do que um bando de fanáticos religiosos e loucos. Poder-se-ia mesmo dizer [...] que propunham um bolchevismo de classe média [...]” (Carvalho, 1990, p. 138).

Isto é, atuavam como uma vanguarda informada por uma filosofia da história — o comitismo, que lhes servia de guia moral e prático — que pretendia, por meio de reformas paulatinas, encurtar o caminho entre o atraso brasileiro e o estado positivo da humanidade.

Em contraste com a bibliografia mais especializada de que venho tratando até aqui, pulula ao longo do tempo um certo ensaísmo que normalmente tem por subsídio as análises específicas e que recai, portanto, em seus mesmos problemas, principalmente na redução de todos os positivismos a um único caso, tomado como exemplar. A idéia geral é de que o positivismo é monolítico e de que a análise da obra de um positivista equivale à leitura de todos.

De modo geral, as interpretações mais recentes admitem a adequação ou funcionalidade do positivismo no Brasil, com diferentes ênfases quanto à extração social dos positivistas. Por outro lado, há uma linha que interpreta o positivismo como ideologia burguesa ou “cimento ideológico” notável pela persistência — reaparece sazonalmente sem que haja, porém, um aprofundamento da discussão. Em artigos, teses e livros mais recentes, este gênero de interpretação tem-se mantido. Seria impossível discutir pormenorizadamente todas as tematizações ocasionais de que o positivismo brasileiro foi objeto. Remeto, porém, o leitor à polêmica entre Castro Santos e Paulo Arantes (*Novos Estudos*, ns. 21 e 22). Arantes, ao tratar da aceitação do positivismo, toma apenas o caso Pereira Barreto, a partir do qual generaliza sua interpretação do positivismo como uma epidemia — um “sarampão” — cuja febre advinha de seu caráter ambivalente, “nem especialidade acadêmica, nem ideologia em estado bruto” (Arantes, 1988a, p. 185). Teria sido, no entanto, o propositos de uma modernização conservadora, explicada pela via da “impropriedade do transplante” de uma ideologia francesa para o Brasil. Arantes reto-

ma, portanto, a tese do deslocamento do sistema de Comte em relação à realidade brasileira.

Por outro lado, Alfredo Bosi (1992) defende a tese de um positivismo modernizador bem-sucedido. O autor recai no ardil de Miguel Lemos, mantendo a divisão entre ortodoxos e heterodoxos e utilizando-se de seus textos como se fossem uma fonte isenta, o que o leva mesmo a cometer erros — por exemplo, nega que Pereira Barreto tenha sido um positivista religioso, apresentando-o como representante de um “spencerianismo paulista”. Bosi propõe, no entanto, uma reinterpretação. A tese é a da proposição de um Estado-Providência nascido da polaridade comitismo gaúcho/liberalismo paulista — o que é um desdobramento do argumento de Veléz Rodrigues. Chega mesmo a afirmar que o positivismo seria um “ideal reformista de Estado-Providência: um vasto e organizado aparelho público que ao mesmo tempo estimula a produção e corrige as desigualdades do mercado” (Bosi, 1992, p. 274). O positivismo, em sua interpretação, seria “um enxerto ideológico de longa duração” que se teria enraizado entre nós.

As explicações se dividem ainda hoje, portanto, basicamente em dois campos: os que consideram que o positivismo teve influência negativa, pernicioso, como um fator que emperrou o desenvolvimento nacional, ou que esteve “deslocado” entre nós, e os que viram aí uma alternativa de compreensão e de transformação do país, uma espécie de ideologia da modernização brasileira.

### Tentativa de Balanço

Como vimos, há uma série de dificuldades em definir as características que compõem um positivista. Parte dos intérpretes enfatiza a fidelidade doutrinária como critério, o que significa endossar a propaganda de Lemos, isto é, assumir a versão construída por uma das muitas correntes positivistas como a verdadeira. Outra parte vê os positivistas como a vanguarda de uma pequena burguesia em formação, o que não lhes acentua a singularidade. Ambas as perspectivas insistem na cons-

trução de um critério único para tratar partes distintas do movimento positivista.

Creio que o positivismo não pode ser tomado monoliticamente; para entender suas divisões no Brasil, o mais relevante não é estabelecer graus de fidelidade à matriz de pensamento europeia que chegou ao país, até porque ela já se encontrava dividida na própria França. Há, porém, uma série de características que possibilita classificar um intelectual como parte do movimento positivista.

Primeiro e obviamente, os positivistas fazem parte do *cientificismo*, isto é, comungam a crença na capacidade da ciência em descobrir as leis que regem os fenômenos sociais e de fornecer instrumentos de explicação e de intervenção na realidade. A ciência é vista como a alavanca do progresso e da civilização, como meio de informar e conformar diagnósticos do atraso brasileiro e construir projetos civilizatórios. Daí se deriva como regra comum a subsunção da política à ciência e a proposição dos cientistas como uma espécie de vanguarda da civilização. Porém, ao contrário dos que aderem a Spencer, todos os positivistas mantêm fidelidade à teoria da ciência de Comte, como também ao seu relativismo e à unidade metodológica das ciências. No que diz respeito ao corpo teórico da obra de Comte, e das ilações daí derivadas, temos também concordância básica. Se é a ciência quem fornece as regras de inteligibilidade do real, é também uma das ciências, a Sociologia, quem explica e legisla sobre os fenômenos da vida em sociedade; logo, apenas ela poderá compreendê-los. Ou seja, seguindo Comte, os positivistas brasileiros vão tratar todas as questões políticas, econômicas e culturais como problemas sociais, que deveriam ser solucionados cientificamente pela *physique sociale*, a Sociologia.

O que distingue os positivistas dos outros teóricos científicistas é um exacerbado *sensu de missão social* de que se consideravam portadores e que orientava suas ações visando sempre o bem-estar coletivo, muitas vezes em detrimento de seus próprios interesses pessoais. E, ainda mais, todos comungavam de

uma espécie de língua positivista: um *vocabulário específico*, composto por conceitos e preconceitos de Comte, incluindo aí termos que criou para designar períodos ou grupos sociais específicos e que se cristalizaram — por exemplo, “legismo”, “pedantocracia” —, constituindo um tipo de código lingüístico que os irmanava (cf. Nachman, 1972, p. 52).

De uma perspectiva, digamos, ideológica, em consonância com as demais correntes científicistas, o positivismo procura trazer o discurso legitimador da nacionalidade do campo da literatura romântica para o da ciência, postando-se do lado dos cientistas contra os bacharéis e literatos. No entanto, à diferença delas, se apresenta como uma ideologia modernizadora, moralmente orientada, que se opõe ao liberalismo. Esses vários níveis de disputa apontam para a vocação modernizadora do positivismo brasileiro, o que já o distingue do positivismo francês ou latino-americano;<sup>13</sup> uma modernização monitorada por uma vanguarda em que são privilegiadas as transformações evolucionárias e graduais.

Todos os positivistas se unificavam politicamente por serem republicanos. Eram, pois, críticos do sistema imperial e, especificamente, dos bacharéis liberais (que alcunharam de “legistas”) que compunham a elite imperial. Isto é, o positivismo foi o molde discursivo para a crítica que setores ascendentes empreenderam à elite política.

Talvez seja do ponto de vista da origem social que se encontre a maior dificuldade classificatória. De modo geral, como vimos, as explicações incidem no tratamento de todos os positivistas como oriundos de uma pequena burguesia urbana. No que diz respeito ao grupo carioca, parece-me irretorquível tratá-los, como faz Carvalho (1990), como membros da contra-elite imperial, uma vez que eram, em sua maioria, profissionais técnicos, sobretudo médicos e engenheiros. Este critério, porém, não se aplica a todos os grupos: há um positivismo de corporação entre os militares; há os abastados — por exemplo, Pereira Barreto, filho de fazendeiros, e Ribeiro de Mendonça, fazendeiro ele próprio —; como há muitos

sem posses — é o caso de Lemos, Teixeira Mendes, que ascenderam socialmente pela via da educação. Isto é, há vários grupos positivistas e eles são diferenciados; é impossível, pois, tratá-los como se constituíssem uma única modalidade.

Para entender a naturalização do positivismo entre nós é preciso, portanto, trazer para o primeiro plano sua diferenciação interna. As dissensões positivistas são, por um lado, produtos da discordância quanto ao modo de implementação do modelo civilizatório no Brasil. São também resultantes das características de cada um dos grupos que conformaram as reinterpretções dos escritos de Comte. Podemos dizer, então, que não há um, mas vários positivismos brasileiros. Estas variedades resultam de imbricações entre opções doutrinárias, posições sociais e questões regionais. Apenas um equívoco de interpretação, portanto, permite reduzi-los a uma única explicação. Uma análise mais fina teria de operar a diferenciação entre as várias tendências e explicar cada uma delas. Simplificando, poderíamos dizer que há três grandes *locus* para o positivismo no Brasil: a Corte, o Rio Grande do Sul e São Paulo.<sup>14</sup>

Na Corte, imperou o Apostolado Positivista do Rio de Janeiro, movido por um dogmatismo talvez superior ao do próprio mestre. Sectários e coesos, negando e punindo todo o mínimo desvio de interpretação da obra de Comte, seus membros desenvolveram uma versão marcadamente religiosa do positivismo, baseada em uma propaganda fortemente doutrinária, que redundou num “bolchevismo” (Carvalho, 1990). Mas houve também um positivismo de corporação, o da elite da Escola Militar, grupo liderado por Benjamin Constant, decisivo na formulação do golpe que derrubou o Império e na consolidação da República em seus primeiros anos, configurando uma vertente modernizadora e jacobina, na qual se enfatizava a ditadura republicana comandada por um grupo de eleitos, que os militares identificaram consigo mesmos (Costa, 1990).

No Rio Grande do Sul, com Castilhos,

sobressaiu a face política em sentido pleno, que objetivava o poder de Estado, a ditadura positiva e políticas públicas como meio mais eficaz de civilizar o país. Embora partidário da religião da humanidade, Castilhos afastou-se cedo da órbita da Igreja, defendendo a necessidade da intervenção política para que o progresso se instaurasse no país, buscando meios que permitissem apressar a “marcha da civilização”. Com o advento da República, ele conseguirá implementar muitas de suas idéias assumindo o governo do Rio Grande Sul, para o qual criou uma constituição estritamente positivista.<sup>15</sup>

Em São Paulo, justamente onde a bibliografia afirma quase unanimemente o pouco ou nenhum sucesso do positivismo, floresceu um movimento intenso, conformando três correntes: a sucursal paulista da Igreja; os bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo com atividade política, como Silva Jardim, José Leão, Pedro Lessa, Alberto Sales e Aarão Reis;<sup>16</sup> e a via “sociológica” de Pereira Barreto, a corrente predominante, que teve prática e obra positivistas e atuou doutrinariamente. Ao contrário dos demais, a adesão de Pereira Barreto foi anterior à fundação da Igreja, razão pela qual nunca se subordinou à autoridade de Lemos. Destoava de seus companheiros de crença também por ser médico e oriundo de uma família de fazendeiros. Como os demais paulistas, Pereira Barreto dedicou-se efetivamente à política partidária, como meio de atingir os ideais positivistas.

Evidentemente, não é possível tratar aqui os casos em minúcia. Este balanço sumário, espero tenha servido para demonstrar a complexidade do positivismo brasileiro e para persuadir o leitor de que sua história e suas diferenciações locais não se resumem às afirmações de Lemos, cuja tese só faz sentido quando se toma o positivismo como dogmático e avesso ao realismo político. A variedade de correntes aponta justamente para a integração do positivismo no Brasil, como norteador de diagnósticos e projetos de civilização para o país. Os critérios para avaliá-lo devem ser, pois, as condições brasileiras de sua emergên-

cia e não a fidelidade doutrinária. O problema das classificações doutrinárias é que elas mensuram a adequação da obra dos positivistas nacionais à obra de Comte e não a capacidade de aplicá-la ao Brasil. É, no entanto, neste segundo sentido que me parece mais profícuo analisar o positivismo brasileiro, sem se dei-

xar contaminar pelos tantos preconceitos que se forjaram ao longo de sua tão efetiva quanto controversa estadia entre nós.

(Recebido para publicação  
em maio de 1996)

#### Notas

1. Sobre a história das dissidências positivistas e da formação de vertentes distintas veja-se Gruber (1893). A respeito das divergências de Spencer em relação à obra de Comte, confira-se o capítulo III de *A Classificação das Ciências* — “Por que me Separo de Auguste Comte”, onde o próprio autor especifica suas “semelhanças” e seus contrastes em relação a Comte; veja-se ainda o capítulo XVI de sua *Autobiografia*.
2. As informações cronológicas referentes à primeira fase do positivismo no Brasil foram obtidas pelo cotejamento dos dados apresentados por Lemos (1881), Sampaio (1899), Lins (1964), Cruz Costa (1956c), Nachman (1972), Beviláqua (1975a) e Barros (1967).
3. Ivan Lins afirma ainda que o *Système de Politique Positive* era parte da biblioteca da Assembléia Provincial do Rio à esta época. Cf. Lins (1964).
4. É o momento em que o positivismo inicia sua entrada na Faculdade de Direito de São Paulo, a partir da qual se formaram os jornais *A Luta*, que congregava Alberto Sales, Campos Sales, Rangel Pestana e Américo de Campos, e *A Evolução* de Júlio de Castilhos. Além desses jornais especificamente doutrinários, os positivistas avançavam pelos periódicos já existentes, por exemplo, o *Jornal da Tarde*, onde França Leite escrevia, além de proferir conferências de divulgação das soluções positivistas para a educação, e *A Província de São Paulo*, do qual Pereira Barreto foi colaborador constante.
5. Da qual faziam parte Benjamin Constant, Oliveira Guimarães, Álvaro de Oliveira, Ribeiro de Mendonça, Oscar de Araújo, Miguel Lemos e Teixeira Mendes.
6. Confira-se no trabalho de Ivan Lins (1964) a correspondência entre Oliveira Guimarães e Laffitte, anexada ao final do volume.
7. Quando de sua conversão à religião da humanidade, o futuro sacerdote Miguel Lemos contava apenas seis anos de idade.
8. A direção do grupo fica a cargo de Godofredo Furtado, professor da Escola Normal, contando ainda com José Leão, José Bento de Paula Souza, Carvalho de Mendonça, Oliveira Marcondes e Silva Jardim. Posteriormente, ingressaram na sociedade Sílvio de Almeida, Miguel Feitosa, José Feliciano de Oliveira e Basílio Magalhães.
9. O artigo foi publicado originalmente na *Revue Occidentale* e depois transcrito em circular da Igreja.
10. As cartas de Ribeiro de Mendonça e de Lemos foram publicadas pela Igreja em 1884. Cf. Lemos (1934).
11. São paradigmáticas as inúmeras polêmicas em que Lemos e Pereira Barreto tomaram parte.
12. Do ponto de vista de sua localização, haveria “positivismos ecológicos” ou regionais (Bastos, 1965, pp. 19 e 22). De uma perspectiva doutrinária, haveria três vertentes positivistas: pedagógica, política e religiosa (Bastos, 1965, p. 24). Como linhas derivadas da obra de Comte, haveria um “positivismo de cátedra”, com a teoria educacional e das ciências do *Cours*, e um “positivismo de púlpito”, donde teria surgido a religião da humanidade e um

- “sacratismo proletarizante”, com a mulher e o proletário como figuras-chave (Bastos, 1965, pp. 50 e 52-53). Politicamente, haveria dois positivismos: “um conservador e outro revolucionário” (Bastos, 1965, p. 106).
13. De modo geral, o positivismo foi adotado na América Latina pelos mesmos grupos sociais que antes haviam incorporado o liberalismo; daí a possibilidade de adequação entre as duas correntes. Tanto o positivismo quanto o liberalismo eram vistos como aptos a favorecer as concepções de nacionalidade já existentes. Nesse sentido, o positivismo não apareceu como elemento capaz de revolucionar a visão do país nem o projeto político-intelectual em curso; apenas reforçou concepções prévias (exceção feita à vertente religiosa do Chile, mais aparentada com o caso brasileiro). No Brasil, ao contrário, o positivismo foi marcadamente um discurso antiliberal, no sentido que o liberalismo tinha aqui a esse tempo, associado ao bacharelismo. A adoção política do positivismo serviu, pois, como um contradiscurso, e foi como molde deste antibacharelismo que a contra-elite imperial o tomou. Portanto, diversamente do que ocorria na América Latina, o positivismo brasileiro teve a especificidade de apresentar-se como legitimador de uma nova camada em ascensão, opositora justamente do grupo bacharelesco e aristocrático. Lá, o positivismo foi adotado pela tradição; aqui ele se constituiu justamente como uma via antitradicional.
  14. No Norte, embora tenha havido um pequeno núcleo de positivistas religiosos vinculados à direção de Lemos, prevaleceu a versão científica do positivismo, rechaçando o Comte posterior ao *Système*, mas resguardando seu método. Não tiveram Comte por guia moral nem político — no que estavam mais próximos de Spencer —, mas apenas científico.
  15. Para uma análise mais detida do castilhismo, veja-se Veléz Rodrigues (1980).
  16. Todos estes intelectuais são tomados por Paim (1979) como compondo um “positivismo ilustrado”, que teria optado por uma via pedagógica em alternativa à política como estratégia civilizatória. O movimento positivista em São Paulo teve mesmo uma função pedagógica, mas esta é uma característica geral do positivismo, não individua a corrente. Por outro lado, a atuação política e não sua ausência foi a tônica paulista. Não se tratava, no entanto, de um grupo organizado, mas de intelectuais independentes, que não agiam nem pensavam de modo coeso, mas que estiveram preocupados em utilizar o positivismo politicamente.

### Bibliografia \*

#### *Sobre o Positivismo em Geral*

Arbousse, P.B.

1984 *Auguste Comte*. Lisboa, Edições 70.

Ardao, A.

1971 “Assimilation and Transformation of Positivism in Latin America”, in R.L. Woodward Jr. (ed.), *Positivism in Latin America (1850-1900)*. Lexington, D.C., Heath and Company.

---

\* O objetivo desta bibliografia é apresentar um conjunto variado de textos produzidos por positivistas ou a respeito deles, de modo a permitir ao leitor uma idéia geral da produção acerca do assunto, sem visar, evidentemente, elencar todos os títulos existentes.

- Arnaud, P.  
1968 *Sociologie de Auguste Comte*. Paris, PUF.
- Bader, T.  
1970 "Early Positivist Thought and Ideological Conflict in Chile". *The Americas*, n. 4, vol. 26.
- Belot, G.  
1902 *L'Idée et la Méthode de la Philosophie Scientifique Chez Comte*. Paris, CIP, t. 4.
- Bruni, J.C.  
1989 *Poder e Ordem Social na Obra de A. Comte*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de Filosofia, FFLCH/USP.
- Charlton, D.G.  
1959 *Positivist Thought in France — During the Second Empire (1852-1870)*. Oxford, Oxford Press.
- Collins, H.F.  
1911 *Résumé de la Philosophie Synthétique de H. Spencer*. Paris, Alcan.
- Comte, A.  
1883a "Sommaire Appréciation de l'Ensemble du Passé Moderne" (1819), in A. Comte. *Opuscules de Philosophie Sociale*. Paris, Leroux.  
1883b "Séparation Générale entre les Opinions et les Désirs" (1820), in A. Comte. *Opuscules de Philosophie Sociale*. Paris, Leroux.  
1883c "Plan des Travaux Scientifiques Nécessaires pour Reorganiser la Société" (1822), in A. Comte. *Opuscules de Philosophie Sociale*. Paris, Leroux.  
1883d "Considérations Philosophiques sur les Sciences et les Savants" (1822), in A. Comte. *Opuscules de Philosophie Sociale*. Paris, Leroux.  
1883e "Considérations sur le Pouvoir Spirituel" (1826), in A. Comte. *Opuscules de Philosophie Sociale*, Paris, Leroux.  
1899 *Apelo aos Conservadores* (1855). Rio de Janeiro, Igreja Positivista.  
1912 *Système de Politique Positive* (1851-1854). Paris, Georges Crés Ed., 4 tomos.  
1949 *Cours de Philosophie Positive* (1830-1842). Paris, Garnier, 6 tomos.  
1957 *Catéchisme Positiviste* (1852). Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil.  
1978a "Discurso sobre o Conjunto do Positivismo" (1848), in J.A. Giannotti (org.), *Comte*. São Paulo, Ed. Abril, Coleção Os Pensadores.  
1978b "Discurso sobre o Espírito Positivo", in J.A. Giannotti (org.), *Comte*. São Paulo, Ed. Abril, Coleção Os Pensadores.  
1990 *Discours sur l'Esprit Positif* (1844). Paris, Vrin.
- Conry, I.  
1974 *L'Introduction du Darwinisme en France au XIXe Siècle*. Paris, Vrin.
- Darwin, C.  
1985 *A Origem das Espécies*. São Paulo, Edusp.
- Ducassé, P.  
1939 *Méthode et Intuition Chez A. Comte*. Paris, Alcan.
- Giddens, A.  
1980 "O Positivismo e seus Críticos", in T. Bottomore e R. Nisbet (orgs.), *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar.

- Gilson, E.  
1971 *D'Aristote a Darwin et Retour*. Paris, Vrin.
- Gruber, S.J.R.P.  
1893 *Le Positivisme depuis Comte jusqu'à Nos Jours*. Paris, Lethielleux.
- Gurvitch, G.  
1959 *Tres Capítulos de Historia de la Sociologia*. Buenos Aires, Galatea.
- Gusdorf, P.  
1960 *Introduction aux Sciences Humaines*. Paris, Belles Lettres.  
1966 *De l'Histoire des Sciences à l'Histoire de la Pensée*. Paris, Payot.
- Habermas, J.  
1982 "Comte e Mach — A Intenção do Antigo Positivismo", in J. Habermas. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Hubert, R.  
1925 "La Théorie de la Connaissance Chez Auguste Comte". *Revue Philosophique*, Paris.
- Kolakowski, L.  
1969 *The Alienation of Reason. A History of Positivist Thought*. Nova York, Doubleday.  
1988 *La Filosofia Positivista*. Madri, Catedra.
- Kremer-Marietti, A.  
1970 *Auguste Comte et la Théorie Sociale du Positivisme*. Paris, Seghers.
- Lacroix, J.  
1961 *La Sociologie d' A. Comte*. Paris, PUF.
- Lepénies, W.  
1988 *Between Literature and Science. The Rise of Sociology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Marcuse, H.  
1967 "A Vitória do Pensamento Positivo", in H. Marcuse. *Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro, Zahar.  
1978 *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Moraes Filho, E.  
1957 *Auguste Comte e o Pensamento Sociológico Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Livraria S. José.
- Nisbet, R.  
1976 *Sociological Tradition*. Londres, Hinemann.  
1988 *História da Idéia de Progresso*. Brasília, Editora da UnB.
- Ruffié, J.  
1985 "L'Évolution de l'Idée d'Évolution". *Diogène*, Paris, Gallimard, n. 132.
- Rumney, J.  
1944 *Spencer*. México, F.C.E.
- Simon, W.M.  
1963 *European Positivism in the Nineteenth Century. An Essay in Intellectual History*. Cornell University Press.

- Simpson, G.S.  
1950 *The Meaning of Evolution*. Yale, University of Yale Press.
- Spencer, H.  
1868 *Essays. Scientific, Political and Speculative*. Londres, Williams and Norgate, 3 vols.  
1882 *Principes of Sociology*. Nova York, Appleton.  
1897 *Classification des Sciences*. Paris, Alcan.  
1911 *Autobiographie*. Paris, Alcan.  
1953 *O Indivíduo e o Estado*. Bahia, Progresso Ed.  
s/d. *Lei e Causa do Progresso*. São Paulo, Cultura Moderna.  
s/d. *O Que é a Moral?* Lisboa, Bertrand.
- Uta, M.  
1928 *La Théorie du Savoir dans la Philosophie d'Auguste Comte*. Paris, Alcan.
- Woll, A.L.  
(s/d) "Positivism and History in Nineteenth-Century in Chile. José Victorino Lastarria and Valentín Letelier". *Journal of The History of Ideas*.
- Zea, L.  
1944 Apogeo y Decadencia del Positivismo en Mexico. Mexico, F.C.E.  
1971 "Positivism in Mexico", in R.L. Woodward Jr. (ed.). *Positivism in Latin America (1850-1900)*. Lexington, D.C., Heath and Company.  
1986 "Positivismo en Latino America". *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, FGV.
- Sobre o Positivismo no Brasil**
- Adorno, S.  
1988 *Os Aprendizes do Poder*. São Paulo, Brasiliense.
- Alonso, A.M.  
1995a Positivismo: Uso Tópico — O Projeto Civilizatório de Luís Pereira Barreto. Tese de mestrado, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP.  
1995b "O Positivismo de Luís Pereira Barreto e o Pensamento Brasileiro no Final do Século XIX". *Cadernos do IEA, Série Teoria Política*.
- Arantes, P.  
1988a "O Positivismo no Brasil". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 21.  
1988b "Manias e Campanhas de um Benemérito". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 22.
- Azzi, R.  
1980 *A Concepção da Ordem Social Segundo o Positivismo Ortodoxo Brasileiro*. São Paulo, Loyola.
- Barros, R.S.M.  
1967 *A Evolução do Pensamento de Pereira Barreto*. São Paulo, Edusp/Grijalbo.  
1986 *Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade (1959)*. São Paulo, Convívio/Edusp.
- Bastos, T. A.  
1965 *O Positivismo e a Realidade Brasileira*. Belo Horizonte, Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da UFMG.

- Beviláqua, C.  
 1975a "A Filosofia Positiva no Brasil" (1883), in C. Beviláqua. *Obra Filosófica*. São Paulo, Convívio/Edusp, tomo I.  
 1975b "Repercussão do Pensamento Filosófico sobre a Mentalidade Brasileira" (1896), in C. Beviláqua. *Obra Filosófica*. São Paulo, Convívio/Edusp, tomo I.
- Bittencourt, F. P.  
 1876 O Positivismo. 196a. Conferência. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista no Brasil.
- Bosi, A.  
 1992 *Dialética da Colonização*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Carpeaux, O.M.  
 1943 "Notas sobre o Destino do Positivismo". *Rumo*, Ano I, n. 3, vol. I.
- Carvalho, J. M. de  
 1989 "A Ortodoxia Positivista no Brasil. Um Bolchevismo de Classe Média". *Revista do Brasil*, Ano 4, n. 8.  
 1990 *A Formação das Almas — O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras.
- Castro Santos, L.A.  
 1988 "Meia Palavra sobre a 'Filosofia Positiva' no Brasil". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 21.
- Costa, V.M.F.  
 1990 *Ressentimento e Revolta*. Tese de mestrado, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH/USP.
- Cruz Costa, J.  
 1956a "O Positivismo no Brasil". *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 5.  
 1956b *O Positivismo na República*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.  
 1956c *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio.  
 1959 *A. Comte e as Origens do Positivismo*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.  
 1969 "O Pensamento Brasileiro sob o Império", in *História Geral da Civilização Brasileira*, t. 2, vol. 3.
- Fausto, R.  
 1956 "A Propósito da História de Comte e do Sentido do Positivismo". *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 8.
- Freire, F.  
 1957 "O Positivismo e a República" (1894). *Revista Brasileira de Filosofia*, Rio de Janeiro, n. 28.
- Gonçalves, J.R.B.  
 1989 *A Utopia da Ordem Social*. Tese de doutorado, São Paulo, Departamento de História, FFLCH/USP.
- Grahan, R.  
 1973 *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo, Brasiliense.

- Gruber, H.J.  
1965 "O Positivismo Ortodoxo no Brasil". *Revista Brasileira de Filosofia*, Rio de Janeiro, n. 59.
- Holanda, S. B. de  
1984 *O Brasil Monárquico — Do Império à República*, in *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel.  
1990 *Raízes do Brasil* (1936). Rio de Janeiro, José Olympio.
- Lemos, M.  
1881 "Le Positivisme au Brésil". *Revue Occidentale*, t. VI, 1.º sem.  
1882 *Resumo Histórico do Movimento Positivista no Brasil. Ano 93* (1881). Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.  
1889 *Pour Notre Maître & Notre Foi; Le Positivisme et le Sophiste Pierre Laffitte*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.  
1900 Primeira Circular Anual (1881). Rio de Janeiro, Apostolado Positivista no Brasil.  
1934 *O Positivismo e a Escravidão Moderna* (1884). Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.
- Lemos, M. e Teixeira Mendes, R.  
1889 *Nossa Iniciação ao Positivismo*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil.  
1898 *A Propósito da Liberdade dos Cultos*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.  
1965 *Cartas*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.  
1988 *A Liberdade Espiritual e a Organização do Trabalho* (1888). Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.
- Lins, I.  
1964 *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- Lovisoló, H.  
1992 "O Positivismo, na Argentina e no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, n. 19.
- Moraes, F.E.  
1986 "Positivismo no Brasil". *Dicionário de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, FGV.
- Nachman, R. G.  
1972 *Brazilian Positivism as a Source of Middle Sector Ideology*. Master Degree, University of California.  
1977 "Positivism, Modernization, and Middle Class in Brazil". *Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, vol. 57, n. 1.
- Oliveira Torres, J.C.  
1943 *O Positivismo no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- Paim, A.  
1966a "Introdução à Filosofia no Brasil. A Mentalidade Positivista". *Revista Brasileira de Filosofia*, Rio de Janeiro, n. 64.  
1966b *A Filosofia da Escola de Recife*. Rio de Janeiro, Saga.  
1967 "A Ascensão do Positivismo", in A. Paim. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo, Edusp/Grijalbo.  
1979 "O Pensamento Político Positivista na República", in A. Crippa (coord.), *As Idéias Políticas no Brasil*. vol.II, São Paulo, Convívio.

- 1980 "Como se Caracteriza a Ascensão do Positivismo". *Revista Brasileira de Filosofia*, Rio de Janeiro, n.119.
- 1981a *O Apostolado Positivista e a República*. Brasília, Ed. da UnB.
- 1981b *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília, Câmara dos Deputados/Ed. da UnB.
- Pereira Barreto, L.
- 1876 *As Três Filosofias — Filosofia Metafísica*. Jacaré, Tipografia Comercial.
- 1880a *Positivismo e Teologia — Uma Polêmica*. São Paulo, Livraria Popular Abílio Marques, Coleção Biblioteca Útil.
- 1880b *Soluções Positivas da Política Brasileira*. São Paulo, Livraria Popular Abílio Marques, Coleção Biblioteca Útil.
- 1908 *Il Processo Longaretti e la Difesa del Dr. L.P. Barreto (Pro Justicia)*. Ed. português/italiano, São Paulo, Umberto Frontini-Editore.
- 1967a "Teoria das Gastralgias e das Nevroses em Geral" (1865), in R.S.M. Barros (org.), *Obra Filosófica de Pereira Barreto*. São Paulo, Edusp/Grijalbo.
- 1967b "As Três Filosofias — Filosofia Teológica" (1874), in R.S.M. Barros (org.), *Obra Filosófica de Pereira Barreto*. São Paulo, Edusp/Grijalbo.
- 1981a "A Vinha e a Civilização" (1896), in A. Paim (org.). *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília, Câmara dos Deputados/Ed. da UnB.
- 1981b "O Século XX sob o Ponto de Vista Brasileiro" (1901), in A. Paim (org.). *Plataforma Política do Positivismo Ilustrado*. Brasília, Câmara dos Deputados/Ed. da UnB.
- Romero, S.
- 1969a "A Filosofia no Brasil" (1878), in S. Romero, *Obra Filosófica*. São Paulo, José Olympio/Edusp.
- 1969b "Doutrina contra Doutrina. O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil" (1894), in S. Romero, *Obra Filosófica*. São Paulo, José Olympio/Edusp.
- Sampaio, A.G.
- 1899 *Essai sur l'Histoire du Positivisme au Brésil*. Paris/Rio de Janeiro, Société Positiviste/Livraria Alves.
- Teixeira Mendes, R.
- 1895 *La Situation Actuelle du Positivisme*. Rio de Janeiro, Apostolado Positivista do Brasil.
- 1898 *A Direção do Positivismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.
- 1908 *A Incorporação do Proletariado na Sociedade Moderna*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.
- 1913 *Benjamin Constant*. Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.
- 1930 *Resumo Cronológico da Evolução do Positivismo no Brasil* (1882). Rio de Janeiro, Igreja Positivista do Brasil.
- Veléz Rodrigues, R.
- 1980 *Castilismo. Uma Filosofia da República*. Porto Alegre, UCS/EST.
- 1982 "Liberalismo, Autoritarismo e Conservadorismo na República Velha". *Curso de Introdução do Pensamento Político Brasileiro*, Brasília, UnB.

Veríssimo, J.

1901 "O Positivismo no Brasil". *Estudos de Literatura Brasileira. 1.ª Série*. Rio de Janeiro, Garnier.

#### **Resumo**

*De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro*

O artigo objetiva apresentar as principais linhas de interpretação a respeito do positivismo no Brasil, desde seu aparecimento entre nós até as análises mais recentes. Pretendo mostrar que a bibliografia especializada se dividiu em três grandes ondas explicativas, sendo as duas primeiras muito influenciadas pela história oficial do positivismo brasileiro, o que as levou a cometer equívocos na avaliação do movimento no Brasil. As análises mais recentes, por outro lado, têm atentado para a integração do positivismo brasileiro e percebido a impossibilidade de tratá-lo de forma monolítica. Observa, ainda, o caráter cismático do movimento e a necessidade de abordá-lo levando em conta sua inserção no contexto político, econômico e intelectual, ressaltando seu ímpeto modernizador — muito embora seja, na origem, uma ideologia conservadora.

#### **Abstract**

*On Positivism and Positivists: Interpretations of Brazilian Positivism*

The article describes the main lines of interpretation regarding positivism in Brazil, from its initial emergence to more recent analyses. It intends to show that the specialized bibliography can be divided into three mayor explanatory waves, the first two highly influenced by the official history of Brazilian positivism and thus liable to errors in their evaluation of the movement in Brazil. More recent analyses, on the other hand, have moved towards the integration of Brazilian positivism, realizing it cannot be dealt with in monolithic fashion. Attention is also called to the schismatic nature of this movement and the need to approach it by taking into account its role within the overall political, economic, and intellectual context, emphasizing its modernizing momentum — much as in its origins it is a conservative ideology.

**Antonaz, Diawa**

*Na Escola dos Grandes Projetos: A Formação do Trabalhador Industrial na Amazônia.* Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 306 pp. Orientador: José Sérgio Leite Lopes.

A partir de um longo trabalho de campo no projeto Albrás Alunorte (Barcarena — Pará) foi pesquisada a formação do trabalhador industrial no Pará para a fábrica moderna, tanto sob o aspecto da educação formal, quanto em relação à construção da identidade operária. Esse processo se deu no circuito dos grandes projetos da Amazônia e na Escola Técnica. O novo trabalhador incorpora na sua trajetória novas noções de tempo e espaço, e em particular a hierarquia e o espírito da disciplina. Os moradores da região que ainda não fizeram a experiência do assalariamento são vistos, no entanto, como produtores potenciais. A tese aborda também a construção da ação dos planejadores. São estudadas as novas formas de vida e de trabalho desses operários em um espaço há pouco ocupado apenas pela sociedade tradicional e que ameaça explodir em grande pólo industrial.

**Bruno, Denise Duarte**

*Mulher e Família no Processo Constituinte de 1988.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, 222 pp. Orientador: Renato Paulo Saul.

O trabalho pretende analisar como se configura a cidadania da mulher brasileira, a partir do recente processo de elaboração de normas legais sobre a família. Para tal, são analisados os discursos referentes à mulher e à família, dos congressistas que elaboraram a Constituição Brasileira de 1988, utilizando-se os conceitos de direito, cidadania e gênero como categorias analíticas. Os dados encontrados indicam que a família monogâmica, nuclear e estruturada, a partir das diferenças entre os sexos, é identificada como uma organização natural. Essa organização é o sujeito de direitos para os parlamentares, e não a mulher. Nesse sentido, as reivindicações de direitos femininos são incorporados à legislação no intuito de manutenção da estrutura familiar. Frente a isso, discute-se a cidadania feminina enquanto uma cidadania concedida, construída na contradição entre proteção-direito e entre centralidade-subordinação da mulher na família. Ao final do trabalho, junto às conclusões, indicam-se as possibilidades de continuidade do estudo.

**Carrara, Sérgio Luis**

*O Tributo a Vênus: A Luta contra a Sífilis no Brasil da Passagem do Século aos Anos 40.* Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 436 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

O presente trabalho analisa as intervenções sociais propostas e/ou implementadas para combater a sífilis no Brasil, entre final do século XIX e meados da década de 1940. Tais intervenções são

abordadas como parte de um campo conjuntural de disputas que envolveu médicos, juristas, sacerdotes, políticos etc. Privilegia-se, sobretudo, o ponto de vista dos médicos especialistas — os sifilógrafos —, principais responsáveis, no Brasil, pela construção social do chamado *problema venéreo* e por sua “solução”. Em primeiro lugar, reconstrói-se a representação erudita da doença e o modo pelo qual ela se transformou em problema público de alta relevância. Depois, procura-se revelar os princípios, a partir dos quais parece possível compreender os conflitos quanto às melhores medidas a serem adotadas. Trata-se de estabelecer os diferentes modelos de intervenção social em jogo e sua evolução histórica a partir de uma dupla oposição. De um lado, têm-se os dilemas referentes ao modo de intervenção mais adequado (lei ou educação?). De outro, as incertezas quanto à própria natureza da sexualidade humana (impulso incoercível ou desejo coibível?) e ao grau de responsabilidade que, neste particular, os indivíduos poderiam ter sobre seus atos.

**Carvalho, Cintia Avila de**

*Os Psiconautas do Atlântico Sul. Uma Etnografia da Psicanálise.* Doutorado em Etnografia da Ciência, Unicamp, 1995, 500 pp. Orientador: Guillermo Raul Ruben.

Estudo etnográfico de dois grupos psicanalíticos do Espírito Santo: um laciano e outro ligado à psicanálise trazida por psicanalistas argentinos, que vieram para o Brasil na década de 1970. Por meio de análise das instituições criadas por esses grupos discute-se duas questões: uma interna à Antropologia — avaliar a importância, os instrumentos e os limites de uma abordagem antropológica das disciplinas científicas — e outra externa a ela — compreender o processo de difusão da psicanálise na sociedade brasileira, sem estabelecer uma dicotomia entre a psicanálise, enquanto disciplina científica, cujos pressupostos não são considerados na análise, e a psicanálise, enquanto fenômeno social, e como tal equiparada a um fenômeno religioso ou sintoma de uma sociedade em transformação.

**Cicone, Reinaldo Barros**

*Da Intenção ao Gesto: Um Olhar Gramsciano sobre a Possibilidade de Integração do PT à Ordem.* Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1995, 215 pp. Orientador: Edmundo Fernandes Dias.

Este trabalho trata da história do Partido dos Trabalhadores, principalmente no período de 1987 a 1994. Descreve as análises de conjuntura realizadas pelo PT em cada momento, a política de alianças definida e os programas de governo propostos para o País. Ao fazer isso recupera a história das disputas políticas no Brasil neste período, do ponto de vista do PT. Além disso, analisa o desenvolvimento dos conceitos de Partido, Estado, Hegemonia e Socialismo nas resoluções dos Encontros Nacionais, no período estudado. Para esta análise utiliza-se dos conceitos teóricos do marxista italiano Antonio Gramsci, comparando-os com as resoluções partidárias. Demonstra a existência de uma significativa semelhança entre as resoluções partidárias e as idéias gramscianas sobre estas questões, mas também a tendência de separação entre as resoluções aprovadas e as ações efetivamente praticadas pelo PT. Demonstra ainda rebaixamento dos programas e dos horizontes do PT, em seus quinze anos de existência. As tendências de separação entre teoria e prática, e de rebaixamento de seu programa, de sua ação e de seus ideais vêm distinguindo o PT das idéias gramscianas sobre o papel, o caráter, a vida e os objetivos de um partido socialista.

**Costa, Beatriz Morem da**

*Os Impactos do Progresso Técnico sobre o Emprego, a Qualificação e as Relações de Trabalho: Um Estudo de Caso na Indústria de Calçados do Rio Grande do Sul.* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, 186 pp. Orientadora: Elida Rubini Liedke.

O trabalho aborda os efeitos da introdução de progresso técnico sobre o emprego, a qualificação e as relações de trabalho na indústria de calçados do Rio Grande do Sul. A análise e as conclusões baseiam-se, principalmente, em estudo de caso realizado no período de junho a agosto de 1994, em cinco empresas calçadistas e dois sindicatos de trabalhadores em calçados do Rio Grande do Sul. Os objetivos do estudo são: (i) investigar se a introdução de novos equipamentos e de polivalência dos trabalhadores reduz, aumenta, ou não apresenta efeitos significativos sobre o volume de emprego no setor; (ii) verificar se as qualificações da força de trabalho são adequadas para operarem sob as novas condições técnicas. Em caso negativo, qual seria o novo perfil da mão-de-obra necessária; (iii) investigar se a mudança técnica está acarretando modificações nas relações sociais na produção da indústria de calçados gaúcha. Principais conclusões: (i) as inovações produtivas introduzidas (um ou outro equipamento, muitas vezes em fase experimental) não têm se tornado ainda um fator de diminuição de postos de trabalho. No entanto, a hipótese inicial quanto à diminuição de postos de trabalho, devido à implantação de inovações tecnológicas, confirmou-se, especialmente, quanto à polivalência. A suposição é de que esta redução afete mais a força de trabalho semiquificada, dado que as operações agregadas são as de maior simplicidade; (ii) quanto à qualificação da mão-de-obra, os dados obtidos na pesquisa indicam que a modernização produtiva não está se direcionando, no momento atual, no sentido da elevação da qualificação da força de trabalho, mas encaminhando-se para a permanência e, em alguns casos, até para o aumento da intensidade do trabalho; (iii) no tocante às relações sociais na produção, foram constatadas algumas práticas que visam melhorar o relacionamento capital/trabalho: pagamento de adicionais por produtividade, concessão de alguns benefícios sociais e melhorias no ambiente de chão-de-fábrica. Todavia, considerando a pontualidade e insipiência destas iniciativas, as mesmas não significam uma maior valorização dos trabalhadores por parte das empresas calçadistas de modo geral.

**Costa, Rosely Gomes**

*Concepções sobre Maternidade entre Mulheres que Buscam Tratamento para Esterilidade.* Mestrado em Sociologia, Unicamp, 1995, 174pp. Orientadora: Suely Kofes.

O tema dessa dissertação é procurar compreender concepções sobre a maternidade, analisando quais os elementos e relações que participam da construção dessa noção. Esse tema surgiu da pergunta: por que algumas mulheres desejam tanto ter filhos, e filhos que sejam biologicamente seus e de seus maridos/companheiros? e da bibliografia consultada que indicava a noção de maternidade como construída social e historicamente. Para realizar a proposta, a autora organizou uma pesquisa com mulheres que estavam procurando, pela primeira vez, o Ambulatório de Esterilidade do Centro de Assistência Integral à Saúde da Mulher (CAISM - Unicamp) em busca de tratamento, durante o segundo semestre de 1993. As mulheres eram convidadas a responder um questionário estruturado e pré-testado, com perguntas pré-codificadas e outras com respostas textuais. Uma mulher em cada grupo de quatro era convidada também a participar de uma entrevista para a qual a autora usou a técnica de "estória de vida". Foram aplicados 100 questionários e realizadas 25 entrevistas. A autora solicitou que cada mulher entrevistada fizesse

cinco desenhos, um de cada vez: primeiro, um tema livre, o que desejassem; posteriormente, uma mulher, um homem, uma família e uma casa. A análise apontou várias relações onde se situa o “desejo da maternidade”, mostrando como a concepção da maternidade é construída socialmente, no contraponto com pessoas, instituições, tecnologias, categorias de gênero etc., embora, para as entrevistas, seja vista, entre outras coisas, como um desejo e um evento naturais na vida das mulheres, marcando fortemente as relações de gênero.

**Dias, Reinaldo**

*A Questão Ambiental e o Exercício da Cidadania (O Movimento contra a Usina Termoelétrica em Mogi Guaçu/SP)*. Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 1995, 156 pp. Orientador: Shiguenoli Miyamoto.

O trabalho analisa a relação entre o exercício da cidadania e a questão ambiental, levando em consideração os novos direitos ambientais e de participação popular, incluídos na Constituição de 1988. Trata-se de um estudo de caso acerca de um movimento contra a tentativa de implantação de uma usina termoelétrica em Mogi Guaçu/SP, ocorrido durante os anos de 1992 e 1993. Foram consultados na análise jornais locais, regionais e de circulação nacional, documentos dos órgãos envolvidos, como a Cesp e as Câmaras Municipais, bem como, diversas entrevistas. Conclui que particularmente nas decisões relativas ao meio ambiente, a cidadania ativa tem, após a Constituição, um peso muito maior.

**Falcão, Regina Lucia de Andrade**

*A Balança e Tear: O Papel do Juiz Mello Mattos na Implementação das Leis de Proteção ao Trabalho Infantil no Rio de Janeiro (1924-1929)*. Mestrado em Sociologia, IFCS/UFRJ, 1995, 224 pp. Orientadora: Maria Rosilene Barbosa Alvim.

Esta dissertação trata da questão da formulação das leis de proteção social aos menores no Rio de Janeiro, na década de 20. A análise centra-se na reconstrução da trajetória social do seu principal formulador — o juiz de menores Mello Mattos, onde se procura mostrar o papel por ele assumido de implementador e fiscalizador de leis —, em especial o Código de Menores de 1927, de sua autoria. Demonstramos na análise que o juiz Mello Mattos interagiu com setores sociais, imbuídos da idéia de reformas (filantropos), que privilegiavam a intervenção do estado nos cuidados para com a infância abandonada e delinqüente. Na tentativa de colocar em prática as medidas de proteção ao trabalho do menor, o juiz defrontou-se com fortes resistências do empresariado têxtil, traduzidas por um acirrado debate judicial entre esses atores. Este debate resultou na consagração definitiva do juiz Mello Mattos no campo do direito do menor, onde a figura do juiz assume a representação de “salvador” das crianças abandonadas.

**Giumbelli, Emerson Alessandro**

*O Cuidado dos Mortos: Os Discursos e Intervenções sobre “Espiritismo” e a Trajetória da “Federação Espírita Brasileira” (1890-1950)*. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 217 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

O objetivo deste trabalho é apreender os estatutos conferidos ao “espiritismo” na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1950, período em que temos tanto a existência de grupos que se identificam como “espíritas”, quanto dispositivos legais que definem as práticas “espíritas” como perigosas para a “saúde pública”. Privilegiando processos e momentos de conflito, cada

capítulo toma-os como ponto de partida para determinar, de um lado, onde se originam, que conformação assumem e de que modo se articulam os discursos e intervenções dos vários agentes sociais (juristas, médicos, policiais, outros aparatos estatais, jornalistas) sobre o “espiritismo” e, de outro, a forma como uma instituição específica — a “Federação Espírita Brasileira” — relaciona-se com esses discursos e intervenções, e em função disso define sua identidade e seu papel frente à sociedade e a demais “grupos espíritas”. Chega-se à conclusão de que a legitimação social do “espiritismo” não esteve ligada propriamente a uma discriminação, mas à constituição histórica de percepções que o associavam à “caridade”, a partir de contraposições a práticas e a agentes designados pela categoria “baixo espiritismo”.

**Goldenzweig, Román Eduardo**

*Os Corpos da Nação: Disciplinas Corporais e Manifestações Cívicas no Primeiro Período Vargas (1930-1945)*. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 131 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Este trabalho analisa a dimensão ritual das comemorações cívicas do primeiro período Vargas (1930-1945) em sua relação com processos tanto difusos como resultantes de iniciativas institucionais oficiais, concomitantes, para a formação de uma nova idéia de nação. Esses processos de disciplinamento moral e físico, suas atualizações públicas oficiais, constroem uma imagem de povo vigoroso e sadio, numa relação hierárquica, “direta” e orgânica com o seu líder, relação que tenta fundamentar a imagem de uma nação moderna e dinâmica desenvolvendo energias e possibilidades. O material trabalhado inclui, sobretudo, iconografia de cerimônias cívicas (paradas militares, desfiles escolares e concentrações em estádios), levantamento do registro dessas cerimônias na revista *O Cruzeiro*, material de arquivo do Cpdoc e literatura teórica e programática sobre educação física e o regime nacional do período.

**Lebedinsky, Viviana**

*Union Industrial Argentina: Entre Mito e a História. Etnografia de uma Central Gremial-Industrial. Um Estudo Antropológico no Âmbito das Sociedades “Complexas”*. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 1995, 380 pp. Orientador: Guillermo R. Ruben.

O objetivo da presente tese consiste em formular uma interpretação de uma das centrais grêmio-empresariais mais significativas dos industriais na Argentina, a Union Industrial Argentina — UIA — partindo da análise de alguns aspectos das relações sociais mantidas por dois de seus movimentos internos, o Movimento Industrial Argentino — MIA e o Movimento Industrial Nacional — MIN, com ênfase no estudo dos mitos, rituais e símbolos da entidade. A partir de meu “presente etnográfico”, temporalmente situado entre 1992 e 1994, o exame das relações entre o MIA e o MIN constitui, segundo sustento, uma opção metodológica fecunda para o objetivo proposto. A etnografia da UIA além de contribuir para a compreensão de uma nova visão sobre a central fabril, aponta elementos para formular algumas hipóteses relativas à discussão contemporânea acerca da problemática da nacionalidade na Argentina. Finalmente, inscrita na linha de uma antropologia das sociedades “complexas”, minha intenção ao conceber esta tese foi também a de contribuir para a continuidade do seu debate.

**Lopes, Maria de Fátima**

*O Sorriso da Paineira: Construção de Gênero em Universidade Rural*. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 317 pp. Orientador: Afrânio Raul Garcia Jr.

Como os padrões de gênero — masculino e feminino — se inscrevem na universidade rural constitui o objeto central desta tese. Tal contexto acadêmico se define historicamente com base em dois conjuntos de conhecimentos: ciências agrárias — um saber masculino e ciências domésticas — um saber feminino. Para demonstrar essa inscrição, analiso o processo de criação do curso superior de ciências domésticas, usando como recurso analítico noções subjacentes à construção do gênero em um espaço significativo na cultura escolarizada — a universidade. Tentei pensar a história da Escola Superior de Ciências Domésticas desvendando o conjunto de elementos/categorias, explicativos da criação, e não apenas como uma seqüência de fatos concretos. A partir da representação da criação da ESCD como sendo uma operação de enxertia, foi possível entender a posição relativa da escola no conjunto de conhecimentos da universidade rural.

**Oliveira, Dennson de**

*A Política do Planejamento Urbano: O Caso de Curitiba*. Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 1995, 324 pp. Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz.

Trata-se de uma interpretação sobre o suposto “êxito” da cidade de Curitiba (PR) no campo do planejamento urbano, por meio de uma perspectiva histórica comparada que engloba os casos das cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP). A pesquisa destaca o contexto político e institucional, por um lado e, de outro, o papel desempenhado por urbanistas e empresários no processo de conformação de políticas de planejamento urbano.

**Rohden, Fabíola**

*Feminismo do Sagrado: O Dilema Igualdade/Diferença na Perspectiva de Teólogas Católicas*. Mestrado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 199 pp. Orientador: Luiz Fernando Dias Duarte.

Esta dissertação trata do conjunto de idéias que compõem a Teologia Feminista produzida no Brasil. Tem como foco o pensamento de teólogas católicas reconhecidas em sua área que concentram suas atividades no Rio de Janeiro e se propõem a fazer uma teologia a partir da ótica da mulher. A análise de sua produção, que pretende dar visibilidade às mulheres na Bíblia e na história da Igreja e feminizar os conceitos teológicos, possibilitou identificar um novo tipo de reflexão feminista em contraste com outras linhas feministas leigas. A Teologia Feminista compartilha das principais referências do “feminismo da diferença”, especialmente pela ênfase que concede a uma especificidade da relação da mulher com o mundo e com Deus, o que realça a presença de elementos holistas e românticos no dinâmico e diversificado ideário feminista atual.

**Sánchez, Mariano Luiz**

*Governo e Corporações na Transição Democrática Argentina (1983-1989)*. Mestrado em Ciência Política, IFCH/Unicamp, 1995, 275 pp. Orientadora: Evelina Dagnino.

A consolidação da democracia na Argentina significava a superação de um quadro histórico de crise de hegemonia, representado por formas corporativas de fazer política — no sentido

gramsciano. Assim, seria uma exigência para o governo da transição democrática, na presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989), a criação de espaços para a articulação de interesses a partir de um projeto hegemônico que incluísse necessárias reformas institucionais e econômicas que pudessem enfrentar a grave crise econômica e estatal, e de novos modos democráticos de fazer política (que permitissem superar a paralisia e os bloqueios das formas corporativas de fazer política). Nesse sentido, o objeto da tese centra-se nas relações estabelecidas entre o governo de Alfonsín e as principais corporações: Forças Armadas, grandes grupos industriais, e sindicatos de trabalhadores. Com um método de análise histórico-empírico, as conclusões do trabalho centram-se no estabelecimento de erros e fracassos do governo em relação às exigências que o processo de consolidação democrática e a crise econômica impunham às políticas oficiais: em primeiro lugar, o fracasso das tentativas de concertação, que traduziu-se na fragilidade das alianças do governo, enfraquecendo seus recursos de poder frente às pressões das corporações, e que prejudicou o processo de consolidação democrática, e tanto fracassava a articulação de interesses que sem dúvida houvesse favorecido a criação de consensos para as reformas, fortalecendo assim instituições e novas formas de fazer política democráticas (questão da crise de hegemonia e a consolidação democrática). Em segundo lugar, as deficiências dos próprios projetos de reforma — como o da área econômica —, que, privilegiando determinados interesses, dificultava a total incorporação de outros interesses, que sentindo-se pouco representados nas negociações, acabavam prejudicando as tentativas de concertação, (questão da elaboração das reformas). E, por último, a paralisia de certos projetos de reforma, como no caso da instituição militar ou certas medidas de reforma do Estado, que aprofundaram tanto o corporativismo militar como a crise econômica — onde a questão das alianças e a articulação de interesses para fortalecer os projetos do governo se revela como essencial para explicar seus fracassos (questão das formas de fazer política do governo).

**Schabbach, Leticia Maria**

*Práticas e Representações de Funcionários Públicos: Prefeitura Municipal de Porto Alegre (1989-1992)*. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, 270 pp. Orientadora: Sônia Maria Guimarães Larangeira.

Trata-se de um estudo sobre práticas e representações dos servidores municipais de Porto Alegre em torno de questões que compõem a sua trajetória profissional, sua participação sindical e disposições políticas em geral. No interior da prefeitura de Porto Alegre, um dos principais fatores de distinção é a detenção, ou não, de capital escolar, materializado em títulos de educação formal e de especialização. Por meio de (a) pesquisa com dirigentes municipais, servidores e representantes sindicais, e de (b) análise sobre a formação do Estado no Brasil e em Porto Alegre, concluiu-se que é no entrelaçamento entre a história da instituição — que produziu os postos de trabalho e seus respectivos ocupantes — e a trajetória social dos funcionários que são produzidas suas práticas e representações.

**Seffner, Fernando**

*O Jeito de Levar a Vida. Trajetórias de Soropositivos Enfrentando a Morte Anunciada*. Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, 389 pp. (2 volumes). Orientadora: Maria Assunta Campilongo.

Observação e análise das trajetórias de vida de indivíduos soropositivos ao HIV/AIDS, a partir

do acompanhamento, ao longo de quatro anos, de um grupo de mútua ajuda aos soropositivos junto ao grupo de Apoio à Prevenção da AIDS - CAPA/RS, uma organização não-governamental. O problema principal de pesquisa está dado pela relação AIDS = Morte, a partir da qual constroem-se os conceitos de morte anunciada e morte civil. A análise das situações de morte civil e morte anunciada é feita a partir dos cinco grandes eixos da matriz simbólica: (a) momento da descoberta da soropositividade; (2) ambiente profissional e relações de trabalho; (3) vida afetiva, social e amorosa; (4) tratamento médico e ambulatorial; e (5) diversos aspectos da vida cotidiana, tais como religiosidade, administração de tempo, relação com o corpo.

**Semedo, José Antonio Vaz**

*Elementos da Crise Contemporânea do Sindicalismo Europeu — O Exemplo Francês.* Mestrado em Sociologia, IFCH/Unicamp, 1995, 123 pp. Orientador: Ricardo Antunes.

Pretendemos abordar o conjunto de questões subjacentes à crise do sindicalismo europeu. Não é propósito do texto esgotar a discussão sobre o assunto, mas tão-somente dissertar sobre o mesmo e apontar para algumas tendências dominantes. Trataremos das mudanças em curso, hoje, no mundo do trabalho. Analisaremos a passagem do fordismo para a acumulação flexível, bem como as implicações das mudanças nas estruturas produtivas no seio da classe trabalhadora: desemprego, precarização do emprego, flexibilização do trabalho, fragmentação da classe operária e sua influência na crise sindical. Crise essa que se expressa não só pela diminuição da taxa de sindicalização, como pela incapacidade dos sindicatos em defender os interesses dos trabalhadores precários. O sindicalismo francês também vive essa crise sindical, que se caracteriza pela sua defensividade. Parece que essa dessindicalização é irreversível e o sindicalismo precisa encontrar novas formas de organização, diferentes do período fordista.

**Silva, José Otacílio**

*Adesão da Militância Partidária: A Eficácia do Simbólico no Processo de Mobilização (Um Estudo sobre o PCdoB, em Inícios dos Anos 90, no Rio Grande do Sul).* Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, 290 pp. Orientador: Enno D. Liedke Filho.

O trabalho analisa o processo de adesão da militância do Partido Comunista do Brasil, em inícios dos anos 90, no Rio Grande do Sul. Em um primeiro momento observa-se como ocorreu o ingresso dos militantes no Partido e, em um segundo, como ocorreu o processo de assimilação e incorporação do discurso político-partidário. Nas análises, procura-se observar as relações existentes entre as diversas variáveis: a subjetividade dos militantes e o discurso político do partido. Conclui-se que tanto a situação socioeconômica dos militantes como suas trajetórias educacionais, políticas, e o tempo de militância no Partido, exerceram influências significativas no processo.

**Steil, Carlos Alberto**

*O Sertão das Romarias. Um Estudo Antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa — BA.* Doutorado em Antropologia, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 374 pp. Orientador: Otávio G. Velho.

"O Sertão das Romarias" é um estudo antropológico sobre o Santuário de Bom Jesus da Lapa (Bahia). Apresenta o Santuário como um espaço de disputas em torno do sagrado e de compatibilização da pluralidade de discursos que estão presentes no campo católico brasileiro.

Analisa alguns aspectos constitutivos do culto, como sua paisagem, seus atores e rituais. Procura traçar um perfil da cultura bíblico-católica do sertão nordestino a partir das 'estórias orais que circulam entre os romeiros, focalizando os três mitos fundantes do culto: origem/nascimento do Bom Jesus, sua paixão/morte/ressurreição e o juízo final. Em uma perspectiva diacrônica, busca situar o culto no processo histórico de sua institucionalização, destacando três momentos: a origem do santuário, a romanização e as reformas do Concílio Vaticano II.

**Vilhena, Luís Rodolfo da Paixão**

*Projeto e Missão: O Movimento Folclórico Brasileiro*. Doutorado em Antropologia Social, Museu Nacional/UFRJ, 1995, 441 pp. Orientador: Gilberto Velho.

A tese descreve a mobilização de um contingente de intelectuais distribuídos por todo o Brasil entre os anos de 1947 e 1964, coordenada pela Comissão Nacional de Folclore. Por meio da análise dos textos e da correspondência produzida por esses estudiosos, acompanha-se o seu esforço em angariar apoio junto à sociedade para a causa da defesa e da proteção do folclore e os conflitos em que se envolvem com setores das Ciências Sociais, a partir de sua pretensão em definir os Estudos de Folclore como uma disciplina científica autônoma. Por intermédio do *ethos*, por ele expresso, o movimento folclórico procura articular a identidade de intelectuais particularmente preocupados com a temática regional num esforço pela definição da identidade nacional. Examina-se, por fim, a maneira pela qual as reflexões européias em torno da cultura oral popular são reapropriadas pelos folcloristas brasileiros no contexto de uma reflexão sobre a especificidade da formação nacional de seu país.

## RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS PUBLICADAS PELO B I B

### BIB 1

*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica".

### BIB 2

*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 3

*Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências".

### BIB 4

*Lúcia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada".

### BIB 5

*Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978".

### BIB 6

*Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura".

### BIB 7

*Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil".

### BIB 8

*Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes".

### BIB 9

*Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos".

### BIB 10

*Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil".

### BIB 11

*Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Vallada-*

*res e Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente".

### BIB 12

*Maria Tereza Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas".

### BIB 13

*Gerson Mouru e Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica".

### BIB 14

*Licia Valladares e Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica".

### BIB 15

*José Cesar Gnacarini e Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate".

### BIB 16

*Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico".

### BIB 17

*Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no Brasil" e *Luiz Werneck Vianna*, "Atualizando uma Bibliografia: 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica".

### BIB 18

*Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente".

### BIB 19

*Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil".

**BIB 20**

*Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedades & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

**BIB 21**

*Sônia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

**BIB 22**

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho*, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

**BIB 23**

*Roque de Barros Laraia*, "Os Estudos de Parentesco no Brasil".

**BIB 24**

*Angela de Castro Gomes* e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

**BIB 25**

*Giralda Seyferth*, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia" e *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

**BIB 26**

*Maria Rosilene Alvim* e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

**BIB 27**

*Teresa Pires do Rio Caldeira*, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes" e *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

**BIB 28**

*Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna*, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Mi-

litares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

**BIB 29**

*Emília Viotti da Costa*, "Estruturas versus Experiência. Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O que se Perde e o que se Ganha" e *Berta G. Ribeiro*, "Perspetivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

**BIB 30**

*José Sávio Leopoldi*, "Elementos de Etnoastronomia Indígena do Brasil: "Um Balanço" e *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil, Hoje".

**BIB 31**

*Helena Hirata*, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais" e *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

**BIB 32**

*Angela M. C. Araújo* e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate" e *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

**BIB 33**

*Paulo Freire Vieira*, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil: 1980 - 1990"; *Guíta Grin Debert*, "Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento" e *Marco Antonio Gonçalves*, "Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul".

**BIB 34**

*Olavo Brasil de Lima Junior*, *Rogério Augusto Schmitt* e *Jairo César Marconi Nicolau*, "A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Políti-

co: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

**BIB 35**

*Sérgio Adorno*, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth.”

**BIB 36**

*Maria Ligia de Oliveira Barbosa*, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes — 1930-1975”.

**BIB 37**

*Fernando Limongi*, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

**BIB 38**

*Theodore Lowi*, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das

Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

**BIB 39**

*Marta T. S. Arretche*, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte — As Principais Interpretações Marxistas”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

**BIB 40**

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: “A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo e Cecília Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

**BIB 41**

*Gustavo Sorá*, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

**BIB**  
**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**

**DISTRIBUIÇÃO E VENDA**

**BELO HORIZONTE**  
Boa Viagem Distribuidora de Livros Ltda.  
Rua Sergipe, 314  
30130-170 – Belo Horizonte – MG  
Tel.: (031) 273-4000 Fax: (031) 273-3334

**BRASÍLIA**  
A Casa do Livro de Brasília Ltda.  
Ed. Venâncio VI Lojas 03/17 SDS  
70393-900 – Brasília – DF  
Tel.: (061) 224-3472  
Fax: (061) 224-3387

**BLUMENAU**  
Livraria Alemã Ltda.  
Rua Dr. Amadeo da Luz, 260 – Centro  
89010-160 – Blumenau – SC  
Tel. / Fax: (047) 326-4558

**CURITIBA**  
Livraria do Chain Editora  
Rua General Carneiro, 441  
80060-150 – Curitiba – PR  
Tel.: (041) 264-3484  
Fax: (041) 263-1693

**FORTALEZA**  
Distribuidora de Livros Arte de Ler  
Rua Gonçalves Ledo, 620 – Aldeota  
60110-260 – Fortaleza – CE  
Tel. / Fax: (085) 231-0074

**PORTO ALEGRE**  
Livraria Parlenda Ed. Dist. Ltda.  
Rua Riachuelo, 1236  
90010-273 – Porto Alegre – RS  
Tel.: (051) 226-7703/226-9170

**RECIFE**  
Cortez Editora e Livraria Ltda.  
Rua Gonçalves Maia, 221 – Boa Vista  
50070-060 – Recife – PE  
Tel.: (081) 424-4227-423-5088  
Fax: (081) 424-4227

Best-Seller Comércio e Repres. Ltda.  
Rua Marques de Amorim, 09 – Lj. 03  
50070-330 – Recife – PE  
Tel.: (081) 222-0144/421-4991

**RIO DE JANEIRO**  
Rua Barata Ribeiro, 17 – sala 202  
22011-000 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (021) 242-0248  
Fax: (021) 275-0294

**SALVADOR**  
Gilson Barros Lima  
Rua Miguel Calmon, 37 – sala 705  
40015-010 – Salvador – BA  
Tel.: (071) 243-9662 Fax: (071) 243-9662

Chaves Comércio de Livros Papelaria Ltda.  
Av. Dorival Caymi, 1100 – Itapoã  
41635-150 – Salvador – BA  
Tel.: (071) 359-5776

**SÃO PAULO**  
Editora Estação Liberdade Ltda.  
Rua Oscar Freire, 1233 – Cerqueira César  
01426-001 – São Paulo – SP  
Tel. / Fax: (011) 3064-8268

Brasilivros Editora e Distribuidora Ltda.  
Rua Conselheiro Ramalho, 701/Lj. 22  
01325-001 – São Paulo – SP  
Tel.: (011) 284-8155 Fax: (011) 285-0305

Primeira Linha Distrib. e Livraria Ltda.  
Rua Sabará, 483  
01239-011 – São Paulo – SP  
Tel.: (011) 255-3852  
Fax: (011) 255-3862

**VITÓRIA**  
Representação Paulista Ltda.  
Av. Carlos Moreira Lima, 61  
29052-111 – Vitória – ES  
Tel.: (027) 227-5199/227-5760/227-5501  
Fax: (027) 235-1760

markgraph

Rua Jornalista Orlando Dantas, 56 - Botafogo

Tel.: (021) 551.9242 Fax.: (021) 552.5466

Rio de Janeiro - RJ

A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**  
Editoria da Revista **BIB**

Universidade de São Paulo – USP  
Av. Prof. Luciano Gualberto, nº 315, sala 116  
05508-900  
São Paulo, SP